

Relatório

de Sustentabilidade 2009



SUZANO
PAPEL E CELULOSE



Aledson Ferreira da Silva
e Thiago Caser, na
Unidade Mucuri (BA)



Daliane Gama Cortez (sentada), Adriana Evly Gomes Bezerra e Pollianne Dionor Schwabe, no Escritório de Teresina

Gestão: busca da excelência

- 14 Mensagem do presidente
- 17 Perfil
- 21 Estratégia e gestão
- 23 Governança corporativa
- 28 Gestão de riscos
- 30 Ativos intangíveis



Vanessa Sousa Barbosa, Regina Teixeira dos Santos, Eliana Rodrigues Guimarães e Edilma Peixoto Rios, no viveiro de Itabatã, em Mucuri (BA)

Transparência nas relações

- 48 Colaboradores
- 56 Fornecedores
- 58 Clientes
- 59 Investidores
- 60 Comunidade
- 66 Instituto Ecofuturo
- 69 Governo e sociedade

Caroline de Oliveira Machado (de branco), Lilian Vieira de Moraes Silva e Milton Arantes Galvão, no Centro de Tecnologia Florestal, em Itapetininga (SP)



Construindo o futuro

38 Desempenho dos negócios

- Unidade de Negócio Florestal
- Unidade de Negócio Celulose
- Unidade de Negócio Papel
- Operações

45 Desempenho econômico-financeiro



Flamarion de Almeida Brito, Aledson Ferreira da Silva e Lucas Ferreira da Costa, na Unidade Mucuri (BA)

Respeito ao meio ambiente

72 Meio ambiente



Reserva florestal na Fazenda Boa Fé, no município de Cidelândia (MA)

82 Balanço Social – **IBASE**

84 Informações **corporativas**

85 Demonstrações **financeiras**

124 Sumário **GRI**

127 **Global Compact / SA 8000**

128 Declaração **de verificação**

Cadeia produtiva

► GRI (1.2)

Apresentamos a seguir o processo de produção e comercialização de nossos produtos, os respectivos impactos socioambientais que podem decorrer desse ciclo e as estratégias que adotamos no sentido de minimizá-los.



1 ► Centro Tecnológico

No Centro de Tecnologia Florestal (CTF), em Itapetininga (SP), investimos na diversidade de nosso material genético e desenvolvemos clones de eucalipto com alto potencial de adaptação, maior produtividade e resistência a doenças.



1 ► Viveiro

Em nossos dois viveiros, em Alambari (SP) e Mucuri (BA), as mudas são produzidas e passam por um processo de rustificação antes de irem para as áreas de plantio.

1 ► Plantio

As mudas são plantadas em nossas áreas florestais nos Estados de SP, BA, ES, MG e MA. Nos meses seguintes ao plantio, é feito o controle de pragas (como formigas), além de adubações complementares e combate às plantas daninhas. O plantio também é realizado nas áreas de produtores rurais fomentados, que recebem orientações dos nossos técnicos.

2 ► Colheita e transporte

Ao atingir cerca de 7 anos, os eucaliptos são colhidos dia e noite, segundo um planejamento prévio. A madeira é empilhada à beira de estradas e carregada em caminhões que levam as toras até as fábricas de Suzano (SP) e Mucuri (BA). Já os produtores rurais fomentados são responsáveis pelo transporte da sua madeira até a fábrica.



Mudanças climáticas – Como o plantio de eucalipto absorve CO₂ da atmosfera, nosso ciclo produtivo gera créditos de carbono, contribuindo para combater o aquecimento global. Segundo nosso último inventário de emissões de gases do efeito estufa (GEE), para cada 1 tonelada de GEE que emitimos são resgatadas da atmosfera 3,8 toneladas.

Canal aberto – Mantemos o *Suzano Responde*, um canal para receber dúvidas, críticas e sugestões sobre nosso processo produtivo e possíveis impactos socioambientais de nossa atividade, pelo telefone 0800-7747440 ou pelo e-mail suzanoresponde@suzano.com.br.

Cooperativa de catadores de aparas

Depois de utilizado, parte do papel é coletada por catadores, em muitos casos agrupados em cooperativas. A Suzano compra esse material para utilizá-lo na produção de nosso papel reciclado, o Reciclato®. Dessa forma, contribuimos para reduzir o impacto sobre os aterros sanitários e para incentivar a profissionalização das cooperativas de catadores com as quais trabalhamos.

1

Aspectos socioambientais

- Consumo de água no Viveiro
- Plantio de uma só cultura (eucalipto) em grandes áreas
- Interferência na paisagem
- Uso de adubos e inseticidas
- Risco de condições degradantes de trabalho no campo para colaboradores e terceiros
- Risco de incêndios
- Roubo de madeira nativa e de eucalipto
- Aumento do preço da terra

Estratégias sustentáveis

- Monitoramento e redução do consumo de água no Viveiro
- Monitoramento e controle de possíveis impactos nas microbacias
- Plantio em mosaico, intercalando áreas de mata nativa e os plantios de eucalipto
- Adoção do cultivo mínimo, que não retira os resíduos da última colheita para que eles sirvam de adubo natural no próximo plantio, minimizando interferências no solo
- Monitoramento *in loco* de saúde e segurança e das condições de trabalho de próprios e terceiros, com investimentos em equipamentos, refeitórios, ônibus e banheiros móveis
- Contratação de mão de obra local para as atividades de silvicultura
- Realização do programa de fomento, inserindo produtores locais no fornecimento de madeira
- Investimentos em projetos de geração de renda local, como apicultura solidária e arranjos produtivos locais
- Vigilância 24 horas
- Adoção da certificação internacional FSC, com auditoria externa anual

2

Aspectos socioambientais

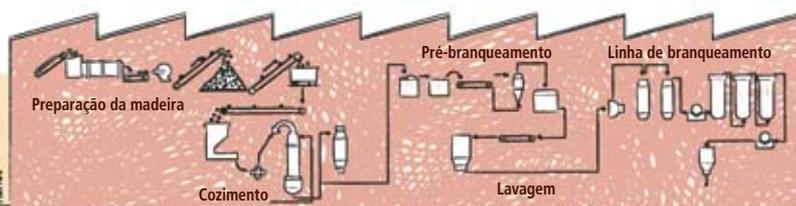
- Aspectos de saúde e segurança relacionados com as atividades manuais do processo
- Mecanização da colheita com redução de postos de trabalho
- Terceirização de parte das atividades
- Tráfego intenso de caminhões, trânsito e deterioração das estradas
- Ruídos, poluição e poeira, em razão do tráfego de caminhões

3 ▶ Fabricação da Celulose

Ao chegar às fábricas, a madeira é picada e reduzida a cavacos, que são cozidos. Desse processo, é extraída a fibra da madeira, que se transforma em celulose. O resíduo que sobra, chamado de licor preto, é queimado nas caldeiras, gerando energia para alimentar a própria fábrica.

3 ▶ Produto final celulose

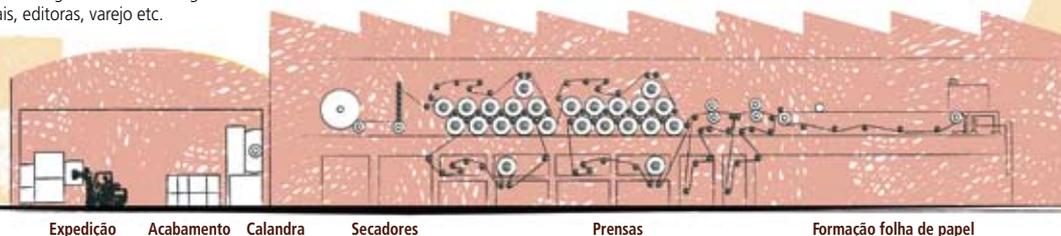
Parte da celulose produzida vai para as máquinas de papel que ficam nas Unidades Suzano e Mucuri. O restante passa por um processo de secagem e embalagem. Essa celulose alimenta as fábricas de Embu e Rio Verde (SP) e é comercializada para clientes no Brasil e no exterior (ver mapa na página 20).



3 ▶ Produto final papel

O papel produzido na Suzano abastece o mercado local e é exportado (ver mapa na página 20). No Brasil, ele é comercializado diretamente ou via distribuidores para diversos segmentos, como: gráficas de embalagens e promocionais, editoras, varejo etc.

Celulose branca para extração e para máquina de papel



Centro de distribuição

A Suzano possui uma divisão especializada na distribuição de produtos gráficos no Brasil, a SPP-Nemo, que possui 13 unidades comerciais e também atua com produtos de outros fabricantes. No exterior, possuímos três escritórios regionais (EUA, Suíça e China) e duas subsidiárias (Inglaterra e Argentina)

3 ▶ Produção de papel

A massa de celulose atravessa diversas etapas até se transformar em papel. Ele então é cortado, seguindo as especificações dos produtos da Suzano, como o Report® no formato A4, ou conforme demanda do cliente.



Estratégias sustentáveis

- Monitoramento *in loco* de saúde e segurança e das condições de trabalho de próprios e terceiros, com investimentos em equipamentos, refeitórios, ônibus e banheiros móveis
- Monitoramento das empresas terceirizadas, principalmente em relação à legislação fiscal e trabalhista
- Mecanização somente da atividade de colheita, com aproveitamento da mão de obra nas demais atividades ligadas ao plantio e em outras como a coleta de resíduos
- Manutenção de estradas, principalmente vicinais
- Treinamentos de direção defensiva e segurança de trânsito
- Desvio de rotas de caminhões
- Restrição da circulação de caminhões em horários de trânsito mais intenso
- Manutenção frequente da frota de caminhões e renovação acima da média nacional
- Adesão a programas voluntários como o Pacto contra a Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes nas Estradas

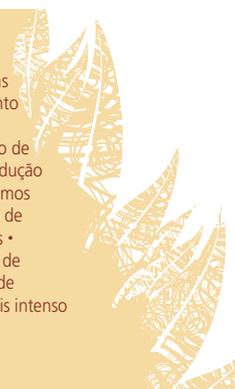
3

Aspectos socioambientais

- Poluição, odor, ruído
- Geração de resíduos e efluentes
- Consumo de energia
- Transporte dos produtos acabados

Estratégias sustentáveis

- Investimentos contínuos em melhorias ambientais nas fábricas
- Monitoramento e redução do consumo de água
- Monitoramento e redução do consumo de energia
- Tratamento de efluentes
- Redução de resíduos e aproveitamento dos mesmos em outras atividades
- Monitoramento de odor e instalação de filtros nas fábricas
- Monitoramento de ruídos e instalação de silenciadores
- Restrição da circulação de caminhões em horários de trânsito mais intenso

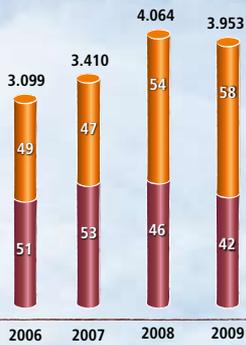


Destaques operacionais, financeiros e socioambientais

► GRI (2.8)

Receita líquida

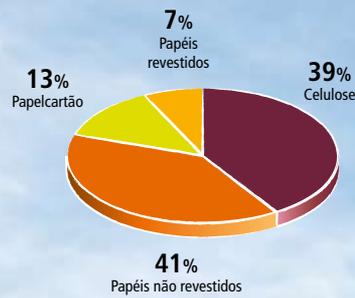
R\$ milhões



■ Mercado externo
■ Mercado interno

Composição da receita líquida

por produto em 2009



EBITDA/Margem

R\$ milhões



■ EBITDA
● Margem

Vendas de papel

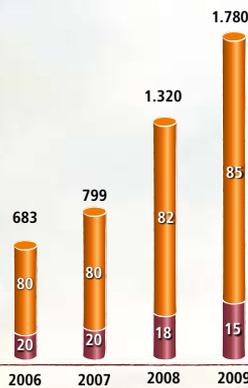
mil toneladas



■ Mercado externo
■ Mercado interno

Vendas de celulose

mil toneladas



■ Mercado externo
■ Mercado interno

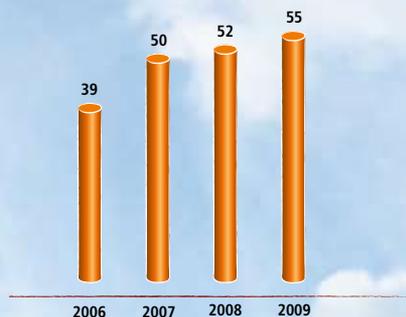
Valor de mercado

R\$ milhões



Investimento em **responsabilidade socioambiental** (interno e externo)

R\$ milhões



Dados financeiros

	2006	2007	2008	2009
Receita líquida (R\$ milhões)	3.099	3.410	4.064	3.953
EBITDA (R\$ milhões)	1.040	1.034	1.469	1.021
Lucro líquido (R\$ milhões)	444	539	(451)	878
Volume vendido (mil toneladas)	1.686	1.925	2.482	2.896
Margem EBITDA (%)	34	30	36	26
Investimentos (R\$ milhões)	1.765	1.293	483	659
Dívida líquida (R\$ milhões)	3.919	4.285	5.459	3.966
Dívida líquida/EBITDA	3,7	3,7	3,7	3,9
Lucro por ação (R\$)	1,41	1,72	(1,47)	2,86

Evolução da produção (mil toneladas)

	2006	2007	2008	2009
Produção total	1.718	1.926	2.664	2.678
Celulose de mercado	638	827	1.524	1.590
Papéis de I&E revestidos	133	133	124	118
Papelcartão	235	241	258	235
Papéis de I&E não revestidos	712	725	758	736

I&E: Imprimir e escrever

Distribuição do **valor adicionado** – consolidado ► GRI (EC1)

(em milhares de reais)

	2007	2008	2009
Pessoal	392.100	409.557	408.469
Remuneração direta	322.712	326.308	324.561
Benefícios	55.649	66.193	65.822
FGTS	13.739	17.056	18.086
Impostos, taxas e contribuições	326.045	(143.623)	315.253
Federais	333.684	(113.246)	394.637
Estaduais	(12.535)	(34.423)	(82.905)
Municipais	4.896	4.046	3.521
Remuneração de capitais de terceiros	42.766	2.159.960	(510.251)
Juros	496.642*	965.707	516.991
Aluguéis	38.906	64.303	61.771
Variações monetárias passivas	(492.782)	1.129.950	(1.089.013)
Remuneração de capitais próprios	536.601	(451.308)	877.932
Dividendos e juros sobre o capital próprio	161.222	0	230.812
Lucros retidos/Prejuízo do exercício	375.379	(451.308)	647.120
Total	1.297.512	1.974.586	1.091.403

* Em 2007, o montante de R\$ 492.782 mil foi reclassificado da linha de juros para a linha de variações monetárias passivas, para permitir a comparabilidade das informações



Destaques 2009

► Lucro líquido recorde:

R\$ 878 milhões

► Disponibilidade de caixa

de **R\$ 2,5** bilhões

em 31/12/2009 e redução da

dívida líquida em **R\$ 1,5** bilhão no ano

► Recorde de produção com

2,7 milhões de toneladas
de celulose de mercado e papel

► Recorde de vendas de

2,9 milhões de toneladas
de celulose e papel,
volume **16,7%** superior
ao do exercício anterior

► Custo caixa de

produção de celulose
entre os menores do mundo:

R\$ 389/tonelada
(média do ano)

► Queda de **38%** da taxa de
frequência de acidentes
com colaboradores próprios
e terceiros

► Novo ciclo de crescimento:

investimento de
R\$ 361 milhões nas
unidades do Piauí e do Maranhão

► Desenvolvimento de pessoas:

mais de **290** mil horas
de treinamentos

► Redução de **9,7%** do
consumo de água
na Unidade Suzano



Sobre o Relatório

► GRI (3)

Este Relatório de Sustentabilidade reflete nosso objetivo de crescer de forma sustentável e, assim, assegurar a perenidade dos negócios e contribuir para os avanços econômicos e socioambientais do País. Ele foi elaborado, pelo quarto ano consecutivo, com base nos indicadores e nas diretrizes do *Global Reporting Initiative* (GRI) – em sua terceira versão –, e entendemos que se enquadra no nível C+ de aplicação. As informações aqui contidas referem-se ao ano de 2009 e reportam-se ao desempenho e aos resultados de todas as nossas unidades no Brasil e dos escritórios no exterior, exceto se indicadas de outra forma. A sistemática de exposição segue basicamente a adotada no Relatório de Sustentabilidade anterior, publicado em maio de 2009, com informações e dados referentes a 2008, que não tiveram de ser revisados. A apuração dos resultados econômico-financeiros está de acordo com as normas vigentes no Brasil e foram auditadas pela empresa de consultoria Ernst & Young. GRI (3.1, 3.2, 3.3, 3.6, 3.7, 3.8, 3.9, 3.10, 3.11 e 3.13)

Materialidade ► GRI (4.14, 4.15, 4.16 e 4.17)

Neste ano, para levantar os assuntos mais relevantes para nossas partes interessadas, enviamos questionários individuais a um grupo de colaboradores, clientes, fornecedores e membros das comunidades, dos quais obtivemos 20 respostas. Também levamos em conta os diagnósticos socioambientais que realizamos em comunidades do Maranhão, do Piauí e da Bahia, encontros com nossos fornecedores e parceiros fomentados e os apontamentos feitos pela Bureau Veritas Certification, que fez a verificação de terceira parte do Relatório de 2008. A seguir, apresentamos a consolidação dos resultados:

- Na opinião dos *stakeholders* que responderam aos questionários, o Relatório deixa claro o conceito que adotamos de sustentabilidade e o compromisso com nossos públicos, além de mostrar nossos desafios nas três dimensões (econômica, social e ambiental);
- Apesar de a maioria considerar que o Relatório mostra de forma equilibrada fatos positivos e negativos, afirmam que há uma tendência para os positivos;
- A maioria afirma que o Relatório transmite credibilidade, principalmente por seguir o modelo GRI e se sujeitar a auditoria externa;
- A parte ambiental foi a que mais despertou interesse no Relatório 2008.

Ao lado, apresentamos os temas sugeridos para a edição 2009, tanto nos questionários como pelos outros métodos:

Em sintonia com o nosso compromisso de manter diálogos com os *stakeholders*, enviamos questionários individuais para um grupo de colaboradores, clientes, fornecedores e membros das comunidades, dos quais obtivemos 20 respostas. Eles avaliaram o Relatório de Sustentabilidade 2008 e manifestaram opiniões, críticas e sugestões que nos subsidiaram na elaboração desta nova edição. O resultado está demonstrado no quadro a seguir. GRI (3.5)

Para esclarecimentos e/ou sugestões sobre o conteúdo desta publicação, colocamos à disposição os seguintes canais de comunicação: Suzano Responde (0800 774 7440 e suzanoresponde@suzano.com.br) e a área de Relações com Investidores, que pode ser contatada pelo e-mail ri@suzano.com.br GRI (3.4)

Temas sugeridos	Resposta
Impactos ambientais e sociais do novo ciclo de crescimento	Veja os principais resultados dos diagnósticos socioambientais no Maranhão e no Piauí no capítulo <i>Comunidade</i>
Investimentos realizados no Piauí e no Maranhão em 2009	As informações sobre o nosso novo ciclo de crescimento são apresentadas ao longo do Relatório. Os valores de investimentos estão no capítulo <i>Perfil</i>
Ações sociais desenvolvidas pela Suzano e informações sobre relacionamento com as comunidades	Veja informações e a tabela com os projetos socioambientais no capítulo <i>Comunidade</i>
Informações sobre a conquista de certificações pela empresa	Veja o item no capítulo <i>Ativos Intangíveis</i>
Geração de emprego	A Suzano fechou o ano com 3.862 colaboradores, 9% mais do que no exercício anterior. Saiba mais no capítulo <i>Colaboradores</i>
Aspectos socioambientais ligados à eucaliptocultura	Essas informações permeiam todo o Relatório. Também sugerimos a leitura da publicação <i>Eucaliptocultura e desenvolvimento socioambiental</i> , disponível para <i>download</i> no nosso site (www.suzano.com.br) em Suzano Papel e Celulose > Sustentabilidade > Publicações Impressas
Relacionamento com parceiros fomentados	Veja os capítulos <i>Unidade de Negócio Florestal</i> e <i>Fornecedores</i>
Informações sobre uso e disponibilidade de recursos hídricos na Unidade de Negócio Florestal	Veja o capítulo <i>Meio Ambiente</i> , no item <i>Água</i>

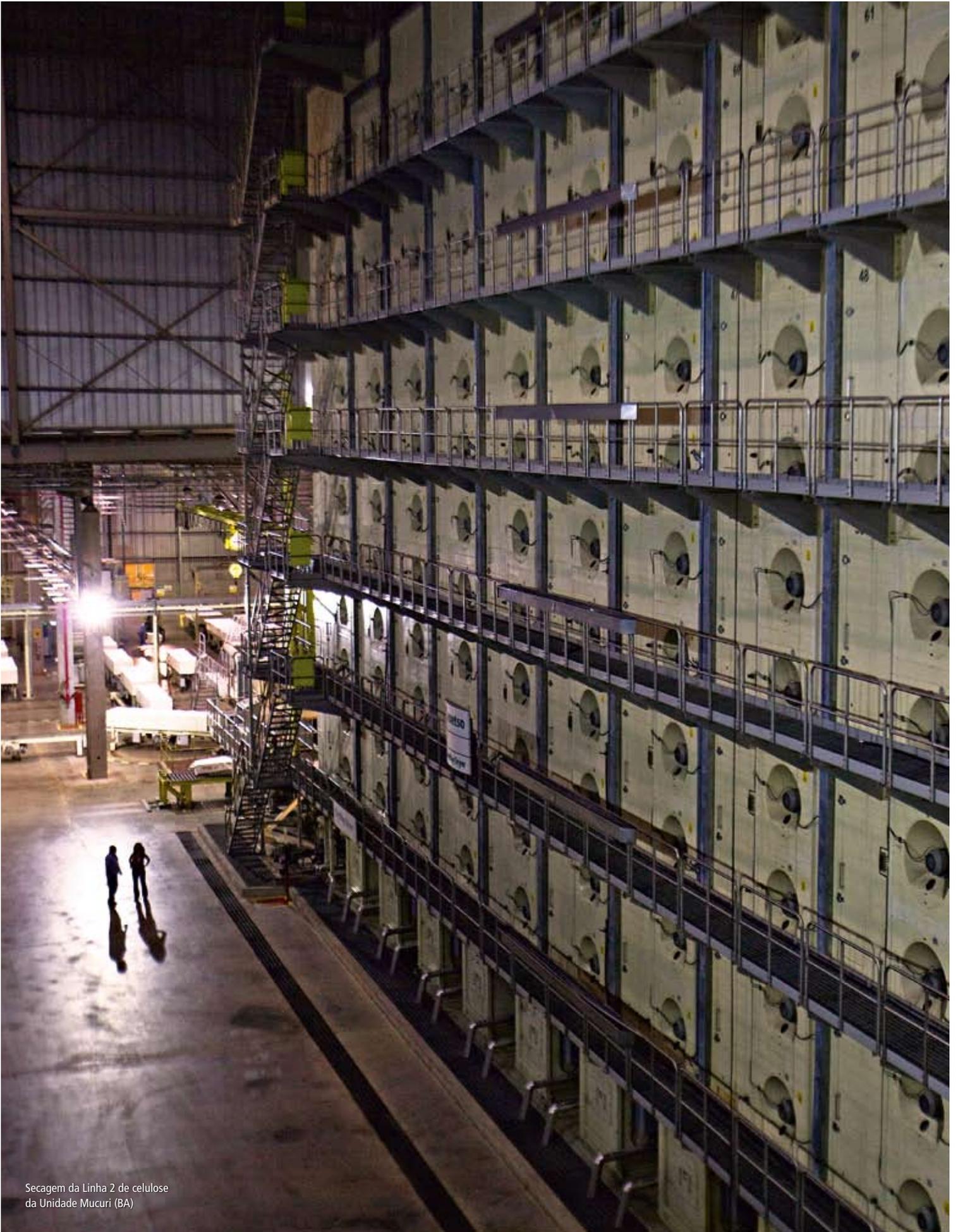


Flamarion Brito,
Lucas Ferreira da Costa
e Aledson Ferreira da Silva,
na fábrica de Mucuri, BA.

gestão: busca da excelência



EM 2009, DEMOS ANDAMENTO
AO NOSSO CICLO DE CRESCIMENTO
NO MARANHÃO E NO PIAUÍ, QUE
NOS PERMITIRÁ AMPLIAR EM
2,6 MILHÕES DE TONELADAS
A CAPACIDADE ANUAL DE CELULOSE
DE MERCADO



Secagem da Linha 2 de celulose da Unidade Mucuri (BA)

Mensagem do Presidente

► GRI (1.1)

O ano de 2009 foi bastante desafiador: enfrentamos dois ambientes de mercado bastante distintos, em que a recuperação das condições macroeconômicas ocorrida ao longo do terceiro e quarto trimestres contrastou com os momentos de incerteza e extrema volatilidade dos diferentes mercados verificados na primeira metade do ano. Os efeitos da crise financeira iniciada em 2008, que impactou o ambiente econômico em todo o mundo e, conseqüentemente, os setores de papel e celulose, foram sentidos com mais intensidade nos primeiros dois trimestres do período. Para superá-los, adotamos medidas em todas as áreas: reduzimos fortemente as despesas, redimensionamos estoques, otimizamos ativos, diversificamos o portfólio de produtos, aprofundamos nossas relações comerciais com a China e aprimoramos o gerenciamento de riscos e assim, entre outras decisões importantes, evitamos operações de derivativos exóticos.

Graças a esse conjunto de iniciativas, adotadas de forma ágil e com o envolvimento de todas as áreas internas, conseguimos minimizar os efeitos negativos do período e atravessarmos mais um ano mantendo a nossa solidez financeira. Assim, encerramos o ano com volume de produção de 2,7 milhões de toneladas, ou 0,5% maior do que o de 2008, e vendas que somaram 2,9 milhões de toneladas, volume recorde que representa aumento de 16,7%, também em comparação ao exercício anterior. Nosso faturamento líquido alcançou R\$ 4,0 bilhões e o EBITDA foi de R\$ 1,0 bilhão, 2,7% e 30,5% inferiores ao de 2008, respectivamente. O preço médio da nossa celulose de eucalipto foi de R\$ 904/tonelada, 22,5% inferior ao praticado em 2008, enquanto o preço médio do nosso papel foi de R\$ 2.101/tonelada, 3,3% abaixo do preço médio de 2008. Esses números comprovam que, em momentos de crise, o negócio de papel sofre flutuações menores de preços. O capital de giro foi reduzido em R\$ 437 milhões, a dívida líquida em R\$ 1,5 bilhão em comparação ao fechamento de 2008 e, em 31/12/09, tínhamos R\$ 2,5 bilhões em caixa. O lucro líquido, impactado positivamente pela apreciação do Real, foi de R\$ 877,9 milhões, recorde para a Companhia. É importante ressaltar que a venda das terras e florestas no Estado de Minas Gerais, firmada no quarto trimestre de 2009, no valor de R\$ 311 milhões, será reconhecida contabilmente no exercício de 2010, dado que a transação deverá ser concluída no primeiro semestre do ano.

Por outro lado, mantendo a nossa tradição de equilibrar as necessidades de curto prazo com a constante construção do futuro, mantivemos inalterado o calendário das etapas fundamentais que integram nosso ciclo de crescimento, anunciado em meados de 2008. Para cumprir o objetivo de mais que dobrarmos de tamanho na próxima década, adquirimos 137,3 mil hectares de terras no Maranhão e no Piauí – onde serão construídas nossas duas novas unidades industriais. Já temos mais de 1.700 pessoas trabalhando (entre próprios e terceiros) no Maranhão e no Piauí. A demanda de celulose de mercado de eucalipto foi de 14,2 milhões de toneladas

16,7%

FOI O AUMENTO NAS NOSSAS VENDAS EM 2009, QUE SOMARAM O VOLUME RECORDE DE 2,9 MILHÕES DE TONELADAS

em 2009, crescimento de 16,8% em comparação ao ano anterior, enquanto a demanda total por celulose cresceu apenas 1,8%. É mais uma evidência do acerto de nossa estratégia em crescermos de forma acelerada na produção de celulose de mercado de eucalipto.

Adicionalmente, adquirimos da Vale 84,7 mil hectares de terras, sendo 34,5 mil hectares já plantados com eucaliptos no Maranhão, e formalizamos a parceria para o fornecimento de madeira proveniente de plantios de eucalipto do Programa Vale Florestar. Além disso, concluímos a contratação da Vale e da Transnordestina Logística para o transporte ferroviário da celulose a ser produzida nas duas fábricas até a região portuária de São Luís (MA).

No ano de 2009, plantamos 73 milhões de mudas de eucalipto em áreas próprias, sendo 21 milhões destinadas para as duas novas unidades. Trata-se de uma média de 346 mil mudas plantadas por dia durante todo o ano. Em 2009, as nossas florestas plantadas sequestraram 4,3 milhões de toneladas de carbono, sendo que a emissão aproximada da Companhia foi de 1,0 milhão de toneladas. Ou seja, a nossa relação sequestro/emissão ficou positiva em 4,3, demonstrando o grande benefício de nossa atividade para o combate ao aquecimento global. Não incluímos nesses números o sequestro de carbono das florestas nativas da Companhia.

Reforçamos ainda mais as nossas unidades de vendas na Europa, nos Estados Unidos, na Argentina – que, juntas, responderam por 40% das exportações de papel no ano – e na China, sede de escritório dedicado à comercialização de celulose. Ampliamos as equipes que atuam nessas localidades, detectamos nichos e oportunidades mais rentáveis e nos aproximamos ainda mais dos clientes, amparados pela qualidade e pela certificação de nossos produtos e pela familiaridade de nossos profissionais com as culturas e necessidades de cada um dos países.

O investimento total da Companhia foi de R\$ 658,7 milhões, valor 36,4% superior ao de 2008, sendo R\$ 361,1 milhões nos projetos de expansão no Maranhão e no Piauí.

No Brasil, seguimos ampliando nossos esforços em melhorias operacionais com a intensificação de ferramentas como o Programa de Excelência Operacional, o Programa de Inovação e o Programa Seis Sigma. Investimos também na estruturação da nossa área socioambiental, reforçando a presença das equipes nas pontas para atuarem junto às comunidades. Destinamos outros R\$ 31,3 milhões para dar continuidade aos nossos projetos focados especialmente em educação, meio ambiente e geração de renda, que beneficiam as comunidades do entorno de nossas unidades. O Programa Educar e Formar, que combina reforma das escolas e treinamento de professores, em parceria com o Instituto Ayrton Senna, e incentivo à leitura, conduzido com o Instituto Ecofuturo, já inclui a reforma de 95 escolas e assistência a 92 mil alunos em 14 municípios nos Estados de Minas Gerais, Espírito Santo e Bahia. A compra de madeira dos parceiros florestais nas diversas regiões onde atuamos atingiu o valor de R\$ 76,2 milhões e mais R\$ 11,0 milhões foram investidos durante o ano na formação florestal nas áreas desses parceiros. Também temos grande orgulho dos trabalhos realizados pelo Instituto Ecofuturo, com o qual atuamos em parceria na condição de sócio mantenedor.

Uma importante conquista em 2009 foi a do *Pulp and Paper International (PPI) Award* na categoria Melhor Estratégia Empresarial da indústria mundial. Este prêmio é concedido pela RISI – empresa provedora mundial de informações para a indústria de base florestal – e foi entregue em Munique no dia 28 de outubro. Trata-se

EM 2009, A TRAJETÓRIA DE REDUÇÃO DE
ACIDENTES DE TRABALHO FOI REPETIDA MAIS
UMA VEZ. A TAXA DE FREQUÊNCIA DE
ACIDENTES FICOU EM 3,16, EM COMPARAÇÃO
A 4,97 EM 2008

do reconhecimento internacional da qualidade de nosso Processo de Planejamento Estratégico, que inclui a Criação de Valor nas atividades florestais; no Crescimento Orgânico Acelerado na produção de celulose de eucalipto; Excelência nas Operações de produção e comercialização de papel; e Sustentabilidade, em tudo o que fazemos. No nosso entendimento, Sustentabilidade é a capacidade de repetir os ciclos de crescimento e sucesso, e, para isso, é necessário alcançarmos resultados positivos no chamado *triple bottom line*: econômicos e financeiros, ambientais e sociais. Os resultados alcançados descritos nessa mensagem devem ser creditados ao excepcional corpo de profissionais da Suzano Papel e Celulose, que, com dedicação e competência, fazem o dia a dia dessa grande Empresa. Com o objetivo de melhorar ainda mais o nosso desempenho, em 2009 foram implementados novos treinamentos, especialmente na formação de líderes em todos os níveis, uma nova sistemática de avaliação e reconhecimento de desempenho e o Programa Saúde Nota 10, que contou com a participação de mais de 2.000 colaboradores.

É com grande orgulho que informamos que, em 2009, a trajetória de redução de acidentes de trabalho foi repetida mais uma vez. A Taxa de Frequência de Acidentes ficou em 3,16, em comparação a 4,97 em 2008. Se incluirmos o Maranhão e o Piauí, esse número cai para 3,08 em 2009. Estes resultados reforçam ainda mais nossa posição entre os melhores do mundo no que se refere à segurança do trabalho.

Agradeço ainda aos nossos fornecedores, clientes, bancos, comunidades onde atuamos, especialmente aos nossos acionistas controladores e minoritários (cuja base evoluiu de 4,0 mil para 5,2 mil durante o ano) e ao nosso Conselho de Administração a confiança depositada nesse complexo ano de 2009. A nossa equipe vai trabalhar intensamente para continuar merecendo essa confiança. Temos a expectativa de que os resultados de 2010 serão melhores em razão da recuperação da economia mundial, com conseqüente forte recuperação de preços de celulose, e dos sólidos fundamentos estratégicos, operacionais e financeiros da Suzano Papel e Celulose.

Antonio Maciel Neto
Diretor-Presidente

Perfil

► GRI (2)

Com 85 anos de atuação – completados em 2009 –, somos uma empresa de base florestal posicionada como a segunda maior produtora global de celulose de eucalipto e uma das dez maiores de celulose de mercado, além de líder regional no mercado de papel. Pertencemos ao Grupo Suzano e, controlados pela Suzano Holding, somos uma companhia de capital aberto desde 1982. GRI (2.1, 2.6)

Nossa estrutura organizacional inclui três Unidades de Negócio – Florestal, Celulose e Papel – e quatro Prestadoras de Serviços (PS) internas: Operações; Finanças; Recursos Humanos; e Estratégia, Novos Negócios e Relações com Investidores. A Unidade de Negócio Papel contempla ainda a SPP-Nemo, distribuidora de papéis e produtos gráficos que possui 13 unidades comerciais e grande abrangência no mercado nacional. GRI (2.3)

Com sede administrativa em São Paulo, mantemos quatro unidades industriais no País – uma em Mucuri (BA), uma em Embu (SP) e duas em Suzano (SP). Nossas áreas florestais e as dos parceiros fomentados estão concentradas no sul da Bahia, no norte do Espírito Santo, em São Paulo e a leste de Minas Gerais. Também temos áreas no Maranhão, no Piauí e no Tocantins, que irão abastecer nossas novas fábricas naqueles Estados, com previsão de início de operação em 2013 e 2014, respectivamente. Nessas localidades, estão nossos 3.862 colaboradores. Detemos também 50% do Consórcio Paulista de Celulose e Papel (Conpacel), localizado em Limeira (SP). No exterior, possuímos três escritórios regionais, instalados nos Estados Unidos, na Suíça e na China, além de duas subsidiárias: a Sun Paper, na Inglaterra, e a Stenfar, na Argentina. Todas essas unidades internacionais reúnem 162 profissionais. GRI (2.4)

Sob essa estrutura, atuamos em dois mercados distintos: celulose de mercado, vendida para empresas de 31 países, e papel, vendido para 86 países, cujo portfólio inclui quatro linhas de produtos: não-revestidos, *cut size* ou papéis para escritório, revestidos e papelcartão. Juntas, elas utilizam cerca de 30 mar-

cas atualmente, algumas das quais consagradas no mercado, como Report®, TpPremium®, Paperfect®, Alta Alvura®, Reciclato®, Pólen® e Supremo®. GRI (2.2, 2.5, 2.7)

Apesar do cenário adverso, em 2009 investimos R\$ 658,7 milhões, 36,4% acima de 2008, sendo R\$ 283,5 milhões na manutenção da atual capacidade, R\$ 361,1 milhões nos projetos de expansão das unidades do Maranhão e do Piauí e ainda R\$ 14,1 milhões em outros investimentos. Também nos posicionamos como uma das empresas que mais plantaram no setor de papel e celulose no País (55 mil hectares ou 73 milhões de árvores).

Demos andamento aos projetos do ciclo de crescimento no Maranhão e no Piauí que nos permitirá ampliar em 2,6 milhões de toneladas a capacidade anual de celulose de mercado. Além dessas novas unidades, continuamos avaliando outros projetos com os quais poderemos atingir capacidade instalada de produtos de 7,2 milhões de toneladas por ano nos próximos dez anos. GRI (2.8 e 2.9)

Essa aspiração é amparada por nossa gestão focada na sustentabilidade, o que significa atribuir importância às dimensões econômico-financeira, social e ambiental, de forma a ampliar a competitividade dos negócios, contribuindo, ao mesmo tempo, para a preservação do meio ambiente e solidificando relacionamentos respeitosos com todos os nossos públicos.

Visão ▶ GRI (4.8)

Ser forte e gentil. Construir continuamente uma companhia de excelência que harmonize a criação de valor com a dignificação da vida humana e a preservação dos recursos naturais.

Missão ▶ GRI (4.8)

Desenvolver e oferecer produtos de base florestal, serviços, conceitos e ideias, antecipando-se às necessidades dos clientes e promovendo a satisfação dos acionistas, colaboradores, fornecedores e das comunidades locais.

Valores ▶ GRI (4.8)

- ▶ Flexibilidade e agilidade
- ▶ Relações de qualidade
- ▶ Humanismo e diversidade
- ▶ Responsabilidade socioambiental
- ▶ Liderança
- ▶ Segurança, saúde e qualidade de vida
- ▶ Comprometimento
- ▶ Inovação e pioneirismo

Mapa de públicos estratégicos

O mapa a seguir mostra nossos principais *stakeholders*, os públicos com os quais nos relacionamos. Eles aparecem divididos em quatro dimensões, segundo seu tipo de interação com nossa Empresa. O diálogo com todos é a base da nossa sustentabilidade.



Mapa de **localização**

► GRI (2.3, 2.4 e 2.5)



- Principais destinos das exportações 
- Fábricas 
- Portos 
- Escritórios no exterior 
- Florestas 

Estratégia e Gestão

► GRI (4.9)

Nossa estratégia de crescimento sustentável é revisitada e refinada anualmente em nosso ciclo de Planejamento Estratégico, e contempla cinco etapas conduzidas ao longo do período: orientações estratégicas, planejamento estratégico, plano plurianual, orçamento e desdobramentos de metas. Em 2009, mantivemos como foco o objetivo – anunciado em meados do ano anterior – de dobrarmos nossa capacidade de produção por meio da construção de duas novas fábricas, no Maranhão e no Piauí. Avançamos aceleradamente nesse sentido, com investimentos e ampliação da produção e do plantio de mudas de eucalipto – de 263 mil árvores plantadas por dia, em 2008, para 346 mil em 2009.

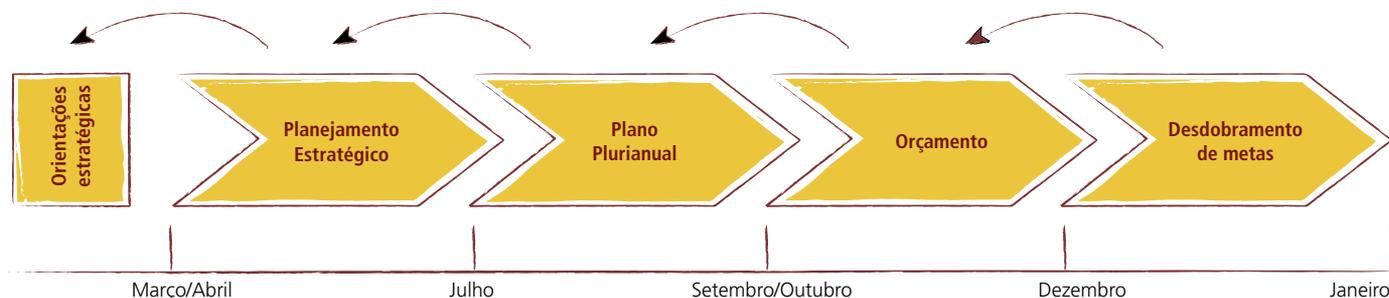
Também atuamos fortemente na redução dos impactos da crise financeira mundial sobre a Empresa. Reduzimos em 13,9% as despesas administrativas e com vendas e em R\$ 437 milhões o nosso capital de giro, assumimos serviços até então terceirizados, reduzimos os estoques e promovemos negociações bem-sucedidas para diminuir os prazos de recebimentos dos clientes e alongar os de pagamentos de fornecedores. Além disso, vendemos ativos não operacionais no valor de R\$ 347 milhões, em uma ação consistente com a estratégia de otimização e realocação de capital que irá reforçar a posição de

caixa para fazer frente aos investimentos relativos ao novo ciclo de crescimento. Importante ressaltar que o valor alienado no montante total de R\$ 311 milhões, referente a uma área em Turmalina (MG), será contabilizado no primeiro semestre de 2010. Os ativos alienados ao longo de 2009 não eram destinados para a produção de celulose e papel e a sua venda não impacta nossas operações atuais nem nossos projetos futuros.



Famarion Brito, Lucas Ferreira da Costa e Aledson Ferreira da Silva, na fábrica de Mucuri, BA.

Ciclo de Planejamento Estratégico



Vislumbrando os efeitos da crise internacional, no decorrer do processo de elaboração do Ciclo de Planejamento Estratégico optamos por revisar as estratégias das três Unidades de Negócio, o que resultou em:

Florestal – Intitulada “Valor em Ação”, a estratégia para a área é a de ampliar o escopo de atuação para além do fornecimento de madeira para a Unidade Celulose. Dessa forma, identificamos diversas oportunidades de negócios alinhados às nossas competências.

Celulose – A estratégia é a de promover um acelerado crescimento orgânico, segundo plano estratégico definido pela Unidade de Negócio Celulose, de forma a ampliar nossa presença no mercado internacional por meio da produção em novas fronteiras, como a Região Norte-Nordeste, que até então não havia sido explorada para a produção de celulose.

Papel – Excelência nas Operações é o nome da estratégia determinada para a área de papel, o que significa aperfeiçoar o que já executamos. Nesse caminho, analisamos profundamente a competitividade dos nossos ativos e encontramos oportunidades de ampliá-la. Além disso, detalhamos o modelo por meio do qual nos posicionamos no mercado – o *Go to Market* (GTM) – e identificamos pontos de melhoria para atingirmos a excelência nas operações de produção, venda e distribuição de papel.

Para permear esses objetivos, também revisamos a estratégia da área de Operações, que engloba as áreas Industrial, de P&D, Logística, Competitividade e Tecnologia da Informação. Sob a orientação de ser *Best in Class*, e buscando alcançar a excelência em nossas operações, investimos fortemente nos Projetos Excelência Operacional e Seis Sigma, no âmbito dos quais firmamos parceria com o Instituto de Desenvolvimento Gerencial (INDG).

Gestão

Nosso Modelo de Excelência de Gestão baseia-se nos oito critérios da Fundação Nacional da Qualidade (FNQ) – organização que, em 2008, nos concedeu o Prêmio Nacional de Qualidade (PNQ). São eles: liderança; estratégias e planos; clientes; sociedade; informações e conhecimento; pessoas; processos; e resultados. Todos são colocados em prática no dia a dia por meio de uma estrutura organizacional sólida e claramente definida, que inclui 12 Comitês, 18 Subcomitês e diversos Grupos de Trabalho (*Leia mais a respeito no capítulo Governança Corporativa*).

Mantemos ainda políticas de gestão de tecnologia, de gestão de ativos intangíveis, de gestão de riscos e de gestão de pessoas, entre outras – todas pautadas por nosso conceito de sustentabilidade, que entendemos como a capacidade de repetir os ciclos de crescimento e sucesso, integrando as três dimensões do negócio: econômica, social e ambiental.



Governança Corporativa

► GRI (4.1)

O tripé Grupo Controlador Definido, Mercado de Capitais e Gestão Profissional pautou nossa governança corporativa e, conseqüentemente, nosso relacionamento com os mercados de capitais e os investidores. Fornecemos a eles todas as informações e os dados, de forma clara, para que possam avaliar com facilidade nosso desempenho e checar sua sintonia com as estratégias de crescimento traçadas em nossos ciclos anuais de planejamento.

Diversas ferramentas dão suporte a essa governança, entre elas o Código de Conduta. Ele é divulgado amplamente entre todos os *stakeholders* para expressar e reafirmar nosso comportamento empresarial e o que esperamos dos nossos parceiros de negócios. Outro canal é a Ouvidoria Externa, administrada por empresa independente, que também recebe relatos pelo telefone (08007714060) e pela internet (ouvidoriaexterna@austernet.com.br).

Essa forma de gestão e controle é reforçada por um Comitê de Conduta – alçado a essa condição em 2009 – responsável por zelar pela ética na condução dos negócios e pelo aperfeiçoamento contínuo do diálogo com nossos *stakeholders*. O Comitê empreendeu esforços

NOSSO COMITÊ DE CONDUTA

ZELA PELA ÉTICA NA CONDUÇÃO

DOS NEGÓCIOS E PELO

APERFEIÇOAMENTO CONTÍNUO

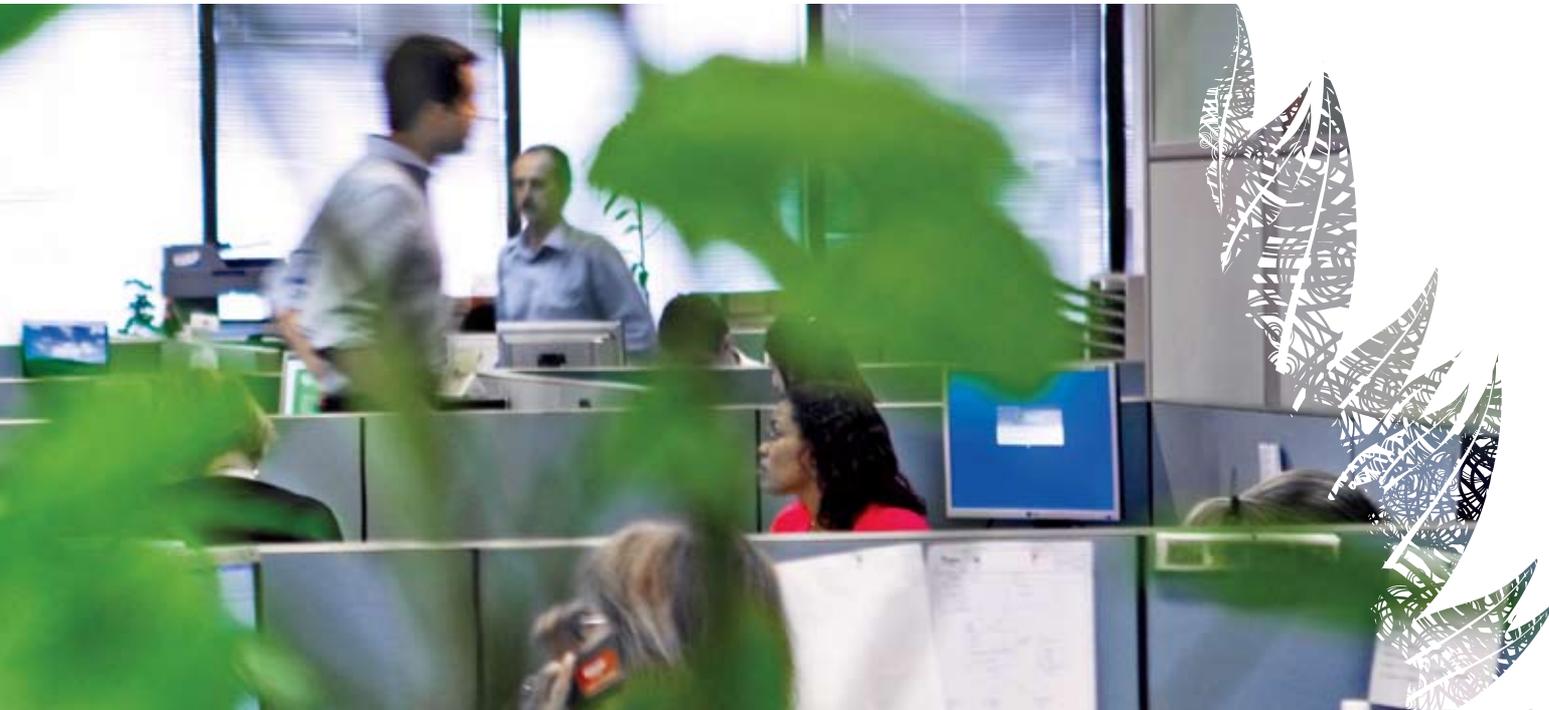
DO DIÁLOGO COM NOSSOS

STAKEHOLDERS

no ano passado no sentido de responder a todas as denúncias pendentes na Ouvidoria.

Para auditar nossos resultados e a eficácia dos controles internos e práticas contábeis, recorremos a auditorias internas e externas, que apresentam seus diagnósticos ao Comitê de Auditoria. Os serviços de auditoria externa são prestados pela empresa Ernst & Young Auditores Independentes S.A., com a qual mantemos contrato desde 2004.

Colaboradores no Escritório São Paulo



Estrutura organizacional

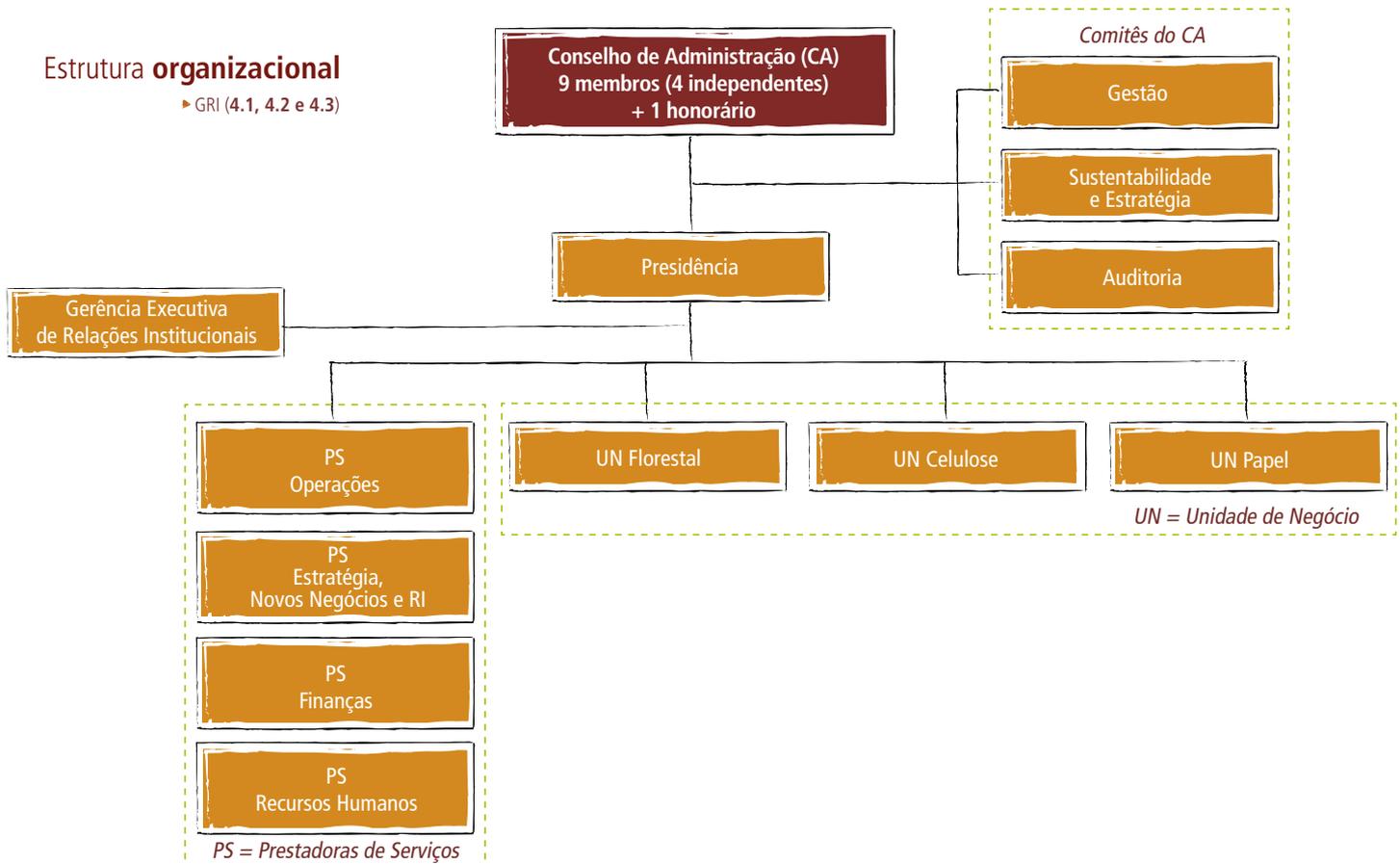
Nossa gestão é exercida, no nível superior, pelo Conselho de Administração – que tem o apoio do Comitê de Gestão, do Comitê de Sustentabilidade e Estratégia e do Comitê de Auditoria – e pela Diretoria-Executiva. Além disso, mantemos um Conselho Fiscal permanente, integrado por três membros efetivos e três suplentes.

Desde 2007, essa estrutura é reforçada ainda por 12 Comitês e 18 Subcomitês, além de Grupos de Trabalho, todos alinhados com o nosso Modelo de Excelência da Gestão e responsáveis pela integração das áreas internas, pelo aprofundamento do aprendizado e pela disseminação das práticas e dos temas estratégicos.

Nossa estrutura organizacional é baseada em Unidades de Negócios, o que possibilita a avaliação de desempenho e retorno de cada negócio de forma independente. São três Unidades de Negócios – Florestal, Celulose e Papel –, que atuam com o suporte de quatro Prestadoras de Serviços: Operações; Recursos Humanos; Finanças; e Estratégia, Novos Negócios e Relações com Investidores. Essa estrutura é direcionada para alcançar três objetivos permanentes: maior foco no cliente, responsabilização por resultados e desenvolvimento de líderes. GRI (4.4)

NOSSA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

É BASEADA EM UNIDADES DE NEGÓCIOS (FLORESTAL, CELULOSE E PAPEL), O QUE POSSIBILITA A AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO E RETORNO DE CADA NEGÓCIO DE FORMA INDEPENDENTE





Amilton José Kanieski e João Batista Caland Junior (ao fundo), no Escritório de Teresina (PI)

Conselho de Administração (CA)

É composto por nove membros – quatro deles independentes –, além de um honorário, que têm mandatos de dois anos e podem ser reeleitos. Eles se reúnem ordinariamente a cada três meses e extraordinariamente sempre que for necessário.

Em apoio ao órgão, o Comitê de Gestão trata de temas relacionados a finanças, orçamento e controle, gestão de talentos, remuneração de executivos, jurídicos e legais, novos negócios, investimentos e relacionamento com o mercado e formulação de políticas corporativas. Também acompanha os resultados e o desempenho dos executivos. Já o Comitê de Sustentabilidade e Estratégia subsidia as estratégias de longo prazo e seus planejamentos e dissemina o conceito de sustentabilidade e sua aplicação. O Comitê de Auditoria, por sua vez, analisa as Demonstrações Financeiras, fiscaliza o trabalho das auditorias internas e externas, assim como os controles internos, e zela pelo cumprimento do Código de Conduta. ► GRI (4.1)

Integram o Conselho de Administração os seguintes executivos:

DAVID FEFFER – Presidente do Conselho de Administração. Experiência de 36 anos no setor de papel e celulose. Coordenador do Comitê de Gestão e membro dos Comitês de Sustentabilidade e Estratégia e de Auditoria da Companhia. É Diretor-Presidente da Controladora Suzano Holding, da IPFL Holding, da Nemopar Investimentos Ltda. e da Polpar, da qual é também Vice-Presidente do Conselho de Administração. É ainda Diretor Vice-Presidente da Premesa e da Vocal Comércio de Veículos.

DANIEL FEFFER – Vice-Presidente do Conselho de Administração. Experiência de 32 anos no setor de papel e celulose. É membro do Comitê de Sustentabilidade e Estratégia da Companhia. É também Presidente do Conselho de Administração da Polpar S.A, Diretor-Presidente da Premesa S.A, Diretor Vice-Presidente Corporativo da Controladora Suzano Holding S.A, da IPFL Holding S.A e Diretor Vice-Presidente da Nemopar Investimentos Ltda. Diretor-Presidente da Vocal Comércio de Veículos Ltda. e da Nemonorte Imóveis e Participações Ltda. Vice-Presidente do Conselho Curador e Diretor Vice-Presidente da Fundação Filantrópica Arymax e Presidente do Conselho Diretor e Vice-Presidente do Conselho Superior do Instituto Ecofuturo.

BORIS TABACOF – Vice-Presidente do Conselho de Administração. Experiência de 35 anos no setor de papel e celulose. É também Vice-Presidente do Conselho Superior de Economia da Fiesp, Membro do Conselho Consultivo da Bracelpa e do Instituto Brasileiro de Executivos de Finanças – IBEF (Rio de Janeiro) e Presidente do Conselho do *Comitê Brasileiro Britain Brasil Business Forum*.

JORGE FEFFER – Conselheiro. Experiência de 31 anos no setor de papel e celulose, é membro do Comitê de Sustentabilidade e Estratégia. É ainda Diretor Vice-Presidente Corporativo da Suzano Holding e da IPFL Holding S.A., Diretor-Executivo da Nemonorte Imóveis e Participações Ltda. e da Vocal Comércio de Veículos Ltda..

CLAUDIO THOMAZ LOBO SONDER – Conselheiro. Diretor Vice-Presidente-Executivo da Controladora Suzano Holding S.A., Coordenador do Comitê de Sustentabilidade e Estratégia e Membro do Comitê de Auditoria e de Remuneração do Conselho de Administração da Companhia. Foi CEO e Presidente do Conselho de Administração da Hoechst Química e Farmacêutica, de 1983 a 1993. É Conselheiro das Lojas Renner S.A., do Grupo RBS, da Cyrela Brazil Realty, da OGX e do Grupo Químico DSM/Holanda.

ANTONIO DE SOUZA CORRÊA MEYER – Conselheiro independente. Sócio-fundador do escritório Machado, Meyer, Sendacz e Opice Advogados, ex-Conselheiro da OAB-Brasil, presidente do Conselho Diretor da CESA e ex-Diretor da Câmara Americana de Comércio e do Comitê Legislativo da ABRASCA. De 1987 a 1989 foi conselheiro legal e Presidente do Comitê Legislativo da Câmara Americana de Comércio.

OSCAR DE PAULA BERNARDES NETO – Conselheiro independente. Membro do Comitê de Auditoria. Diretor da Integra Associados, é membro do Conselho de Administração da Gerdau S.A., da Metalúrgica Gerdau, da São Paulo Alpargatas, da Localiza e da Johnson Electric (Hong Kong). É também membro do Conselho Consultivo da Bunge Brasil e da Alcoa Brasil. Foi presidente da Bunge Internacional e Sócio-Diretor da Booz-Allen & Hamilton.

MARCO ANTONIO BOLOGNA – Conselheiro independente. Coordenador do Comitê de Auditoria. É membro do Conselho de Administração da TAM S.A. e da TAM Aviação Executiva e Táxi Aéreo S.A. Foi Diretor-Presidente da TAM Linhas Aéreas S.A. e Diretor-geral da Wtorre S.A.

NILDEMARSECCHES – Conselheiro independente. Copresidente do Conselho de Administração da BRF-Brasil Foods e membro do Conselho de Administração da WEG S.A., da Ultrapar Participações S.A. e da Iochpe-Maxion S.A. Foi Diretor-Presidente das Empresas Perdigão, Diretor do BNDES e Diretor-geral corporativo do Grupo Iochpe-Maxion Holding Industrial.

AUGUSTO ESTEVES DE LIMA JUNIOR – Conselheiro honorário. É presidente do Conselho de Administração da Suzano Holding S.A. e do Conselho de Administração da IPLF Holding S.A., membro do Conselho de Administração da Polpar S.A., do Conselho Curador da Fundação Filantrópica Arymax e do Conselho Superior do Instituto Ecofuturo.

Diretoria-Executiva

É formada por um diretor-presidente e sete diretores-executivos. Integram-na os seguintes profissionais:

ANTONIO MACIEL NETO – Diretor-Presidente. Há quatro anos na Suzano. É membro do Conselho de Administração da Archer Daniels Midland, nos EUA, e da Marfrig Frigoríficos e Comércio de Alimentos e Vice-Presidente da Bracelpa. Foi membro do Conselho de Administração do Sebrae, da Gradiente, da Cecria e da Amcham e Presidente da Ford Brasil e América do Sul, do Grupo Itamarati, da Ferronorte Participações e da Cecria Revestimentos Cerâmicos. Atuou ainda como executivo na Petrobras e no governo federal. É graduado em Engenharia Mecânica pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

ALEXANDRE YAMBANIS – Diretor-Executivo, responsável pela Unidade de Negócio Celulose. Ingressou na Suzano em 2009. Foi CEO das operações na Europa do Grupo RGM e Diretor-Comercial da Aracruz. É graduado em Administração de Empresas pela Fundação Getúlio Vargas (FGV).

ANDRÉ DORF – Diretor-Executivo, responsável pelas áreas de Estratégia, Novos Negócios e Relações com Investidores. Há sete anos na Suzano. Foi responsável pela Unidade de Negócio Papel, de 2005 a 2008, e atuou como executivo no J.P. Morgan no Brasil e em Nova York, no Chase Manhattan e no Banco Patrimônio/Salomon Brothers. É graduado em Administração de Empresas pela Fundação Getúlio Vargas (FGV).

BERNARDO SZPIGEL – Diretor-Executivo, responsável pelas áreas Financeira e Jurídica. Há 15 anos na Suzano. Atuou na Vale por 23 anos, na qual ocupou os cargos de Diretor, Vice-Presidente e membro do Conselho de Administração. É PhD em Administração de Empresas pela Universidade da Califórnia, Berkeley e engenheiro mecânico pelo ITA.

CARLOS ANÍBAL DE ALMEIDA JÚNIOR – Diretor-Executivo, responsável pela Unidade de Negócio Papel. Há seis anos na Suzano. Atuou, na Empresa, como Gerente-Executivo da Unidade de Negócio Celulose. Foi Gerente-Geral de Vendas para a América Latina da General Electric, na Divisão Sistemas Industriais. É graduado em Engenharia Elétrica pela Universidade Federal de Minas Gerais, com MBA pelo Ibmecc-SP.

CARLOS ALBERTO GRINER – Diretor-Executivo, responsável pela área de Recursos Humanos. Há dois anos na Suzano. Na General Electric, foi Gerente de Recursos Humanos de Operações em Aviação no Brasil e no exterior, Diretor-Global de Recursos Humanos para Tecnologia da Informação, nos Estados Unidos, e Diretor de Recursos Humanos para México e América Latina. Atuou ainda na Carioca Engenharia, CR Almeida, Comlurb e Bureau Veritas. Possui pós-graduação em Administração de Empresas pela COPPEAD-Universidade Federal do Rio de Janeiro.

ERNESTO POUSADA JÚNIOR – Diretor-Executivo, responsável pela área de Operações. Há cinco anos na Suzano. Foi responsável, na Empresa, pelo projeto de expansão da Unidade de Mucuri. Atuou como executivo na Dow Chemical Company, no Brasil, nos Estados Unidos e na Europa. É especializado em Administração de Negócios pela Fundação Instituto de Administração (FIA) da Universidade de São Paulo (USP).

JOÃO COMÉRIO – Diretor-Executivo, responsável pela Unidade de Negócio Florestal. Há três anos na Suzano. Atuou na Champion Papel e Celulose e na International Paper, na qual foi Diretor de Planejamento Estratégico Florestal Global na matriz, nos Estados Unidos. É pós-graduado em Ciência Florestal e Tecnologia de Madeira pela Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (Esalq/USP).

Conselho Fiscal

É composto por três membros efetivos, dois dos quais indicados pelos acionistas controladores e um pelos acionistas preferencialistas. São eles:

LUIZ AUGUSTO PAES – Desde 1991 é Sócio-Diretor da Almeida Prado, Paes e Caruso Consultoria Empresarial Ltda., que presta serviços de consultoria e assessoria tributária para o segmento corporativo. É graduado em Direito pela Universidade de São Paulo (USP).

RUBENS BARLETTA – Foi integrante do escritório de advocacia de Augusto Esteves de Lima Júnior por mais de 40 anos e hoje presta serviços jurídicos para várias empresas do País. É graduado em Direito pela Faculdade de Direito de São Bernardo do Campo.

JOSÉ LUIZ MONTANS ANACLETO JÚNIOR – Foi Conselheiro Fiscal da Mahle-Metal Leve S.A. e da Encorpar. Desde 2002, é analista de empresas da Skopos Administradora de Recursos. É graduado em Engenharia Mecânica pela Escola Politécnica da Universidade de São Paulo (USP).

Apoio

Comitês – Estratégia, Gestão de Pessoas, Gestão de Condução, Excelência Operacional, Normalização e Certificações, Inovação, Fiscal-Tributário, Investimentos, Gestão Internacional, Modelo da Gestão, Comunicação e Socioambiental.

Subcomitês – Riscos, Crédito, Gestão de Pessoas, Qualidade, Fluxo de Caixa de Tributos, TOT (Oper. Fiscal e Trib.), Investimentos, Excelência Operacional, Seis Sigma, Normalização e Certificações SPP, Normalização e Certificações PSO, Normalização e Certificações UNF, Inovação, Orçamento Matricial, Socioambiental SP/MA/PI/BA, Facilitadores PNQ, Gestão de Condução e Gap Closure.

Grupos de Trabalho – São criados de acordo com a necessidade de debater, aprofundar e deliberar medidas sobre temas específicos relacionados às nossas operações.

Auditoria e Controles Internos

Recorremos a auditores externos e à auditoria interna para a avaliação de nossos resultados, controles internos e nossas práticas contábeis. Os diagnósticos das análises são apresentados ao Comitê de Auditoria.

Em 2009, contratamos um Diretor de Auditoria que se reporta ao Conselho de Administração, ao Comitê de Auditoria e, operacionalmente, ao Diretor Presidente da Suzano Papel e Celulose. Desde 2004, mantemos como prestadora de serviços de auditoria independente a Ernst & Young Auditores Independentes, cujos trabalhos possibilitam o aprimoramento dos controles internos, em especial relacionados a aspectos fiscais, contábeis e de tecnologia da informação.

Gestão de riscos

► GRI (4.11)

Nossa política de gestão de riscos mostrou-se eficaz em 2009 na medida em que, dentre os potenciais eventos que havíamos mapeado como prioritários no exercício anterior, e os quais vínhamos monitorando estreitamente, aqueles que se materializaram foram mitigados. Um exemplo disso foi o risco de ausência de linhas de crédito no mercado, que se mostrou presente no início do ano passado com a crise financeira. O assunto passou a ser pauta fixa das reuniões semanais da Diretoria, nas quais foram tomadas decisões para amenizar o cenário.

O diferencial da nossa gestão de risco – que contempla a aplicação da metodologia do *Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission (COSO)* – é o seu alinhamento ao nosso Ciclo de Planejamento Estratégico (CPE) e o envolvimento de todas as áreas internas. Assim, a estratégia bem formulada e a análise constante do andamento do mercado resultam na seleção acertada dos eventos de risco e na definição dos planos de ação, contingência e controle para fazer frente a eles.

Em 2009, esse modelo foi aperfeiçoado com a disseminação da metodologia, que prioriza os eventos de risco aos quais estamos sujeitos, mede o impacto e a probabilidade das ocorrências e detalha e acompanha cada um dos riscos selecionados. Este trabalho envolveu todos os executivos e os comitês de Gestão e de Auditoria, que apontaram os 22 riscos mais relevantes para os negócios. A seguir, seguem alguns exemplos.

Felipe Sans Romano, Marcos Maciel Marques da Costa e Alexandre Dalpiero de Freitas, no Escritório São Paulo

Financeiros

Um dos principais riscos econômico-financeiros a que estamos expostos é ao da volatilidade do Real em relação ao Dólar, uma vez que parte significativa das nossas receitas e do nosso endividamento é denominada nessa moeda. Nossa política de *hedge* é norteada pelo fato de que mais de 50% da receita líquida é proveniente de exportações com preços em Dólares. Este *hedge* natural permite conciliar o fluxo de pagamentos dos financiamentos e das demais obrigações denominadas em Dólares com o fluxo de recebimentos das vendas. O excedente de receitas em Dólares não atreladas aos compromissos da dívida e demais obrigações é vendido no mercado de câmbio, com uso de operações à vista, e nos mercados de futuros, para buscar as melhores oportunidades de contratação destas vendas. Em 31 de dezembro de 2009, havia US\$ 316,6 milhões em operações contratadas para venda futura de Dólares, sendo US\$ 241,6 milhões por intermédio de NDF's (*Non Deliverable Forwards*) simples e US\$ 75 milhões por meio de posições com opções de compra e venda de Dólares, que têm como objetivo proteger as receitas de exportações (*hedge*) sem custo inicial para a Companhia (*zero cost collar*).





Wedson Pinheiro da Silva, Cleyton Guidolini, Diogo Lage Ferreira e Robson Pereira Marques (de vermelho), na Unidade Mucuri (BA)

Além disso, são celebrados também contratos para o *swap* de taxas de juros flutuantes para taxas fixas e contratos para fixação dos preços de celulose, de forma a diminuir os efeitos dessas variações sobre o nosso fluxo de caixa.

Como estratégia de proteção contra a volatilidade do risco-país e a eventual indisponibilidade de linhas de financiamento, adotamos como política a manutenção do perfil alongado de nossa dívida e de um elevado volume de liquidez, com redução do risco de rolagem da dívida. Em 31 de dezembro de 2009, o *duration* da dívida de longo prazo era de 2,8 anos, em comparação a 3,0 anos em 2008. O saldo de caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras, por sua vez, eram de R\$ 2.482,6 milhões no final de 2009.

Mercadológicos

Um dos riscos de mercado aos quais estamos sujeitos traduz-se no enfrentamento da concorrência, tanto de empresas nacionais como internacionais. Em 2009, esse risco foi evidenciado pelo aumento da oferta de papéis importados no Brasil. Para mitigá-lo, buscamos a diversificação de mercado, assim como o lançamento de produtos que atendam a novos nichos e necessidades dos clientes (*confira esses lançamentos no item Visibilidade do capítulo Ativos Intangíveis*) e a manutenção de relacionamento transparente e respeitoso com os nossos clientes.

Operacionais

Para mitigar os riscos de atrasos em projetos de expansão ou da necessidade de ampliar os investimentos previamente planejados para a sua condução, contratamos financiamentos com prazos e perfis de amortização adequados e taxas competitivas, gerenciamos com eficácia todas as fases dos projetos e buscamos firmar parcerias com administradores e consultores especializados. Graças a essas medidas, cumprimos em 2009 todas as etapas previstas no âmbito do novo ciclo de crescimento, assim como o calendário de investimentos que o sustenta. Vale mencionar que, apesar do endividamento contraído para execução do Projeto Mucuri, o perfil da dívida é adequado, o que foi comprovado em 2009: apesar da menor geração de caixa, não tivemos impactos na nossa solidez.

Outro risco ligado às nossas operações, decorrente da dependência de terceiros para o fornecimento de parte da madeira para a produção de celulose, é mitigado por meio da adoção de iniciativas como o Programa Parceria Florestal de Madeira – cujas regras são regidas por contratos sólidos – e pela manutenção de relacionamento que privilegia o diálogo franco com os produtores.

Na área industrial, os riscos são reduzidos por programas como o de Excelência Operacional, por meio do qual intensificamos continuamente a eficiência dos nossos ativos e gerenciamos adequadamente a rotina.

Ambientais

Mantemos uma política de melhoria constante de desempenho ambiental, de forma a reduzir os impactos de nossas atividades, preservar os recursos naturais e, conseqüentemente, reduzir possíveis riscos. Além disso, desenvolvemos e/ou adotamos ferramentas e soluções inovadoras, como o *software* Bioindex (Índice de Diversidade Biológica) – que possibilita compilar informações das áreas nativas e plantadas para planejar as atividades de maneira a obter melhora da biodiversidade – e o manejo de mudas de eucalipto, que resulta na redução do consumo de água e fungicidas.



Ativos intangíveis

Nossos ativos intangíveis são geridos por política específica em constante atualização que nos permite protegê-los e otimizá-los. Esta política foi criada em 2008 e define, a partir dos Critérios de Excelência de Gestão da Fundação Nacional da Qualidade (FNQ), o que é ativo intangível para a Suzano. São eles: certificações em normas de gestão, modelo de gestão baseado nos critérios da FNQ, reestruturação societária e organizacional, relacionamento com os mercados de capitais, gestão da tecnologia e novos produtos, gestão de pessoas e equipes, gestão da estratégia, conhecimento gerado pela força de trabalho, relacionamento com clientes e mercados, marcas e imagem corporativa.

A eles somam-se outros diferenciais competitivos que nos evidenciam no mercado, entre os quais destacamos:



Visibilidade

► GRI (2.2 e 2.8)

A marca Suzano expressa uma trajetória de conquistas que resulta no fato de sermos a segunda maior produtora mundial de celulose de eucalipto e uma das dez maiores de celulose de mercado e a líder regional no segmento de papéis.

Mais do que isso, ela está por trás de quase 30 marcas distribuídas entre papéis revestidos e não revestidos, cartões e *cut size*, consagrados nos mercados nacional e internacional, entre eles: Report®, Report® Carbono Zero/Report® Carbon Neutral, Report® no Alvo da Moda, Report® Senninha, Report® Pucca, Report® Mo-

ranguinho, Report® Barbie, Report® Cores, Artwork®, Reciclato Suzano®, Eclipse®, Cartolina Senninha®, Supremo Alta Alvura®, Supremo Duo Design®, Royal Quartz®, TP White®, TP Premium®, ArtPremium®, Super 6 Premium®, ExtraKot®, Neopack®, Papelcartão Reciclato®, TP Polar® e Ice Card®. Várias dessas marcas destacam-se pelas inovações que trazem em seus conceitos. O Report Carbono Zero®/Carbon Neutral®, por exemplo, é o primeiro papel *cut size* produzido em escala industrial que compensa a emissão de gases de efeito estufa gerados durante o processo produtivo e o transporte do produto até os centros de distribuição por meio do plantio e da recuperação de florestas nativas.

Lançamentos 2009

Em 2009, esse portfólio foi reforçado com o lançamento dos seguintes produtos:

Linha TP White®: Lançamento mundial que traz o melhor da rigidez e da apresentação em papelcartão triplex em um único produto, proporcionando bons resultados em estrutura e na qualidade de impressão das embalagens. A linha TP White® é composta pelo TP White Pharma®, direcionado para a indústria farmacêutica, e pelo TP White Zero Transfer®, destinado para a indústria alimentícia, por apresentar controle de migração de odor do papelcartão para os alimentos.

TP WHITE

Couché Suzano Print®: Linha fabricada em nossa Unidade de Suzano, que apresenta nova tonalidade, assegurando alta fidelidade de cores e impressões mais vivas.

**COUCHÉ
SUZANO
Print**

Papelcartão Reciclato®: Papelcartão que alia o conceito socioambiental da linha Reciclato® à qualidade do papelcartão Suzano – direcionado para os mercados de embalagens, promocional e editorial.

**RECICLATO
SUZANO**

Reciclato® Branco: Nova opção de papel reciclado, proporciona maior alvura, melhor qualidade de impressão e fidelidade de cores. Está disponível em bobinas e formatos para as indústrias gráfica e editorial, com diferentes gramaturas.

**RECICLATO
SUZANO BRANCO**

Report® no Alvo da Moda: Em embalagem diferenciada, de 250 folhas, é direcionado para o público feminino. Com o símbolo da campanha de combate ao câncer de mama, tem forte apelo social, uma vez que, além de divulgar o tema, parte da arrecadação obtida com a venda do produto é destinada para o Instituto Brasileiro de Controle do Câncer (IBCC).

Report® Pucca, Report® Moranguinho e Report® Barbie: Lançados em parceria com a Foroni – uma das mais importantes marcas do mercado de cadernos –, esses produtos completam a linha escolar da Suzano, também composta pelo Papel e pela Cartolina Report® Senninha.



No alto, os novos Report® Pucca, Report® Moranguinho e Report® Barbie; ao lado, Report®, Report® no Alvo da Moda, Report® Carbono Zero e Reciclato®

Inovação

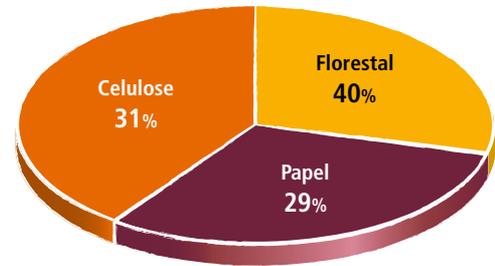
Um de nossos valores corporativos, a inovação é também um compromisso que, em 2009, foi revigorado com o estabelecimento de metas de longo prazo e o desenvolvimento de 52 projetos nas três áreas de negócio. Essas iniciativas complementam o trabalho do ano anterior de conclusão da aplicação do Projeto Inovação. Entre outros frutos, ele resultou em uma governança clara para a área e uma estrutura mais dinâmica, que inclui Comitê e Subcomitê de Inovação e grupos de trabalho setorizados responsáveis pelo gerenciamento dos projetos.

Sob essa organização, a área florestal está na linha de frente das pesquisas em biotecnologia, que incluem a busca permanente de variedades capazes de ampliar a produtividade de nossas florestas, assim como de processos direcionados para a economia de tempo e o aumento da precisão das operações.

Na área de papel, ainda graças à nossa capacidade inovadora, registramos um importante avanço na meta de participação nas vendas dos itens lançados nos últimos dois anos: o percentual, que em 2007 e 2008 manteve-se na faixa dos 5% do total comercializado, saltou para 30% em 2009.

Essas e várias outras iniciativas são conduzidas no âmbito do Projeto Inovação, que tem como base o modelo *open innovation* (inovação aberta), o que

Projetos de **inovação** por área

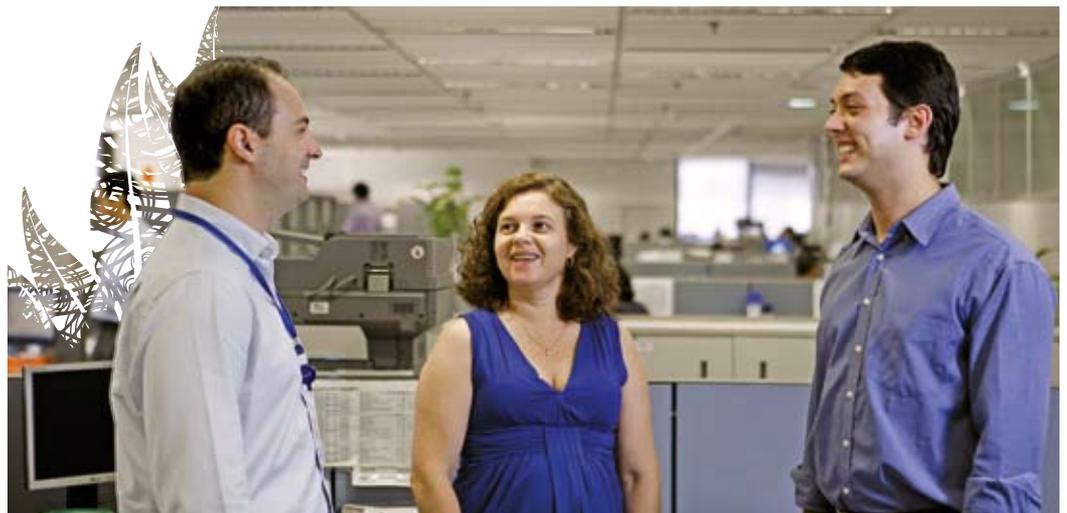


significa nos aliarmos a parceiros estratégicos para adquirirmos conhecimento, acelerarmos o desenvolvimento e reduzirmos a necessidade de recursos.

A inovação também é estimulada na base operacional por meio de programas como o Click, que premia os colaboradores pelas ideias capazes de melhorar a rotina. Em 2009, atingimos recorde de sugestões apresentadas: foram 619, muitas das quais já em fase de aplicação, que resultaram em ganhos de aproximadamente R\$ 8 milhões e na distribuição de R\$ 320 mil em prêmios aos seus autores. Desde 2001, já foram pagos em prêmios R\$ 810 mil.

30%

FOI A PARTICIPAÇÃO NAS VENDAS, EM 2009, DOS ITENS LANÇADOS NOS ÚLTIMOS DOIS ANOS NA ÁREA DE PAPEL



Daniel Carlos Moreno, Denise Candido de Oliveira Conti e Yves Willi Poci Banks Leite Belli, colaboradores do Escritório São Paulo



No primeiro plano, Christine Baena Castilho Fontelles, Maurício Bueno Penteado, Fernando Antonio Camargo Bilia e Osni Aparecido Sanchez, em oficina da área Socioambiental em São Paulo

Excelência operacional

Em andamento há três anos, nosso Programa de Excelência Operacional – iniciado em Mucuri e posteriormente expandido para a Unidade Suzano – tem como foco a eficiência dos ativos, a gestão da rotina, a identificação de novos produtos e o aumento da produção e da produtividade. Consolidado em 2009, ele resultou no alcance de 85,3% de eficiência global das máquinas de papel, o que representa 0,7 ponto percentual mais do que no ano anterior.

Já a metodologia Seis Sigma – que após três anos de adoção formou 38 *black belts* e 190 *green belts*, hoje em atuação em 442 projetos de diferentes áreas – teve seu foco direcionado para a redução de custos, em virtude dos efeitos da crise financeira internacional sobre os negócios. Tão importante quanto os ganhos financeiros, no entanto, foi a possibilidade de sedimentarmos muitas das práticas adotadas para obtê-los.

No mesmo sentido da busca contínua de excelência operacional, lançamos no ano o Programa Boinas Verdes, de formação de colaboradores com profundos conhecimentos operacionais e técnicos em cada uma das áreas da Unidade de Negócio Celulose. A iniciativa contempla a relação mestre/especialistas. Assim, recrutamos engenheiros nas fábricas, que participaram de cursos intensivos – teórico e prático – ministrados por profissionais que, ao longo de suas carreiras, acumularam experiências em outras unidades fabris, inclusive no exterior. Conduzida em parceria com a Diretoria de Recursos Humanos, a iniciativa está alinhada às estratégias de capacitação e desenvolvimento profissional da área de Educação Corporativa e visa também à produção de um novo conhecimento. Isso porque os mestres não apenas transmitem informações, mas analisam com os especialistas questões internas críticas e potenciais problemas, além de documentar os casos avaliados e as soluções encontradas.

Tanto o Programa Boinas Verdes como o Projeto Inovação integram o tripé operacional composto por Liderança, Metodologia e Conhecimento Técnico. A primeira base é alimentada especialmente pela área de Recursos Humanos, que, em 2009, promoveu diversos programas para a formação de líderes (*leia mais a respeito no capítulo Colaboradores*). Já a Metodologia é contemplada por iniciativas como o Seis Sigma e o Programa de Gestão da Rotina, que envolvem metodologias específicas, como a desenvolvida pelo Instituto de Desenvolvimento Gerencial (INDG), e resultam em eficiência global dos ativos. O conhecimento técnico, por sua vez, foi fortalecido no ano com o Programa Boinas Verdes.

Para dar suporte a essas inovações, a área de Tecnologia da Informação (TI) atuou como um facilitador dos ganhos de produtividade e renovou toda a nossa base de computadores por meio de contrato de *leasing*, que atualizará os equipamentos a cada quatro anos. A ação, que envolveu recursos de cerca de R\$ 4 milhões – diluídos em quatro anos –, somou-se à duplicação de nossa capacidade de transmissão de dados.

Todo esse leque de ações está alinhado ao novo salto de crescimento ao qual nos dedicamos e que requer a construção de um modelo replicável para ampliarmos cada vez mais a produtividade dos nossos negócios.

Reconhecimento e Certificações

► GRI (2.10)

O reconhecimento pelo mercado do nosso trabalho e dos aperfeiçoamentos contínuos que promovemos nas três dimensões da sustentabilidade traduz-se, também, na conquista de títulos e prêmios. Em 2009, vários deles reforçaram nossa convicção de estarmos preparados para enfrentar com sucesso um novo ciclo de crescimento.

► Figuramos como a grande vencedora do prêmio Melhores do Agronegócio, da revista *Globo Rural*. Além de termos sido considerados a melhor empresa de papel e celulose do País, também conquistamos o título de Campeã das Campeãs, disputado pelas 30 companhias setoriais ganhadoras.



► Fomos escolhidos como a Melhor Empresa do Setor de Celulose e Papel pela revista *IstoÉ Dinheiro*, que, anualmente, publica um *ranking* com as 500 melhores empresas do Brasil.

► Pelo quarto ano consecutivo, participamos do *ranking* das Melhores & Maiores empresas do País, elaborado pela revista *Exame* (três anos como a Melhor e um ano em segundo lugar).



► Fomos escolhidos como Empresa-Modelo, pelo *Guia Exame de Sustentabilidade*, pelo sexto ano consecutivo. Destacamo-nos por nossa estratégia de longo prazo, direcionada para uma economia de baixo carbono, que envolve a realização do inventário de emissões e definição de metas para a redução ao lançamento de produtos ecologicamente corretos.

► Pelo segundo ano consecutivo, conquistamos o Prêmio Época Mudanças Climáticas, promovido pela revista *Época* em parceria com a PriceWaterhouseCoopers como reconhecimento às organizações que publicam relatórios de emissões de gases de efeito estufa e atuam para reduzi-las.

► Fomos premiados pela Rainforest Alliance por nossos investimentos em inovação, nosso compromisso com a sustentabilidade e nossa dedicação à biodiversidade.



► Conquistamos o *Pulp and Paper International (PPI) Award*, na categoria Melhor Estratégia Empresarial. O prêmio é promovido pela RISI, maior provedora mundial de informações para a indústria de base florestal. A RISI também reconheceu nosso presidente, Antonio Maciel Neto, como o CEO do ano na América Latina.

► Integramos, pelo quinto ano consecutivo, a carteira do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da BM&FBovespa.

► Fomos contemplados com o *IR Magazine Awards Brazil* como a empresa que apresentou maior evolução em RI. O prêmio é promovido pela *IR Magazine* – a mais importante publicação internacional sobre relações com investidores – em parceria com a *Revista RI* e o Instituto Brasileiro de Relações com Investidores (IBRI).

► Recebemos o prêmio Destaque do Setor, outorgado pela Associação Brasileira Técnica de Celulose e Papel (ABTCP), nas categorias preservação ambiental e fabricante de papéis gráficos.

► Fomos considerados referência em excelência operacional pela *International Quality & Productivity Center* (IQPC), organização que atua em diversos países na atualização permanente da gestão empresarial em todas as frentes.

► Nossa linha de papelcartão destacou-se no Prêmio Abre Design de Embalagens: sete das 12 embalagens em papelcartão vencedoras foram confeccionadas com os nossos produtos.

► Nossos programas Escola Formare e Diálogos Sociais nos levaram à conquista do Prêmio Mogi News/Chevrolet de Responsabilidade Social Empresarial do Alto Tietê.



► Recebemos o *SOPX New Product on the Award* – o melhor lançamento de 2008 no segmento de papéis para escritório – com o Report® Carbon Neutral, em evento realizado pela *Stationery & Office Products Show*, em Londres.

► Em parceria com a Orsa, vencemos o 18º Prêmio Brasileiro de Embalagem, promovido pela revista *Embanews*, na categoria Marketing/Embalagem Promocional, com o carrinho de feira Report®, distribuído durante a Escolar 2008.

► Conquistamos o Prêmio de Excelência Sergipe, promovido pela Fundação Nacional da Qualidade (FNQ) e pelo Movimento Competitivo Sergipe (MCS) para reconhecer o trabalho das organizações na promoção e na disseminação da excelência de sua gestão.



A marca do manejo florestal responsável

SW-FM-002093
SW-FM-001377
SW-COC-001388

© 1996 Forest Stewardship Council A.C.



► Além desses reconhecimentos, nos consolidamos, em 2009, como a empresa que detém o mais amplo leque de certificações florestais de todo o mundo, de acordo com a *International Accreditation Forum* (IAF). Entre elas, estão o selo FSC (manejo florestal), a ISO 14001 (meio ambiente), a ISO 9001 (qualidade) e a OHSAS 18001 (segurança e saúde ocupacional). No ano, também avançamos em duas frentes. A primeira foi a recomendação para a certificação de manejo florestal pelo Cerflor – norma brasileira acreditada pelo Inmetro e pelo *Programme for the Endorsement of Forest Certification Schemes* (PEFC), que estabelece princípios ligados ao tripé da sustentabilidade. Conduzida pelo Bureau Veritas Certification, a auditoria abrangeu nossas áreas florestais em São Paulo, todas as áreas da Bahia, do Espírito Santo e de Minas Gerais (com exceção das do consórcio com Aracruz, atual Fibria, e de Conpacel), as fazendas Boa União, Barra da Onça e Calubra, no Piauí, e a Fazenda Bacabinha, no Maranhão. O outro desafio que nos impusemos foi o de aperfeiçoar ainda mais nosso sistema de gestão por meio da certificação SA 8000, baseada na Declaração dos Direitos Humanos, em convenções e códigos de conduta da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e da Organização das Nações Unidas (ONU). Todas as nossas unidades, com exceção dos novos Escritórios do Piauí e do Maranhão, que foram implementados recentemente, foram recomendadas para certificação – até 2008, apenas a Unidade Anchieta da SPP-Nemo detinha a SA 8000.

Vanéria Santos
Conceição, na
oficina de artesanato
da Associação
Comunitária Golfinho,
em Mucuri (BA)





NOSSO INVESTIMENTO TOTAL
FOI DE R\$ 658,7 MILHÕES, VALOR
36,4% SUPERIOR AO DE 2008,
SENDO R\$ 361,1 MILHÕES
NOS PROJETOS DE EXPANSÃO NO
MARANHÃO E NO PIAUÍ

construindo
o futuro



Mauro Célio Braga
Guimarães e Edson
Rocha Lima, no viveiro
de Cidelândia (MA)

Desempenho dos negócios

Unidade de Negócio Florestal

Na contramão da crise financeira mundial, 2009 foi o melhor ano de nossa história na área florestal, tanto do ponto de vista de crescimento físico como da identificação de novas oportunidades de negócio. Posicionamo-nos como uma das empresas que mais plantaram (55 mil hectares ou 73 milhões de árvores) e consumiram florestas plantadas (cerca de 9,1 milhões de metros cúbicos ou 33,7 mil hectares) no setor de papel e celulose no País.

Parte desse volume integra as ações que compõem o novo ciclo de crescimento. Já detemos 75% de nossa necessidade de terras para abastecer a nova fábrica do Maranhão e os outros 25% serão adquiridos nos próximos dois anos. No Piauí, as aquisições de 2008 e 2009, somadas às terras já detidas pela Suzano no Maranhão e que serão destinadas para esta unidade, já asseguram o início da operação em 2014.

Também firmamos com a Vale um conjunto de contratos que contempla a aquisição de ativos florestais localizados no sudoeste do Estado do Maranhão (a base florestal adquirida é composta por 84,7 mil hectares de terras, sendo 34,5 mil hectares já plantados com eucaliptos) e de madeira proveniente de plantios de eucalipto do Programa Vale Florestar, em implantação no Estado do Pará, durante o período de 2014 a 2028. Também consolidamos nossas estruturas administrativas nas duas localidades, onde já estão locados mais de 100 profissionais próprios – cerca de 50 em áreas corporativas e aproximadamente 50 na operacional – e mais de mil terceirizados, direcionados para a plantação de florestas. Os colaboradores próprios atuam por meio de dois Núcleos de Operações Florestais: no Maranhão, com sede em Imperatriz, que centraliza as operações no sudoeste do Estado e no norte do Tocantins; e em Teresina, que centraliza as operações do Piauí e de nossa base de Urbano Santos (MA).

Paralelamente, nos dedicamos aos processos de obtenção de licenças ambientais, ao treinamento e desenvolvimento dos terceirizados e à realização de um diagnóstico socioambiental dos municípios situados nas áreas de influência direta e indireta do empreendimento nos Estados do Maranhão, Piauí e Tocantins, além de darmos continuidade aos projetos implementados na região de Urbano Santos. Em dezembro, também participamos de quatro audiências públicas na região norte do Estado do Tocantins, que reuniram cerca de 100 pessoas por audiência, entre moradores, representantes do Poder Público e das organizações da sociedade de cada um dos 20 municípios onde pretendemos instalar nossas áreas florestais no Estado. Estiveram presentes, ainda, representantes da Secretaria de Meio Ambiente do Tocantins (Naturatins) e de outros órgãos do governo.



Sidney Ferreira Vaz, na colheita de eucalipto no município de Sarapuí (SP)

Na ocasião, apresentamos nossos projetos na região, além de um resumo do Estudo e do Relatório de Impactos Ambientais (EIA/RIMA) e nossos planos de compensação desses impactos, e ouvimos as expectativas e os questionamentos dos participantes (*leia mais sobre as expectativas da comunidade sobre o novo ciclo de crescimento no capítulo Comunidade*).

Além disso, promovemos ampla reforma em um dos viveiros localizado em Cidelândia, que tem capacidade de produção de 13 milhões de mudas e integra o conjunto de viveiros adquiridos da Vale. Já no Piauí, estudamos a instalação de novo viveiro com capacidade para 12 milhões de mudas anuais.

73 milhões

DE ÁRVORES FORAM PLANTADAS PELA SUZANO EM 2009, O EQUIVALENTE A 55 MIL HECTARES



Raumão Pereira de Oliveira e Silvestre Mariano da Silva, em plantio de eucalipto no município de Elesbão Veloso (PI)

Assinamos ainda um contrato de cooperação tecnológica com a Vale na região de Imperatriz, no sudoeste do Maranhão. Ali são realizados experimentos de melhoria genética de variedades de eucalipto mais adequadas às condições climáticas locais e também pesquisas sobre as potencialidades de outras espécies da flora brasileira para diversas aplicações.

Soluções inovadoras também pautaram essa nossa atuação. Entre elas, destacam-se as atividades de plantio noturno, adotadas para contornar as dificuldades expressas pelo clima seco e quente da região, que dificulta tanto as condições de trabalho como a sobrevivência das mudas.

Todas essas realizações demandaram investimento de R\$ 361 milhões no ano. Em 2010, elas serão intensificadas com novas aquisições e o plantio no Maranhão e no Piauí. Dessa forma, terminamos 2009 com 597 mil hectares nos Estados de São Paulo, Bahia, Espírito Santo, Minas Gerais, Piauí e Maranhão. Desse total, 270 mil hectares são ocupados por plantios próprios de eucalipto, 22 mil hectares são destinados para infraestrutura, 55 mil hectares estão disponíveis para plantio e 250 mil hectares, ou cerca de 40% da área total, são destinados para a preservação ambiental, garantindo o atendimento à legislação, que determina 20% para as reservas legais, além das áreas de preservação permanente localizadas principalmente às margens de rios.

Vanessa Sousa Barbosa, Regina Teixeira dos Santos, Eliana Rodrigues Guimarães e Edilma Peixoto Rios, no viveiro de Itabatã, em Mucuri (BA)



A produtividade média dos nossos plantios permaneceu em 44 m³/hectare/ano, conforme registrado em 2008. Continuamos acima da média nacional – a maior do mundo –, que é de 41 m³/hectare/ano para o eucalipto, segundo dados da Associação Brasileira de Produtores de Florestas Plantadas.

Também no ano, nos empenhamos na reformulação de nosso Programa de Parceria Florestal, que a partir de 2010 passará a oferecer tratamento diferenciado aos produtores, de acordo com a dimensão de sua área produtiva, e se adequando às vocações de uso do solo de cada região onde atuamos. A ideia é a de reforçar as assistências técnica, financeira, tecnológica e socioambiental para os pequenos produtores, em detrimento dos que já são dotados de infraestrutura e mais condições de investimento. Sob o novo modelo, planejamos dobrar o número de participantes do Programa – principalmente em razão do seu início no Maranhão e no Piauí –, que, no fim de 2009, era integrado por 415 fornecedores da Bahia e de São Paulo, em áreas que totalizam 92 mil hectares. Investimos no ano R\$ 25 milhões na iniciativa. Responsáveis pelo fornecimento de 12,5% da madeira utilizada em nossos processos industriais, os produtores fomentados avançaram na conquista da certificação *Forest Stewardship Council* (FSC): três deles a obtiveram no período e quatro foram recomendados, o que elevou a área ocupada por eles para 6.131 hectares. *(Leia mais sobre o Programa de Parceria Florestal no capítulo Fornecedores).*

Simultaneamente a todas essas realizações, otimizamos nossos ativos e buscamos a identificação de novas oportunidades de negócios, assim como de outros usos para a madeira, em sintonia com a nossa estratégia de agregar valor às operações florestais. *(Leia mais a respeito no capítulo Estratégia e gestão).*

Para fazer frente aos desafios inerentes à melhoria contínua e à expansão das nossas atividades, também promovemos mudanças administrativas. A estrutura organizacional, antes ramificada por região, passou a atuar por processo, e foi fortalecida com o ingresso de profissional exclusivamente dedicado a novos negócios.

Reconhecendo a importância de trabalhar as questões ambientais e sociais de forma integrada, criamos Gerências Socioambientais na Unidade de Negócio Florestal, tendo em vista seu potencial de estabelecer relacionamentos em todos os municípios onde estamos, e iremos atuar na produção florestal e industrial.

Unidade de Negócio Celulose

A produção mundial de celulose em 2009 apresentou redução de 5,9% em relação a 2008, em decorrência de diversas paradas temporárias em razão do arrefecimento da demanda e significativa redução de preço, como também dos fechamentos definitivos anunciados ao longo do ano. Soma-se a isso o fato de que, em algumas regiões, o acesso à madeira foi prejudicado, seja por falta da matéria-prima na região, especialmente na Ásia, seja por restrições impostas por severas condições climáticas, como observado no Sul dos Estados Unidos.

Dado este cenário, a indústria observou, a partir de abril de 2009, uma recuperação da demanda centrada na Ásia, especialmente na China, o que resultou numa retração significativa dos estoques globais de celulose de mercado, que fecharam o ano em 27 dias de produção – patamar 19 dias abaixo do registrado no mesmo período do ano anterior e 6 dias abaixo da média histórica de 33 dias.

Apesar dessa conjuntura conturbada, superamos as expectativas graças à intensificação do trabalho de aproximação com nossos clientes e da demonstração dos diferenciais da nossa celulose, bem como há um espírito reforçado de equipe que incluiu uma grande sinergia com os nossos escritórios internacionais. Familiarizadas com a cultura e o idioma locais, nossas equipes, muito atuantes nos principais mercados mundiais, foram ágeis na ocupação do espaço.

Essa capacidade de fazer frente aos efeitos da crise está calcada em nossa estratégia de longo prazo, que contempla uma matriz de três entradas: estreito relacionamento com nossos clientes, avaliados constantemente em relação à sua solidez e viabilidade estratégica a longo prazo; uso final de nossa celulose em papéis de alto valor agregado; e foco geográfico, nos permitindo otimizar a cadeia logística.

Graças a essa política, saímos fortalecidos e encerramos 2009 com nível baixo de estoques, níveis adequados de preços e recorde de vendas: 1,8 milhão de toneladas, 34,8% mais do que no exercício anterior. Desse volume, 1.519,4 mil toneladas foram exportadas para as seguintes regiões: Ásia (52,6%), Europa (38,6%), América do Norte (7,8%) e América Latina (1%).

Além disso, diante da importância dos escritórios internacionais, a Unidade de Negócio desenhou em 2009 uma mudança estrutural que resultará em ganhos de sinergia com a sede, em São Paulo, e tornará mais ágeis as operações e tomadas de decisão. Ela incluiu a promoção de executivos para posições-chave, visando otimização de talentos e a criação da Gerência Executiva de Desenvolvimento de Mercado e Operação América do Norte, que terá como principal objetivo aumentar nossas vendas em mercados estratégicos.

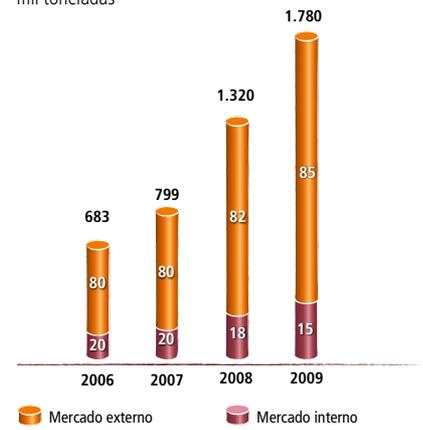
Unidade Mucuri, na Bahia





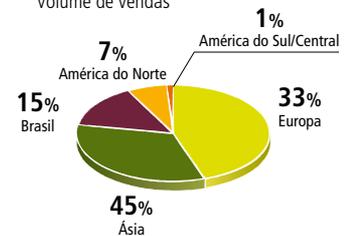
Vendas de celulose

mil toneladas



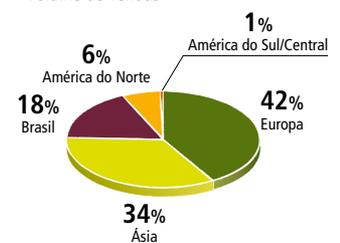
Destino das vendas de celulose 2009

Volume de vendas

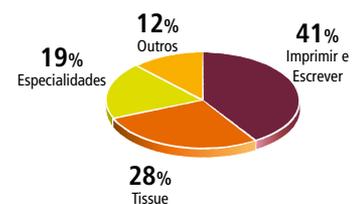


Destino das vendas de celulose 2008

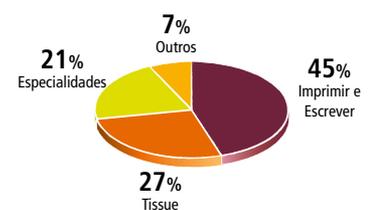
Volume de vendas



Vendas de celulose por segmento 2009



Vendas de celulose por segmento 2008



Unidade de Negócio Papel

Maior proximidade com os clientes, certificações socioambientais, valorização dos atributos de nossos produtos e a inovação presente em nosso portfólio. Com investimentos nessas quatro frentes, reforçamos ao longo de 2009 nossa diferenciação diante da concorrência, preservando nossa participação nos clientes em um ano de retração na demanda e sobreoferta de produtos importados no mercado doméstico. Um exemplo dessa atuação foi o do lançamento da família de papelcartão TP White®, uma linha completa de produtos para atender às necessidades das indústrias farmacêutica e alimentícia. Esse lançamento ocorreu simultaneamente em diferentes mercados, fato inédito em nossa história: no Brasil, em evento que reuniu os principais clientes e a mídia especializada do segmento; nos Estados Unidos, durante a *Pack Expo*, em Las Vegas, maior feira de embalagens do país; e, na Europa, com ações pontuais com grupos de clientes (*Leia mais sobre os lançamentos no item Visibilidade do capítulo Ativos intangíveis*).

Além disso, consolidamos a unificação de nossa estrutura comercial de vendas de papelcartão na América Latina, com o objetivo de estender a essa região todas as boas práticas de atendimento que desenvolvemos no mercado doméstico, evidenciando os diferenciais dos nossos produtos e oferecendo soluções sob medida aos nossos clientes. Fortalecemos ainda nossa inserção em mídias digitais, com o lançamento do novo site da linha de papéis Report® (www.report.com.br), a presença da marca em redes sociais como Orkut, Yahoo Respostas, Facebook e Twitter, e a estratégia de *links* patrocinados e *banners* em sites e *blogs*.

Para aumentar a interação com os nossos clientes, lançamos mão de um número maior de ações de relacionamento. Realizamos encontros dedicados aos clientes dos diferentes segmentos do mercado doméstico, como gráfico, editorial e de distribuição. No sentido de proporcionar um melhor atendimento aos clientes do mercado internacional, realizamos nosso primeiro Encontro Global de Vendas, com a participação de todo o time dedicado a esse mercado. Focamos na capacitação e alinhamento estratégico desse time, proporcionando ao mesmo tempo informações e conhecimentos essenciais para a diferenciação dos nossos produtos.

Outro ponto importante do ano foi o do início da implementação do projeto *Go to Market*, com foco no canal de Distribuição do mercado nacional. Trata-se de uma inovação na forma de gestão desse canal, para o qual estamos trazendo conceitos bem-sucedidos de outros segmentos da indústria, como área determinada de atuação do distribuidor e maior presença do time de vendas no canal, fomentando a venda da Distribuição para os seus clientes e a troca eletrônica de informações. Todos esses novos conceitos fazem parte do PED (Programa de Excelência da Distribuição), que contempla ainda uma nova sistemática de capacitação da Rede de Distribuidores da Suzano Papel e Celulose, visando ao crescimento e à sustentabilidade do canal.

No âmbito da gestão interna, avançamos na reestruturação dos nossos processos de planejamento de vendas e de gestão de estoques, objetivando aperfeiçoar



nosso nível de serviço prestado aos clientes, otimizar o capital de giro e também utilizar melhor nossos ativos produtivos.

Nos escritórios internacionais – nos Estados Unidos e na Europa – assim como na distribuidora Stenfar, na Argentina, promovemos mudanças estruturais e na abordagem do mercado, no sentido de ajustar essas operações ao novo cenário da economia global:

Estados Unidos

Nesse mercado, aumentamos nossas vendas em 22,2%, num cenário no qual a demanda por papéis de imprimir e escrever não revestidos caiu mais de 11%. Atingimos melhoria nos níveis de serviço por meio da abertura de dois postos avançados mais próximos dos clientes, que se somaram aos dois já existentes. A automação de todos os processos de faturamento desses postos avançados também contribuiu para a melhoria do nível de serviço e a produtividade desse processo.

Europa

Num cenário não menos recessivo, no qual a demanda por papéis de imprimir e escrever não revestidos caiu cerca de 13%, crescemos



William Batista da Costa e Odirley Tavares de Oliveira, na Unidade Suzano (SP)

nosso volume de vendas em 26,1%, por meio de melhorias de posicionamento dos nossos produtos. As nossas certificações socioambientais, mais uma vez, nos permitiram uma abordagem diferenciada em relação aos demais agentes do mercado.

Argentina

Promovemos, ao longo do ano, mudanças estruturais em nossa distribuidora local, Stenfar, visando prepará-la para aproveitar as oportunidades de crescimento do mercado argentino.

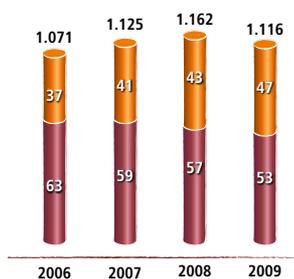
Nessa unidade, possuímos estoques avançados e cortadeiras que beneficiam o papel, possibilitando ofertas de produtos e serviços de maior valor agregado.

SPP-Nemo

Em nossa divisão especializada na distribuição de produtos gráficos no Brasil, implementamos melhorias estruturais e na forma de atuação comercial, o que nos permitiu a captura de importantes benefícios já no 2º semestre de 2009. Tivemos ainda foco diferenciado na prevenção da inadimplência na nossa carteira de aproximadamente 8.000 clientes – etapa feita em conjunto com as nossas áreas Comercial e Financeira.

Vendas de papel

Volume de vendas



Mercado externo
 Mercado interno

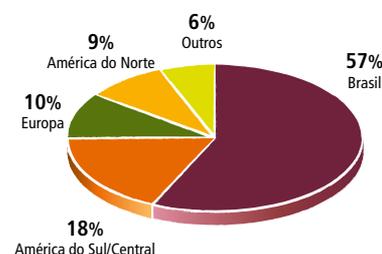
Exportação de papel 2009

Volume de vendas



Exportação de papel 2008

Volume de vendas



Operações

A área de Operações reúne atividades de *Supply Chain*, incluindo Suprimentos, Produção, Logística, além de TI, Competitividade e Inovação. Em 2009, exerceu papel importante nas negociações com fornecedores, o que possibilitou à Suzano, juntamente com outras medidas, fazer frente ao cenário econômico pós-crise. Todo o esforço para estabilizar a Linha 2 de Mucuri e continuar produzindo em escala competitiva contribuiu para nos posicionar em situação diferenciada diante de nossos concorrentes.

O ano foi desafiador para a área de Logística, na medida em que vivenciamos períodos de escassez de celulose no mercado e migração de matéria-prima para a China, em razão do desaquecimento do mercado norte-americano. Para fazer frente a esses diferentes cenários, lançamos mão de criatividade e transparência e buscamos soluções conjuntas com nossos fornecedores – 80% dos quais têm suas relações conosco regidas por contrato. Assim, a área de Operações saiu fortalecida para, em 2010, atuar no novo ciclo de crescimento, que vai requerer ações como a contratação e conclusão de engenharia básica no Maranhão, finalização dos processos de licenças ambientais e desenvolvimento de infraestrutura (instalações, ligações de rede de água e esgoto, entre outras) e mão de obra necessárias. Relacionado ao ciclo de crescimento, em 2009 demos importantes passos por intermédio da área de Engenharia, que concluiu

o projeto de engenharia conceitual, ou seja, a visão geral de como serão as novas fábricas, área por área, e a visão estimada dos investimentos. O processo tomou por base os recursos disponíveis e a análise de possíveis locais de instalação das unidades, seus desafios em termos de abastecimento de madeira, insumos, energia, infraestrutura, escoamento da celulose e impactos socioambientais. Também foram verificadas as tecnologias disponíveis ou em desenvolvimento para o setor em termos mundiais.

Outro marco do ano foi termos sido a primeira empresa da América Latina a figurar no programa de reconhecimento desenvolvido pelo SAP entre os usuários de seu sistema de gestão, pelo Projeto Centro de Controle de Operações Logísticas (Cecol), da Unidade Mucuri. O reconhecimento foi fruto da criatividade da arquitetura do projeto, que integra em tempo real diferentes sistemas e tecnologias, o

que amplia a produtividade de nossas operações logísticas, com redução de custos.

Redução de custos, aliás, foi a palavra de ordem na área de Suprimentos. Nas negociações, saímos de um montante de R\$ 1 bilhão de compras de insumos em 2008 e fechamos 2009 com R\$ 872 milhões, uma redução de 12,9% – graças à busca de alternativas conjuntas com os fornecedores. As negociações resultaram ainda na capacitação da equipe de Suprimentos e, consequentemente, na consolidação de uma inteligência para o segmento, com o estabelecimento e a padronização dos processos de compra. O trabalho incluiu a identificação do mercado e dos principais fornecedores, assim como dos pontos fortes de cada um e de sua situação de crédito. Isso permitirá que possamos definir, com nossos fornecedores, as principais parcerias estratégicas que teremos em curso nos próximos anos.



Colaboradores Izaias Vieira
Barbosa e Renato Sullyvan
Santos Bomfim, na Unidade
Mucuri (BA)

Desempenho Econômico-financeiro

► (EC1)

Capital social

Nosso capital social é representado por 107.821.512 ações ordinárias (SUZB3) e 206.660.984 ações preferenciais (SUZB5 e SUZB6), totalizando 314.482.496 ações, negociadas na Bolsa de Valores de São Paulo (BM&FBovespa). Desse total, em 30 de dezembro de 2009, possuíamos 2.537.343 ações preferenciais e 5.428.955 ações ordinárias em tesouraria.

Ao final de dezembro, as ações preferenciais SUZB5 estavam cotadas a R\$ 20,50. Os papéis integram o Nível 1 de governança corporativa e o Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da Bolsa – este último pelo quinto ano consecutivo.

Em 2009, nossas ações apresentaram valorização de 76,3%, enquanto o Ibovespa valorizou 82,7% e o IBRX-50 valorizou 72,4%. Nosso valor de mercado em 30 de dezembro atingiu R\$ 6,3 bilhões (era de R\$ 3,7 bilhões no fim do ano anterior).

No ano de 2009, registramos uma média de 1.207 negócios ao dia e volume médio diário de R\$ 12 milhões. O *free float* em 2009 atingiu 45,1% do total das ações.

Dispersão acionária (número de acionistas por faixa de ativos)

Faixas de ações	2006		2007		2008		2009	
	Nº de acionistas	Quantidade de ações						
Mais de 5,0 milhões	13	221,3	14	203,7	17	215,0	14	191,3
De 2 milhões a 4,99 milhões	9	29,5	12	37,9	10	29,3	13	38,5
De 1 milhão a 2 milhões	13	18,7	12	17,0	12	17,9	13	17,3
De 500 mil a 0,99 milhão	17	12,2	23	14,7	22	14,9	25	17,2
De 200 mil a 499 mil	51	15,1	58	18,0	52	15,4	73	22,2
De 50 mil a 199 mil	112	11,0	132	13,9	126	12,9	156	15,8
De 10 mil a 49 mil	182	3,9	274	6,4	274	6,2	354	8,0
De 100 ações a 9,9 mil	2.096	2,7	2.394	2,8	2.465	2,9	3.404	4,2
Menos de 100 ações	1.027	0,1	1.031	0,0	1.114	0,0	1.104	28,5
Total	3.520	314,5	3.950	314,5	4.092	314,5	5.156	314,5

Investimentos e perspectivas

A manutenção e o cumprimento, em 2009, do fluxo de investimentos planejado para o período demonstra nossa confiança na estratégia de crescimento que nos levará a dobrar de tamanho nos próximos anos. Adquirimos terras para a instalação das unidades no Maranhão e no Piauí, instalamos escritórios nessas localidades e já promovemos o plantio de 14 mil hectares.

Em 2009, investimos cerca de R\$ 658,7 milhões no crescimento das nossas atividades no Maranhão e no Piauí e nas atuais unidades fabris para a obtenção de melhorias operacionais e no novo ciclo de crescimento e na área florestal. Mantivemos a prática da reforma (substituição da árvore colhida com o plantio de outra), enquanto a maioria das empresas do setor optou pela condução de

brotação como forma de enfrentar os efeitos da crise financeira. Essa decisão vai assegurar a normalidade das nossas operações daqui a sete anos – período de maturação do plantio.

Esse enfrentamento bem-sucedido das dificuldades impostas no período nos leva a projetar um desempenho ainda superior para 2010, quando a economia tende a se estabilizar. Para isso, planejamos investir ainda mais em processos e sistemas internos e na gestão de pessoas.





TRANSPARÊNCIA E COMPROMISSO
COM OS AVANÇOS SOCIAIS E AMBIENTAIS
PERMEIAM O RELACIONAMENTO
COM NOSSOS PÚBLICOS

transparência nas relações

Renato Miguel Lipener
e Natasha Ferreira Pires,
no Escritório São Paulo

Colaboradores

Nossa política de gestão de pessoas é estruturada a partir das resoluções do Ciclo de Planejamento Estratégico, o que possibilita que o perfil dos negócios determine as características e habilidades necessárias aos profissionais que desejamos contratar no âmbito dos nossos projetos de expansão.

Para fortalecer esse alinhamento, desenhamos em 2009 nosso Sistema de Gestão de Desempenho de Pessoas, que será aplicado integralmente em 2010 em todos os níveis, exceto operacionais, e contempla a avaliação de desempenho individual ao plano de sucessão. O processo tem início com a autoavaliação, seguida da avaliação do gestor, a partir das quais elaboramos diagnósticos das competências e realizações. O trabalho resulta em planos de ação e retenção, estabelecidos a partir do mapa de competências norteadas por nossos Valores. Esse novo modelo, que será fundamental para amparar o ciclo de crescimento, já foi aplicado em 2009 nos níveis de diretoria e gerência e resultou em uma série de treinamentos e no redesenho do sistema de remuneração, calcado na meritocracia. Já aos colaboradores que atuam diretamente nas operações, demos continuidade à aplicação de políticas de avaliação e *feedbacks* contínuos. Independentemente da metodologia utilizada, pelo quarto ano consecutivo, 100% de todos os nossos funcionários receberam, em 2009, análise de desempenho e desenvolvimento de carreira. (LA11 e LA12)



Henrique Muller Carrari e Edeusa Maria Donabella Alves, no Escritório São Paulo

Além disso, em sintonia com a racionalização de custos para fazer frente aos efeitos da crise financeira mundial, assumimos internamente diversas atividades até então terceirizadas e readequamos os turnos de trabalho. Também fizemos contratações, especialmente no Maranhão e no Piauí, em sintonia com a nossa estratégia de privilegiar trabalhadores das comunidades do entorno de nossas unidades. Dos 99 contratados no ano, 64% foram recrutados nas localidades (EC7-parcial). Todos os funcionários estão abrangidos em acordos de negociação coletiva (LA4).

Assim, encerramos 2009 com 3.862 colaboradores, 9% mais do que no exercício anterior.

Perfil dos colaboradores – 2009

► (LA1)

Trabalhadores por tipo de emprego, contrato de trabalho e região

	2007			2008			2009		
	Período Integral	Meio Período	Total	Período Integral	Meio Período	Total	Período Integral	Meio Período	Total
Diretores	7	–	7	7	–	7	11	–	11 *
Gerentes	307	–	307	312	–	312	359	–	359
Especialistas	719	1	720	732	1	733	733	1	734
Administrativos	323	–	323	359	–	359	370	–	370
Operacionais	2.149	–	2.149	2.122	–	2.122	2.387	–	2.387
Trainees	19	–	19	7	–	7	1	–	1
Total	3.524	1	3.525	3.539	1	3.540	3.861	1	3.862

* Até 2008, consideramos como diretores apenas os diretores estatutários. A partir de 2009, estão sendo considerados diretores estatutários e os diretores nomeados



Equipe de Recursos Humanos, no prédio do Escritório São Paulo

Perfil por região ▶ (LA1)

	2008	2009
Brasil		
Sul	25	14
Sudeste	2.239	2.257
Centro-Oeste	3	2
Nordeste	1.273	1.589
Norte	–	–
Total	3.540	3.862
Exterior		
Argentina	136	117
Estados Unidos	13	16
China	5	8
Suíça	8	13
Reino Unido	12	8
Total	174	162

A todos os colaboradores oferecemos salários fixos compatíveis com o mercado, estabelecidos com base em pesquisas realizadas pelo Hay Group do Brasil, além de rendimentos variáveis, fruto da participação no Programa de Lucros e Resultados e de progressão horizontal. A proporção entre o menor salário pago por nós e o salário mínimo foi de 2,13 na Unidade Suzano e de 1,94 na Unidade Mucuri, localidades onde se concentra a maior parte dos nossos colaboradores. (EC5)

Também concedemos aos profissionais diretos benefícios que vão além dos determinados pela legislação, como plano de saúde, seguro de vida, assistência odontológica, auxílio-excepcional, *kit* de material escolar e brinquedo aos filhos, transporte fretado e restaurantes – que, em 2009, tiveram seus cardápios e serviços padronizados de forma a servir alimentos balanceados e de qualidade a todos os colaboradores, diretos e terceirizados. Além disso, mantemos um plano de previdência privada na modalidade contribuição definida, administrado pela Brasilprev, em que os colaboradores diretos contribuem com até 12% do salário e nós com 0,5% do rendimento de cada um dos que recebem até R\$ 1.849,30. Aos que têm rendimento superior, contribuimos com até 6% da diferença entre o montante e seus salários nominais. Para colaboradores com conhecimento diferenciado, reconhecido pela empresa, buscamos dar apoio no processo de aposentadoria, mantendo-os como consultores depois do seu desligamento para que possam quebrar aos poucos o vínculo com a organização. Em alguns casos, é contratada uma consultoria externa para auxiliá-los neste momento de transição. (EC3)

Perfil por gênero (em %) ▶ (LA13)

	2007		2008		2009	
	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens
Diretores	10	90	0	100	0	100
Gerentes	7	93	7	93	8	92
Especialistas	24	76	28	72	29	71
Administrativos	37	63	26	71	28	72
Operacionais	2	98	2	98	2	98
<i>Trainees</i>	26	74	11	89	0	100
Total de colaboradores	10	90	10	90	10	90

Perfil por faixa etária (em %) ▶ (LA13)

	2007			2008			2009		
	- de 30 anos	De 30 a 50 anos	+ de 50 anos	- de 30 anos	De 30 a 50 anos	+ de 50 anos	- de 30 anos	De 30 a 50 anos	+ de 50 anos
Diretores	0	60	40	0	63	38	0	73	27
Gerentes	2	77	21	3	75	22	6	77	17
Especialistas	23	67	9	23	68	9	25	64	11
Administrativos	36	58	6	32	59	9	35	57	8
Operacionais	32	64	4	33	63	4	33	62	5
<i>Trainees</i>	100	0	0	100	0	0	100	0	0
Total de colaboradores	28	65	7	28	65	7	29	64	7

Todos os nossos profissionais são regidos por um Código de Conduta que em 2009 foi amplamente disseminado. **(HR3)** No mesmo sentido, criamos no exercício o Comitê de Conduta, que se aliou ao Subcomitê de Conduta já existente e empreendeu esforços no sentido de responder a todas as denúncias pendentes. Como elas podem ser encaminhadas anonimamente, estabelecemos prazo de 30 dias para que o autor volte a manter contato conosco e cheque as medidas adotadas. Em 2009, chegaram 93 denúncias, 66% mais do que em 2008, quando recebemos 56. Todas foram respondidas aos solicitantes. **GRI (4.8)**

Também nossa política de responsabilidade social em relação à não-contratação/manutenção de trabalho infantil ou forçado nas dependências das unidades foi checada em 2009 em auditorias de certificação da norma SA 8000 feitas pelo Bureau Veritas Certification, que não identificou qualquer irregularidade. **(HR6 e HR7)**. Também não há registros de casos de violação de direitos indígenas. Em nosso Plano de Manejo Florestal estabelecemos padrões diferenciados para as atividades realizadas próximo às comunidades indígenas e quilombolas. **(HR9)**

Em relação ao período para a notificação acerca das mudanças operacionais significativas, nos acordos de negociação coletiva, não são estabelecidos prazos. **(LA5)**



Ana Luiza Fernandes Lucas e Adriana Damas dos Santos Nogueira, na Unidade de Suzano (SP)

Taxa de rotatividade por região (Brasil) ▶ (LA2)

	2007		2008		2009	
	Total	Rotatividade (%)	Total	Rotatividade (%)	Total	Rotatividade (%)
Sul	8	0	5	0	9	0,2
Sudeste	218	6	254	7	251	6,5
Centro-Oeste	–	0	–	0	1	0
Nordeste	86	2	115	3	183	4,7
Norte	–	0	–	0	–	0
Total	312	8	374	11	444	11,5

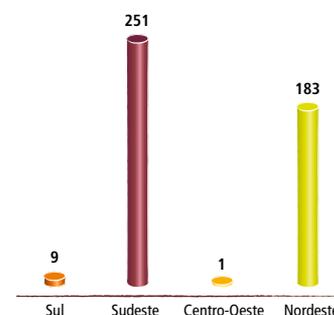
Taxa de rotatividade por gênero ▶ (LA2)

	2007		2008		2009	
	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens
Total	46	266	68	306	68	376
Rotatividade (%)	1	8	2	9	1,8%	9,7%

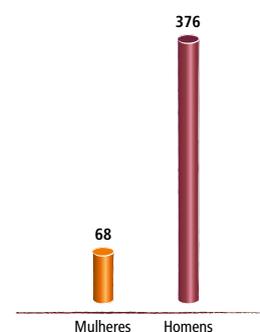
Taxa de rotatividade por faixa etária ▶ (LA2)

	2007			2008			2009		
	- de 30 anos	De 30 a 50 anos	+ de 50 anos	- de 30 anos	De 30 a 50 anos	+ de 50 anos	- de 30 anos	De 30 a 50 anos	+ de 50 anos
Total	113	168	31	116	200	58	147	237	60
Rotatividade (%)	3	5	1	3	6	2	3,8	6,1	1,6

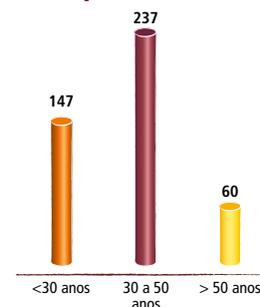
Rotatividade por região



Rotatividade por gênero



Rotatividade por faixa etária





Marcos Paulo Rossi Sacco e Eliane Oliveira Miranda, do Escritório de Imperatriz (MA)

Treinamento por categoria funcional (h/ano) ▶ (LA10)

	2007	2008	2009
Diretores	23,50	27,22	8,32
Gerentes	62,66	57,55	65,17
Especialistas	54,18	37,93	36,9
Administradores	36,06	27,29	24,61
Operacionais	142,99	61,58	96,88
Média geral	107,31	52,72	75,34

Desenvolvimento e capacitação

Em alinhamento à nossa estratégia de oferecer sempre condições para os desenvolvimentos profissional e pessoal de nossos colaboradores, promovemos, em 2009, 291 mil horas de treinamentos, num total de mais de 13 mil participações presenciais, tanto em cursos internos como externos, numa média de 75,3 horas de treinamento por colaborador. Além disso, na metodologia de ensino a distância, tivemos aproximadamente 2 mil horas de treinamento e 3,1 mil participações. Para isso, investimos R\$ 2,9 milhões, parte dos quais também foi destinada a subsidiar cursos de idiomas, primeira graduação e pós-graduação. (LA10)

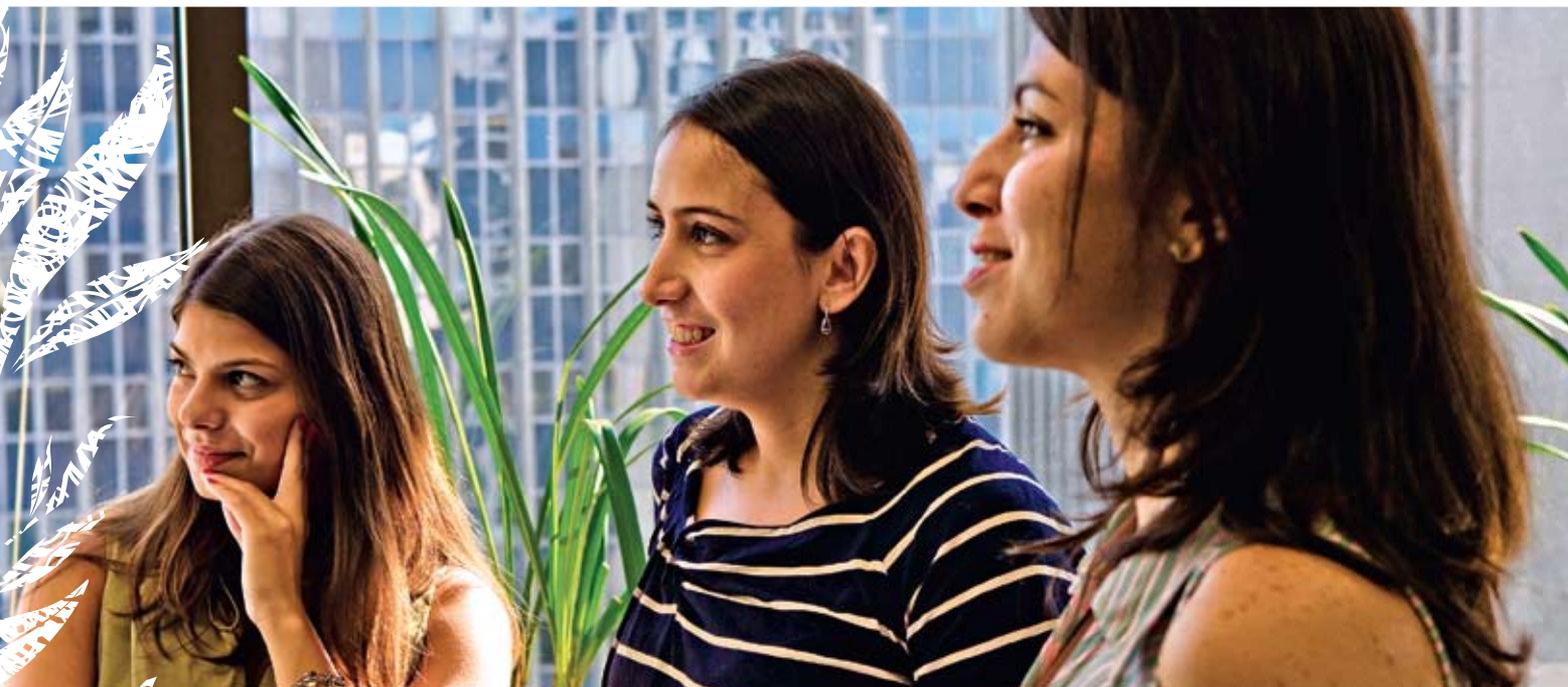
Uma das iniciativas foi a do lançamento do Portal de Educação a Distância E-Suzano, que possibilita aos colaboradores realizar treinamentos, consultas e se atualizar. A ferramenta também contribui para o alinhamento do conhecimento interno, uma vez que funcionários de todas as unidades, no Brasil e exterior, têm acesso ao mesmo conteúdo. O primeiro curso colocado à disposição no E-Suzano teve como tema o Código de Conduta, concluído por todos os profissionais, que tratou, entre outros, de assuntos relacionados aos direitos humanos. Até o fim do exercício, outros dois módulos foram incorporados ao Portal: o Modelo de Excelência da Gestão e o Seis Sigma. Outra inovação do período foi o Programa Boas Verdes, que busca formar e manter equipes de especialistas em várias áreas internas. (Leia mais a respeito no item Excelência operacional, no capítulo Ativos intangíveis).

TIVEMOS
CERCA DE

2 mil horas

DE TREINAMENTO E 3,1 MIL
PARTICIPAÇÕES NO ENSINO A DISTÂNCIA

No âmbito do Programa de Estágio, cujo foco é a formação de talentos que contribuam para a construção do nosso futuro, aproveitamos as oportunidades surgidas no meio acadêmico para expor nossa estratégia de sustentabilidade e as práticas de negócios, de forma a atrair interessados. Assim, em 2009, participamos de uma série de eventos nesse sentido, entre eles o Workshop Integrativo da Escola Politécnica da Universidade de São Paulo (USP). Ao final do período, o Programa de Estágio reuniu 72 jovens.



As colaboradoras Bruna Machado, Júlia Thomé Alvarez e Ariane Bacin, no Escritório São Paulo

Saúde, segurança e qualidade de vida

Em 2009, nossos esforços contínuos para garantir excelentes condições de segurança no trabalho resultaram na queda de 38% da taxa de frequência de acidentes, que encerrou o período em 3,08 (incluindo as novas áreas do Maranhão e do Piauí). Para manter o compromisso de todos os colaboradores com nossa política de Responsabilidade Social, Saúde e Segurança, que segue padrões internacionais e é certificada pela norma OHSAS 18001, atuamos em várias frentes. Uma delas é a da conscientização, cujas ações se dão no âmbito dos Diálogos de Segurança – reuniões diárias na operação e semanais para o pessoal administrativo nas unidades fabris para reforçar a necessidade de adotar comportamento 100% seguro – e de campanhas como a Sua Segurança Dentro e Fora da Empresa. Mantemos ainda o Programa Acidente Zero, que premia as equipes pelo alcance dos melhores resultados nos indicadores de segurança, e debatemos o tema em vários módulos de treinamento interno. Além disso, promovemos auditorias de desvios operacionais e de comportamento em relação ao nosso Sistema de Saúde e Segurança Ocupacional (SSO) e divulgamos às equipes seus resultados, assim como objetivos, indicadores e metas. Apesar de todos os esforços e das conquistas alcançadas, registramos em 2009 um acidente que resultou em óbito, com um trabalhador de empresa prestadora de serviços, na nossa unidade de distribuição SPP-Nemo.

Em todas as áreas de nossas unidades, mantemos Subcomitês de Segurança que respondem a Comitês formais de Saúde e Segurança integrados por representantes de 100% dos nossos colaboradores. (LA6) Ainda com os sindicatos que representam nossos profissionais, firmamos acordos de negociação coletiva que asseguram práticas como o uso de equipamentos de proteção individual e o direito à recusa de trabalhar em condições inseguras. Esses acordos se estendem à totalidade dos colaboradores. (LA9)

Também estimulamos a adoção de hábitos saudáveis entre os profissionais, por meio de

programas como o Saúde Nota 10, de adesão voluntária, que em 2009 levou mais de 2 mil colaboradores a passarem por avaliações físicas e a assumirem o alcance de metas individuais e coletivas: 0 tabaco, 5 porções diárias de frutas e verduras, 10 mil passos por dia, menos de 25 de Índice de Massa Corporal e menos 100 cm de circunferência abdominal para homens (88 cm para mulheres). Cada conquista nesses parâmetros rendeu pontos que, no fim do ano, foram trocados por prêmios.

O Saúde Nota 10 é parte do Programa de Qualidade de Vida, que agrega ações baseadas em quatro pilares: Saúde, Relacionamento, Mente e Cultura.

Gestão da saúde e segurança* ▶ (LA7)

	2007	2008	2009
Taxa de frequência de acidentes	9,62 ⁽¹⁾	4,97 ⁽¹⁾	3,08 ⁽¹⁾
Taxa de dias perdidos	54,12 ⁽²⁾	31,02 ⁽²⁾	16,46 ⁽²⁾
Taxa de absenteísmo	1,1% ⁽³⁾	1,1% ⁽³⁾	0 ⁽³⁾
Número absoluto de óbitos	0	0	1 ⁽⁴⁾

* Nosso registro segue a NBR 14.280.

⁽¹⁾ Acidentes com e sem afastamento – próprios mais empresas prestadoras de serviço. Os dados incluem pequenas lesões.

⁽²⁾ Só acidentes (não inclui-se dias debitados) – próprios mais empresas prestadoras de serviço.

⁽³⁾ Considera todas as ausências no ano.

⁽⁴⁾ Acidente que resultou em óbito com um trabalhador de uma empresa prestadora de serviço na unidade de distribuição SPP-Nemo, em São Paulo (SP)

Gestão da saúde e segurança por Unidade ▶ (LA7)

Taxa de frequência com afastamento			
	2007	2008	2009
Suzano	0,16	0,33	0,00
Rio Verde	0,00	0,00	0,00
Mucuri	0,47	0,19	0,70
Embu	–	0,00	1,89
UNF BA/MG		0,17	0,14
UNF SP	1,80	0,39	0,00
UNF MA/PI	–	–	0,00
SPP	–	0,00	3,21
ESP	–	0,00	0,00
Consolidado	0,93	0,23	0,27

Taxa de frequência sem afastamento			
	2007	2008	2009
Suzano	9,06	6,23	6,40
Rio Verde	11,94	8,11	5,76
Mucuri	16,15	6,16	3,72
Embu	–	5,03	1,89
UNF BA/MG		2,07	1,08
UNF SP	4,32	5,12	1,65
UNF MA/PI	–	–	1,12
SPP	–	0,00	0,00
ESP	–	0,00	0,00
Consolidado	8,70	4,74	2,81

Taxa de dias perdidos			
	2007	2008	2009
Suzano	0	64	0
Rio Verde	0	0	0
Mucuri	26	4	36
Embu	–	0	9
UNF BA/MG		23	28
UNF SP	113	53	0
UNF MA/PI	–	–	0
SPP	–	0	0
ESP	–	0	0
Consolidado	54	31	16

Programas de assistência relacionados com doenças graves ▶ (LA8)

Contemplados pelos programas	Educação/ treinamento		Aconselhamento		Prevenção/ controle de risco		Tratamento/ assistência médica	
	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não
Trabalhadores	X			X	X		X	
Familiares dos trabalhadores		X		X		X	X	
Membros das comunidades		X		X		X		X

38%

FOI A QUEDA DA TAXA DE FREQUÊNCIA DE ACIDENTES NA COMPARAÇÃO COM 2008

100%

DOS NOSSOS COLABORADORES ESTÃO REPRESENTADOS EM COMITÊS FORMAIS DE SAÚDE E SEGURANÇA

Diversidade e voluntariado

Humanismo e Diversidade são dois dos nossos Valores que buscamos aplicar tanto internamente quanto em nossas relações com os públicos externos. Nossa estrutura organizacional os contempla na medida em que inclui comitês transversais e prestadoras de serviços matriciais, o que favorece a troca de ideias entre colaboradores de diferentes culturas, origens e regiões. Nossa política de remuneração também é constantemente revista, de forma a assegurar igualdade entre homens e mulheres que exercem as mesmas funções.

Além disso, por meio de Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) firmado com o Ministério Público, nos comprometemos a investir em programas de inclusão de pessoas com deficiência em nosso quadro funcional. Uma dessas iniciativas é a do Programa de Inclusão de Pessoas com Deficiência, por meio do qual promovemos palestras e semanas de discussão relacionadas ao tema para conscientizar os colaboradores sobre a importância de conviver com as diferenças. No mesmo sentido, nosso centro de treinamento ministra módulos de capacitação às pessoas com deficiência da comunidade do entorno da fábrica de Mucuri – prática que em 2009 envolveu 34 pessoas, sendo 20 no curso básico de obtenção de celulose e fabricação de papel e 14 no curso de rádio-operador em parceria com o Senac.

Ainda em relação à diversidade, registramos apenas uma denúncia em 2009, anônima, recebida por nossa Ouvidoria sobre discriminação. O caso era pontual e foi respondido ao solicitante, não havendo necessidade de um plano de ação abrangente. (HR4)

Já o nosso Programa de Voluntariado abriu duas novas frentes de atuação em 2009, na Unidade Mucuri, que se somaram às atividades dos participantes como educadores voluntários nas escolas Formare. Uma delas é o projeto Suzano na Escola, desenvolvido em parceria com a ONG Junior Achievement, de capacitação dos colaboradores para atuarem como voluntários com alunos de 7ª e 8ª séries de escolas públicas, de forma a despertar neles a importância de concluir os estudos. No ano, se envolveram no projeto 25 colaboradores, que atuaram em seus municípios: Mucuri, Itabatã, Teixeira de Freitas, Pedro Canário e São Mateus. Outra iniciativa foi o Padrinhos do Educar e Formar, no qual 24 colaboradores da área Florestal apoiaram a área Socioambiental acompanhando as reformas patrocinadas por nós no âmbito do Programa Educar e Formar. (Leia mais sobre as escolas Formare e o Programa Educar e Formar no item Comunidade deste capítulo).

Gestão da diversidade – 2009 ▶ (LA13)

Colaboradores com deficiência		
	Número	% sobre o total
Diretores	0	0
Gerentes	1	0,3
Especialistas	7	1
Administradores	12	3,2
Operacional	68	2,8
Trainees	0	0
Total	88	2,3

Gestão da diversidade ▶ (LA13)

Colaboradores com deficiência (%)			
	2007	2008	2009
Diretores	0	0	0
Gerentes	0	0	0,3
Especialistas	1	1	1
Administrativos	2	3	3,2
Operacionais	3	3	2,8
Trainees	0	0	0
Total	2	2	2,3

Relação entre o salário-base por gênero (%) – 2009 ▶ (LA14)

	2007		2008		2009	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Diretores	ND	ND	ND	ND	ND	ND
Gerentes	99,1%	112,3%	99,8%	103,0%	99,6%	104,8%
Especialistas	103,5%	89,3%	102,3%	94,0%	103,6%	91,3%
Administrativos	114,3%	76,1%	113,1%	68,2%	113,5%	65,1%
Operacionais	100,4%	80,9%	100,5%	74,4%	100,7%	69,0%
Trainees	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	0,0%

Fornecedores

Encerramos 2009 com 2.829 fornecedores ativos – sem contar os integrantes do Programa de Parceria Florestal –, para os quais procuramos permanentemente disseminar nossos valores e nossas práticas direcionados para a gestão sustentável dos negócios. Eles são selecionados prioritariamente nas regiões onde estão instaladas as unidades.

Mantemos com os fornecedores um relacionamento transparente e pautado pela valorização. Para selecioná-los, seguimos critérios rigorosos na fase de qualificação, em que são checadas questões socioambientais, de saúde e segurança ocupacional e econômico-financeiras, assim como a adequação à legislação e a conformidade com as licenças ambientais. Caso o insumo demandando por nós tenha grande impacto no produto final, seu fornecedor passa ainda por testes industriais.

Para comprovar todos os dados apurados na fase de qualificação, promovemos auditorias anuais nas instalações dos fornecedores críticos – foram 12 em 2009, o que representa 3% desse público –, de forma a nos certificarmos de que não adotam mão de obra infantil, degradante ou escrava e cumprem as legislações pertinentes ao seu segmento de atuação, em especial ambiental e trabalhista. As auditorias realizadas no ano não constataram qualquer violação a aspectos relacionados aos direitos humanos. **(HR2)**

Marcos Rogério
Leme Cavalheiro
e Nelson Ernesto
Ferreira, no viveiro
do município de
Alambari (SP)

406

EMPRESAS, INCLUINDO PARCEIROS
FLORESTAIS, PARTICIPARAM DE
DISSEMINAÇÕES DA NORMA SA 8000,
QUE ABORDA DIREITOS HUMANOS
E DOS TRABALHADORES

Para incluirmos os parceiros em nosso dia a dia e estimularmos e valorizarmos a excelência de seu trabalho, mantemos o Prêmio Fornecedores Suzano que, em 2009, chegou à sua terceira edição com seis empresas contempladas em sete categorias. A iniciativa, que é também uma forma de suscitar o debate sobre a excelência ao longo de toda a cadeia de produção e distribuição, trouxe como novidade o acréscimo da categoria Inovação.





Maria Eronilde de Almeida Silva,
Marionete Sampaio Martins,
Isabel de Araújo, Josimélia Viana Farrapo
e Maria Ocilene da Conceição, no viveiro
do município de Cidelândia (MA)

Fornecedores ativos por região ▶ (EC6)

Região	2007		2008		2009		Média	
	Itens	%	Itens	%	Itens	%	Itens	%
SP	2.100	70,09	2.285	71,25	2.019	71,37	2.123	70,48
BA	227	7,58	232	7,23	181	6,40	209	6,95
ES	190	6,34	196	6,11	170	6,01	186	6,16

Em atendimento à SA 8000, realizamos reuniões com nossos parceiros para disseminar a norma, que aborda direitos humanos e dos trabalhadores. Ao todo, 406 empresas (incluindo parceiros florestais) participaram das atividades. Eles também foram convidados a assinar um termo em que se comprometem com os princípios da SA 8000.

Ainda no decorrer do ano, procuramos nossos fornecedores, em especial os integrantes do Programa de Parceria Florestal, para traçarmos estratégias conjuntas de enfrentamento dos efeitos da crise financeira mundial sobre as nossas atividades. Um dos temas tratados com eles foi o melhor período para adquirirmos a madeira, porém com a garantia de respeito ao prazo de até sete anos para a compra, após o plantio. Esse processo de diálogo se deu por meio de visitas, pela equipe da Gerência de Parceria Florestal da Unidade de Negócio Florestal, à residência de todos os fomentados da Bahia, prática que teve também como objetivo conferir a satisfação deles em relação ao programa.

Criado em 1992 no Sul da Bahia, o Programa de Parceria Florestal é parte da nossa estratégia de promover o desenvolvimento social e econômico das regiões em que atuamos. A iniciativa envolve a comunidade nos nossos negócios por meio da difusão da eucaliptocultura, que é mais rentável para os produtores fomentados do que outras atividades desenvolvidas na região: duas vezes mais do que a cana-de-açúcar e três vezes mais do que a pecuária. Além disso, a eucaliptocultura tem a vantagem de poder ser feita em consórcio com outras culturas. *(Leia mais a respeito no item Unidade de Negócio Florestal, no capítulo Desempenho dos negócios).*

Em relação aos nossos contratos, o documento-padrão que adotamos contém cláusulas sociais e políticas. Entretanto, nem todos são firmados com base nesse padrão, principalmente aqueles que partem do modelo da outra parte envolvida. **(HR1)**

Cientes

Nossa estratégia de manter com os clientes – nacionais e internacionais – relacionamentos próximos, sólidos e duradouros foi evidenciada em 2009 por meio de várias iniciativas. Uma delas é a do Programa de Visitas, também direcionado para as comunidades, por meio do qual temos a oportunidade de mostrar como aplicamos nossa estratégia de sustentabilidade, a qualidade de nossos produtos e processos e nossas ações de preservação ambiental. Em 2009, participaram do programa – que contempla visitas estruturadas e planejadas de acordo com o perfil do público – cerca de 700 clientes, nas Unidades Suzano, Rio Verde e Mucuri. (PR5)

Além disso, fortalecemos nossa comunicação com o público externo ao criarmos o *Suzano em Destaque*, uma *newsletter* eletrônica quinzenal que apresenta nossas principais notícias e do setor. Para acessá-la, basta se cadastrar no nosso portal (www.suzano.com.br). Já o Suzano Responde recebeu no ano 347 contatos de clientes. Nossos clientes contam ainda com um amplo leque de certificações, que incluem o selo FSC (manejo florestal), a ISO 14001 (meio ambiente), a ISO 9001 (qualidade) e a OHSAS 18001 (segurança e saúde ocupacional).

No período, intensificamos ainda a orientação da Unidade de Negócio Celulose de manter relacionamentos diretos com os clientes. Realizamos no Brasil a terceira edição do *Costumers Meeting*, que teve a participação de 15 convidados, nacionais e internacionais, representando 12 empresas. Outro evento foi o *Workshop Técnico Suzano Pulp* na Europa, realizado na França, com o objetivo de aproximar os representantes das áreas técnicas de empresas-clientes ou clientes em potencial, divulgar nossa estrutura de serviços de assistência técnica e de P&D, além de promover o uso da nossa celulose de eucalipto – Suzano Pulp. Participaram representantes de 18 empresas.

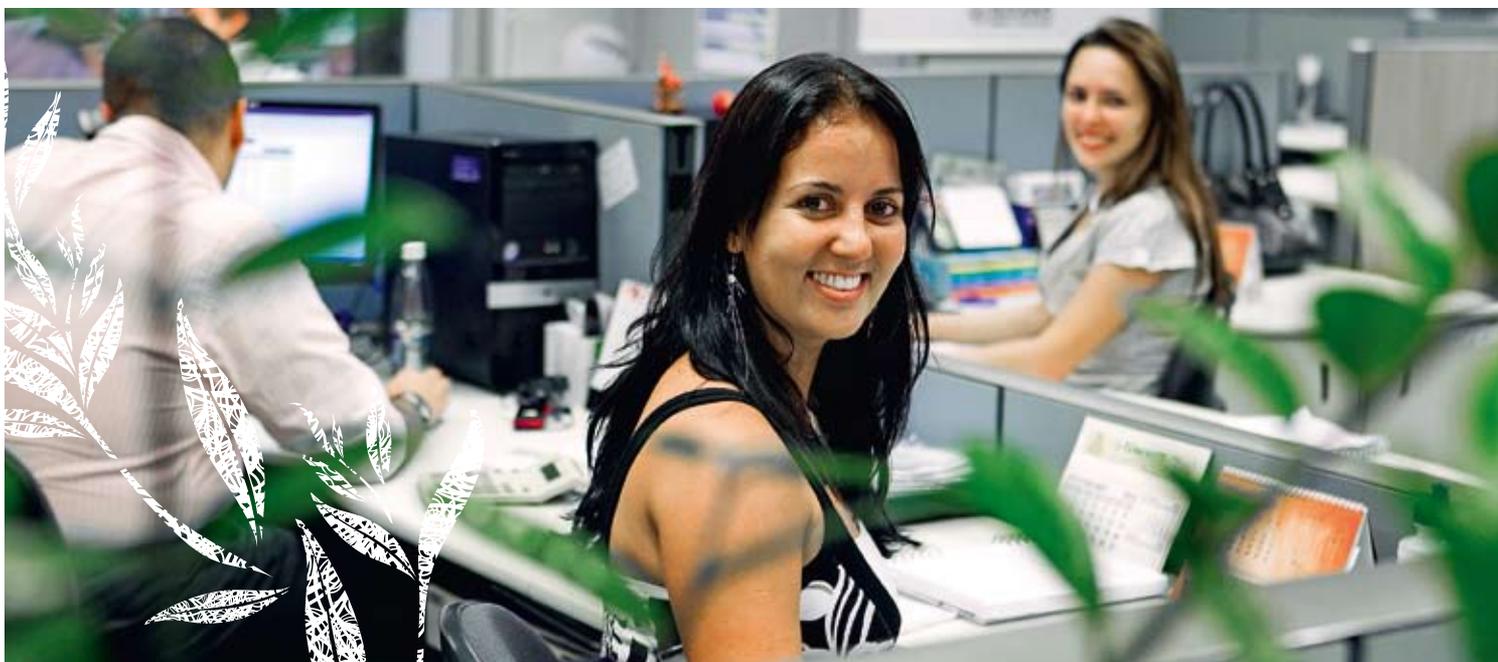
Ainda em sintonia com a nossa estratégia de proximidade e para marcar presença nos principais mercados do mundo, participamos da *Paper Week*, simpósio que reuniu representantes das mais importantes empresas de papel e celulose dos Estados Unidos. No evento, ocorrido em Nova York, realizamos mais de 30

CERCA DE
700
clientes
VISITARAM NOSSAS
UNIDADES SUZANO,
RIO VERDE E MUCURI

reuniões com representantes da indústria gráfica e de convertedores, que resultaram no fechamento de negócios importantes. Outro evento no qual estivemos representados foi a *Big Buyer*, a maior feira italiana e uma das mais importantes do mercado europeu no segmento de papelaria. Ponto de encontro de grandes *players* do mercado internacional, ela é um espaço para prospecção de negócios e fechamento de contratos.

Nossas ações de marketing desenvolvidas no período também tiveram como foco a consolidação de nosso relacionamento com os clientes. Participamos do *Tissue World*, evento que engloba feira, exposição e conferência técnica, considerado o maior encontro mundial da cadeia produtiva de tissue. A edição de 2009 foi realizada em Nice, na França, e reuniu fabricantes de

Rosângela Aparecida de Araujo e Josiane de Araujo
Oliveira de Souza, da área comercial, no Escritório São Paulo



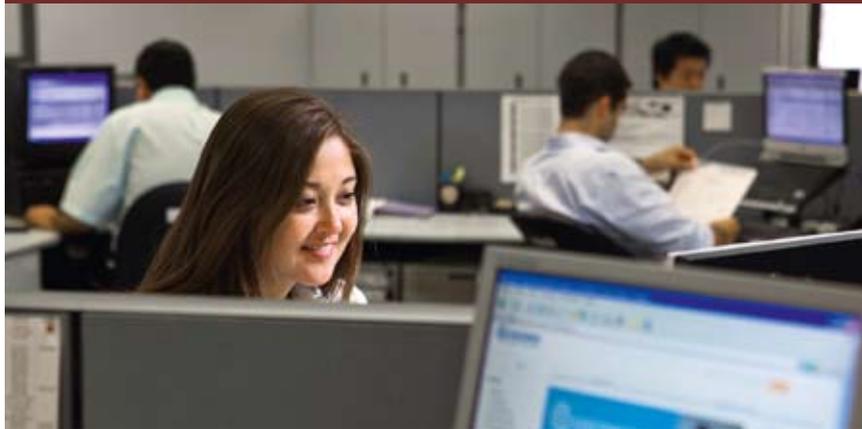
celulose e de máquinas para produção de papel, convertedores, distribuidores e clientes.

Já no Brasil, integramos vários eventos, entre eles a 14ª Feira Agropecuária de Porto Franco – Expofran, no Maranhão, que tem por objetivo estimular os negócios e promover o desenvolvimento da região; a 15ª Feira Internacional da Cadeia Produtiva da Carne – Feicorte, na qual apresentamos projetos que se destacam pela sustentabilidade e inovação; e o Fórum de Soluções Integradas, organizado em São Paulo pela Box Print, fabricante de embalagens, que teve como tema *Segurança e Inovação*.

Outra ação de marketing bem-sucedida foi a promoção Volta às Aulas Premiada. Com foco principal na linha infantil, com destaque para Report® Senninha, a ação foi lançada durante a Feira Escolar e trouxe benefícios para todos os elos da cadeia: distribuidores e seus vendedores, promotores de vendas e papelarias – aos quais foram concedidos prêmios de acordo com o volume vendido – e até consumidores finais. Também com a marca Report® Senninha, estivemos presentes no Quatro Rodas Experience 2009, evento realizado pela revista *Quatro Rodas* no Autódromo de Interlagos.

Todas essas ações foram adotadas em conformidade com as especificações do Conselho Executivo de Normas e Padrões (CENP). (PR6) Também dão suporte a elas o nosso Código de Conduta, que, entre outras normas, assegura que todas as informações relacionadas aos clientes sejam tratadas de forma sigilosa. Nesse sentido, mantemos contrato com empresa independente responsável por gerenciar os e-mails encaminhados aos clientes e, além disso, um sistema pelo qual o acesso aos e-mails é controlado e restrito – cada usuário possui senha e chave exclusivas. Dessa forma, não recebemos, no ano, qualquer reclamação de violação de privacidade e perda de dados dos clientes, assim como não registramos nenhum caso de não-conformidade em publicações, promoções ou patrocínios. (PR7 e PR8)

Quanto aos nossos produtos, apesar de não estarem sujeitos à regulamentação relacionada a saúde e segurança, são fabricados sob os mais rígidos padrões em todas as fases operacionais. Também são desenvolvidos e processados em



Tatiane Souza Kakunaka, no Escritório São Paulo

conformidade com normas e padrões nacionais e internacionais aplicáveis em nossos segmentos de atuação. Por esses cuidados, não foram registrados contra nós casos de não-conformidade e impacto de produtos e serviços à saúde e segurança. (PR1 e PR2)

Com relação à rotulagem, a Unidade de Negócio Celulose mantém nas embalagens e fichas de segurança do material todas as informações sobre produtos e serviços. Na Unidade de Negócio Papel, o mesmo cuidado é adotado, com o rígido cumprimento da legislação nacional. Em 2009, portanto, não houve caso de não-conformidade quanto à rotulagem que nos sujeitasse a penalidades legais. (PR3, PR4 e PR9)

Investidores

Temos uma equipe dedicada que mantém relação direta e constante com investidores, potenciais investidores e analistas do mercado de capitais fornecendo informações confiáveis e transparentes. Atuamos de forma a garantir a igualdade de tratamento e de acesso a informações, de acordo com as melhores práticas de mercado e conforme determinações da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e BM&FBovespa.

Nossa comunicação com os investidores ocorre por meio da área de Relações com Investidores. Em nosso site www.suzano.com.br/ri estão disponíveis *press releases*, comunicados e fatos relevantes, convocação e atas da assembleia geral de acionistas, relatórios financeiros trimestrais (ITR), relatórios financeiros anuais (DFP), divulgados por meio do site da CVM (www.cvm.gov.br), e apresentações e eventos com investidores. Também disponibilizamos o correio eletrônico ri@suzano.com.br e o telefone de contato do departamento de Relações com Investidores 55-11-3503-9061.

Em 2009, participamos de várias conferências no Brasil e exterior, além de *non deal roadshows* no Canadá e Brasil. Entre reuniões, eventos e atendimentos nos relacionamos com aproximadamente 1.000 investidores. Integramos pelo quinto ano consecutivo, a carteira do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da BM&FBovespa. Fomos premiados pela *IR Magazine Awards Brazil* como a empresa que apresentou maior evolução em RI e também destaque da APIMEC dentre as empresas com melhores apresentações em 2009.

Comunidade

Em 2009, reestruturamos a área Socioambiental, fortalecendo e aumentando a equipe nas unidades, a fim de introduzir a cultura da sustentabilidade em todas as nossas ações e contatos nas áreas em que atuamos. Assim, conseguimos nos aproximar das comunidades e viabilizar de forma mais estruturada e eficiente os resultados dos nossos projetos e ações.

Também demos início à construção de um Plano Diretor Socioambiental Corporativo, que inova ao tratar conceitos sociais e ambientais, internamente, de forma participativa. Estão sendo envolvidas em sua elaboração diversas áreas da Empresa, que estão refletindo e discutindo sobre a identidade socioambiental da Suzano para os próximos anos.

Para contribuímos com o desenvolvimento sustentável das comunidades localizadas no entorno de nossas fábricas e florestas, nos empenhamos em manter relacionamentos transparentes com todos os nossos públicos. Esta agenda de diálogo permanente possibilita o levantamento das potencialidades de cada região, o que pauta

o alinhamento de nossas ações socioambientais às culturas, aos hábitos e às expectativas locais.

Sob esta perspectiva, em 2009 ingressamos nos Estados do Maranhão, Piauí e Tocantins – novo ciclo de crescimento da Suzano –, apresentando para lideranças comunitárias, organizações não governamentais e membros do Poder Público os planos, as intenções e as etapas do projeto previsto para a região, visando criar e fortalecer relacionamentos, além de sanar eventuais dúvidas sobre nossa atuação. Aproveitamos para rever ações e adequá-las ao nosso novo modelo. Paralelamente, transformamos as etapas de seleção e treinamento dos fornecedores dos três Estados



BIBLIOTECA CO

Ler é Pre

BRUNA SOA



em oportunidades de aproximação com as comunidades, incentivando a contratação de mão de obra das comunidades localizadas no entorno de nossas áreas florestais.

Com o objetivo de conhecer a realidade dessas comunidades, realizamos levantamento socioambiental dos municípios situados nas áreas de influência direta e indireta do projeto Florestal. No total, visitamos 88 municípios dos Estados do Maranhão, Piauí e Tocantins e conversamos com aproximadamente 800 *stakeholders*. Indicadores primários sobre composição da renda, infraestrutura, educação e saúde de cada município foram analisados. Posteriormente esta realidade foi conhecida *in loco*, na comunidade, por meio de entrevistas que abordaram temas referentes aos impactos econômicos na cadeia de valor, desenvolvimento social local e equilíbrio do ecossistema. (S01)

Essas informações estão organizadas em um mapa de riscos e oportunidades, indicando caminhos a serem seguidos, relacionamentos a serem fortalecidos e temas a serem trabalhados, sempre em parceria com atores regionais, em prol do

desenvolvimento sustentável local. Esse trabalho também começou a ser feito na região de nossa Unidade de Mucuri (BA), com previsão de conclusão em 2010. Lá, o diagnóstico abrangeu 12 comunidades, com 331 *stakeholders* entrevistados.

Como a preocupação com a segurança alimentar das comunidades foi identificada no diagnóstico socioambiental dos novos sites, implementamos o projeto Agricultura Comunitária. O objetivo é o de fortalecer a produção de alimentos, alinhado à capacitação dos pequenos produtores rurais e inserção de novas culturas agrícolas, garantindo a transferência de tecnologia.

COMUNITÁRIA

preciso

RES



Crianças em frente
à Biblioteca Comunitária
Ler É Preciso de Teresina (PI)



Crianças com a educadora Maria da Paz, na Biblioteca Comunitária Ler É Preciso Bruno Soares, em Teresina (PI)

EM 2009, REALIZAMOS DIAGNÓSTICOS SOCIOAMBIENTAIS EM 88 MUNICÍPIOS DOS ESTADOS DO MARANHÃO, PIAUÍ E TOCANTINS E CONVERSAMOS COM CERCA DE 800 *STAKEHOLDERS*

Em 2009, implementamos na Bahia e iniciamos em São Paulo a formação dos Agentes Socioambientais que estabelecerão relações com as comunidades. Esse sistema nos permitirá estender nossa rede de relacionamentos de acordo com a escala do empreendimento. Também demos continuidade aos espaços de participação Diálogos Sociais, em São Paulo, realizando sete encontros municipais no primeiro semestre e oito no segundo semestre. Os sete municípios onde realizamos os encontros propuseram a construção de projetos em parceria conosco em diferentes temáticas, como geração de renda, legislação e educação ambiental, fortalecimento de entidades locais e capacitação em elaboração de projetos sociais. Na Bahia, no primeiro semestre, realizamos encontros em 5 municípios baianos e em 3 capixabas, envolvendo 131 pessoas. No segundo semestre, substituímos essa metodologia pelo Suzano em Campo, que visitou 12 comunidades e ouviu 331 pessoas.

Também para ouvir a comunidade e identificar suas necessidades, mantemos o Suzano Responde, canal de comunicação permanente para sanar dúvidas e receber sugestões, comentários e críticas por telefone (0800 774 7440) e e-mail (suzanoresponde@suzano.com.br). Em 2009, realizamos nova campanha de

divulgação da ferramenta, o que incluiu distribuição de cartazes e materiais em escolas, associações de moradores, postos de saúde e outros locais de grande circulação. Assim, no encerramento do período, contabilizamos 4.443 contatos, 1.271 dos quais feitos pela comunidade. Do total, 3.379 foram pedidos de informações sobre a Empresa e 438 solicitações de informações sobre produtos, o que equivale a quase 86% do total. O número de reclamações correspondeu a 2,3% das chamadas.

Mantivemos em 2009 nosso compromisso com o Programa Na Mão Certa, de enfrentamento da exploração sexual de crianças e adolescentes. Entre outras ações, realizamos um encontro com nove fornecedores de transporte da SPP-Nemo (Unidade Anchieta) e contamos com a participação da Childhood Brasil/ Instituto WCF-Brasil.



Vanuza Valentim Cícinato e Marly dos Santos Salvino, na sede da Cooperana, na sede da Cooperana, no distrito Juerana, em Caravelas (BA)



Fabrício Oliveira dos Santos, Klívia Greyce Santos Larceda, Debora de Souza Sales e Késia da Silva, alunos da escola Formare de Mucuri (BA)

Ações socioambientais

Em 2009, investimos R\$ 31,3 milhões em iniciativas focadas especialmente em educação, meio ambiente e geração de renda. Se considerarmos os projetos socioambientais internos, esse valor sobe para R\$ 55 milhões (*veja tabela na página seguinte*). Um dos projetos é o Programa Educar e Formar, que agrega três frentes: reformas e adequações da infraestrutura escolar; apoio à aprendizagem, em parceria com o Instituto Ayrton Senna; e incentivo à leitura, conduzido com o Instituto Ecofuturo. Em 2009, expandimos o alcance do programa com o início das atividades em três municípios em Minas Gerais e quatro no Espírito Santo. Na Bahia, onde já atendíamos Mucuri, Nova Viçosa, Caravelas, Alcobaça, Teixeira de Freitas e Ibirapuã, ingressamos também na cidade de Medeiros Neto. Assim, foram capacitados 403 professores e beneficiados 92.091 alunos. Já as reformas e adequações das instalações foram feitas em 15 unidades escolares do Espírito Santo, cinco em Minas Gerais e 15 na Bahia, o que possibilitou melhores condições de aprendizado a cerca de 12.505 alunos. (EC8)

Outra iniciativa que mantemos desde 2005 é o Projeto Formare, direcionado para o desenvolvimento das potencialidades de jovens de baixa renda das comunidades do nosso entorno. Com escolas nas Unidades Mucuri e Suzano e, desde 2009, também em Embu, o projeto prepara jovens para o mercado de trabalho com um currículo que combina formações técnica e humanista. Um dos diferenciais da iniciativa é o da adesão de colaboradores que atuam como educadores voluntários. Com quatro turmas capacitadas e uma quinta em andamento, as escolas já formaram em quatro anos 154 jovens, dos quais 60% estão no mercado de trabalho. Desses, 18 são nossos colaboradores e nove atuam em prestadoras de serviço da Suzano.

Com o propósito de contribuir para a geração de renda, também apoiamos o Projeto ComUNIDADE, iniciativa da Associação dos Produtores de Florestas Plantadas do Estado da Bahia (Abaf) e executada tecnicamente pelo Consórcio Parceria 21. O objetivo é o de estimular a organização dos moradores da região em cooperativas que funcionem como alternativa de trabalho e renda. Nesse sentido, foi constituída em 2009 a quinta organização, a Cooperativa de Carvoeiros Fruto da Terra, pela comunidade de Argolo, distrito de Nova Viçosa.

Na região de Urbano Santos (MA), demos continuidade ao projeto Abelhas Nativas, desenvolvido em parceria com o Instituto Abelhas Nativas e a Universidade

Federal do Maranhão. Seu objetivo é o de capacitar famílias em meliponicultura (produção de mel a partir de abelhas nativas), aliado a atividades de conservação dos ecossistemas, atividades de educação ambiental e incentivos à pesquisa.

Demos continuidade ao Projeto Trilhas Ecológicas, programa de educação ambiental com visitas guiadas em trilhas estruturadas em nossas propriedades, nas áreas de florestas nativas no Sul da Bahia (Mucuri e Caravelas) e em São Paulo (Itatinga). Em 2009, recebemos 815 visitantes.

Também fizemos investimentos esportivos a partir das leis de incentivo fiscal. Em 2009, beneficiamos o Circuito Brasil de Corridas contra o Câncer Infantil, Circuito Nordeste contra o Câncer, o time de basquete de Franca, que comemora 100 anos, e o programa esportivo Jogo Aberto da Fundação Gol de Letra. Também apoiamos a Biblioteca Mindlin da Universidade de São Paulo e a Associação Sociedade Cultura Artística na área cultural.

Nossa contribuição se estendeu ainda para os Fundos de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente nos municípios onde atuamos. No total, foram 28 municípios: três no Maranhão e no Piauí, 12 na Bahia e 13 em São Paulo.

Investimento em **responsabilidade socioambiental** (interno e externo)

(S01)

DIMENSÃO	OBJETIVOS	METAS DO MILÊNIO
Desenvolvimento Econômico	Ações, programas e projetos destinados a gerar oportunidades para a comunidade por meio de atividades de profissionalização e geração de renda	Meta 1: Erradicar a fome e a miséria
Saúde	Ações, programas e campanhas dirigidos à prevenção de doenças, ao provimento de assistências médica e odontológica e à manutenção de clínicas e hospitais. As atividades beneficiam principalmente as comunidades onde as empresas estão localizadas, bem como seus colaboradores e familiares	Meta 4: Reduzir a mortalidade infantil Meta 5: Melhorar a saúde das gestantes Meta 6: Combater a aids, a malária e outras doenças
Educação, Treinamento e Capacitação Profissional	Ações, programas, projetos e campanhas destinados para atividades educativas, incentivo a cursos e escolas e desenvolvimento e capacitação profissional. As atividades beneficiam principalmente as comunidades onde as empresas estão localizadas, bem como seus colaboradores e familiares	Meta 2: Educação básica de qualidade para todos
Meio Ambiente	Ações, programas e projetos destinados à preservação ambiental, bem como à conscientização, principalmente de crianças e jovens, sobre a importância do meio ambiente e de sua conservação. Também são registradas as Reservas Particulares do Patrimônio Natural de uso público, sob a responsabilidade das indústrias do setor	Meta 7: Qualidade de vida e respeito ao meio ambiente
Cultura	Ações, programas e projetos destinados a resgatar, divulgar e incentivar a cultura no Brasil, ampliando o acesso às suas manifestações	Meta 8: Todo mundo trabalhando pelo desenvolvimento
Apoio à Comunidade	Programas, projetos, ações e campanhas destinados para promover iniciativas de apoio à cidadania, reintegração social, serviços comunitários e incentivo à solidariedade	Meta 1: Erradicar a fome e a miséria Meta 3: Igualdade entre os sexos e valorização da mulher
Esporte, Integração e Lazer	Ações, programas e projetos destinados para incentivar atividades esportivas, integração social e lazer, dirigidos para funcionários e seus familiares, bem como para as comunidades onde as empresas estão instaladas	Meta 8: Todo mundo trabalhando pelo desenvolvimento
Voluntariado	Ações, programas e projetos voltados para o incentivo e a capacitação de funcionários das empresas do setor para a prática do voluntariado e da cidadania	Meta 8: Todo mundo trabalhando pelo desenvolvimento
Subtotal		Meta 2: Educação básica de qualidade para todos Meta 4: Reduzir a mortalidade infantil Meta 5: Melhorar a saúde das gestantes Meta 6: Combater a aids, a malária e outras doenças Meta 7: Qualidade de vida e respeito ao meio ambiente Meta 8: Todo mundo trabalhando pelo desenvolvimento
Projeto Mucuri/BNDES/Gestão Corporativa	Investimentos em infraestrutura realizados no extremo sul da Bahia por conta da construção da segunda linha da fábrica de Mucuri e investimentos em gestão corporativa	Meta 2: Educação básica de qualidade para todos Meta 4: Reduzir a mortalidade infantil Meta 5: Melhorar a saúde das gestantes Meta 6: Combater a aids, a malária e outras doenças Meta 7: Qualidade de vida e respeito ao meio ambiente Meta 8: Todo mundo trabalhando pelo desenvolvimento
Subtotal		
TOTAL GERAL DE INVESTIMENTOS		



PÚBLICOS	PRINCIPAIS PROJETOS	Valor investido (em R\$)		Número de projetos		Número de pessoas atendidas ou beneficiadas	
		2008	2009	2008	2009	2008	2009
Comunidades rurais próximas às Unidades Suzano (SP), Mucuri (BA), Maranhão e Minas Gerais	Comunidade Produtiva ComUNIDADE e Abelhas Nativas, Programa de Investimento Reciclável – PIR	925.455	1.145.627	5	4	5.730	2.000
Principalmente colaboradores e familiares das Unidades Suzano e Embu (SP), Mucuri (BA), Imperatriz (MA) e Teresina (PI)	Hospital Paineiras, Sesi (contribuição colaborador), Assistência Odontológica, Assistência Médica (não inclui a participação do colaborador), Ginástica Laboral, Semana de Qualidade de Vida	23.322.646	23.341.086	7	6	154.956	116.339
Comunidades urbanas e rurais próximas às Unidades Suzano e Embu (SP), Mucuri (BA) e Urbano Santos (MA), além de escolas de todo o Brasil com o Prêmio Ecofuturo	Bolsa de Estudo, Programa Educar e Formar, Parceiros da Educação, Sementeira, Formare, Incentivo ao Ensino Superior, Treinamento e Capacitação Profissional, Estudar é Crescer, Auxílio material escolar, Kit material escolar, Colégios (manutenção da Casa do Estudante, na Bahia, e outras unidades escolares), Guarda Mirim, Centro Educacional Maranhão, 1º Prêmio Ecofuturo de Educação para a Sustentabilidade	13.613.805	11.995.696	13	14	52.050	204.756
Comunidades urbanas e rurais próximas às Unidades Suzano e Embu (SP), Mucuri (BA) e no entorno de nossas florestas	Monitoramentos Ambientais, Monitoramento de Água, Monitoramento de Avifauna, Adequações para certificação FSC, Trilhas Ecológicas, Levantamento Mastofauna, Amostras extras de chaminés e material de consumo, Monitoramento de Água-Efluentes Viveiro, estudos e pesquisas, Mudanças climáticas, restauração, Projeto Uso do Biossólido, Diálogo Florestal, Projeto Pomar	7.933.734	8.791.118	13	17	1.331.373	1.330.351
Comunidades urbanas e rurais próximas às Unidades Suzano e Embu (SP) e Mucuri (BA), Maranhão, colaboradores, familiares e terceiros, escolas de todo o Brasil com Concurso Cultural	Sinfonia, Coral EmCantando, Coral Max Feffer, Banda Eucalyptus, Bumba Meu Boi, Sociedade Cultura Artística, Fundação Apoio Universidade de São Paulo/Biblioteca Mindlin, Bibliotecas Comunitárias Ler é Preciso, Concurso Cultural Ler e Escrever é Preciso	200.360	3.487.365	8	12	2.637	252.144
Comunidades urbanas e rurais próximas às Unidades Suzano e Embu (SP) e Mucuri (BA), colaboradores, familiares e terceiros	Associação Golfinho, apoio à ONG Instituto Ecofuturo, doações do Subcomitê Socioambiental, Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente, Indicadores Sociais e Diálogos Sociais	4.693.730	4.442.020	5	6	1.007.118	5.428
Comunidades urbanas próximas à Unidade Mucuri (BA), colaboradores, familiares e terceiros, Corridas nos Estados de SP, MG, RJ, DF, RS e no Nordeste	Despesas com Clubes (CAM e GREJE), Circuito Brasil de Corridas contra o Câncer Infantil, Circuito Nordeste de Corrida contra o Câncer, Franca 100 Anos de Basquete, Jogo Aberto/ Fundação Gol de Letra	141.208	875.631	1	5	757	131.262
Comunidades urbanas e rurais próximas às Unidades Suzano e Embu (SP) e Mucuri (BA), colaboradores, familiares e terceiros	Ações Sociais/Campanhas, Mc Dia Feliz, Suzano na Escola/Junior Achievement, Dia da Leitura, Padrinhos do Educar e Formar	82.444	78.333	4	4	32.951	10.155
		50.913.382	54.156.876	56	68	2.587.572	2.052.435
Comunidades urbanas e rurais próximas à Unidade Mucuri (BA), colaboradores, Piauí e Maranhão	Centro Social, Plano Diretor Socioambiental, Diagnóstico Socioambiental	1.002.026	1.200.000	6	3	750.301	4.336
		1.002.026	1.200.000	6	3	750.301	4.336
		51.915.408	55.356.876	62	71	2.620.288	2.056.771



Gabriel Marcos (à direita) e Carlos Eduardo Santos, na Biblioteca Ler É Preciso Bruno Soares, em Teresina (PI)

Instituto Ecofuturo

Em 2009, quando comemoramos 85 anos de atuação, o Instituto Ecofuturo – Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscip) da qual somos sócios mantenedores – completou uma década destinada para o cumprimento da missão de gerar e difundir conhecimento e práticas que contribuam para a construção coletiva de uma cultura de sustentabilidade entre indivíduos e grupos sociais. A organização atua nas áreas de promoção das competências de leitura e escrita, educação ambiental e gestão de reservas naturais, e desenvolve seus programas em parceria com ONGs, universidades, Poder Público e a iniciativa privada.

Ler é Preciso – Criado em 1999, o programa busca contribuir para transformar o cenário educacional no Brasil, onde grande parte da população alfabetizada não compreende o que lê, nem é capaz de se comunicar pela escrita: um fenômeno conhecido como analfabetismo funcional, que atinge cerca de 32% da população brasileira alfabetizada acima de 15 anos de idade. Assim, por meio de projetos integrados, direcionados especialmente para crianças, jovens, educadores e líderes comunitários, o Ler é Preciso atua na democratização do acesso ao conhecimento e valores humanos contidos nos livros. O Projeto Biblioteca Comunitária Ler é Preciso, que conta com a parceria técnica da Fundação Nacional do Livro Infantil e Juvenil (FNLIJ), objetiva a constituição de sólidas políticas públi-

140

ATIVIDADES EM 10 ESTADOS, ENVOLVENDO 7 MIL PESSOAS, FIZERAM PARTE DAS ATIVIDADES DO DIA NACIONAL DA LEITURA E LITERATURA, COMEMORADO PELA PRIMEIRA VEZ EM OUTUBRO DE 2009

cas que promovam a democratização do acesso aos livros de qualidade e a formação leitora de crianças e jovens. São 84 bibliotecas presentes em 11 estados do País, visitadas mensalmente por cerca de 40 mil usuários. O projeto já formou 2.188 promotores de leitura e auxiliares de bibliotecas para utilizarem coletivamente os textos, promovendo atividades de leitura para pessoas de todas as idades. Em 2009, foram implantadas cinco Bibliotecas Comunitárias nos Estados do AM, PI, RS e de SP, patrocinadas pelas empresas Suzano, JHSF e Satipel, sendo uma no presídio de Bauru, que contou com o endosso da Fundação Nelson Mandela.

No intuito de aprimorar o conhecimento sobre os impactos qualitativos do projeto nas comunidades beneficiadas, desde 2008 o Ecofuturo realiza juntamente com a FNLIJ um projeto que objetiva criar Indicadores de Sustentabilidade e de Impacto das Bibliotecas Comunitárias e um Sistema de Monitoramento Remoto.

O projeto conta com a coordenação do economista Ricardo Paes de Barros, coordenador de pesquisas de políticas públicas do IPEA. Dados ainda preliminares, resultantes de análises realizadas em 2009, mostraram que o projeto tem fortes impactos sobre o desempenho educacional de crianças e jovens, sendo que comunidades com bibliotecas do projeto reduzem ao ano sua taxa de abandono escolar de 1ª a 4ª série em 0,6 ponto percentual comparadas com outras comunidades sem acesso a tais bibliotecas. Trata-se de um projeto inédito dentro e fora do País, cujos resultados serão disponibilizados gratuitamente para a sociedade.

O PRÊMIO ECOFUTURO DE EDUCAÇÃO

PARA A SUSTENTABILIDADE, REALIZADO

PELA PRIMEIRA VEZ EM 2009,

RECEBEU 398 PROJETOS DE PROFESSORES

DOS 27 ESTADOS BRASILEIROS

Prêmio Ecofuturo de Educação para a Sustentabilidade – Realizado pela primeira vez em 2009, recebeu 398 projetos de professores dos 27 Estados brasileiros. Docentes e escolas de todo o País foram convidados a apresentar os melhores projetos, planos de aula e sequências didáticas educativas para promover o aprendizado sobre sustentabilidade em seu sentido mais amplo, desenvolvidos com base na leitura do livro *A vida que a gente quer depende do que a gente faz*, publicado pelo Instituto Ecofuturo. Criatividade, ineditismo, originalidade e promoção da ação cooperada foram pontos decisivos na seleção dos trabalhos.

Os oito projetos vencedores foram reunidos no livro *Saber Cuidar*, disponível em versão digital no endereço www.ecofuturo.org.br/premio. A versão impressa será enviada para todos os participantes do projeto, Secretarias de Educação e órgãos governamentais. O Prêmio contou com patrocínio da Suzano Papel e Celulose e Lazam MDS e foi realizado em parceria com a Fundação Vitor Civita, Todos pela Educação, System Marketing, Alê Abreu, Vieira e Drigo e Vasconcelos Advogados.

Os autores dos projetos vencedores receberam prêmios em dinheiro e as escolas nas quais atuam ganharam um computador com impressora e uma coleção de livros de ecologia e literatura.

Dia Nacional da Leitura – O Movimento Nacional pela Leitura de Literatura desde o Berço obteve grandes conquistas em 2009, quando o País comemorou pela primeira vez o Dia Nacional e a Semana da Leitura e Literatura, de 12 a 16 de outubro. Nesse período, 30 organizações parceiras do Instituto Ecofuturo realizaram cerca de 140 atividades em 10 Estados, envolvendo cerca de 70 cidades e 7 mil pessoas, durante todo o mês de outubro. Parceiros como o Movimento Todos pela Educação, Portal EducaRede da Fundação Telefônica, Instituto C&A, Alfabetização Solidária, Pastoral da Criança, entre outros, empenharam-se na ampla divulgação da campanha, disseminando os conteúdos produzidos pelo Instituto Ecofuturo e o *link* para o *site* do Dia Nacional da Leitura.

Equipe do Instituto Ecofuturo, no Escritório São Paulo





O Ecofuturo disponibilizou o *Passaporte da Leitura Brincar de Ler* e banners por meio eletrônico para toda a sua rede de relacionamento, além do *hotsite* com todos os materiais produzidos para o projeto e ferramentas como *blog* e *twitter* para professores, bibliotecários, pais e todos aqueles envolvidos em mediar este encontro do leitor com a leitura de um bom livro.

As ações de disseminação de conteúdo e divulgação da data via internet atingiram cerca de 3 milhões de pessoas, confirmando o quanto é possível alcançar quando se age em rede, mobilizando parceiros e multiplicando informações.

Para coroar o ano, foi realizado o Seminário do Dia e Semana Nacional da Leitura e Literatura, em Brasília, nos dias 14 e 15 de outubro, em parceria com a Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado Federal. O objetivo foi o de debater caminhos para ações cooperadas entre os setores públicos e privados capazes de democratizar o acesso aos livros e à leitura. O evento contou com a participação de especialistas, pesquisadores e representantes do poder público e da iniciativa privada, além de organizações da sociedade civil, que apresentaram experiências concretas para promover a democratização do acesso à leitura.

Programa Investimento Reciclável (PIR) – Resultado da parceria entre a Suzano, o Grupo Santander Brasil e a Fundação Avina e coordenada pelo Ecofuturo, a iniciativa apoia financeiramente cooperativas de catadores de material reciclável de municípios de São Paulo e oferece cursos de aperfeiçoamento à sua gestão. Em 2009, os recursos destinados para o programa somaram R\$ 360 mil, que devem ser reembolsados pelos participantes em até 24 meses, sem a incidência de juros. Um comitê gestor acompanha o desenvolvimento das cooperativas envolvidas, o qual, entre outras atribuições, discute as diretrizes da atuação e analisa seus resultados.

Parque das Neblinas – Administrado pelo Ecofuturo, o Parque localizado em Bertogiã (SP) é um verdadeiro laboratório de pesquisa e educação ambiental a céu aberto que, em 2009, teve 518 de seus 2,8 mil hectares considerados *Reserva Particular do Patrimônio Natural* (RPPN) pela Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo. No Parque das Neblinas são realizadas atividades de visitação ligadas à contemplação da natureza, como trilhas, passeios de bicicleta e canoagem no Rio Itatinga, além de visitas temáticas que incluem observação da biodiversidade de aves ou orquídeas e oficinas de fotografia. Com excelente infraestrutura para recepcionar grupos, o Parque recebeu mais de 2,5 mil visitantes em 2009. As diversas pesquisas realizadas até agora reforçam a importância do Parque das Neblinas para a conservação da biodiversidade: foram identificadas 315 espécies arbóreas nativas, cerca de 35 mamíferos de grande porte, 227 espécies de aves e 47 espécies de anfíbios, sendo muitas ameaçadas de extinção ou endêmicas. Nesse sentido, o manejo de produtos florestais não madeireiros, como a Palmeira-Juçara e o Cambuci, é trabalhado no Parque das Neblinas como alternativa para valorização de remanescentes florestais na comunidade do entorno, por meio do envolvimento de proprietários rurais, pela interação com a comunidade e estímulo à inclusão de espécies nativas na gastronomia. A ação é exemplo singular de preservação e uso social da floresta, educação ambiental, trabalho e renda para a comunidade do entorno.



Rildes Ferreira de Souza Neris,
Anita Pereira Thomas, Iracilda Pitorra
da Costa e Adileusa Pereira Thomas,
na oficina de artesanato da Associação
Comunitária Golfinho, em Mucuri (BA)

Governo e Sociedade

Transparência e compromisso com os avanços sociais permeiam nosso relacionamento com o governo e a sociedade e se revelam em vários aspectos. Somos signatários do Pacto Global, iniciativa da ONU para disseminar princípios nas áreas de direitos humanos, relações de trabalho, meio ambiente e combate à corrupção; dos Oito Objetivos do Milênio, também da ONU, que estabelecem o alcance até 2015 de objetivos relacionados com a erradicação da miséria, saúde, qualidade de vida e meio ambiente; do Pacto Empresarial pela Integridade e Contra a Corrupção, capitaneado pelo Instituto Ethos e pelo Pnud (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento); e do Pacto Nacional pela Erradicação do Trabalho Escravo, ligado ao Instituto Ethos e à Organização Internacional do Trabalho. Em 2009, passamos a integrar também o Fórum Amazônia Sustentável, organização cuja missão é a de mobilizar segmentos sociais e promover a cooperação para articular ações visando a uma Amazônia justa e sustentável. A agenda de trabalho do Fórum em 2009 deu prioridade ao tema mudanças climáticas, ao qual também nos dedicamos no período (*Leia mais a respeito no capítulo Meio ambiente*).

Somos associados ainda a uma série de entidades tanto de defesa do meio ambiente e dos avanços sociais como representantes do nosso segmento de atuação, como *The Nature Conservancy* (TNC), *World Wide Fund for Nature* (WWF), *International Council of Forest and Paper Association* (ICFPA), FSC Internacional e Brasil, Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social, Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC), Instituto Brasileiro de Relações com Investidores (IBRI), Associação Brasileira de Celulose e Papel – Bracelpa, Associação Brasileira Técnica de Celulose e Papel (ABTCP), Associação Brasileira de Produtores de Florestas Plantadas (Abraf), Associação Baiana de Produtores de Florestas Plantadas (Abaf) e Fundo Florestar. Outra organização à qual nos integramos em 2009, apesar de já participarmos de sua versão internacional, o *World Business Council for Sustainable Development* (WBCSD), foi o Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (CEBDS), que tem como desafio criar condições no meio empresarial para que haja uma relação harmoniosa entre as três dimensões da sustentabilidade.

Por meio dessas participações, contribuimos para a formulação de políticas públicas. Exemplos nesse sentido foram: o trabalho realizado com a Fundação Getúlio Vargas

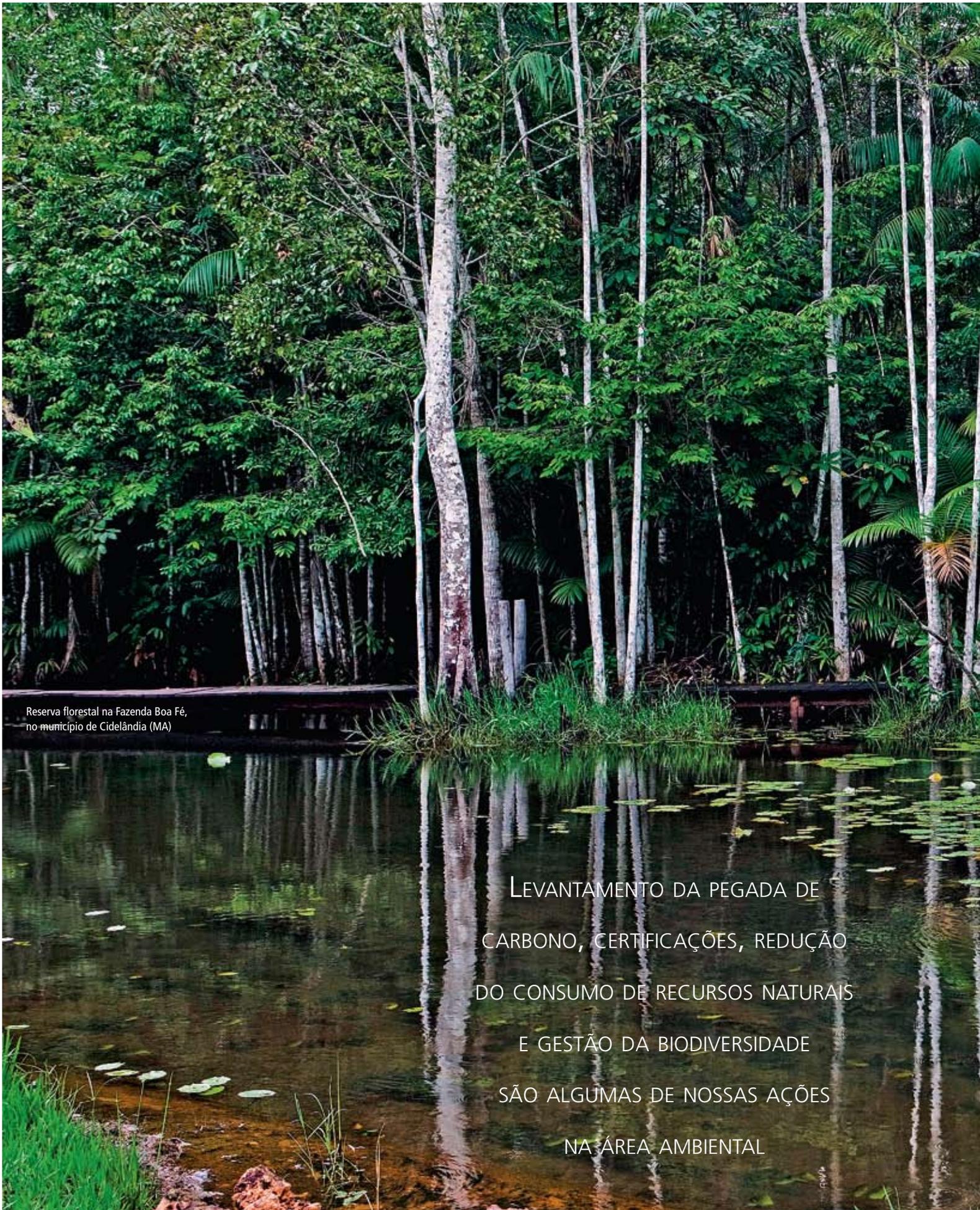
para a adaptação do GHG Protocol – ferramenta mundial de contabilização de gases de efeito estufa – à realidade brasileira; a adesão à Empresas pelo Clima, criada em 2009 como plataforma de líderes setoriais no combate às mudanças climáticas no Brasil; e a participação na elaboração de documentos para o governo brasileiro com propostas para as negociações internacionais que foram levadas ao COP 15 (Conferência das Partes das Nações Unidas). **GRI (4.12 e 4.13)**

Além disso, mantivemos a prática de acompanhar toda a agenda legislativa, diretamente e por intermédio da Bracelpa e da Abraf, de forma a contribuir com o debate e a busca de soluções em temas de interesse do setor de papel e celulose. A tarefa foi aperfeiçoada em 2009 com a criação do Sistema Interno de Assuntos Governamentais (SIAG), disponível em nossa intranet, cujo objetivo é o de possibilitar a pesquisa de perfis – e eventos relacionados – de autoridades políticas nas esferas federal, estadual e municipal. **(S05)**

Tendo em vista que 2010 será um ano eleitoral, a destinação de verba aos partidos ou candidatos foi definida internamente de forma a não contemplar qualquer discriminação ideológica. A relação de favorecidos pode ser conferida no site do Tribunal Superior Eleitoral (www.tse.gov.br). **(S06)**

Graças a essas práticas pautadas pela ética, em 2009 não figuramos em nenhuma ação judicial por concorrência desleal, prática de truste ou monopólio, nem nos sujeitamos a multas por não-conformidade a leis e regulamentos. **(S07 e S08)**

Sobre potenciais casos relacionados a corrupção, eles estão incluídos nos procedimentos de nossa Auditoria Interna, que busca, por meio do mapeamento dos processos internos, identificar potenciais riscos de desvios. O ciclo de auditoria ocorre a cada três anos, sendo os processos mais críticos auditados anualmente, o que é válido para todas as unidades. Outro ponto de apoio nesses casos é o nosso Código de Conduta e a Ouvidoria Externa (*leia mais sobre eles no capítulo Governança Corporativa*). Em 2009, realizamos um treinamento de colaboradores no Código de Conduta, por meio de *e-learning*. **(S02, S03 e S04)** Ainda sobre treinamentos, os profissionais das duas empresas de segurança com as quais mantemos contrato, em São Paulo e na Bahia, passaram por cursos de reciclagem, nos quais o tema Direitos Humanos foi incluído. **(HR8)**



Reserva florestal na Fazenda Boa Fé,
no município de Cidelândia (MA)

LEVANTAMENTO DA PEGADA DE
CARBONO, CERTIFICAÇÕES, REDUÇÃO
DO CONSUMO DE RECURSOS NATURAIS
E GESTÃO DA BIODIVERSIDADE
SÃO ALGUMAS DE NOSSAS AÇÕES
NA ÁREA AMBIENTAL



respeito ao meio ambiente

Meio ambiente

(EC2)

Nosso compromisso com a preservação ambiental, o uso consciente de recursos naturais e a redução dos impactos de nossas atividades revelam-se em várias frentes. Uma delas diz respeito às nossas certificações: todas as nossas áreas produtivas, com exceção dos novos Escritórios no Maranhão e no Piauí, detêm a certificação ISO 14001 e são auditadas pelo Bureau Veritas Certification e, além disso, as áreas florestais de São Paulo, da Bahia e do Espírito Santo têm certificação FSC (*Forest Stewardship Council*). Atuamos, portanto, sob o rígido cumprimento de leis e regulamentos ambientais.

Em 2009, investimos R\$ 7,01 milhões em nossas unidades industriais para proteção ambiental, valor 8,5% menor do que o do exercício anterior. Na área florestal, esse investimento representou R\$ 1,89 milhão (EN30-parcial). Uma das iniciativas adotadas, pioneira no setor de papel e celulose no Brasil, foi o levantamento da pegada de carbono – que vai além do inventário dos gases de efeito estufa (GEE), realizado por nós desde 2003. A prática engloba a medição dos gases ao longo de todo o ciclo de vida de um produto, ou seja, da produção e distribuição da matéria-prima, passando pela produção e distribuição do produto propriamente dito, até a venda e o uso e sua disposição final.

Com base na metodologia PAS 2050 e com o apoio da consultoria ICF Internacional, foi quantificada a pegada de carbono da celulose produzida na Unidade Mucuri. O cálculo desta pegada e seu resultado foi validado e certificado pelo *Carbon Trust*, instituição que é referencial mundial na promoção de uma economia de baixo carbono. Esse trabalho terá continuidade em 2010 e será estendido a outros produtos da Suzano.

Já o inventário de emissões calcula as emissões diretas e indiretas dos gases de efeito estufa de todas as nossas atividades e unidades, desde o plantio da árvore até a entrega dos produtos nos portos de escoamento (mercado externo) ou nos depósitos das regionais em diferentes Estados (mercado interno). O trabalho



segue as diretrizes do programa brasileiro GHG Protocol, iniciativa do Centro de Estudos de Sustentabilidade da Fundação Getúlio Vargas (FGV) em parceria com outras organizações, como o *World Resources Institute* (WRI). Em 2009, a apuração referente a 2008 chegou a 996.295 quilos de CO₂ equivalente, nos escopos 1, 2 e 3 (*ver nota explicativa na tabela abaixo*).

O inventário é importante para identificar volume e causas das emissões e, assim, nortear a adoção de ações para reduzi-las. Com esse entendimento, em 2009, a partir dos resultados

apurados, iniciamos o trabalho de mapeamento das oportunidades de redução em todas as áreas, tanto em fontes móveis (caminhões, empilhadeiras etc.) como nas estacionárias (máquinas e equipamentos). A iniciativa resultou em uma série de projetos que serão avaliados e desenvolvidos a partir de 2010. A eles aliam-se ainda atividades de conscientização dos colaboradores no sentido de reduzir consumos como o de energia elétrica, por exemplo. (EN16, EN17 e EN18-parcial)

Ainda no âmbito das mudanças climáticas, seguimos como membro do *Chicago Climate Exchange* (CCX), maior bolsa de crédito de carbono proveniente de florestas plantadas; e, pelo terceiro ano consecutivo, respondemos ao questionário do *Carbon Disclosure Project*, que busca diagnosticar as iniciativas adotadas por organizações em todo o mundo relacionadas com mudanças climáticas. Esse posicionamento nos levou a conquistar, no ano, o Prêmio Época Mudanças Climáticas, concedido pela revista *Época* em parceria com a PriceWaterhouseCoopers.

Inventário de Emissões*

	2006	2007	2008****
Total de emissões diretas e indiretas de gases de efeito estufa, por peso** (em t de CO ₂)	607.000	792.000	996.295
Outras emissões indiretas relevantes de gases de efeito estufa, por peso*** (em t de CO ₂)	121.100	134.700	227.846

*O levantamento não considera as novas áreas nos Estados do Maranhão e do Piauí, pois em 2008 elas ainda não haviam sido adquiridas.

**No indicador, estão contemplados os escopos 1, 2 e 3 do Inventário de Gases do Efeito Estufa, realizado anualmente pela Empresa. O conceito de escopo está de acordo com o protocolo WRI/WBCSD GHG.

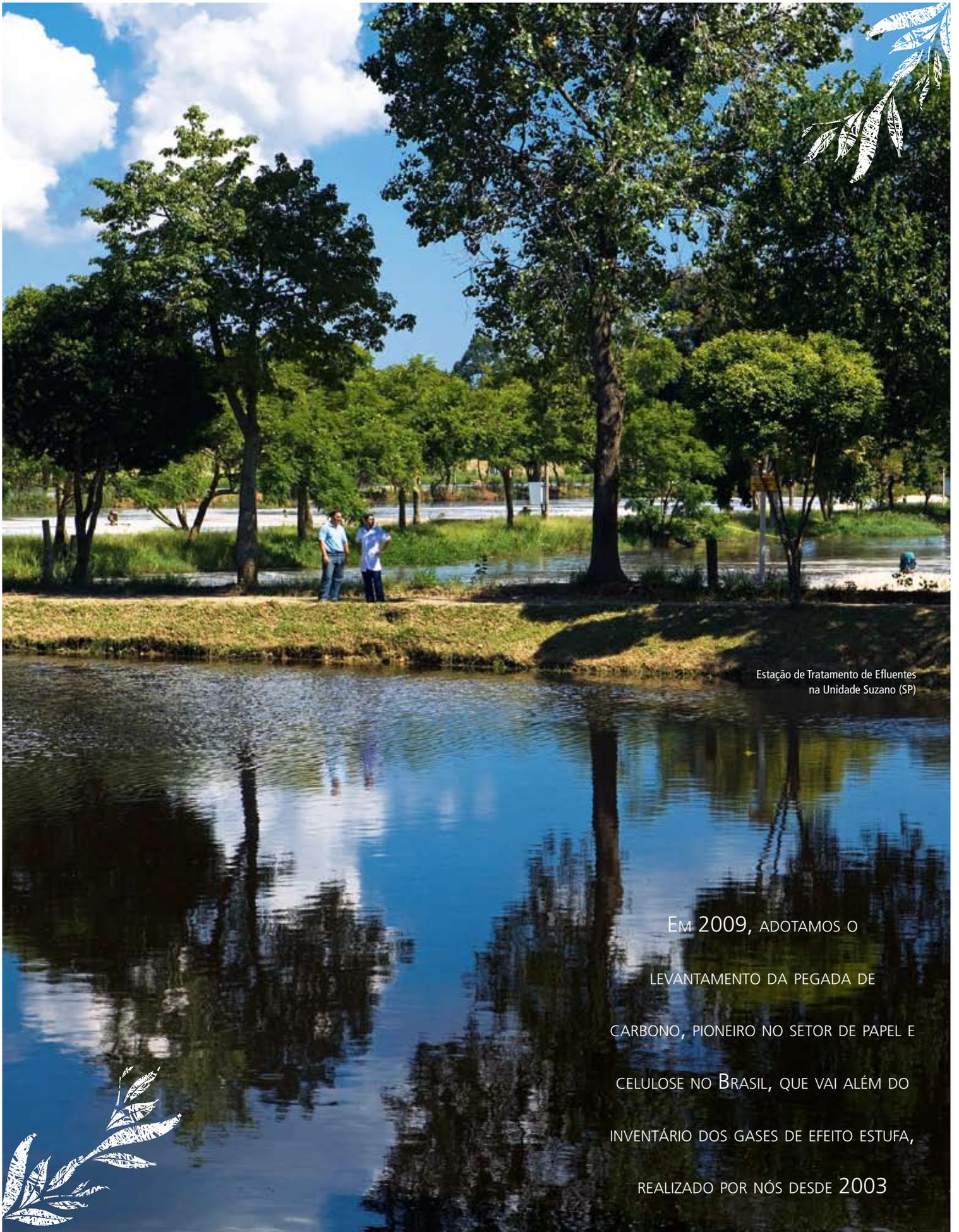
***No indicador, estão contemplados os escopos 2 e 3 do Inventário de Gases do Efeito Estufa, realizado anualmente pela Empresa. O conceito de escopo está de acordo com o protocolo WRI/WBCSD GHG.

****Nesse ano, incluímos as emissões da SPP-Nemo, nossa divisão especializada na distribuição dos produtos gráficos no Brasil, e de nosso Escritório Central.

Escopo 1: emissões de GEE diretas – emissões de GEE da própria empresa (emissões físicas), incluídas as emissões da queima de combustível, os processos de fabricação, tratamento de resíduos e transporte de propriedade da empresa.

Escopo 2: emissões de GEE indiretas – emissões líquidas a partir de importações e exportações de energia, como é o caso de eletricidade e vapor importados e exportados.

Escopo 3: outras emissões de GEE indiretas – todas as outras fontes de emissão possivelmente atribuíveis à atividade da Empresa. Neste escopo, foram incluídos os serviços de transportes por terceirizados.



Estação de Tratamento de Efluentes
na Unidade Suzano (SP)

EM 2009, ADOTAMOS O
LEVANTAMENTO DA PEGADA DE
CARBONO, PIONEIRO NO SETOR DE PAPEL E
CELULOSE NO BRASIL, QUE VAI ALÉM DO
INVENTÁRIO DOS GASES DE EFEITO ESTUFA,
REALIZADO POR NÓS DESDE 2003

Gestão de Emissões ▶ (EN20)

Unidade Industrial Mucuri			
Emissões (em t)	2007	2008	2009
SOx (total)	154	627	1.073,25
NOx (total)	234	787	888,56
Material particulado (total)	2.633	3.066	3.167
TRS (total)	28	11	67

Unidade Industrial Suzano			
Emissões (em t)	2007	2008	2009
SOx (total)	264	131	159,62
NOx (total)	506	729	1.980,55
Material particulado (total)	281	322	236,87
TRS (total)	1,79	2,18	2,59

Unidade Industrial Embu*			
Emissões (em t)	2007	2008	2009
NOx	ND	8,68	7,54

Unidade Industrial Rio Verde*			
Emissões (em t)	2007	2008	2009
NOx (total)	–	–	83

*Caldeiras queimam gás natural e emitem somente NOx

Biodiversidade

Em 2009, assinamos, com o Instituto Ecofuturo, o Pacto Pela Restauração da Mata Atlântica, iniciativa de instituições públicas e privadas que visa preservar os fragmentos existentes de Mata Atlântica e recuperar 15 milhões de hectares até 2050. Comprometemo-nos com esses objetivos credenciados pelo fato de reservarmos 40% de nossas áreas para a conservação da vegetação nativa, compreendendo áreas de preservação permanente, reserva legal e outras destinadas exclusivamente para a conservação, o que equivale a 250 mil hectares distribuídos nos Estados de São Paulo, Minas Gerais, Espírito Santo, Bahia, Piauí e Maranhão.

As novas áreas florestais no Piauí, Maranhão e Tocantins estão inseridas nos biomas Cerrado, Catinga e Amazônico e, desde já, estamos planejando a formação de corredores ecológicos, interligando fragmentos florestais e permitindo o trânsito de espécies de fauna e flora entre as matas. Dessa forma, garantimos a conservação da biodiversidade e a sustentabilidade em nossas atividades.

Integramos ainda o projeto de conservação do Parque das Neblinas – localizado em Bertioga (SP), na Fazenda Sertão dos Freires, de nossa propriedade –, que, no ano, teve 518 de seus 2,8 mil hectares considerados como Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN) pela Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo. Para obter essa classificação, as áreas têm de ter alto valor de conservação por sua riqueza biológica. No Parque das Neblinas, desenvolvemos com o Instituto Ecofuturo uma série de projetos de preservação de espécies ameaçadas,

como o monarcoveiro, maior primata nativo das Américas, e de manejo de espécies florestais, como a palmeira-juçara e o cambuci, árvore frutífera comum na Mata Atlântica.

Deverão ainda ser reconhecidas como RPPN outras duas áreas mantidas por nós: uma às margens do Rio Mucuri, na Bahia, de 1,1 mil hectares, e outra na Fazenda Entre Rios, em Bofete (SP), de cerca de 300 hectares. Nelas, promovemos o inventário dos mamíferos, que identificou 57 espécies (31 em Mucuri, das quais sete são consideradas ameaçadas de extinção, e 26 em Angatuba, 14 delas ameaçadas), e o monitoramento da avifauna, que identificou a presença de mais de 400 espécies, dentre elas o Pica-pau, o Gavião-de-penacho, o Sabiá-cica, o Beija-flor-limpa-casa e o Gavião-peneira.

Em 2009, realizamos o monitoramento de três sub-bacias em São Paulo, na bacia hidrográfica Cabeceiras do Paraitinga; de uma na Bahia, no Rio Peruíbe; e de uma no Maranhão, no Rio Palmira, por meio do Hydrus, um programa de acompanhamento hidrológico que oferece prognósticos sobre a disponibilidade hídrica, consumo de água pelos plantios florestais e a influência de sazonalidades climáticas no balanço hídrico, possibilitando a adequação do manejo e o monitoramento das condições hidrológicas.

Também no ano obtivemos licença inédita no setor, concedida pela Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (Cetesb), para adotar como adubo, em nossas áreas de plantio em São Paulo, as cinzas da biomassa – cascas de eucalipto e madeiras não aproveitadas para a produção de celulose – das caldeiras da Unidade Suzano. Rico em nutrientes como cálcio e potássio, o material é essencial para a correção dos solos, além de proporcionar redução de custos.

Todos os aspectos e impactos ambientais do manejo florestal são identificados e controlados. Nas áreas consideradas de alto índice de biodiversidade, são tomados cuidados especiais no manejo do entorno. Promovemos o Programa Floresta Viva, visando à prevenção de incêndios florestais e, em 2009, não registramos ocorrências significativas desse tipo no entorno dessas áreas. (EN11, EN12, EN13 e EN14)

Água

Parte de nosso Planejamento Estratégico e das metas coletivas, a redução do uso de recursos naturais é um desafio que demanda o empenho de todos os colaboradores. Assim, no âmbito do ciclo de crescimento, a expansão da Unidade Mucuri já foi planejada de forma a aumentar a capacidade de produção de celulose sem que isso acarrete aumento na mesma proporção do consumo de água. Nossa Linha 2 da Unidade Mucuri possui ainda um dos menores consumos de água no mercado, fechando 2009 em 32,6 m³/t. A Unidade também mantém rigorosa política de controle e otimização dos resultados já alcançados, o que inclui metas de consumo diário em todas as áreas e o acompanhamento por meio de painel criado no sistema de monitoramento. Assim, se um setor ultrapassa o limite, medidas são adotadas imediatamente para o retorno aos padrões definidos.

Nas Unidades Suzano e Rio Verde, há três anos são mantidos Grupos de Trabalho para a Redução do Consumo de Água. A partir da detecção dos consumos setoriais, eles definiram metas e aprimoraram os controles, que incluem o monitoramento *online*. Como fruto desse trabalho, a Unidade Suzano registrou redução de 9,7% de consumo em 2009, em comparação ao exercício anterior, e fechou o período em 37,04 m³/t.

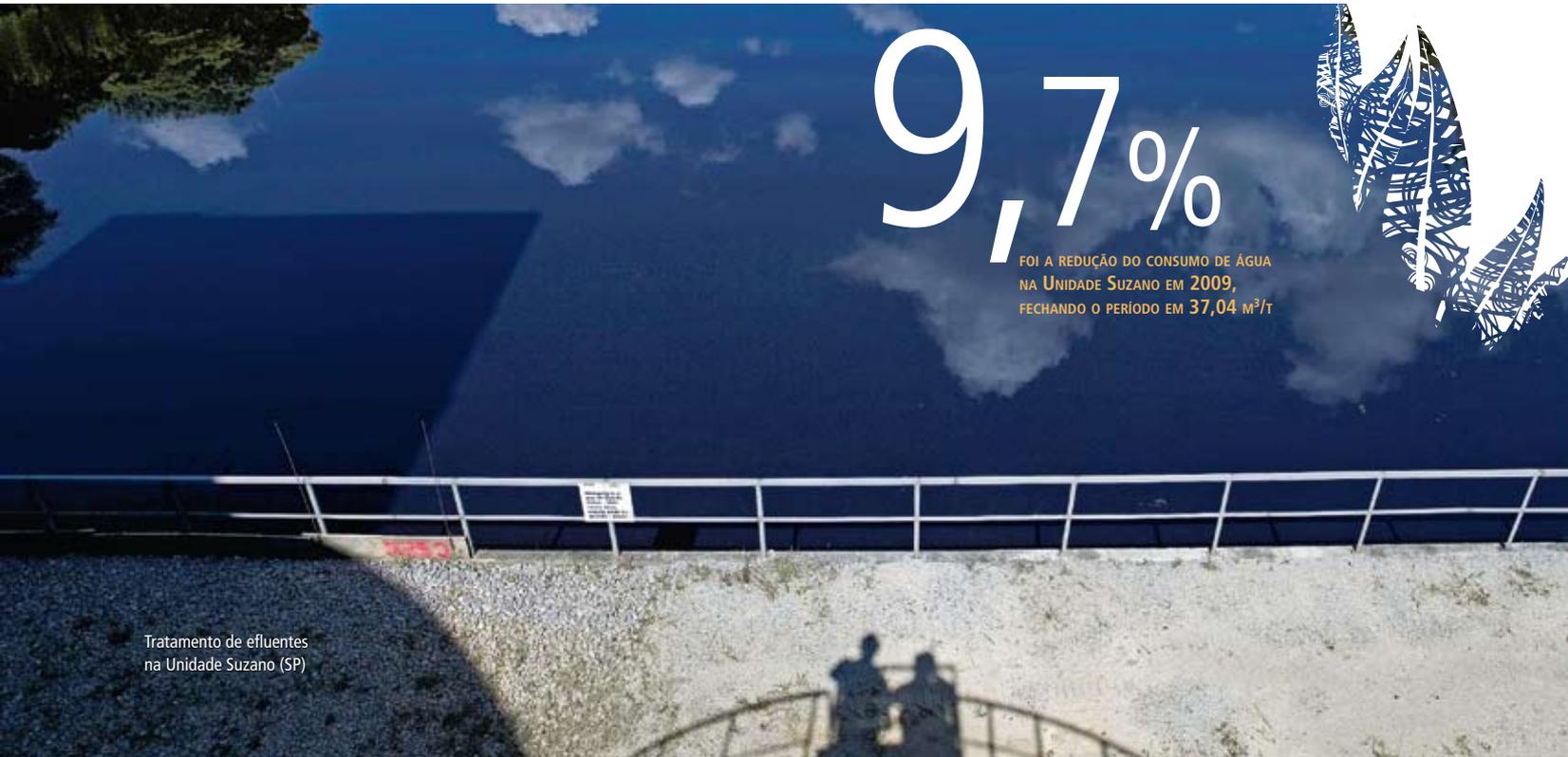
Em nossa área florestal de São Paulo, o consumo de água no viveiro aumentou de 2,66 m³/t para 4,74 m³/t em razão de dois fatores específicos deste ano: estocagem de quase 1 milhão de mudas por vários meses para abastecer o Programa de Arrendamento, no qual a irrigação era realizada manualmente, fora do sistema operacional padrão, consumindo mais água; e mudança no manejo das mudas, que passaram de 66 para 48 plantas por bandeja. Em Mucuri, onde o aumento foi de 3,76 m³/t para 4,13 m³/t, isso deveu-se às temperaturas mais elevadas no decorrer do ano, além do maior período de armazenamento das mudas, o que representa maior consumo de água.

Outro reforço à nossa política de economia dos recursos naturais é o *Guia de Consumo Consciente de Água e Energia Elétrica*, que, além de conter orientações para os colaboradores de redução e otimização, tanto na empresa como em suas residências, os estimula a pensar em formas de fazer isso e a inscrever as ideias no Programa Click.

Produção de Mudas*

	2007	2008	2009
São Paulo	22.496.976	17.069.302	11.698.096
Bahia	28.306.112	48.960.647	47.453.053

*Em 2009, consideramos mudas expedidas próprias e as adquiridas de terceiros



9,7%

FOI A REDUÇÃO DO CONSUMO DE ÁGUA
NA UNIDADE SUZANO EM 2009,
FECHANDO O PERÍODO EM 37,04 m³/t

Gestão da Água ▶ (EN8 e EN9 parcial)

		2007	2008	2009
Unidade Mucuri				
Total de retirada por fonte	Consumo de água do Rio Mucuri (específico)	42,7 m³/t	33,0 m³/t	32,6 m³/t
	Consumo de água do Rio Mucuri (total)	37.905.559 m³	52.406.046 m³	53.584.020 m³
Unidade Industrial Suzano				
Total de retirada por fonte	Consumo de água do Rio Tietê (específico)	44 m³/t	41,05 m³/t	37,04 m³/t
	Consumo de água do Rio Tietê (total)	28.780.680 m³	27.950.700 m³	24.108.936 m³
Fontes hídricas significativamente afetadas por retirada de água	Vazão do Rio Tietê (total)	38.160 m³/h	41.400 m³/h	91.067 m³/h
	Consumo de água (total)	3.050 m³/h	3.190 m³/h	2.752 m³/h
	% de retirada	7,99	7,71	3,03
Unidade Industrial Rio Verde				
Total de retirada por fonte	Consumo de água do Rio Tietê (específico)	ND	18,37 m³/t	18,74 m³/t
	Consumo de água do Rio Tietê (total)	ND	1.014.751 m³	926.091 m³
Unidade Industrial Embu				
Total de retirada por fonte	Consumo de água do Rio Embu-Mirim (específico)	9,9 m³/t	9,6 m³/t	7,9 m³/t
	Consumo de água do Rio Embu-Mirim (total)	ND	477.525 m³	301.287 m³
	Consumo de água subterrânea (total)	ND	22.375 m³	22.562 m³
	Consumo de água (total)	510.305 m³	499.900 m³	323.849 m³
Unidade Florestal				
Total de retirada por fonte	Consumo de água viveiros e outorgas	577.271 m³	173.992 m³	184.470 m³*
	Consumo de água viveiros e outorgas – BA (específico)	4,22 m³/t	3,76 m³/t	4,13 m³/t
	Consumo de água viveiros e outorgas – SP (específico)	2,43 m³/t	2,66 m³/t	4,74 m³/t

*Esse número considera o consumo de água nos viveiros e nas áreas de plantio. Vale destacar que, na região da Unidade Mucuri, o consumo de água nos plantios é considerado insignificante e, por isso, não é necessária a outorga.

Energia e recuperação química ▶ (EN6)

Trabalhamos em direção à redução do consumo de energia e à autossuficiência. Na Unidade Mucuri, por exemplo, produzimos internamente 97,75% da energia consumida, em sua maioria a partir de fontes renováveis, com aplicação do reuso dos resíduos da madeira. Isso é possível graças ao processo de recuperação química que utilizamos em nossas indústrias. O processo Kraft torna-nos capazes de recuperar os químicos utilizados na polpação e, ao mesmo tempo, permite o uso dos resíduos do cozimento da madeira para gerar energia. Depois dessa etapa, o processo de recuperação química é completado com a cal virgem, que, juntamente com o sulfato de sódio e a soda, irá compor o licor verde e o licor branco, que retornarão ao início do processo para novo cozimento de madeira, com o mínimo de reposição. Isso nos permite ganhos ambientais diretos, com a redução de resíduos e a geração de energia.

Por termos participação de 17,9% na UHE Amador Aguiar, toda a necessidade de aquisição de energia elétrica das Unidades Suzano, Embu e Rio Verde está equacionada. Nos últimos anos, a Unidade Suzano vem conseguindo tornar sua operação mais ecoeficiente, ao reduzir de forma contínua o consumo de energia específica de 3,57 GJ/t em 2006 para 3,38 GJ/t em 2009, uma redução de mais de 5%.

Planejadas de acordo com a nossa estratégia de sustentabilidade, as novas fábricas que instalaremos no Maranhão e no Piauí serão ainda autossuficientes em energia elétrica, o que vai nos possibilitar comercializar o excedente de energia gerada.

Gestão da Energia ▶ (EN3 e EN5)

		2007	2008	2009
Unidade Mucuri				
Consumo de energia direta discriminado por fonte de energia primária (em GJ)	Consumo de energia elétrica comprada	337.791,6	156.403,5	90.964
	Consumo de energia elétrica produzida na fábrica	2.572.672,30	3.973.549,90	4.043.260
	Consumo de óleo combustível	3.357.070,7	2.794.350	2.049.453
Unidade Industrial Suzano				
Consumo de energia direta discriminado por fonte de energia primária (em GJ)	Consumo de energia elétrica comprada	1.410.152	1.433.265	1.459.983
	Consumo de energia elétrica produzida na fábrica	863.095	890.489	737.278
	Consumo de óleo combustível	597.898	664.493,18	1.135.422,08
	Consumo de gás natural	4.892.145	5.027.565,98	4.105.793,26
Unidade Industrial Rio Verde				
Consumo de energia direta discriminado por fonte de energia primária (em GJ)	Consumo de energia elétrica comprada	155.438	167.709	151.390
	Consumo de energia elétrica produzida na fábrica	0	0	0
	Consumo de gás natural	501.953	472.585	469.123,05
Unidade Industrial Embu				
Consumo de energia direta discriminado por fonte de energia primária (em GJ)	Consumo de energia elétrica comprada	133.633	121.993	111.476
	Consumo de energia elétrica produzida na fábrica	0	0	0
	Consumo de gás natural	196.724	204.186	172.861
Unidade Florestal				
Consumo de energia direta discriminado por fonte de energia primária (em GJ)	Consumo de diesel*	155.894,5	213.694,4	1.302.779
	Consumo de gasolina**	12.573	13.526	10.240
	Consumo de etanol (em litros)***	-	-	169.277,04
Consumo de energia indireta discriminado por fonte primária (em GJ)	Consumo de energia elétrica	4.113	3.710	2.417

* Em 2009, para diesel, consideramos o consumo de 85% dos terceiros na UNF-SP (não há consumo de veículos próprios), o consumo total dos terceiros e dos próprios da UNF-BA e o consumo dos próprios na UNF-PI. Ainda não há dado disponível para a nova UNF-MA.

** Em 2009, para gasolina, consideramos o consumo de 100% dos próprios e de 85% dos terceiros na UNF-SP e na UNF-BA e na UNF-PI somente o consumo de próprios (não há terceiros). Ainda não há dado disponível para a nova UNF-MA.

*** Publicamos o consumo em litros, pois o manual do GRI ainda não fornece fator de conversão de etanol para GJ. Foi considerado somente o consumo de 100% dos próprios e 85% dos terceiros da UNF-SP. Não há dados disponíveis para as demais.

Efluentes e resíduos

Nosso empenho para reduzir os impactos das operações ao meio ambiente também passa por iniciativas que visam assegurar a qualidade dos efluentes. Na Unidade Mucuri, por exemplo, a Estação de Tratamento de Efluentes (ETE) é dotada de mecanismo de dosagem de nutrientes, torre de resfriamento e do sistema *Moving Bed Biofilm Reactor* (MBBR) de tratamento. Além disso, parte dos resíduos locais, assim como na Unidade Suzano, é vendida para uma empresa que recicla o material e o utiliza em produtos à base de celulose. As cascas de árvore com areia também são comercializadas para serem usadas como fonte de energia em empresas de pequeno porte.

Resultado de investimentos em pesquisas, utilizamos ainda o adubo bio-sólido no Núcleo Florestal de Itatinga (SP), o que evita que o material – proveniente de lama seca de esgoto de estações de tratamento da Sabesp – seja depositado em aterros sanitários.

Em relação ao descarte da água, na Unidade Mucuri ele não provoca impactos significativos. Já em Suzano, o lançamento é de 2.850 m³/h de efluentes, o que corresponde a 3,13% da vazão do Rio Tietê. Na Unidade Rio Verde, o lançamento é de 96 m³/h, o que corresponde a 0,106% da vazão do Rio Tietê. Em 2009, nenhuma de nossas fábricas registrou caso de derramamento significativo. (EN23 e 25)

Gestão de Efluentes e Resíduos ▶ (EN21, EN22, EN24 e EN25)

		2007	2008	2009
Unidade Industrial Rio Verde				
Descarte total de água, por qualidade e destinação	Geração de efluentes líquidos	979.414 m ³	934.771 m ³	842.815 m ³
	Carga orgânica (DBO5) no efluente final (total)	117 t	127 t	118 t
	Demanda química de oxigênio (DQO) no efluente final (total)	384 t	435 t	301 t
Peso total de resíduos, por tipo e método de disposição	Resíduos perigosos	ND	< 1 t	<1 t
	Resíduos não perigosos	ND	4.894 t	2.086 t
Peso de resíduos transportados, importados, exportados ou tratados considerados perigosos nos termos da Convenção da Basileia	Reutilização	ND	4.894 t	1.334 t
	Reciclagem	ND	–	–
	Recuperação	ND	–	–
	Incineração	ND	< 1 t	< 1 t
	Aterro sanitário	ND	7,85 t	8,3 t
	Armazenamento no local	ND	0	0
Unidade Industrial Embu				
Descarte total de água, por qualidade e destinação	Geração de efluentes líquidos	354.052 m ³	482.902 m ³	288.376 m ³
	Carga orgânica (DBO5) no efluente final (total)	6,42 t	4,34 t	2,5 t
	Demanda química de oxigênio (DQO) no efluente final (total)	49,2 t	56,17 t	37,63 t
Peso total de resíduos, por tipo e método de disposição	Resíduos perigosos	40,2 t	–	3,0 t
	Resíduos não perigosos	2.818 t	2.917 t	2.057 t
Peso de resíduos transportados, importados, exportados ou tratados considerados perigosos nos termos da Convenção da Basileia	Reutilização	10 t	16 t	519 t
	Reciclagem	328 t	123 t	809,53 t
	Recuperação	–	–	–
	Incineração	0,002 t	0,006 t	0,0035 t
	Aterro sanitário	2.818 t	2.917 t	2.057 t
	Armazenamento no local	0	0	2,96 t

	2007	2008	2009	
Unidade Industrial Mucuri				
Descarte total de água, por qualidade e destinação	Geração de efluentes líquidos	35.826.602m ³	45.681.703m ³	46.224.461m ³
	Carga orgânica (DBO5) no efluente final (total)	1.194 t	1.686 t	1.684 t
	Demanda química de oxigênio (DQO) no efluente final (total)	18.068 t	18.542 t	19.795 t
	Halogênios Absorvíveis (AOx) no efluente final (total)	94 t	118 t	85 t
	Carbono Orgânico Total (TOC) no efluente final	ND	ND	ND
Peso total de resíduos, por tipo e método de disposição	Resíduos perigosos	82 t	93 t	ND
	Resíduos não perigosos	170.590 t	228.434 t	262.397 t
Peso de resíduos transportados, importados, exportados ou tratados considerados perigosos nos termos da Convenção da Basileia	Compostagem	ND	52.739 t	ND
	Reciclagem	37.742 t	7.758 t	7.671 t
	Recuperação	7.245 t	ND	37.838 t
	Incineração	4.347 t	2.161 t	12.361 t
	Aterro sanitário	34.514 t	69.524 t	70.748 t
	Armazenamento no local	86.742 t	96.249 t	133.779 t
Unidade Industrial Suzano				
Descarte total de água, por qualidade e destinação	Geração de efluentes líquidos	27.612.552 m ³	28.385.096 m ³	24.952.374 m ³
	Carga orgânica (DBO5) no efluente final (total)	710 t	694 t	649 t
	Demanda química de oxigênio (DQO) no efluente final (total)	4.953 t	5.189 t	4.377 t
	Halogênios Absorvíveis (AOx) no efluente final (total)	37 t	32,7 t	24,31 t
	Carbono Orgânico Total (TOC) no efluente final	ND	ND	ND
Peso total de resíduos, por tipo e método de disposição	Resíduos perigosos	8 t	8,8 t	27 t
	Resíduos não perigosos	110.653 t	121.473 t	86.672 t
Peso de resíduos transportados, importados, exportados ou tratados considerados perigosos nos termos da Convenção da Basileia	Reutilização	4.076 t	104.615 t	59.586 t
	Reciclagem	61.690 t	–	–
	Recuperação	1.500 t	–	–
	Incineração	7 t	< 1 t	7,64 t
	Aterro sanitário	14.681 t	25.667 t	27.119 t
	Armazenamento no local	0	30.000 t	30.000 t
Identificação, tamanho, status de proteção e índice de biodiversidade de corpos d'água e habitats significativamente afetados por descartes de água e drenagem	Vazão do Rio Tietê	38.160 m ³ /h	41.400 m ³ /h	91.067 m ³ /h
	Vazão efluentes	3.050 m ³ /h	3.206 m ³ /h	2.850 m ³ /h



Linha de produção do papel Report®

Materiais, produtos e serviços

Buscamos continuamente soluções que contribuam para a redução do uso de materiais e insumos, sem, no entanto, comprometermos a qualidade dos produtos e a rentabilidade das operações. Exemplo dessa política é o desenvolvimento de clones de eucaliptos adaptados a diferentes ecossistemas e com rendimento silvicultural mais elevado, que resulta em maior taxa de conversão de madeira em celulose e menor consumo de químicos.

Por outro lado, promovemos compensações de danos por meio da manutenção, em nosso portfólio, de produtos como o Report Carbono Zero®, cujos gases de efeito estufa emitidos durante o processo de fabricação são compensados com o plantio de árvores. Já o Reciclato® contém, em sua composição, 75% de aparas pré-consumo e 25% de aparas pós-consumo. (EN26 e EN29 parcial)

Consumo de materiais ► (EN1 e EN2)

Materiais usados por peso ou volume				
		2007	2008	2009
Unidade Industrial Mucuri	Consumo de madeira (total)	2.528.115 t	5.160.272 t	5.356.735 t
	Consumo de soda cáustica, sulfato de sódio e cal virgem (total)	82.978 t	101.424 t	107.709 t
	Consumo de materiais (total)	2.611.093 t	5.261.696 t	5.464.444 t
	Percentual de materiais renováveis	97	98	98
Unidade Industrial Suzano	Consumo de madeira (total)	1.387.607 t	1.377.395 t	1.305.704 t
	Consumo de soda cáustica, sulfato de sódio e cal virgem (total)	290.070 t	255.647 t	249.268 t
	Consumo de materiais (total)	1.677.617 t	1.633.042 t	1.554.972 t
	Percentual de materiais renováveis	83	84	84
Unidade Industrial Rio Verde	Consumo de matérias-primas celulósicas (total)	ND	47.293 t	41.964 t
	Consumo de amido, alvejante ótico e carbonato de cálcio (total)	ND	5.747 t	4.790 t
	Consumo de materiais (total)	ND	53.040 t	46.754 t
	Percentual de materiais renováveis	ND	89	90
Unidade Industrial Embu	Consumo de matérias-primas celulósicas (total)	ND	45.726 t	38.155 t
	Consumo de amido, caulim e carbonato de cálcio (total)	ND	5.697 t	8.554 t
	Consumo de materiais (total)	ND	51.423 t	46.709 t
	Percentual de materiais renováveis	ND	89	81,7 t
Unidade Florestal		2007	2008	2009*
	Consumo de calcário de NPK (total)	2,21 t/ha	1,14 t/ha	2,34 t/ha

* Em 2009, parte do aumento deve-se à inclusão do site Piauí. Ainda não foi considerado o site do Maranhão

Materiais usados provenientes de reciclagem				
		2007	2008	2009
Unidades Industriais Suzano e Rio Verde*	Aparas de papel	16.835 t	21.022 t	9.623 t
	Percentual de insumos reciclados	1,58	1,37	0,66
Unidade Industrial Embu	Aparas de papel	ND	13.845 t	17.710 t
	Percentual de insumos reciclados	ND	30,28	37,92

* Considerada a produção de aparas e Santher sobre todos os materiais usados

Multas e sanções ► (EN28)

Unidade Suzano				
		2007	2008	2009
	Incidentes e multas ou sanções não monetárias resultantes da não-conformidade com os regulamentos ambientais aplicáveis	1	0	2*
	Valor monetário das multas significativas	0	0	0
Unidade Embu				
	Incidentes e multas ou sanções não monetárias resultantes da não-conformidade com os regulamentos ambientais aplicáveis	0	0	0
	Valor monetário das multas significativas	0	0	0
Unidade Mucuri				
	Incidentes e multas ou sanções não monetárias resultantes da não-conformidade com os regulamentos ambientais aplicáveis	0	0	0
	Valor monetário das multas significativas	0	0	0

*Os dois autos de infração se devem a emissões de odor em 23/9/2008 por problemas em equipamentos. Eles foram enviados pela Cetesb em 22/01/2009 e recebidos pela Suzano em 27/01/2009 e, por isso, foram registrados em 2009. Contra um desses autos foi protocolado recurso, que foi aceito, mas ainda não recebemos a notificação da Cetesb formalizando o deferimento.

Balanço social anual 2009 – IBASE

Empresa: **Suzano Papel e Celulose**

1 – Base de Cálculo	2009 Valor (Mil reais)	2008 Valor (Mil reais)
Receita líquida (RL)	3.642.299	4.296.122
Resultado operacional (RO) ⁽¹⁾	1.141.698	-583.926
Folha de pagamento bruta (FPB) ⁽²⁾	354.749	315.860

2 – Indicadores Sociais Internos	Valor (mil)	% sobre FPB	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre FPB	% sobre RL
Alimentação	20.162	5,68%	0,55%	22.589	7,15%	0,53%
Encargos sociais compulsórios	84.132	23,72%	2,31%	73.807	23,37%	1,72%
Previdência privada	4.893	1,38%	0,13%	4.120	1,30%	0,10%
Saúde	25.998	7,33%	0,71%	22.810	7,22%	0,53%
Segurança e saúde no trabalho	6.768	1,91%	0,19%	6.554	2,07%	0,15%
Educação ⁽³⁾	5.603	1,58%	0,15%	5.094	1,61%	0,12%
Cultura	57	0,02%	0,00%	113	0,04%	0,00%
Capacitação e desenvolvimento profissional ⁽⁴⁾	2.396	0,68%	0,07%	3.460	1,10%	0,08%
Creches ou auxílio-creche	209	0,06%	0,01%	177	0,06%	0,00%
Participação nos lucros ou resultados	41.818	11,79%	1,15%	49.995	15,83%	1,16%
Outros	12.892	3,63%	0,35%	14.836	4,70%	0,35%
Total – Indicadores sociais internos	204.928	57,77%	5,63%	203.555	64,44%	4,74%

3 – Indicadores Sociais Externos	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL
Educação	4.281	0,37%	0,12%	5.476	NA	0,13%
Cultura	3.431	0,3%	0,1%	87	NA	0,0%
Saúde e saneamento	0	0,00%	0,00%	0	NA	0,00%
Esporte	876	0,08%	0,02%	141	NA	0,00%
Combate à fome e segurança alimentar	0	0,00%	0,00%	0	NA	0,00%
Outros	7.099	0,62%	0,19%	6.621	NA	0,15%
Total das contribuições para a sociedade	15.687	1,37%	0,43%	12.325	NA	0,29%
Tributos (excluídos encargos sociais)	354.447	31,05%	9,73%	253.128	NA	5,89%
Total – Indicadores sociais externos	370.134	32,42%	10,16%	265.453	NA	6,18%

4 – Indicadores Ambientais	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL
Investimentos relacionados com a produção/ operação da empresa	7.014	0,61%	0,19%	9.970	NA	0,23%
Investimentos em programas e/ou projetos externos	1.256	0,11%	0,03%	228	NA	0,01%
Total dos investimentos em meio ambiente	8.270	0,72%	0,23%	10.198	NA	0,24%

Quanto ao estabelecimento de “metas anuais” para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/ operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a empresa

() não possui metas (X) cumpre de 51 a 75% () cumpre de 0 a 50% () cumpre de 76 a 100%

() não possui metas (X) cumpre de 51 a 75% () cumpre de 0 a 50% () cumpre de 76 a 100%

5 – Indicadores do Corpo Funcional	2009	2008
Nº de empregados (as) ao final do período	3.862	3.540
Nº de admissões durante o período	752	366
Nº de empregados (as) terceirizados (as)	6.855	6.066
Nº de estagiários (as)	72	64
Nº de empregados(as) acima de 45 anos	801	635
Nº de mulheres que trabalham na empresa	402	368
% de cargos de chefia ocupados por mulheres	0,73%	0,62%
Nº de negros(as) que trabalham na empresa	n/d	n/d
% de cargos de chefia ocupados por negros(as)	n/d	n/d
Nº de pessoas com deficiência ou necessidades especiais	88	85

6 – Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial	2009	Metas 2010
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa	30,41	não existe meta estabelecida
Número total de acidentes de trabalho	6 ⁽⁵⁾	redução 5%
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	() direção (X) direção e gerências () todos(as) empregados(as)	() direção (X) direção e gerências () todos(as) empregados(as)
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	() direção e gerências () todos(as) empregados(as)	(X) todos(as) + Cipa () direção e gerências () todos(as) empregados(as)
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos(as) trabalhadores(as), a empresa:	() não se envolve (X) segue as normas da OIT	() não se envolve (X) segue as normas da OIT () incentiva e segue a OIT
A previdência privada contempla:	() direção () direção e gerências	() direção () direção e gerências (X) todos(as) empregados(as)
A participação dos lucros ou resultados contempla:	() direção () direção e gerências	() direção () direção e gerências (X) todos(as) empregados(as)
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	() não são considerados (X) são sugeridos	() não são considerados (X) são sugeridos () são exigidos
Quanto à participação de empregados(as) em programas de trabalho voluntário, a empresa:	() não se envolve () apóia	() não se envolve () apóia (X) organiza e incentiva
Número total de reclamações de consumidores(as) ⁽⁶⁾ :	na empresa 1.301 no Procon 0	na empresa 1.642 no Procon 0 na Justiça 0
% de reclamações e críticas atendidas ou solucionadas:	na empresa 100 % no Procon 0 %	na empresa 100 % no Procon 0 % na Justiça 0 %
Valor adicionado total a distribuir (em mil R\$):	Em 2009: 962.910	Em 2008: 1.807.111
Distribuição do Valor Adicionado (DVA):	24,80% governo 41,46% colaboradores(as) 23,67% acionistas (54,88)% terceiros 64,95% retido	(9,55)% governo 21,20% colaboradores(as) 0,00% acionistas 113,52% terceiros (25,17)% retido

7 – Outras Informações

⁽¹⁾ O resultado operacional se encontra entre o lucro bruto e o LAIR (Lucro antes do Imposto de Renda), ou seja antes das receitas e despesas não operacionais.

⁽²⁾ Somatório de remuneração (salários, gratificações, comissões e abonos), 13º salário, férias e encargos sociais compulsórios (INSS, FGTS e Contribuição Social).

⁽³⁾ Gastos com ensino regular em todos os níveis, reembolso de educação, bolsas, assinaturas de revistas, gastos com biblioteca (excluído pessoal) e outros gastos com educação

⁽⁴⁾ Recursos investidos em treinamentos, cursos, estágios (excluído os salários) e gastos voltados especificamente para capacitação relacionada com a atividade desenvolvida por empregados(as).

⁽⁵⁾ Considerados acidentes com afastamento

⁽⁶⁾ Consideramos as reclamações (insatisfações) técnicas com relação a nossos produtos e serviços.

Informações Corporativas

Suzano Papel e Celulose

Av. Brigadeiro Faria Lima, 1.355 – 8º andar
01452-919 – São Paulo (SP)
Tel.: (5511) 3503-9000
www.suzano.com.br

Diretoria de Relações com Investidores

Tel.: (5511) 3503-9061
E-mail: ri@suzano.com.br
www.suzano.com.br/ri

Conselho de Administração

David Feffer
Daniel Feffer
Boris Tabacof
Jorge Feffer
Cláudio Thomaz Lobo Sonder
Antonio de Souza Corrêa Meyer
Oscar de Paula Bernardes Neto
Marco Antonio Bologna
Nildemar Secches
Augusto Esteves de Lima Júnior

Ações – Brasil

BM&FBovespa – Bolsa de Valores de São Paulo (São Paulo)
Ordinárias: código SUZB3 (negociadas em lotes de 100)
Preferenciais: códigos SUZB5 e SUZB6

Ações – Europa

Latibex – Bolsa de Valores Latino-Americana (Madri - Espanha)
Preferenciais: Classe “A”: código brsuzbacnpa3

Ações – Estados Unidos

Programa de ADR1, com papéis negociados no mercado de balcão, sendo que cada ADR corresponde a três ações.

Composição do capital social

Classe das ações	Quantidade de ações
Ordinárias	107.821.512
Preferenciais A	205.120.105
Preferenciais B	1.540.879
Total	314.482.496

Diretoria

Antonio dos Santos Maciel Neto
Alexandre Yambanis
André Dorf
Bernardo Szpigel
Carlos Alberto Griner
Carlos Aníbal Fernandes de Almeida Júnior
Ernesto Peres Pousada Júnior
João Comério

Conselho Fiscal

Luiz Augusto Paes
Rubens Barletta
José Luiz Montans Anacleto Júnior

Auditor independente

Ernst & Young Auditores Independentes S.S.
Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 1.830, 5º ao 8º andares
Condomínio São Luiz – Itaim Bibi
CEP 04543-900 – São Paulo (SP)

Banco custodiante

Banco Itaú
Av. Engenheiro Armando de Arruda Pereira, 707 – 9º andar
Torre Eudoro Villela
04344-902 – São Paulo (SP)

Banco depositário

The Bank of New York
101 Barclay Street – New York (NY) – 10286 – USA

Formador de Mercado

Credit Suisse S.A. Corretora de Títulos e Valores Mobiliários
Av. Brig. Faria Lima, 3.064 – 14º andar
01451-000 – São Paulo (SP)

Debêntures

Agente fiduciário: Pentágono S.A DTVM
Avenida das Américas, 4.200 – Bloco 4
Ed. Buenos Aires, sala 514
22640-102 – Rio de Janeiro (RJ)

Demonstrações **financeiras**



2009

Parecer dos auditores independentes

Aos

Administradores e Acionistas da
Suzano Papel e Celulose S.A.

1. Examinamos os balanços patrimoniais da Suzano Papel e Celulose S.A. e os balanços patrimoniais consolidados da Suzano Papel e Celulose S.A. e empresas controladas em 31 de dezembro de 2009 e 2008, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado, correspondentes aos exercícios findos naquelas datas, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras. As contas de ativo, passivo e de resultado do Consórcio Paulista de Papel e Celulose, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2009 e ao período de quatro meses findos em 31 de dezembro de 2008, e as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da então controlada em conjunto Ripasa S.A. Celulose e Papel, relativas ao período de oito meses findos em 31 de agosto de 2008, foram examinadas por outros auditores independentes. Nossa opinião, no que diz respeito aos valores dos ativos e passivos e das contas de resultado do Consórcio Paulista de Papel e Celulose, e do resultado de equivalência patrimonial, da controlada em conjunto Ripasa S.A. Papel e Celulose, incluídos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia, está baseada exclusivamente nas opiniões desses auditores.
2. Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil e compreenderam: a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábil e de controles internos da Companhia e empresas controladas; b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela Administração da Companhia e empresas controladas, bem como da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.
3. Em nossa opinião, com base em nossos exames e nos exames efetuados por outros auditores independentes, as demonstrações financeiras referidas no parágrafo 1 representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Suzano Papel e Celulose S.A. e a posição patrimonial e financeira consolidada da Suzano Papel e Celulose S.A. e empresas controladas em 31 de dezembro de 2009 e 2008, o resultado de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido, os seus fluxos de caixa e os valores adicionados nas operações referentes aos exercícios findos daquelas datas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Salvador, 02 de março de 2010

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC 2SP015199/O-6-F-BA

Antonio Carlos Fioravante
Contador CRC-1SP184973/O-0/S-BA

Balancos Patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2009 e 2008 (em milhares de reais). As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Ativo	Controladora		Consolidado	
	2009	2008	2009	2008
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 5)	2.261.889	1.921.063	2.533.285	2.176.312
Ganhos não realizados em operações com derivativos (Nota 23)	11.641	1.737	12.961	16.939
Contas a receber de clientes (Nota 6)	958.763	1.391.670	621.195	790.042
Estoques (Nota 7)	499.976	585.867	605.657	881.568
Impostos e contribuições sociais a compensar (Nota 8)	237.587	333.700	238.825	361.025
Impostos e contribuições sociais diferidos (Nota 9)	62.385	60.766	69.297	131.351
Créditos a receber de partes relacionadas (Nota 17)	1.500	380	–	–
Créditos a receber de precatório indenizatório (Nota 10)	6.162	–	6.162	–
Outras contas a receber	49.595	40.723	55.554	44.964
Despesas antecipadas	5.226	4.411	5.319	4.509
Total do ativo circulante	4.094.724	4.340.317	4.148.255	4.406.710
Não circulante				
Ativo realizável a longo prazo				
Ganhos não realizados em operações com derivativos (Nota 23)	9.315	577	15.089	14.449
Impostos e contribuições sociais a compensar (Nota 8)	110.407	152.436	110.408	152.440
Impostos e contribuições sociais diferidos (Nota 9)	495.424	644.199	501.818	646.647
Créditos a receber de empresas relacionadas (Nota 17)	1.111	49.083	–	–
Créditos a receber de precatório indenizatório (Nota 10)	55.461	–	55.461	–
Adiantamento a fornecedores (Nota 11)	243.480	215.632	243.480	215.632
Depósitos judiciais	62.194	90.020	64.969	92.366
Bens disponíveis para venda	90.365	–	90.365	–
Outras contas a receber	44.314	32.222	52.483	43.902
	1.112.071	1.184.169	1.134.073	1.165.436
Ativo permanente				
Investimentos (Nota 12)	231.213	240.311	13.843	8.100
Imobilizado (Nota 13)	6.663.331	6.551.349	6.961.336	6.876.776
Intangível (Nota 14)	501.462	501.457	501.462	501.457
	7.396.006	7.293.117	7.476.641	7.386.333
Total do ativo não circulante	8.508.077	8.477.286	8.610.714	8.551.769
Total do ativo	12.602.801	12.817.603	12.758.969	12.958.479
Passivo e patrimônio líquido				
	Controladora		Consolidado	
	2009	2008	2009	2008
Circulante				
Fornecedores	262.667	219.067	268.050	277.318
Financiamentos e empréstimos (Nota 15)	1.268.002	1.690.813	1.287.752	1.703.942
Debêntures (Nota 16)	113.747	32.863	113.747	32.863
Perdas não realizadas em operações com derivativos (Nota 23)	37.052	150.039	51.654	151.022
Impostos a vencer	40.548	10.130	42.938	36.812
Remunerações e encargos a pagar	72.540	72.008	74.345	75.715
Valores a pagar a empresas relacionadas (Nota 17)	19.092	15.917	–	521
Dívida com aquisição de terrenos, fazendas e reflorestamento (Nota 21)	58.756	–	61.262	–
Contas a pagar	43.765	45.545	48.079	54.826
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar (Nota 24)	170.464	470	170.464	470
Imposto de Renda e Contribuição Social	–	–	2.017	3.630
Impostos e contribuições sociais diferidos (Nota 9)	19.743	19.474	19.743	19.474
Total do passivo circulante	2.106.376	2.256.326	2.140.051	2.356.593
Não circulante				
Passivo exigível a longo prazo				
Financiamentos e empréstimos (Nota 15)	4.183.258	4.907.536	4.411.577	5.094.183
Debêntures (Nota 16)	685.963	804.056	685.963	804.056
Perdas não realizadas em operações com derivativos (Nota 23)	23.810	51.652	25.727	54.398
Valores a pagar a empresas relacionadas (Nota 17)	174.119	116.850	–	–
Dívida com aquisição de terrenos, fazendas e reflorestamento (Nota 21)	92.381	–	164.565	–
Contas a pagar	7.576	3.321	7.576	3.321
Imposto de Renda e Contribuição Social	14.107	13.200	14.107	13.200
Impostos e contribuições sociais diferidos (Nota 9)	625.939	623.350	625.939	623.350
Provisão para contingências e passivos atuariais (Nota 18)	278.955	262.767	286.833	269.137
Plano de remuneração baseado em ações (Nota 20)	12.851	3.582	12.851	3.582
Total do passivo não circulante	6.098.959	6.786.314	6.235.138	6.865.227
Patrimônio líquido (Nota 24)				
Capital social	2.054.430	2.054.430	2.054.430	2.054.430
Reservas de capital e de lucros	2.343.036	1.720.533	2.329.350	1.682.229
Total do patrimônio líquido	4.397.466	3.774.963	4.383.780	3.736.659
Total do passivo e patrimônio líquido	12.602.801	12.817.603	12.758.969	12.958.479

Demonstrações do Resultado*

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2009 e 2008 (em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

	Controladora		Consolidado	
	2009	2008	2009	2008
Receita operacional bruta	4.144.328	4.879.104	4.466.022	4.648.193
Deduções da receita operacional bruta	(502.029)	(582.982)	(513.276)	(584.597)
Receita operacional líquida	3.642.299	4.296.122	3.952.746	4.063.596
Custo dos produtos vendidos	(2.592.386)	(2.651.148)	(3.043.078)	(2.647.236)
Lucro bruto	1.049.913	1.644.974	909.668	1.416.360
Receitas (despesas) operacionais				
Despesas com vendas	(354.916)	(408.697)	(158.489)	(200.920)
Despesas gerais e administrativas	(188.116)	(173.935)	(205.240)	(205.250)
Honorários da administração (Nota 17)	(23.445)	(42.135)	(25.539)	(46.154)
Despesas financeiras (Nota 26)	589.312	(2.040.461)	572.022	(2.095.657)
Receitas financeiras (Nota 26)	73.331	625.523	124.378	521.960
Resultado da equivalência patrimonial (Nota 12)	(10.342)	(122.934)	–	(515)
Amortização de ágio (Nota 14)	–	(79.044)	–	(79.044)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas (Nota 25)	5.961	12.782	15.299	53.437
Lucro (prejuízo) operacional	1.141.698	(583.927)	1.232.099	(635.783)
Imposto de renda e contribuição social (Nota 9)	(288.383)	149.144	(354.167)	184.475
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	853.315	(434.783)	877.932	(451.308)
Lucro (prejuízo) por ação	2,78392	(1,41847)		
Quantidade de ações em circulação no fim do exercício	306.516	306.516		

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido*

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2009 e 2008 (em milhares de reais)

	Reservas de capital				Reservas de lucros			Lucros (prejuízos) acumulados	Total
	Capital social	Incentivos fiscais	Especial de ágio na Incorporação	Ações em tesouraria	Reserva legal	Reserva para aumento de capital	Reserva estatutária especial		
Saldos em 31 de dezembro de 2007	2.054.427	303.507	108.723	(15.080)	149.315	1.614.315	181.254	–	4.396.461
Aumento de capital pela conversão de debêntures em ações	3	–	–	–	–	–	–	–	3
Prejuízo do exercício	–	–	–	–	–	–	–	(434.783)	(434.783)
Aquisição de ações próprias	–	–	–	(186.718)	–	–	–	–	(186.718)
Destinações:									
Compensação de prejuízos acumulados	–	–	–	–	–	(434.783)	–	434.783	–
Saldos em 31 de dezembro de 2008	2.054.430	303.507	108.723	(201.798)	149.315	1.179.532	181.254	–	3.774.963
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	–	–	–	853.315	853.315
Destinações:									
Juros sobre capital próprio creditados e pagos em 11 de novembro de 2009	–	–	–	–	–	–	–	(35.296)	(35.296)
Juros sobre capital próprio creditados em 30 de dezembro de 2009. A serem pagos em 10 de março de 2010	–	–	–	–	–	–	–	(192.247)	(192.247)
Dividendos propostos	–	–	–	–	–	–	–	(3.269)	(3.269)
Reserva de incentivos fiscais									
SUDENE – Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste	–	35.715	–	–	–	–	–	(35.715)	–
Reserva legal	–	–	–	–	42.666	–	–	(42.666)	–
Reserva para aumento de capital	–	–	–	–	–	489.711	–	(489.711)	–
Reserva estatutária especial	–	–	–	–	–	–	54.411	(54.411)	–
Saldos em 31 de dezembro de 2009	2.054.430	339.222	108.723	(201.798)	191.981	1.669.243	235.665	–	4.397.466

* As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações do Fluxo de Caixa*

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2009 e 2008 (em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2009	2008	2009	2008
Fluxos de caixa e equivalentes de caixa das atividades operacionais				
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	853.315	(434.783)	877.932	(451.308)
Ajustes para conciliar o resultado ao caixa e equivalentes de caixa gerados pelas atividades operacionais				
Depreciação, exaustão e amortização	475.988	375.334	485.022	451.763
Resultado na venda de ativos permanentes	(39.632)	(19.107)	(39.626)	(23.395)
Resultado da equivalência patrimonial	10.342	122.934	–	515
Amortização de ágio	–	79.044	–	79.044
Variações cambiais e monetárias, líquidas	(1.053.747)	1.113.623	(1.029.157)	1.039.018
Despesas com juros, líquidas	414.930	364.180	428.709	373.905
(Ganhos) Perdas com derivativos, líquidos	(51.676)	234.446	(33.932)	213.916
Despesa com Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos	288.383	(149.144)	354.167	(184.475)
Despesas com outros impostos	109.187	118.748	142.526	129.832
Provisão de contingências e passivos atuariais	(475)	44.599	1.033	31.266
Despesas com plano de remuneração baseado em ações (reversões)	9.269	–	9.269	–
(Reversão) de provisão para perdas em investimentos	(1.483)	–	(1.483)	–
(Complemento) reversão de outras provisões	–	(19.439)	–	(20.684)
Despesas de juros com aquisição de ações próprias	–	110.860	–	110.860
Variações de ativos e passivos operacionais, circulantes e de longo prazo:				
Redução (aumento) em contas a receber	432.907	(468.718)	168.847	(55.882)
Redução (aumento) em estoques	85.891	(44.376)	275.911	(228.283)
Redução (aumento) em impostos a compensar	138.142	(128.600)	164.232	(130.608)
(Aumento) em outros ativos circulantes e não circulantes	(60.889)	(130.330)	(107.456)	(39.396)
Liquidação de contratos de operações com derivativos	(71.478)	(27.350)	(71.478)	(36.212)
Aumento (redução) em fornecedores	43.600	(92.302)	(9.268)	(67.962)
Aumento (redução) em outros passivos circulantes e não circulantes	184.238	(84.936)	140.779	(3.541)
Pagamento de juros	(311.528)	(268.656)	(318.550)	(284.980)
Pagamento de outros impostos e contribuições	(73.890)	(79.182)	(75.037)	(86.881)
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	(171.920)	–	(177.366)	(52.675)
Efeito líquido com a cisão da Ripasa e incorporação da Conpacel	–	41.621	–	41.621
Caixa e equivalentes de caixa líquidos gerados pelas atividades operacionais	1.209.474	658.466	1.185.074	805.458
Fluxos de caixa e equivalentes de caixa das atividades de investimentos				
Adições em investimentos	(63)	–	(5.052)	–
Adições no imobilizado e diferido	(675.228)	(910.029)	(658.658)	(1.065.854)
Aplicações financeiras de longo prazo	–	–	–	–
Recebimentos por venda de ativos permanentes	67.345	59.210	67.383	66.011
Efeito líquido com a cisão da Ripasa e incorporação da Conpacel	–	610.393	–	583.035
Caixa e equivalentes de caixa líquidos aplicados nas atividades de investimentos	(607.946)	(240.426)	(596.327)	(416.808)
Fluxos de caixa e equivalentes de caixa das atividades de financiamentos				
Pagamentos de dividendos e juros sobre capital próprio	(35.347)	(64.619)	(35.347)	(64.619)
Empréstimos captados	2.193.959	2.962.611	2.288.303	2.996.337
Liquidação de contratos de operações com derivativos	(36.317)	(4.104)	(25.796)	(3.672)
Pagamentos de empréstimos	(2.382.997)	(2.070.378)	(2.399.331)	(2.177.194)
Aquisição de ações próprias	–	(297.578)	–	(297.578)
Eliminação do efeito com a cisão da Ripasa	–	(82.534)	–	(82.534)
Caixa e equivalentes de caixa líquidos (aplicados) gerados pelas atividades de financiamentos	(260.702)	443.398	(172.171)	370.740
Efeitos de variação cambial em caixa e equivalentes de caixa	–	–	(59.603)	77.002
Aumento no caixa e equivalentes de caixa	340.826	861.438	356.973	836.392
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	1.921.063	1.059.625	2.176.312	1.339.920
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	2.261.889	1.921.063	2.533.285	2.176.312
Demonstração do aumento no caixa e equivalentes de caixa	340.826	861.438	356.973	836.392

* As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações do Valor Adicionado*

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2009 e 2008 (em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2009	2008	2009	2008
Receitas				
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	4.118.013	4.847.392	4.428.460	4.670.736
Outras receitas	88.895	80.839	105.520	146.800
Receitas relativas à construção de ativos próprios	89.840	68.602	89.912	68.602
Provisão para créditos de liquidação duvidosa – Reversão/(Constituição)	(3.398)	(9.101)	(3.398)	(10.030)
	4.293.350	4.987.732	4.620.494	4.876.108
Insumos adquiridos de terceiros				
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	(1.562.851)	(1.519.587)	(2.009.684)	(1.466.965)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(1.295.608)	(1.646.164)	(1.099.773)	(1.364.765)
Perda/Recuperação de valores ativos	(58.982)	(60.431)	(58.982)	(60.431)
	(2.917.441)	(3.226.182)	(3.168.439)	(2.892.161)
Valor adicionado bruto	1.375.909	1.761.550	1.452.055	1.983.947
Depreciação, amortização e exaustão	475.988	375.334	485.022	451.763
Valor adicionado líquido produzido pela companhia	899.921	1.386.216	967.033	1.532.184
Valor adicionado recebido em transferência				
Resultado da equivalência patrimonial	(10.342)	(122.934)	–	(515)
Receitas financeiras	72.311	625.523	123.358	521.960
Outras	1.020	(79.044)	1.012	(79.043)
Amortização de ágio	–	(79.044)	–	(79.044)
Outras	–	–	(8)	1
Dividendos recebidos de investimentos ao custo	1.020	–	1.020	–
	62.989	423.545	124.370	442.402
Valor adicionado a distribuir	962.910	1.809.761	1.091.403	1.974.586
Distribuição do valor adicionado				
Pessoal	399.190	376.432	408.469	409.557
Remuneração direta	316.286	294.213	324.561	326.308
Benefícios	64.819	65.190	65.822	66.193
FGTS	18.085	17.029	18.086	17.056
Impostos, taxas e contribuições	238.881	(236.356)	315.253	(143.623)
Federais	321.545	(160.726)	394.637	(113.246)
Estaduais	(85.301)	(78.334)	(82.905)	(34.423)
Municipais	2.637	2.704	3.521	4.046
Remuneração de capitais de terceiros	(528.476)	2.104.468	(510.251)	2.159.960
Juros	508.677	935.224	516.991	965.707
Aluguéis	60.836	64.007	61.771	64.303
Variações monetárias passivas	(1.097.989)	1.105.237	(1.089.013)	1.129.950
Remuneração de capitais próprios	853.315	(434.783)	877.932	(451.308)
Dividendos e juros sobre o capital próprio	230.812	–	230.812	–
Lucros retidos/Prejuízo do exercício	622.503	(434.783)	647.120	(451.308)
	962.910	1.809.761	1.091.403	1.974.586

* As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

1. Contexto operacional

A Suzano Papel e Celulose S.A. (a seguir designada como Companhia ou Suzano) e suas controladas, com unidades de produção nos Estados da Bahia e de São Paulo, têm como atividade principal a fabricação e a comercialização, no País e no exterior, de celulose de fibra curta de eucalipto e papel, além da formação e exploração de florestas de eucalipto para uso próprio e venda a terceiros.

Para a comercialização de seus produtos no mercado internacional a Companhia utiliza-se de suas subsidiárias integrais localizadas no exterior, as quais não possuem unidades fabris.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis

A autorização para conclusão da preparação das demonstrações contábeis ocorreu na reunião do Conselho de Administração, realizada em 02 de março de 2010.

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base nas normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), observando as diretrizes contábeis emanadas da legislação societária (Lei nº 6.404/76) que incluem os dispositivos introduzidos, alterados e revogados pela Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007, pela Medida Provisória nº 449, de 03 de dezembro de 2008, posteriormente convertida na Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009, e pelos Pronunciamentos Técnicos, aplicáveis à Companhia, emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pela CVM e Conselho Federal de Contabilidade, cujo principal objetivo é o de proporcionar a convergência das práticas contábeis anteriormente adotadas no Brasil, para aquelas constantes das normas internacionais de contabilidade.

A versão original do Pronunciamento Técnico “CPC 02 – Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis” – previa, nos seus itens 4 e 5, a extensão, a determinadas controladas no exterior, dos procedimentos próprios de filiais para a contabilização de efeitos de mudanças nas taxas de câmbio. Estes itens diziam respeito, principalmente, ao tratamento a ser dado a tais controladas e exigiam a integração de seus ativos, passivos, resultados e fluxos de caixa às demonstrações da controladora. Essas disposições suscitaram diversas questões quanto à caracterização de tais controladas e aos impactos societários e contábeis decorrentes de sua aplicação. Devido a essas circunstâncias, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2008 e às três informações trimestrais apresentadas durante o exercício de 2009, a Companhia solicitou e obteve da CVM autorização para não aplicar, às demonstrações contábeis da controladora, as disposições contidas nos itens 4 e 5 da versão original do CPC02.

Por esse motivo, em 27 de março de 2009, o Conselho Federal de Contabilidade emitiu a Resolução CFC nº 1.164/09, tornando obrigatória a adoção dos parágrafos 4 e 5 do Pronunciamento Técnico CPC 02 (versão original desse CPC) somente a partir do encerramento do exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2009. Posteriormente, o CPC emitiu o documento “Revisão nº 1 de Pronunciamentos Técnicos e Orientação Técnica” de revisão dos Pronunciamentos Técnicos CPC 02, 03, 16, 26 e 36, e da Orientação Técnica OCPC 01, aprovado pela Deliberação CVM nº 624, de 28 de Janeiro de 2010, por meio do qual promoveu alterações em alguns dos parágrafos dessas normas. Especificamente quanto às alterações promovidas no CPC 02, foi removido o requerimento dos parágrafos 4 e 5, que estabeleciam a integração, às demonstrações da controladora, dos ativos, passivos e resultados e fluxos de caixa de determinadas controladas no exterior.

3. Sumário das principais práticas contábeis

3.1 Apuração do resultado

As receitas de vendas estão sendo apresentadas brutas, ou seja, incluem os impostos e os descontos incidentes sobre as mesmas, os quais estão apresentados como contas redutoras das receitas. O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício. A receita de venda de produtos é reconhecida no resultado quando seu valor pode ser mensurado de forma confiável, todos os riscos e benefícios inerentes ao produto são transferidos para o comprador, a Companhia não detém mais controle ou responsabilidade sobre a mercadoria vendida e é provável que os benefícios econômicos sejam gerados a favor da Companhia. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa da sua realização. As receitas de juros são reconhecidas pelo método da taxa efetiva de juros na rubrica de receitas financeiras.

3.2 Investimentos e conversão de saldos denominados em moeda estrangeira

a) Investimentos, moeda funcional e de apresentação das demonstrações contábeis

A moeda funcional da Companhia é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações contábeis da controladora (Companhia) e consolidadas. As demonstrações contábeis de cada controlada incluída na consolidação, que também são aquelas utilizadas como base para avaliação dos investimentos pelo método de equivalência patrimonial, são preparadas com base na moeda funcional de cada entidade.

Para as controladas localizadas no exterior, os seus ativos e passivos monetários são convertidos de sua moeda funcional para Reais, utilizando-se a taxa de câmbio das datas de fechamento dos balanços e as respectivas contas de receitas e despesas são apuradas pelas taxas médias mensais dos exercícios. Já os ativos e passivos não monetários, são convertidos de sua moeda funcional para Reais pela taxa de câmbio da data da transação contábil (taxa histórica), assim como as respectivas contas de receitas e despesas. Tais controladas são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial, cujos resultados são reconhecidos na proporção da participação de investimento da Companhia.

Os investimentos em empresas controladas e coligadas localizadas no Brasil, nas quais a Companhia possui influência significativa, estão avaliados pelo método de equivalência patrimonial. Os demais investimentos permanentes são registrados pelo custo de aquisição deduzido de provisão para desvalorização, quando aplicável.

b) Transações denominadas em moeda estrangeira:

Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional (o Real) usando-se a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços patrimoniais. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos, verificados entre a taxa de câmbio vigente na data da transação e os encerramentos dos exercícios, são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado.

3.3 Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria ao valor justo por meio do resultado, onde tais custos são diretamente lançados no resultado do exercício. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros. A Companhia não adota o “*hedge accounting*” previsto no OCPC 03 (que substituiu o CPC 14).

3.3.1 Ativos financeiros

São classificados entre as categorias abaixo de acordo com os propósitos para os quais foram adquiridos ou emitidos:

a) *Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado*: Incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado e derivativos. São classificados como mantidos para negociação se originados com o propósito de venda ou recompra no curto prazo. A cada data de balanço são mensurados pelo seu valor justo. Os juros, correção monetária, variação cambial e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo são reconhecidos no resultado, quando incorridos, na linha de receitas ou despesas financeiras.

b) *Empréstimos (concedidos) e recebíveis*: Ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, porém não cotados em mercado ativo. Após o reconhecimento inicial, são mensurados pelo custo amortizado pelo método da taxa efetiva de juros. Os juros, atualização monetária, variação cambial, menos perdas do valor recuperável, quando aplicável, são reconhecidos no resultado, quando incorridos, na linha de receitas ou despesas financeiras.

Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia são: caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, ganhos não realizados em operações com derivativos, classificados na categoria 3.3.1 (a); e contas a receber de clientes, classificados na categoria 3.3.1 (b).

A Companhia não identificou ativos financeiros que seriam classificados na categoria de investimentos mantidos até o vencimento.

3.3.2 Passivos financeiros

São classificados entre as categorias abaixo de acordo com a natureza dos instrumentos financeiros contratados ou emitidos:

a) *Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado*

Incluem passivos financeiros usualmente negociados antes do vencimento, passivos designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado e derivativos. A cada data de balanço são mensurados pelo seu valor justo. Os juros, atualiza-

ção monetária, variação cambial e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo, quando aplicáveis, são reconhecidos no resultado, quando incorridos.

b) Passivos financeiros não mensurados ao valor justo:

Passivos financeiros não derivativos que não são usualmente negociados antes do vencimento. Após o reconhecimento inicial, são mensurados pelo custo amortizado pelo método da taxa efetiva de juros. Os juros, atualização monetária e variação cambial, quando aplicáveis, são reconhecidos no resultado, quando incorridos.

Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Companhia são: contas a pagar a fornecedores, dívida com aquisição de terrenos, fazendas e reflorestamento, empréstimos, financiamentos e debêntures, classificados na categoria 3.3.2 (b) e perdas não realizadas em operações com derivativos, classificados na categoria 3.3.2 (a).

3.3.3 Valor justo

O valor justo dos instrumentos financeiros ativamente negociados em mercados organizados é determinado com base nos valores cotados no mercado nas datas de fechamento dos balanços. Na inexistência de mercado ativo, o valor justo é determinado por meio de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de transações de mercado recentes entre partes independentes, referência ao valor justo de instrumentos financeiros similares, análise dos fluxos de caixa descontados ou outros modelos de avaliação.

3.4 Caixa e equivalentes de caixa

Incluem caixa, saldos positivos em conta movimento, aplicações financeiras de liquidez imediata ou resgatáveis no prazo de até 90 dias das datas dos balanços e com risco insignificante de mudança de seu valor justo. As aplicações financeiras denominadas como equivalentes de caixa são classificadas na categoria "ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado".

3.5 Contas a receber de clientes:

Classificado na categoria de instrumentos financeiros "empréstimos (concedidos) e recebíveis", estando apresentados a valores de realização, com atualização cambial quando denominados em moeda estrangeira, e ajustados por provisão para créditos de liquidação duvidosa, constituída em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face a eventuais perdas na realização das contas a receber.

3.6 Estoques

Avaliados ao custo médio de aquisição ou de produção, não excedendo o seu valor de mercado. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração.

3.7 Imobilizado

Registrado ao custo de aquisição, formação ou construção, adicionado dos juros e demais encargos financeiros incorridos durante a construção ou desenvolvimento de projetos, atualizado monetariamente com base na legislação em vigor até 31 de dezembro de 1995.

A depreciação dos bens é calculada pelo método linear às taxas mencionadas na Nota Explicativa nº 13 e leva em consideração o tempo de vida útil estimado dos bens. Efeitos decorrentes de eventuais alterações nessas estimativas, se relevantes, são tratados como mudança de estimativas contábeis e reconhecidos de forma prospectiva no resultado do exercício. Encargos financeiros e os gastos que aumentam significativamente a vida útil dos bens são capitalizados ao valor do ativo imobilizado e depreciados, considerando os mesmos critérios e vida útil determinados para o item do imobilizado aos quais foram incorporados. Os gastos com manutenção e reparos, que não aumentam significativamente a vida útil dos bens, são contabilizados como despesa quando incorridos.

O reflorestamento é avaliado pelo custo de aquisição, formação e conservação e tem sua exaustão calculada em função do volume colhido com base no custo médio da área colhida.

O imobilizado está líquido de créditos de PIS/COFINS e ICMS e a contrapartida está registrada como impostos a compensar.

3.8 Arrendamento mercantil

Os contratos de arrendamento mercantil financeiro são reconhecidos no ativo imobilizado e no passivo de empréstimos e financiamentos, pelo menor valor entre o valor presente das parcelas mínimas obrigatórias do contrato e o valor justo do ativo, acrescidos, quando aplicável, dos custos iniciais diretos incorridos na transação. Os montantes registrados no ativo imobilizado são depreciados pela vida

útil-econômica estimada dos bens ou a duração prevista do contrato de arrendamento, dependendo das características específicas de cada transação. Os juros implícitos no passivo reconhecido de empréstimos e financiamentos são apropriados ao resultado de acordo com a duração do contrato pelo método da taxa efetiva de juros. Os contratos de arrendamento mercantil operacional são reconhecidos como despesa numa base sistemática que represente o período em que o benefício sobre o ativo arrendado é obtido, mesmo que tais pagamentos não sejam feitos nessa base.

3.9 Intangível

Referem-se a ágios gerados nas aquisições de investimentos ocorridas até 31 de dezembro de 2008, que têm como fundamento econômico a rentabilidade futura e foram amortizados de forma linear pelo prazo de 5 a 10 anos até aquela data. A partir de 1º de janeiro de 2009, não estão sendo mais amortizados, devendo apenas ser submetidos a teste anual para análise de perda do seu valor recuperável (vide Nota Explicativa nº 14).

3.10 Provisão para recuperação de ativos

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

3.11 Passivos atuariais

Os planos de benefício definido são avaliados por atuário independente, ao final de cada exercício, para verificar se as taxas de contribuição estão sendo suficientes para a formação de reservas necessárias aos compromissos atuais e futuros. Os ganhos ou perdas atuariais são reconhecidos no resultado de acordo com o regime de competência.

3.12 Outros ativos e passivos

Um passivo é reconhecido quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Outros ativos são reconhecidos somente quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Ativos contingentes não são reconhecidos.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses; caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

3.13 Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro:

A tributação sobre o lucro do exercício compreende o Imposto de Renda Pessoa Jurídica ("IRPJ") e a Contribuição Social Sobre Lucro Líquido ("CSLL"), compreendendo o imposto corrente e o diferido, que são calculados com base nos resultados tributáveis (lucro contábil ajustado), às alíquotas vigentes nas datas dos balanços, sendo elas: (i) Imposto de Renda – calculado à alíquota de 25% sobre o lucro contábil ajustado (15% sobre o lucro tributável acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$ 240 no período de 12 meses); (ii) Contribuição Social – calculada à alíquota de 9% sobre o lucro contábil ajustado. As inclusões ao lucro contábil de despesas temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente, geram créditos ou débitos tributários diferidos.

Os débitos e créditos tributários diferidos decorrentes de prejuízo fiscal, base negativa de contribuição e diferenças temporárias são constituídos em conformidade com a Instrução CVM nº 371/02.

3.14 Subvenções e assistências governamentais:

As subvenções e assistências governamentais são reconhecidas quando há razoável segurança de que foram cumpridas as condições estabelecidas pelo órgão governamental concedente e de que serão auferidas. São registradas como receita ou redução de despesa no resultado do período de fruição do benefício e, posteriormente, são destinadas para reserva de incentivos fiscais no patrimônio líquido.

3.15 Pagamentos baseados em ações

Os executivos e administradores da Companhia recebem parcela de sua remuneração na forma de: i) planos de pagamento baseados em ações com liquidação em dinheiro; e ii) planos de pagamento baseados em ações com liquidação em ações com alternativa de liquidação em dinheiro.

Os gastos com os planos de remuneração baseados em ações com liquidação em dinheiro são inicialmente reconhecidos no resultado dos exercícios, durante o período em que os serviços são recebidos, em contrapartida a um passivo financeiro e mensurados pelo seu valor justo no momento em que os programas de remuneração são concedidos. Subsequentemente, o passivo é remensurado pelo seu valor justo, a cada data de balanço, e sua variação é registrada no resultado operacional na rubrica “despesas administrativas”.

Para os planos de pagamento baseados em ações com alternativa de liquidação em dinheiro ou em ações, os gastos com tais planos são reconhecidos no resultado dos exercícios da mesma forma que os planos de remuneração com liquidação em dinheiro descritos no parágrafo acima. Porém, quando da data de exercício da opção e na situação de tais opções serem exercidas pelo executivo para recebimento de ações da Companhia, o passivo financeiro é reclassificado para uma conta no patrimônio líquido denominada “opções de compra de ações”. Caso contrário, a Companhia liquida em dinheiro o passivo financeiro em favor do executivo.

3.16 Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da Administração, a Companhia concluiu que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto e, dessa forma, não registrou nenhum ajuste.

3.17 Estimativas contábeis

São utilizadas para a mensuração e reconhecimento de certos ativos e passivos das demonstrações contábeis da Companhia e de suas controladas. A determinação dessas estimativas leva em consideração experiências de eventos passados e correntes, pressupostos relativos a eventos futuros, e outros fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração, para determinação do valor a ser registrado nessas demonstrações contábeis. Itens significativos sujeitos a estimativas incluem: a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e ativos intangíveis; a provisão para créditos de liquidação duvidosa; a provisão para perdas no estoque; a provisão para perdas nos investimentos; a análise de recuperação dos valores dos ativos imobilizados e intangíveis; o imposto de renda e contribuição social diferidos; as taxas e prazos aplicados na determinação do ajuste a valor presente de certos ativos e passivos; a provisão para contingências e passivos atuariais; a mensuração do valor justo de planos de remuneração baseados em ações e de instrumentos financeiros; as estimativas para divulgação do quadro de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros derivativos conforme divulgação requerida pelo OCPC 03. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos trimestralmente.

3.18 Demonstrações do fluxo de caixa e demonstrações do valor adicionado

As demonstrações do fluxo de caixa foram preparadas e estão apresentadas de acordo com a Deliberação CVM nº 547, de 13 de agosto de 2008, que aprovou o Pronunciamento Técnico CPC 03 – Demonstrações dos Fluxos de Caixa. As demonstrações do valor adicionado foram preparadas e estão apresentadas de acordo com a Deliberação CVM nº 557, de 12 de novembro de 2008, que aprovou o Pronunciamento Técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado.

3.19 Lucro (prejuízo) por ação

O cálculo é efetuado segundo a equação “lucro líquido ou (prejuízo do exercício) / quantidade de ações em circulação” no encerramento de cada exercício.

4. Demonstrações contábeis consolidadas

Os critérios adotados na elaboração das demonstrações contábeis consolidadas são aqueles previstos pela Lei nº 6.404/76, que incluem os novos dispositivos introduzidos, alterados e revogados pela Lei nº 11.638/07 e a Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009, e pelos critérios estabelecidos nas normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM.

Os principais procedimentos de consolidação são:

- Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas consolidadas;
- Eliminação das participações no capital, reservas e lucros acumulados das empresas consolidadas;
- Eliminação dos saldos de receitas e despesas, bem como de lucros não realizados, decorrentes de negócios entre as empresas;
- Apuração dos tributos sobre a parcela dos lucros não realizados, apresentados como tributos diferidos nos balanços patrimoniais consolidados.

As demonstrações contábeis consolidadas incluem as demonstrações contábeis da Suzano Papel e Celulose e das controladas diretas e indiretas descritas na Nota Explicativa 12.

Os exercícios sociais das empresas controladas e coligadas, incluídas na consolidação, são coincidentes com os da controladora e as políticas contábeis foram aplicadas de forma uniforme nas empresas consolidadas e são consistentes com aquelas utilizadas no exercício anterior.

Conforme requerido pela Instrução CVM nº 247/96, abaixo estão demonstradas as principais informações financeiras da Asapir Produção Florestal e Comércio Ltda. (“Asapir”) e do Consórcio de Papel e Celulose (“Conpacel”). A Asapir foi consolidada proporcionalmente conforme acordo de quotistas com a Votorantim Papel e Celulose S.A. (“VCP”). Os ativos, passivos e contas de resultado da Conpacel foram proporcionalmente integrados às demonstrações contábeis da controladora.

Asapir

Balanco patrimonial	2009
Ativo	
Circulante	27.475
Não circulante	35.698
Realizável a longo prazo	27.318
Permanente	8.380
	63.173
Passivo	
Circulante	1.681
Não circulante	15.516
Patrimônio líquido	45.976
	63.173

Demonstrativo do resultado	2009
Receita operacional líquida	3.967
Custo dos produtos vendidos	(607)
Lucro bruto	3.360
Despesas operacionais líquidas	(7.804)
Prejuízo operacional	(4.444)
Imposto de renda e contribuição social	759
Prejuízo do exercício	(3.685)

Conpacel

Ativo	2009
Circulante	
Estoque	67.379
Outros ativos	5.675
Total do ativo circulante	73.054
Ativo não circulante	
Realizável a longo prazo	12.391
Permanente	
Imobilizado	1.206.144
Intangível	5.027
Total do ativo não circulante	1.223.562
Total do ativo	1.296.616

Passivo e conta corrente com consorciados	2009
Circulante	
Fornecedores	26.434
Outros passivos	24.656
Total do passivo circulante	51.090
Passivo não circulante	
Provisão para contingências	273
Conta corrente com consorciados	1.245.253
Total do passivo não circulante	1.245.526
Total do passivo e conta corrente com consorciados	1.296.616

Conciliação do lucro líquido (prejuízo) do exercício e do patrimônio líquido entre controladora e consolidado

A conciliação do lucro líquido (prejuízo) do exercício e do patrimônio líquido entre controladora e consolidado é assim resumida:

	Lucro líquido (prejuízo)		Patrimônio líquido	
	2009	2008	2009	2008
Controladora	853.315	(434.783)	4.397.466	3.774.963
Eliminação/reversão de lucros não realizados auferidos pela controladora em vendas de produtos para controladas	87.085	(74.824)	(18.075)	(105.161)
Efeito no Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos sobre as eliminações de lucros passíveis de tributação	(62.468)	58.299	6.146	68.614
Venda de ativos da controladora para controladas	–	–	(1.757)	(1.757)
Consolidado	877.932	(451.308)	4.383.780	3.736.659

5. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2009	2008	2009	2008
Caixas e bancos	19.369	23.222	278.944	77.719
Aplicações financeiras	2.242.520	1.897.841	2.254.341	2.098.593
	2.261.889	1.921.063	2.533.285	2.176.312

Os equivalentes de caixa referem-se preponderantemente a certificados de depósitos bancários, operações compromissadas, fundos de investimentos, letras do tesouro nacional (LTN's), letras de crédito agrário (LCA's) e disponibilidades no exterior compostas de depósitos bancários à vista, denominadas em dólares norte-americanos.

Em 31 de dezembro de 2009, estas aplicações eram remuneradas a taxas que variavam de 99,0% a 115,0% do Certificado de Depósito Interbancário – CDI (99,0% a 107,0% do CDI em 31 de dezembro de 2008) exceto para: i) uma parcela das LCA's que, por serem aplicações vencíveis em prazo inferior a 30 dias, tiveram remuneração entre 20,0% a 40,0% do Certificado de Depósito Interbancário – CDI; e ii) LTN's que eram remuneradas à taxa pré-fixada de 10,20% a.a..

O caixa e equivalentes de caixa foram classificados na categoria de ativos financeiros mantidos para negociação e, portanto, foram mensurados de acordo com o critério descrito na Nota Explicativa 3.3.1 (a).

6. Contas a receber de clientes

	Controladora		Consolidado	
	2009	2008	2009	2008
Cientes no País				
Terceiros	372.193	436.068	377.138	443.742
Cientes no exterior				
Empresas controladas	617.738	985.021	–	–
Terceiros	4.705	3.603	282.839	382.704
Saques descontados	(232)	(315)	(232)	(315)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(35.641)	(32.707)	(38.550)	(36.089)
	958.763	1.391.670	621.195	790.042

Em 31 de dezembro de 2009, a Companhia possuía operações de “vendedor” em aberto com seus clientes no montante de R\$ 144.979 (R\$ 144.128 em 31 de dezembro de 2008), nas quais participava como interveniente garantidora. No consolidado, essas operações totalizavam o mesmo montante da controladora.

O contas a receber de clientes foi classificado na categoria de ativos financeiros “empréstimos (concedidos) e recebíveis” e, portanto, foi mensurado de acordo com o descrito na Nota Explicativa 3.3.1 (b).

7. Estoques

	Controladora		Consolidado	
	2009	2008	2009	2008
Produtos acabados				
Celulose				
País	20.991	27.632	20.991	27.632
Exterior	–	–	40.688	196.206
Papel				
País	127.434	162.564	127.434	162.564
Exterior	–	–	60.820	98.730
Produtos em elaboração	20.045	43.403	20.045	43.402
Matérias-primas	146.789	159.315	147.069	159.543
Material de almoxarifado e outros	206.016	205.349	209.909	205.887
Provisão para perda nos estoques de almoxarifado e outros	(21.299)	(12.396)	(21.299)	(12.396)
	499.976	585.867	605.657	881.568

8. Impostos e contribuições sociais a compensar

	Controladora		Consolidado	
	2009	2008	2009	2008
Contribuição Social a compensar	10.460	49.499	10.500	49.558
Imposto de Renda a compensar	55.299	75.994	56.094	76.827
PIS/COFINS a compensar	150.045	221.751	150.045	221.791
ICMS a compensar	125.535	117.995	125.631	144.300
Provisão para perda de ICMS	(6.986)	–	(6.986)	–
IPI a compensar	2.751	10.109	2.751	10.109
Outros impostos e contribuições	10.890	10.788	11.198	10.880
	347.994	486.136	349.233	513.465
Parcela circulante	237.587	333.700	238.825	361.025
Parcela não circulante	110.407	152.436	110.408	152.440

Além do benefício de depreciação acelerada incentivada, referida na Nota Explicativa 9, a Lei nº 11.196 de 21/11/2005, também autoriza o uso de créditos de PIS/COFINS sobre aquisições efetuadas a partir de 1º de janeiro de 2006, de determinadas máquinas e equipamentos (bens de capital), em 12 meses em vez dos anteriores 24 meses.

O montante de PIS/COFINS a compensar demonstrado no quadro acima deve-se basicamente a créditos tributários sobre a aquisição de ativo imobilizado do projeto de expansão de Mucuri. A Companhia realizará tais créditos, com débitos advindos do aumento das atividades comerciais e através da compensação com outros tributos federais, de acordo com o previsto na Instrução SRF nº 600/05.

O montante de ICMS a compensar demonstrado no quadro acima, R\$ 58.216 em 31 de dezembro de 2009 (R\$ 44.387 em 31 de dezembro de 2008), deve-se basicamente a créditos tributários sobre exportação de celulose e papel da planta de Mucuri – BA. Para a realização desses montantes, a Companhia requereu junto à Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia - SEFAZ/BA a homologação de créditos do período de agosto de 2006 a setembro de 2008, já fiscalizados, no montante de R\$ 37.901. A Companhia aguarda a homologação desses créditos para que possa utilizá-los, posteriormente, em compensações autorizadas pelo RICMS/BA ou negociá-los em mercado ativo, para o qual o deságio médio esperado é de aproximadamente 12% sobre o valor do crédito. Dessa forma, a Companhia constituiu provisão para perda de parcela desses créditos no montante de R\$ 6.986.

9. Imposto de Renda e Contribuição Social

Neutralidade para fins tributários da aplicação inicial da Lei nº 11.941/09

A Companhia optou pelo Regime Tributário de Transição (RTT) instituído pela Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009, por meio do qual, as apurações do Imposto sobre a Renda (IRPJ), da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), da contribuição para o PIS e da contribuição para o financiamento da seguridade social (COFINS), para o biênio 2008-2009, continuam a ser determinadas sobre os métodos e critérios contábeis definidos pela Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, vigentes em 31 de dezembro 2007. Dessa forma, o Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos, calculados sobre os ajustes decorrentes da adoção das novas práticas contábeis advindas da Lei nº 11.638/07 e da Lei nº 11.941/09, foram registrados nas demonstrações contábeis da Companhia, quando aplicáveis, em conformidade com a Instrução CVM nº 371. A Companhia consignou referida opção na Declaração de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica (DIPJ) no ano de 2009.

Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos

O Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros, atribuíveis às diferenças temporárias e sobre os prejuízos fiscais e bases negativas de Contribuição Social.

O Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos têm a seguinte origem:

	Controladora		Consolidado	
	2009	2008	2009	2008
ATIVO				
Créditos sobre prejuízos fiscais (*)	346.539	436.346	348.973	436.346
Créditos sobre bases negativas da Contribuição Social	9.084	34.336	10.026	34.336
Créditos sobre diferenças temporárias:				
Créditos sobre provisões	106.076	105.437	116.006	178.470
Créditos sobre amortizações de ágios	53.631	81.424	53.631	81.424
Créditos sobre efeitos da Lei nº 11.941/09	42.479	47.422	42.479	47.422
	557.809	704.965	571.115	777.998
Parcela circulante	62.385	60.766	69.297	131.351
Parcela não circulante	495.424	644.199	501.818	646.647

(*) Em 31 de dezembro de 2009, os créditos sobre prejuízos fiscais foram reduzidos no montante de R\$ 33.549, pela utilização como parte de pagamento de obrigações tributárias, através da adesão da Companhia ao REFIS da Crise, conforme descrito na Nota Explicativa 18.

	Controladora		Consolidado	
	2009	2008	2009	2008
PASSIVO				
Débitos sobre depreciação acelerada incentivada	592.805	607.687	592.805	607.687
Débitos sobre amortização de ágios	36.522	–	36.522	–
Custos de reflorestamento	3.924	4.819	3.924	4.819
Débitos sobre efeitos da Lei nº 11.941/09	12.431	30.318	12.431	30.318
	645.682	642.824	645.682	642.824
Parcela circulante	19.743	19.474	19.743	19.474
Parcela não circulante	625.939	623.350	625.939	623.350

A adoção inicial da Lei nº 11.638/07 e da MP nº 449/08, posteriormente convertida na Lei nº 11.941/09, determinou o fim da amortização contábil do ágio por expectativa futura (*goodwill*) a partir de 1º de janeiro de 2009. No entanto, para fins fiscais referida amortização continua a ser uma exclusão permitida no cálculo do Imposto de Renda e da Contribuição Social. Desta forma, a Companhia constituiu Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos passivos sobre os montantes amortizados fiscalmente no exercício findo em 31 de dezembro de 2009.

A composição do prejuízo fiscal acumulado e da base negativa da Contribuição Social está abaixo demonstrada:

	Controladora		Consolidado	
	2009	2008	2009	2008
Prejuízos fiscais	1.386.155	1.745.384	1.395.892	1.745.384
Base negativa da Contribuição Social	100.932	381.511	111.402	381.511

De acordo com a Instrução CVM nº 371/02, a Companhia, fundamentada na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros determinada em estudo técnico aprovado pela Administração, reconheceu créditos tributários sobre as diferenças temporárias, prejuízos fiscais e bases negativas de Contribuição Social, que não possuem prazo prescricional. O valor contábil do ativo diferido é revisado anualmente pela Companhia e os ajustes decorrentes não têm sido significativos em relação à previsão inicial da Administração.

A Companhia, baseada neste estudo técnico de geração de lucros tributáveis futuros com os saldos do exercício, estima recuperar esses créditos tributários nos seguintes exercícios:

	Controladora		Consolidado	
	2009	2008	2009	2008
Parcela não circulante:				
2010	–	136.599	–	136.599
2011	65.658	95.686	65.658	95.686
2012	71.731	98.384	73.681	98.384
2013	87.257	98.720	87.257	98.720
2014	62.542	96.819	62.542	96.819
2015	73.969	62.710	73.969	62.710
2016 em diante	134.267	55.281	138.711	57.729
	495.424	644.199	501.818	646.647

As estimativas de recuperação dos créditos tributários foram baseadas nas projeções dos lucros tributáveis levando em consideração diversas premissas financeiras e de negócios consideradas na data de preparação dos balanços. Conseqüentemente, essas estimativas estão sujeitas a não se concretizarem no futuro, tendo em vista as incertezas inerentes a essas previsões.

Imposto de Renda – Redução de 75% SUDENE – Unidade Mucuri (linha 1)

A Companhia possui da SUDENE (antiga ADENE) incentivo fiscal de redução de 75% do Imposto de Renda, relativamente à Unidade Mucuri (linha 1 de celulose e máquina de papel), a ser auferida até 2011 para a celulose e até 2012 para o papel. Esse incentivo fiscal é calculado com base no lucro da exploração, proporcionalmente à receita líquida de vendas da Unidade Mucuri (linha 1 de celulose e máquina de papel).

A redução do Imposto de Renda, decorrente desse benefício, é contabilizada como uma redução da despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social correntes no resultado do exercício. Todavia, ao final de cada exercício social, depois de apurado o lucro líquido, o valor da redução do imposto que foi auferido é alocado a uma reserva de capital, como destinação parcial do lucro líquido apurado, cumprindo assim a disposição legal de não distribuir esse valor. A Companhia não utilizou tal incentivo fiscal no exercício findo em 31 de dezembro de 2008, por ter apurado prejuízo. No exercício findo em 31 de dezembro de 2009, referido incentivo voltou a ser utilizado.

Imposto de Renda – Redução de 75% SUDENE – Unidade Mucuri (linha 2)

A Companhia apresentou à SUDENE pedido de idêntico incentivo fiscal de redução do Imposto de Renda para a linha 2 de celulose de Mucuri (expansão), sendo que em 18 de agosto de 2009 obteve o Laudo Constitutivo nº 0082/2009, emitido pela SUDENE, concedendo o benefício de redução do Imposto de Renda e adicionais não restituíveis no percentual de 75%, pelo prazo de fruição de 10 anos, com vigência do ano calendário de 2009 até 2018. A Companhia já utilizou tal incentivo fiscal no exercício findo em 31 de dezembro de 2009.

Imposto de Renda – incentivo de depreciação acelerada relativamente à Unidade Mucuri

A Lei nº 11.196, de 21.11.2005, em seu art. 31, estabeleceu para as pessoas jurídicas que tenham projeto aprovado em microrregiões menos desenvolvidas, nas áreas de atuação da SUDENE e SUDAM, a faculdade de proceder à depreciação acelerada incentivada para bens adquiridos a partir de 1º de janeiro de 2006. Este benefício foi deferido à Unidade Mucuri pela Portaria nº 0018/2007 da ADENE (atual SUDENE), em 29 de março de 2007, tendo, no entanto, efeito retroativo em relação às aquisições ocorridas durante o exercício social de 2006. A depreciação acelerada incentivada em questão consiste na depreciação integral no ano de aquisição, representando uma exclusão do lucro líquido para a determinação do lucro real (tributável), feita através do LALUR (Livro de Apuração do Lucro Real), não alterando, no entanto, a despesa de depreciação a ser registrada no resultado do exercício, quando do início das atividades do projeto expansão, com base na vida útil estimada dos bens.

A depreciação acelerada incentivada representa diferimento do pagamento do Imposto de Renda (não alcança a Contribuição Social sobre Lucro Líquido) pelo tempo de vida útil do bem, devendo nos anos futuros ser adicionado ao lucro tributável valor igual à depreciação contabilizada em cada um dos anos para os bens em questão.

Conciliação da despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais nominais combinadas e da despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social registrada no resultado está demonstrada abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	2009	2008	2009	2008
Lucro antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social	1.141.698	(583.927)	1.232.099	(635.783)
Exclusão do resultado de equivalência patrimonial	10.342	122.934	–	515
Lucro após a exclusão do resultado da equivalência patrimonial	1.152.040	(460.993)	1.232.099	(635.268)
Imposto de Renda e Contribuição Social pela alíquota fiscal nominal de 34%	(391.694)	156.738	(418.914)	215.991
Ajustamentos do lucro contábil para o fiscal				
Tributação do lucro de controladas no exterior	(123)	(184)	–	(3.795)
Efeito cambial de conversão das demonstrações contábeis de controladas no exterior	–	–	(3.350)	(23.768)
Realização de perda de estoques de controladas no exterior, sem base fiscal para dedução	–	–	(32.859)	–
Tributação sobre os ajustes da Lei nº 11.941/09 registrados nas empresas controladas no exterior	7.814	(9.016)	–	–
Juros sobre capital próprio	77.364	–	77.364	–
Incentivos fiscais – Rouanet e SUDENE (perda permanente)/redução do imposto	35.715	–	35.715	–
Ganho não tributável por indenização de precatório	19.024	–	19.024	–
Débitos do Plano Verão conforme Lei nº 11.941/09	(31.564)	–	(31.564)	–
Outros	(4.919)	1.606	417	(3.953)
Imposto de Renda e Contribuição Social – correntes	(184.644)	(11)	(190.115)	(33.216)
Imposto de Renda e Contribuição Social – diferidos	(103.739)	149.155	(164.052)	217.691
Despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social no resultado do período	(288.383)	149.144	(354.167)	184.475
Alíquota efetiva	25,0%	32,4%	28,8%	29,0%

10. Créditos a receber de precatório por ação indenizatória

Em 1º de julho de 1987, a Companhia Santista de Papel, uma das empresas do antigo grupo Ripasa S.A. Papel e Celulose (transformada no Consórcio Paulista de Papel – Conpacel), ajuizou Ação Indenizatória por Desapropriação Indireta, visando obter indenização em virtude de imóvel de sua propriedade ter sido declarado como área de utilidade pública (imóvel atingido pelo Parque Estadual da Serra do Mar). Em 2 de dezembro de 2004, o processo transitou em julgado com ganho de causa para a Companhia. Durante esse período, diante das incertezas relacionadas ao recebimento desses montantes e de não possuir a propriedade do imóvel desapropriado, a antiga Ripasa efetuou a baixa do valor contábil dessas terras e não registrou o montante a receber em suas demonstrações contábeis.

Entretanto, em 28 de janeiro de 2008, a 2ª Vara de Cubatão expediu ofício ao Presidente do Tribunal de Justiça para requerer a adoção das providências necessárias à requisição da importância em favor da Companhia, através da emissão de precatório a ser liquidado em 10 (dez) parcelas anuais, iguais e sucessivas (2010 a 2019), parcelas estas devidamente atualizadas pelos índices fixados na respectiva decisão judicial. A primeira parcela foi depositada em conta judicial no último dia do mês de janeiro de 2010, e, em razão de liminar judicial, encontra-se temporariamente bloqueada. A Administração da Companhia juntamente com seus assessores jurídicos esperam reverter essa decisão com a maior brevidade possível. Diante do exposto e da existência de trânsito em julgado da ação de desapropriação em exercícios anteriores, a Administração da Companhia reconheceu o direito sobre esse recebível em suas demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2009, sendo R\$ 10.956 de principal na rubrica de outras receitas operacionais líquidas e R\$ 44.998 correspondentes aos juros e ao complemento do principal na rubrica de receitas financeiras, ambos em contrapartida ao grupo de outras contas a receber classificado no ativo circulante e não circulante, e líquido da provisão para honorários advocatícios.

11. Adiantamento a fornecedores – Programa de fomento

O fomento, sistema em que produtores independentes locais plantam eucalipto em suas próprias terras, atingiu 77,8 mil ha*, com 1.324* contratos em 57* municípios. A madeira proveniente destes produtores representou, em 31 de dezembro de 2009, 12,5 %* do consumo total da Companhia (23 %* em 31 de dezembro de 2008).

Em 31 de dezembro de 2009, a Companhia possuía adiantamentos de recursos financeiros para o fomento no montante total de R\$ 249.150, classificados no ativo circulante e não circulante (R\$ 218.434 em 31 de dezembro de 2008).

* Não-auditado pelos auditores independentes.

12. Investimentos

	Controladora		Consolidado	
	2009	2008	2009	2008
Participações em empresas controladas	221.691	232.273	–	–
Outros investimentos (*)	11.222	11.223	19.382	11.223
Provisão para perdas em outros investimentos (*)	(1.700)	(3.185)	(5.539)	(3.123)
	231.213	240.311	13.843	8.100

(*) Os investimentos avaliados ao custo de aquisição estão classificados no ativo permanente, pois a Administração não tem a intenção de negociá-los no curto prazo.

Posição detalhada dos investimentos

		2009			Equivalência Patrimonial		Investimentos	
		Informações da Controlada/Coligada			2009	2008	2009	2008
		Patrimônio líquido	Resultado do exercício	Participação societária				
CONTROLADORA								
Ripasa S.A. Celulose e Papel	(a)	–	–	50%	–	30.163	–	–
Asapir Produção Florestal e Comércio Ltda.		45.976	(3.685)	50%	(1.843)	806	22.988	24.830
Comercial e Agrícola Paineiras Ltda.		185.892	6.585	100%	6.585	14.065	185.892	179.303
Stenfar S.A., Ind. Com. Imp. Y Exp.	(c)	1.603	(1.763)	15,70%	(1.170)	797	1.603	2.773
Suzano Trading Ltd.	(b)/(c)	(25.193)	(15.119)	100%	(11.119)	(178.176)	(25.193)	(14.075)
Suzano America, Inc.	(c)	11.520	1.697	100%	(1.663)	4.051	11.520	13.188
Bahia Sul Holdings GmbH	(c)	3	(8)	100%	(12)	(44)	4	(52)
Suzano Europe S.A.	(c)	9.164	2.691	100%	823	5.542	9.164	8.347
Sun Paper and Board Limited	(c)	15.740	774	100%	(2.357)	285	15.740	18.099
Ondurman Empreendimentos Imobiliários Ltda.		(27)	(86)	100%	(86)	9	(27)	9
Buram Empreendimentos Imobiliários Ltda.	(f)	–	376	100%	376	(32)	–	(30)
Grasdate Empreendimentos Imobiliários Ltda.	(e)	–	3	100%	3	(3)	–	(1)
Vanua Empreendimentos Imobiliários Ltda.	(e)	–	121	100%	121	(120)	–	(118)
Vale do Jequitinhonha Sívicultura e Participações Ltda.	(g)	–	–	100%	–	–	–	–
Turmalina Sívicultura e Participações Ltda.	(g)	–	–	100%	–	–	–	–
Pakprint S.A.	(d)	–	–	20%	–	(277)	–	–
Total de investimentos em controladas e coligadas					(10.342)	(122.934)	221.691	232.273
Outros investimentos, líquidos de provisão para perda							9.522	8.038
Total de investimentos					(10.342)	(122.934)	231.213	240.311
CONSOLIDADO								
Outros investimentos, líquidos de provisão para perda							13.843	8.100
Coligadas					–	(515)	–	–
Total de investimentos							13.843	8.100

a) Em 31 de agosto de 2008, esta controlada em conjunto foi totalmente cindida, e seu patrimônio líquido foi vertido para a Companhia, para a VCP e para a constituição da Asapir. Em 1º de setembro de 2008, a parcela vertida à Companhia foi incorporada;

b) Em 31 de dezembro de 2009, o investimento nesta controlada considerava a exclusão de lucros nos estoques não realizados, líquidos dos efeitos fiscais, no montante de R\$ 58 (R\$ 632 em 31 de dezembro de 2008);

c) O resultado de equivalência patrimonial dessas controladas localizadas no exterior, relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2009, inclui uma perda com variação cambial do investimento nessas controladas no montante de R\$ 10.621 (ganho de R\$ 59.958 no exercício findo em 31 de dezembro de 2008);

d) Esta coligada foi alienada pela Companhia em setembro de 2008.

e) Estas controladas foram dissolvidas em maio de 2009.

f) Esta controlada foi dissolvida em setembro de 2009.

g) Referem-se a sociedades de propósito específico (SPE's), criadas em dezembro de 2009 para a operação de venda de terrenos, fazendas e reflorestamento em Minas Gerais (vide Nota Explicativa nº 29).

Aquisição da Ripasa

Quando da aquisição das ações da Ripasa, em 31 de março de 2005, foi firmado o contrato de opção de compra e venda com um dos três grupos de antigos acionistas controladores daquela Companhia, relativamente às ações de sua participação no capital da mesma, a ser exercido no prazo de até seis anos. Em razão da incorporação dessas ações na Ripar e sua posterior cisão, com versão de seus ativos ao patrimônio da Suzano e VCP, tal opção por parte da Suzano passou a ser sobre 5.428.955 ações ordinárias e 1.795.986 ações preferenciais classe "A" de emissão da Suzano. Nos primeiros cinco anos, os vendedores têm a opção de venda e, no último ano, os compradores têm a opção de compra.

Após o exercício parcial efetuado pelos antigos controladores da Ripasa durante o exercício de 2008, remanescem 786.403 ações preferenciais classe "A" ainda indisponíveis para o exercício da opção, cujo valor corrigido é de R\$ 42.721. O valor de mercado destas ações sob opção, tomando por base a cotação na BOVESPA das ações preferenciais em 31 de dezembro de 2009, seria de R\$ 16.121. A Companhia não efetuou o registro desta opção por se enquadrar na exceção prevista no parágrafo 2(l) do CPC 14.

13. Imobilizado

Controladora					
	Taxa Média Anual de Depreciação em dez/09	2009			2008
		Custo	Depreciação	Líquido	Líquido
Edificações	3,18%	1.145.759	(430.716)	715.043	743.968
Máquinas e equipamentos (*)	4,28%	7.136.360	(3.059.935)	4.076.425	4.265.412
Outros ativos	16,37%	233.373	(187.837)	45.536	53.371
Terrenos e fazendas	-	712.877	-	712.877	582.861
Reflorestamento	-	1.081.533	-	1.081.533	860.371
Obras em andamento	-	31.917	-	31.917	45.366
Imobilizado Líquido		10.341.819	(3.678.488)	6.663.331	6.551.349

Consolidado					
	Taxa Média Anual de Depreciação em dez/09	2009			2008
		Custo	Depreciação	Líquido	Líquido
Edificações	3,18%	1.151.997	(436.392)	715.605	744.778
Máquinas e equipamentos (*)	4,28%	7.136.591	(3.060.102)	4.076.489	4.265.487
Outros ativos	16,37%	463.108	(212.137)	250.971	267.581
Terrenos e fazendas	-	799.481	-	799.481	688.407
Reflorestamento	-	1.086.873	-	1.086.873	865.157
Obras em andamento	-	31.917	-	31.917	45.366
Imobilizado Líquido		10.669.967	(3.708.631)	6.961.336	6.876.776

(*) Considera os montantes reconhecidos a título de arrendamento mercantil financeiro descritos na Nota Explicativa 15.

Em 31 de dezembro de 2009, os outros ativos referiam-se, substancialmente, às turbinas do Complexo Energético Amador Aguiar, no montante de R\$ 201.990 (R\$ 208.595 em 31 de dezembro de 2008).

Em 31 de dezembro de 2009, a Companhia possuía registrado no seu ativo imobilizado os montantes de R\$ 144.640 de reflorestamento e R\$ 89.124 de terrenos e fazendas, que se referem principalmente a aquisições provenientes dos contratos celebrados com a Vale S.A. (vide Nota Explicativa nº 21).

De acordo com o disposto na Deliberação nº CVM 193/96, a Companhia registra no ativo imobilizado, durante o período de construção destes ativos, os encargos financeiros decorrentes de financiamentos destinados a aplicações em seus projetos de investimentos. Os saldos consolidados desses encargos líquidos de variações cambiais e de depreciação somavam R\$ 419.098 em 31 de dezembro de 2009 (R\$ 438.490 em 31 de dezembro de 2008).

A Companhia adota o procedimento de revisar periodicamente as estimativas de vida útil-econômica de seus ativos imobilizados, utilizadas para determinação de suas taxas de depreciação, exaustão e amortização. Efeitos decorrentes de eventuais alterações nessas estimativas, se relevantes, são tratados como mudança de estimativas contábeis e reconhecidos de forma prospectiva no resultado do exercício.

A Administração da Companhia não identificou indicadores de perda de substância econômica do valor recuperável de seus ativos imobilizados.

14. Intangível – Controladora e consolidado

Em 31 de dezembro de 2009, os intangíveis registrados nas demonstrações contábeis da controladora e consolidado referem-se a ágios gerados nas aquisições de investimentos, e têm como fundamento econômico a expectativa de rentabilidade futura. As combinações de negócios que ocasionaram o reconhecimento desses intangíveis foram: (i) Ágio gerado nas aquisições de participações societárias na Ripasa S.A. Celulose e Papel, ocorridas durante os exercícios de 2005 a 2007, amortizado linearmente pelo prazo de 10 anos até 31 de dezembro de 2008; (ii) Ágio gerado na aquisição do controle societário da B.L.D.S.P.E. Celulose e Papel S.A., ocorrida em 30 de março de 2007, amortizado linearmente pelo prazo de 5 anos até 31 de dezembro de 2008.

A seguir apresentamos um demonstrativo da movimentação dos ativos intangíveis:

	Custo	Amortização	Baixas por alienação	Líquido
Ripasa S.A. Celulose e Papel	722.646	(185.477)	–	537.169
B.L.D.S.P.E. Celulose e Papel S.A.	49.305	(5.973)	–	43.332
Ariemil Indústria de Papéis S.A.	21.121	(438)	(20.683)	–
Água Fria Indústria de Papéis S.A.	47.104	(978)	(46.126)	–
Saldos em 31 de dezembro de 2007	840.176	(192.866)	(66.809)	580.501
Ripasa S.A. Celulose e Papel	–	(69.759)	–	(69.759)
B.L.D.S.P.E. Celulose e Papel S.A.	–	(9.285)	–	(9.285)
Saldos em 31 de dezembro de 2008	840.176	(271.910)	(66.809)	501.457
Ripasa S.A. Celulose e Papel	5	–	–	5
Saldos em 31 de dezembro de 2009	840.181	(271.910)	(66.809)	501.462

A Companhia avaliou a recuperação do valor contábil dos ágios com base no seu valor de uso, utilizando o modelo de fluxo de caixa descontado das unidades geradoras de caixa, representativas do conjunto de bens tangíveis e intangíveis utilizados na operação. O processo de estimativa do valor em uso envolve utilização de premissas, julgamentos e estimativas sobre os fluxos de caixa futuros, taxas de crescimento e de desconto. As premissas sobre o fluxo de caixa futuro e projeções de crescimento são baseadas no plano de negócios de longo prazo da Companhia, aprovado pelo Conselho de Administração, bem como em dados de mercado comparáveis, e representam a melhor estimativa da Administração das condições econômicas que existirão durante a vida útil-econômica do conjunto de ativos que proporcionam a geração dos fluxos de caixa.

As principais premissas-chave utilizadas na estimativa do valor em uso, às quais o valor de recuperação dos ativos é mais sensível, estão descritas a seguir: (i) Receitas – As receitas foram projetadas com base no plano de negócios da Companhia, que abrange o período entre 2010 e 2014; (ii) Custos e despesas operacionais – Os custos e despesas foram projetados com base no desempenho histórico da Companhia e seu crescimento foi projetado em linha com o crescimento das vendas, considerando sua relação; (iii) Investimento de Capital – Os investimentos em bens de capital foram estimados considerando a infraestrutura necessária para suportar o crescimento das vendas.

As premissas-chave foram estimadas considerando o desempenho histórico da Companhia e com base em premissas macroeconômicas razoáveis e consistentes com fontes externas de informações fundamentadas em projeções de mercado financeiro, documentadas e aprovadas pelos órgãos da Administração da Companhia.

De forma consistente com as técnicas de avaliação econômica, a avaliação do valor em uso é efetuada por um período de 5 anos. As taxas de crescimento das receitas utilizadas são compatíveis com as expectativas macroeconômicas de longo prazo, as quais são revisadas anualmente com base no desempenho histórico e nas perspectivas para o setor em que a Companhia opera.

O teste de recuperação dos ativos intangíveis da Companhia efetuados em 31 de dezembro de 2009 não resultou na necessidade de reconhecimento de perdas visto que o valor estimado de uso excede o seu valor líquido contábil na data da avaliação.

15. Financiamentos e empréstimos

	Indexador		Taxa média anual de juros em dez/09	Controladora		Consolidado	
				2009	2008	2009	2008
Imobilizado:							
BNDES – Finem	TJLP	(1) (2)	8,39%	1.811.753	1.808.300	1.876.437	1.889.498
BNDES – Finem	Cesta de moedas	(2)	6,44%	286.137	374.815	286.137	374.815
BNDES – Finame	TJLP	(1) (2)	7,02%	9.637	10.909	9.637	10.909
BNDES – Finame	Cesta de moedas		7,05%	120	229	120	229
BNDES – Automático	TJLP	(1) (2)	9,30%	4.622	6.444	4.622	6.444
BNDES – Automático	Cesta de moedas		6,83%	477	890	477	890
FNE – BNB	Taxa prefixada		8,50%	147.921	157.408	147.921	157.408
FINEP	TJLP		5,12%	14.599	7.636	14.599	7.636
Crédito Rural	Taxa fixa + CDI		6,85%	22.321	21.328	22.321	21.328
Arrendamento financeiro mercantil	CDI + US\$		9,51%	77.136	93.110	77.136	93.110
Capital de giro:							
Financiamentos de exportações	US\$		3,57%	2.192.358	3.148.259	2.280.195	3.148.259
Financiamentos de Importações	US\$	(3)	2,22%	258.369	404.055	346.755	522.610
Nordic Investment Bank	US\$	(4)	5,74%	87.572	118.130	87.572	118.130
Nota de crédito de exportação	CDI		7,67%	382.836	374.615	382.836	374.615
Nota de crédito de exportação	US\$		6,65%	53.867	70.110	53.867	70.110
BNDES – EXIM	TJLP	(1)	9,54%	100.792	–	100.792	–
Outros				743	2.111	7.905	2.134
				5.451.260	6.598.349	5.699.329	6.798.125
Parcela circulante (inclui juros a pagar)				1.268.002	1.690.813	1.287.752	1.703.942
Parcela não circulante				4.183.258	4.907.536	4.411.577	5.094.183
Os financiamentos e empréstimos não circulantes vencem como segue:							
2010				–	1.290.562	–	1.301.639
2011				845.110	864.760	942.396	992.687
2012				1.286.203	821.109	1.296.430	832.186
2013				525.942	666.984	623.228	678.061
2014				463.065	354.866	473.291	365.943
2015				400.732	372.576	410.049	382.670
2016				388.403	372.997	392.380	377.315
2017 em diante				273.803	163.682	273.803	163.682
				4.183.258	4.907.536	4.411.577	5.094.183

- 1) Termo de capitalização correspondente ao que exceder a 6% da taxa de juros de longo prazo (TJLP) divulgada pelo Banco Central;
- 2) Os financiamentos e empréstimos estão garantidos, conforme o caso, por (i) hipotecas da fábrica; (ii) propriedades rurais e florestas; (iii) alienação fiduciária de bens objeto dos financiamentos; (iv) aval de acionistas e (v) fiança bancária.
- 3) Em outubro de 2006, a Companhia assinou um contrato de financiamento com os Bancos BNP Paribas e Société Générale, na proporção de 50% para cada um, no valor de US\$ 150,0 milhões, com o objetivo de financiar equipamentos importados para o Projeto Mucuri. Este contrato possui cláusulas determinando níveis máximos de endividamento e alavancagem, sendo que a Companhia obteve a concordância preventiva dos bancos para o aumento, neste exercício, do limite para a razão entre a Dívida Líquida Consolidada e o EBITDA Consolidado. Desta forma, as cláusulas determinando níveis máximos de endividamento e alavancagem puderam ser cumpridas em 31 de dezembro de 2009.
- 4) Em novembro de 2006, a Companhia celebrou com o Nordic Investment Bank o Contrato de Abertura de Linha de Crédito (Credit Facility Agreement), no valor de até US\$ 50,0 milhões, para financiar equipamentos e mão de obra especializada relacionados com o Projeto Mucuri. Este contrato possui cláusulas determinando níveis máximos de endividamento e alavancagem, sendo que a Companhia obteve a concordância preventiva do banco para o aumento, neste exercício, do limite para a razão entre a Dívida Líquida Consolidada e o EBITDA Consolidado. Desta forma, as cláusulas determinando níveis máximos de endividamento e alavancagem puderam ser cumpridas em 31 de dezembro de 2009.

Arrendamento financeiro mercantil

A Companhia mantém contratos de arrendamento mercantil financeiro, relacionados a:

- i) Equipamentos utilizados no processo industrial de fabricação de celulose, localizados nas cidades de Suzano–SP, Limeira–SP e Mucuri–BA. Esses contratos são denominados em dólares norte-americanos e possuem cláusulas de opção de compra de tais ativos ao final do prazo do arrendamento, que variam de 8 a 15 anos, por um preço substancialmente inferior ao seu valor justo.
- ii) Equipamentos de *hardware* e serviço de instalação. Esses contratos foram celebrados em Reais e possuem cláusulas de opção de compra dos ativos ao final de 5 anos, por um preço substancialmente inferior ao seu valor justo.

A Administração possui a intenção de exercer as opções de compra nas datas previstas em cada contrato.

Os valores capitalizados no ativo imobilizado, líquidos de depreciação, e o valor presente das parcelas obrigatórias do contrato (financiamentos) correspondente a esses ativos estão abaixo demonstrados:

	Controladora e Consolidado	
	2009	2008
Máquinas e equipamentos	98.557	94.954
(-) Depreciação acumulada	(39.236)	(30.434)
Imobilizado líquido	59.321	64.520
Valor presente das parcelas obrigatórias (financiamentos):		
Menos de 1 ano	14.986	14.249
Mais de 1 ano e até 5 anos	50.280	60.917
Mais de 5 anos	11.870	17.944
Total do valor presente das parcelas obrigatórias (financiamentos)	77.136	93.110
Encargos financeiros a serem apropriados no futuro	12.959	23.168
Valor das parcelas obrigatórias ao final dos contratos	90.095	116.278

16. Debêntures – Controladora e consolidado

Emissão	Série	Quantidade	2009			2008	Indexador	Juros	Resgate
			Circulante	Não circulante	Circulante e não circulante	Circulante e não circulante			
3ª	1ª	333.000	29.362	426.577	455.939	459.624	IGP-M	10% *	1/4/2014
3ª	2ª	167.000	904	95.765	96.669	130.842	USD	9,85%	7/5/2019
4ª	1ª	79.735	27.889	54.659	82.548	82.399	TJLP	2,50%	1/12/2012
4ª	2ª	159.471	55.592	108.962	164.554	164.054	TJLP	2,50%	1/12/2012
			113.747	685.963	799.710	836.919			

* O papel foi emitido com deságio no montante de R\$ 38.278, integralmente incorporado ao valor das respectivas debêntures, o que alterou a taxa de juros efetiva da operação de 8% a.a para 10% a.a.

Debêntures da 3ª emissão

A 3ª emissão, em agosto de 2004, no valor de R\$ 500.000, é composta de duas séries, sendo a primeira no montante nominal de R\$ 333.000 e a segunda no montante de R\$ 167.000, ambas com prazo de vencimento em 2014 em parcela única. A primeira série, ofertada ao mercado local, tem remuneração pelo IGP-M mais cupom de 8% a.a., pagáveis anualmente, e foi precificada utilizando-se conceitos referidos na Instrução CVM nº 404, com ofertas de ágio ou deságio sobre o preço de emissão. A segunda série, não ofertada ao mercado, foi integralmente absorvida pelo Banco Votorantim.

Em Assembleia Geral de Debenturistas realizada em 22 de maio de 2007, foram homologadas a alteração do prazo de vencimento das Debêntures da 2ª Série que antes era de 10 anos com vencimento em 01/04/2014, e passou a vigorar o prazo de 15 anos com vencimento em 07/05/2019, bem como a alteração dos juros remuneratórios que até 22 de maio de 2007 eram de 10,38% a.a. e passaram, a partir dessa data e até o vencimento, para 9,85% a.a.

As debêntures da 3ª emissão possuem cláusulas determinando níveis máximos de endividamento e de alavancagem, com base nas demonstrações contábeis e informações trimestrais consolidadas da Companhia. Em 31 de dezembro de 2009, a Companhia encontrava-se adimplente com todas as condições contratuais.

Debêntures da 4ª emissão

A 4ª emissão foi efetuada em agosto de 2006, com data de emissão em 1º de dezembro de 2005, composta de duas séries, sendo a primeira no valor nominal de R\$ 80.000 e a segunda no valor nominal de R\$ 160.000, ambas conversíveis em ações, para colocação em caráter privado e com direito de preferência de subscrição para os acionistas. Foram subscritas pelos acionistas minoritários R\$ 18.081 nominais e o restante, no valor de R\$ 221.919, nominais, foram subscritas pelo BNDES PARTICIPAÇÕES S.A. – BNDESPAR, consoante contrato firmado com essa subsidiária do BNDES. As debêntures da 4ª emissão têm vencimento final em dezembro de 2012, sendo amortizáveis em três parcelas anuais, após carência de quatro anos, nas datas de 1º de dezembro de 2010, 2011 e 2012. Os juros anuais são de 2,5% a.a. mais TJLP (até 6%), pagáveis semestralmente nos dias 1º dos meses de junho e dezembro de cada ano. O percentual de TJLP excedente a 6% a.a. será capitalizado para amortização juntamente com o principal. As debêntures serão conversíveis em ações, a qualquer momento a critério do titular, pelo preço de R\$ 17,30 por ação, a partir de 01/01/2007. Para as ações ordinárias resultantes da conversão, o BNDESPAR se obriga a

vender e o acionista controlador da Companhia se obriga a comprar tais ações, pelo mesmo preço de conversão mais juros calculados entre a data de conversão e o efetivo pagamento.

As debêntures da 4ª emissão possuem cláusulas contratuais restritivas, não financeiras, que se não cumpridas têm o efeito de tornar a dívida exigível à vista. Em 31 de dezembro de 2009, essas cláusulas contratuais foram totalmente cumpridas.

17. Partes relacionadas

Saldos patrimoniais e transações no exercício findo em 31 de dezembro de 2009

	Ativo		Passivo		2009	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	Receitas (despesas)	
Com empresas consolidadas						
Suzano Trading Ltd.	610.429	(4)	1.111	2.635	174.119 (3)	1.901.273
Suzano America, Inc.	282		–	285	–	–
Suzano Europe S.A.	149		–	2.902	–	–
Comercial e Agrícola Paineiras Ltda.	–		–	1.986	–	(27.256)
Stenfar S/A Indl. Coml. Imp. Y. Exp.	8.378	(4)	–	33	–	26.522
Ondurman Empreendimentos Imobiliários Ltda.	–		–	–	–	(2.036)
Asapir Produção Florestal e Comércio Ltda.	–		–	11.251	–	–
	619.238		1.111	19.092	174.119	1.898.503
Com empresas não consolidadas						
Suzano Holding S.A.	–		–	–	–	(7.538)
SPP Agaprint Indl. e Coml. Ltda.	7.303	(1)	–	–	–	13.383
Central Distribuidora de Papéis Ltda	18.058	(1)	–	–	–	56.325
Nova Mercante de Papéis Ltda	12.303	(1)	–	–	–	33.487
Nemonorte Imóveis e Participações Ltda.	–		–	–	–	(232)
Mabex Representações e Participações Ltda.	–		–	–	–	(343)
Brasilprev Seguros e Previdência S.A.	–		–	–	–	(4.203) (5)
Lazam MDS Corretora e Adm. Seguros S.A.	–		–	–	–	(248)
CONSOLIDADO	37.664		–	–	–	90.631
CONTROLADORA	656.902		1.111	19.092	174.119	1.989.134

Saldos patrimoniais e transações no exercício findo em 31 de dezembro de 2008

	Ativo		Passivo		2008	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	Receitas (despesas)	
Com empresas consolidadas						
Suzano Trading Ltd.	974.301	(4)	1.490	2.397	116.850 (3)	2.333.015
Suzano America, Inc.	386		–	253	–	–
Suzano Europe S.A.	240		–	53	–	–
Comercial e Agrícola Paineiras Ltda.	–		–	1.426	–	(29.990)
Ripasa S.A. Celulose e Papel	–		–	–	–	3
Stenfar S/A Indl. Coml. Imp. Y. Exp.	10.474	(4)	–	16	–	30.564
Grasdate Empreendimentos Imobiliários Ltda.	–		13.661	–	–	–
Vanua Empreendimentos Imobiliários Ltda.	–		22.607	–	–	–
Ondurman Empreendimentos Imobiliários Ltda.	–		7.480	–	–	–
Buram Empreendimentos Imobiliários Ltda.	–		3.845	–	–	–
Asapir Produção Florestal e Comércio Ltda.	–		–	11.251	–	–
	985.401		49.083	15.396	116.850	2.333.592
Com empresas não consolidadas						
Suzano Holding S.A.	–		–	–	–	(9.185)
SPP Agaprint Indl. e Coml. Ltda.	3.339	(1)	–	–	–	12.236
Central Distribuidora de Papéis Ltda	16.839	(1)	–	–	–	50.839
Nova Mercante de Papéis Ltda	19.963	(1)	–	–	–	33.442
Nemonorte Imóveis e Participações Ltda.	–		–	–	–	(194)
Mabex Representações e Participações Ltda.	–		–	–	–	(131)
Brasilprev Seguros e Previdência S.A.	–		–	521	–	(3.873) (5)
Lazam MDS Corretora e Adm. Seguros S.A.	–		–	–	–	(259)
CONSOLIDADO	40.141		–	521	–	82.875
CONTROLADORA	1.025.542		49.083	15.917	116.850	2.416.467

(1) Em relação a estas empresas relacionadas, a Companhia possuía operações de “vendedor” em aberto no montante de R\$ 27.136 em 31 de dezembro de 2009 (R\$ 37.235 em 31 de dezembro de 2008);

(2) Adiantamentos para futuros aumentos de capital;

(3) Referem-se a financiamento de importação, denominado em dólares norte-americanos com vencimento em 19 de agosto de 2011, contratado pela controlada integral Suzano Trading Ltd. e repassado à Companhia em operação de pré-pagamento de exportação.

(4) Referem-se a operações de comerciais de venda de papel e celulose;

(5) Despesas com plano de previdência privada complementar de contribuição definida para atender os colaboradores da Companhia.

As transações com empresas relacionadas foram realizadas em condições normais de mercado.

Remuneração de administradores

As despesas referentes à remuneração do pessoal-chave da Administração da Companhia, reconhecidas no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2009, totalizaram R\$ 23.445 na controladora e R\$ 25.539 no consolidado (R\$ 42.135 e R\$ 46.154, respectivamente, no exercício findo em 31 de dezembro de 2008).

18. Provisão para contingências e passivos atuariais

As provisões para contingências foram constituídas para fazer face a perdas consideradas prováveis em processos administrativos e judiciais relacionados com questões fiscais, cíveis e trabalhistas, em valor julgado suficiente pela Administração, segundo o aconselhamento e avaliação de advogados e assessores jurídicos.

	Controladora					
	2009			2008		
	Depósitos judiciais	Montante provisionado	Passivo líquido	Depósitos judiciais	Montante provisionado	Passivo líquido
Tributárias	7.116	(89.420)	(82.304)	7.115	(125.355)	(118.240)
Previdenciárias	–	(3.278)	(3.278)	–	(3.411)	(3.411)
Trabalhistas e cíveis	5.192	(16.869)	(11.677)	7.933	(20.597)	(12.664)
Passivos atuariais	–	(181.696)	(181.696)	–	(128.452)	(128.452)
	12.308	(291.263)	(278.955)	15.048	(277.815)	(262.767)

	Consolidado					
	2009			2008		
	Depósitos judiciais	Montante provisionado	Passivo líquido	Depósitos judiciais	Montante provisionado	Passivo líquido
Tributárias	7.116	(89.420)	(82.304)	7.115	(125.355)	(118.240)
Previdenciárias	–	(3.278)	(3.278)	–	(3.411)	(3.411)
Trabalhistas e cíveis	5.192	(24.747)	(19.555)	7.933	(26.967)	(19.034)
Passivos atuariais	–	(181.696)	(181.696)	–	(128.452)	(128.452)
	12.308	(299.141)	(286.833)	15.048	(284.185)	(269.137)

A seguir apresentamos um demonstrativo da movimentação da provisão para contingências (sem deduzir os depósitos judiciais) e passivos atuariais:

	Controladora		Consolidado	
	2009	2008	2009	2008
Saldo inicial	277.815	163.332	284.185	224.732
Entrada de novos processos e complemento de passivos atuariais	66.241	84.741	68.672	88.920
Atualização monetária	13.923	15.104	13.923	16.717
Transferência entre grupos do passivo não circulante	–	11.470	–	11.470
Contingências provenientes da cisão total da Ripasa	–	43.310	–	–
Baixa de processos	(66.716)	(40.142)	(67.639)	(57.654)
Saldo final	291.263	277.815	299.141	284.185

Os principais processos são comentados a seguir:

PIS/COFINS – No segundo trimestre de 2009, a Companhia reverteu provisão para contingências de PIS e COFINS no montante de R\$ 15.952, em decorrência de riscos fiscais reavaliados e de prazo decadencial atingido.

No terceiro trimestre de 2009, a Companhia resgatou depósitos judiciais dos processos transitados em julgado, referentes ao alargamento de base de cálculo de PIS e COFINS, no montante de R\$ 31.491.

A Administração da Companhia em conjunto com seus assessores jurídicos reavaliou a provisão e como resultado concluiu pela sua reversão no montante de R\$ 20.874 em 31 de dezembro de 2009 (R\$ 20.091 em 31 de dezembro de 2008). A reversão foi efetuada no resultado do quarto trimestre de 2009, nas mesmas linhas em que fora constituída no passado, sendo R\$ 9.068 na rubrica de outras receitas (despesas) operacionais, correspondente ao montante de principal e R\$ 11.806 na rubrica de despesas financeiras, correspondente à atualização monetária pela taxa Selic dessa provisão. A decisão para efetuar referida reversão foi tomada com base em processos e recursos julgados pelo Supremo Tribunal Federal (STF) quanto ao alargamento da base de cálculo do PIS e da COFINS decorrentes da aplicação do parágrafo 1º do artigo 3º da Lei nº 9.718/98, assim como alterações legislativas promovidas com repercussões sobre o tema.

A Companhia ainda possui depósitos judiciais de PIS e COFINS, relativos a outras naturezas, no montante de R\$ 41.734.

Imposto de Renda sobre lucros no exterior – A Companhia foi autuada, em setembro de 2005, relativamente à tributação sobre a disponibilização de lucros de subsidiárias no exterior (Lei nº 9.249/95 e nº 9.532/97), processo 16327.0001341/2005–72, e sobre a variação cambial incluída na equivalência patrimonial de investimentos no exterior (IN 213/2002), processo 16327.001342/2005–17. Os montantes dos autos totalizaram R\$ 51.226 e R\$ 122.643, respectivamente. A Administração da Companhia, com base na opinião de seus assessores jurídicos, entende que a probabilidade de um desfecho desfavorável é remota, e não constituiu provisão para perda sobre esta contingência.

Em 29 de janeiro de 2010, o processo 16327.0001341/2005–72 foi julgado pela 2ª Turma Ordinária da 1ª Câmara do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF), com decisão favorável à Companhia.

Correção monetária de balanço (Plano Verão) – A Companhia discutia judicialmente o direito da dedução de despesas de Imposto de Renda e Contribuição Social, depreciações, baixas e itens controlados no LALUR, do saldo devedor da Correção Monetária de Balanço, decorrente de expurgos inflacionários ocorridos em 1989, no percentual de 51,87% ou alternativamente, 35,58%, utilizando o IPC como fator de correção. Para fins de compensação com outros tributos, a Companhia utilizou o percentual de 35,58%.

Conforme alteração do entendimento da 1ª Seção do Superior Tribunal de Justiça (STJ), o índice de correção monetária considerado válido e legal é a OTN e não mais o IPC. Diante desta situação, os advogados responsáveis por estes casos alteraram a avaliação de remota para possível, sobre a chance de um desfecho desfavorável para o percentual de 35,58%.

Em maio de 2009, o governo federal lançou um novo programa de parcelamento de débitos, apelidado de REFIS da Crise, que permitiu o pagamento de pendências tributárias em até 180 meses, com direito a reduções que podem chegar a 100% do valor sobre multas e encargos anteriormente acrescidos à dívida original. O programa tem como objeto o pagamento de débitos dos contribuintes perante a Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN), vencidos até 30 de novembro de 2008. Os débitos de programas de anistia anteriores, como REFIS antigo, PAES, PAEX ou parcelamento ordinário, também poderão ser parcelados, descontada a quantia paga até a data de solicitação do novo parcelamento.

Em 31 de dezembro de 2009, o montante compensado e atualizado do Plano Verão era de R\$ 108.168. No entanto, a Companhia aderiu ao REFIS da Crise e, em dezembro de 2009, liquidou, à vista, essa pendência tributária pelo montante de R\$ 65.113, sendo R\$ 33.549 pagos por meio de compensação de prejuízo fiscal (baixa de Imposto de Renda diferido ativo classificado no ativo circulante) e R\$ 31.564 pagos em dinheiro (baixa do caixa e equivalentes de caixa). O pagamento dessa obrigação gerou uma despesa no resultado do exercício de R\$ 65.113, da qual R\$ 31.564 foram reconhecidos na rubrica despesa com Imposto de Renda e Contribuição Social, relativos ao montante de principal, e os restantes R\$ 33.549 foram reconhecidos na rubrica de despesas financeiras, correspondentes à atualização monetária pela taxa Selic, uma vez que à época referida contingência não estava provisionada por ter sua probabilidade de êxito classificada como possível no entendimento da Administração e de seus assessores jurídicos.

Passivos atuariais: A Companhia, em acordo firmado com o Sindicato da Indústria de Papel, Celulose e Pasta de Madeira para Papel do Estado de São Paulo, assegura o custeio de assistência médica de forma permanente para ex-funcionários que requereram aposentadoria até 2003 (até 1998 para os ex-funcionários da Ripasa), bem como para seus dependentes até completarem a maioria e cônjuges, de forma vitalícia.

A Companhia assegura também o custeio de assistência médica junto à Bradesco Saúde para o conjunto de ex-funcionários que, excepcionalmente, segundo critérios e deliberação da Companhia, adquiriram direitos associados ao cumprimento dos artigos 30 e 31 da Lei nº 9.656/98.

Em 31 de dezembro de 2009, estes grupos contavam com 4.425 participantes (titulares e dependentes), sendo que o valor das obrigações futuras destes benefícios, calculado por atuário independente e registrado pela Companhia, foi de R\$ 181.696 (R\$ 128.452 em 31 de dezembro de 2008). Os métodos atuariais adotados atendem à NPC nº 26/2000 do IBRACON, referendada pela Deliberação CVM nº 371/2000. As premissas econômicas e biométricas utilizadas para o cálculo em 2008 foram: taxa de desconto de 6,75% a.a., taxa de crescimento dos custos médicos de 3,0% a.a. e tábua biométrica de mortalidade geral AT–83.

19. Plano de previdência privada de contribuição definida

Em janeiro de 2005, a Companhia instituiu um Plano de previdência privada complementar de contribuição definida para atender os seus empregados denominado Suzano Prev, por meio da contratação de instituição financeira para a sua administração. Ao estabelecer o Suzano

Prev, a Companhia definiu que pagará a contribuição relativa aos anos anteriores para todos os colaboradores, por conta de serviços prestados à Companhia em períodos anteriores à constituição do Plano (serviço passado). Tal desembolso será realizado ao longo dos próximos anos, calculado individualmente, até que cada colaborador passe a usufruir os benefícios do Plano. As contribuições realizadas pela Companhia, no exercício findo em 31 de dezembro de 2009, totalizaram R\$ 4.204 e as contribuições dos colaboradores totalizaram R\$ 5.506 (R\$ 3.873 e R\$ 5.435 no exercício findo em 31 de dezembro de 2008, respectivamente).

20. Plano de remuneração baseado em ações

Descrição dos planos de remuneração baseado em ações com pagamento em moeda corrente

Para seus principais executivos e membros-chave, a Companhia possui plano de incentivo de longo prazo (ILP) atrelado ao preço da ação da Companhia com pagamento em moeda corrente. São estabelecidas condições gerais para a outorga, pela Companhia, de “ações-fantasma” a esses executivos (*beneficiários*), a serem definidas em regulamentos específicos que devem ser administrados pelo Comitê de Gestão segundo as diretrizes e condições estabelecidas pelo Estatuto Social e pelo Conselho de Administração da Companhia. Abaixo destacamos as condições aplicáveis.

Anualmente, o Comitê de Gestão estabelece indicadores de desempenho no âmbito corporativo (condição de aquisição) que, se atingidos, configuram o direito à outorga de ações-fantasma aos seus executivos.

A determinação das quantidades de ações-fantasma a serem outorgadas a cada beneficiário é definida pela divisão entre a quantidade de salários concedidos e a média aritmética das cotações de fechamento das ações preferenciais da Companhia negociadas nos últimos 90 pregões. As quantidades de salários concedidos são determinadas com base em: i) cumprimento de metas; ii) quantidades discricionárias atribuídas pelo Comitê de Gestão em relação ao nível de atendimento dos indicadores corporativos; iii) quantidades por diferimento, mediante o investimento do beneficiário de parte de sua remuneração de curto prazo, limitado a dois salários com aporte de mesmo valor pela Companhia. São então outorgadas quantidades de ações-fantasma a cada beneficiário mediante a divisão do valor total dos salários concedidos e a cotação média das ações preferenciais da Companhia apuradas nos últimos 90 pregões. Para os programas de 2004 a 2006, havia limitação de valorização das ações-fantasma em 120% do valor de outorga. Para outorgas a um conjunto de executivos, é aplicado um percentual atrelado ao desempenho da Companhia em relação aos seus concorrentes.

O regulamento determina ainda as seguintes condições para que esses beneficiários passem a ter direito sobre o exercício das ações-fantasma (condições de aquisição e não-aquisição): i) nos programas em que for possível fazer o diferimento conforme item iii) do parágrafo anterior, no caso de desligamento por justa causa ou pedido de demissão voluntária, quando aplicável, o beneficiário perderá automaticamente qualquer direito de exercer as ações-fantasma que lhe foram outorgadas, sem indenização, com exceção apenas das quantidades outorgadas por diferimento; ii) na hipótese de desligamento sem justa causa ou por aposentadoria será antecipado o vencimento dos prazos previstos para exercício das ações-fantasma, conferido ao beneficiário o direito de exercer imediatamente a totalidade das ações fantasma; iii) na ausência da situação (i) acima, as condições de aquisição são consideradas plenamente satisfeitas, permitindo assim que o beneficiário exerça suas ações-fantasma nos termos definidos pelos regulamentos.

Salvo nas condições de não-aquisição mencionadas acima, as ações-fantasma somente podem ser exercidas após um período de carência de um a três anos (*período de aquisição*) e, quando aplicável, até um período limite de seis anos a contar da data de outorga.

O preço de exercício, correspondente a cada ação-fantasma (preço de exercício), pelo qual os beneficiários poderão exercer sua opção é calculado da seguinte forma:

Pe = [VMA + (DIV+JCP)] x TRS, sendo:

Pe = preço de exercício do lote original, o qual foi definido na data da outorga, obedecendo aos termos do Plano.

VMA = cotação média das ações da Companhia apuradas nos últimos 90 pregões a contar da data de exercício.

DIV+JCP = corresponde aos dividendos e juros sobre o capital próprio distribuídos no período entre a outorga e o exercício, quando aplicável.

TRS = percentual atrelado ao desempenho da Companhia em relação a seus concorrentes que pode variar de 50% a 125%, quando aplicável.

Em julho de 2008, a Companhia decidiu antecipar a concessão dos programas ILP 2008 e 2009, mantendo o término dos respectivos períodos de carência para 2011 e 2012. As informações relativas a esta antecipação estão demonstradas no resumo a seguir.

Adicionalmente, para certos executivos, a Companhia estabeleceu outro programa de incentivo de longo prazo. As condições para pagamento de compensação a tais beneficiários ocorrem no mês de janeiro de cada ano, se o valor de mercado da Companhia superar o maior valor de mercado observado nos meses de janeiro dos três últimos exercícios passados. O valor da compensação paga aos executivos é em função do incremento do valor de mercado das ações preferenciais em relação ao mês de janeiro do exercício anterior, e é pago no mês de março subsequente. O valor de mercado das ações preferenciais da Companhia é estabelecido mediante a multiplicação da cotação média da ação preferencial, apurada com base nos últimos 90 pregões, e a quantidade total das ações preferenciais.

Em 31 de dezembro de 2009, o limite máximo de compensações a serem pagas de 2009 a 2011, por este plano, para o conjunto dos executivos incluídos, é de US\$ 1,0 milhão.

O programa prevê que tais compensações sejam integralmente destinadas pelos beneficiários mediante a aquisição, no mercado aberto, de ações preferenciais da Companhia, e a manutenção dessas ações em custódia indisponível em percentuais e períodos variáveis ao longo do tempo, tendo como prazo final o exercício de 2011.

A alienação dessas ações pelo beneficiário, fora dos prazos especificados, implica indenização à Companhia pelo valor total transacionado, acrescido de multa de 1% ao mês. Na hipótese de demissão sem justa causa, por parte da Companhia, o beneficiário poderá alienar a totalidade de suas ações sem as limitações de prazo e percentual de retenção.

Plano de remuneração baseada em ações com pagamento em ações ou alternativamente em moeda corrente (Opções de compra de ações preferenciais Classe "A")

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 29 de agosto de 2008, foi aprovado o Plano de Opção de Compra de Ações preferenciais Classe "A" da Companhia para determinados executivos. Em 10 de agosto de 2009 (data da outorga), o Conselho de Administração, por meio de Comissão Especial formada para esta finalidade, aprovou os Regulamento e Contratos do Primeiro Programa de Opção de Compra de Ações da Companhia.

O plano estabelece condições gerais para a outorga, pela Companhia, de opções de compra de ações preferenciais classe "A" de sua emissão a executivos, administradores e colaboradores (*beneficiários*), a serem definidos em regulamentos específicos que devem ser administrados pelo Comitê de Gestão segundo as diretrizes e condições estabelecidas pelo estatuto social e Conselho de Administração da Companhia.

Segundo o referido Plano, as opções outorgadas não poderão ultrapassar 2% do total de ações do capital social integralizado e subscrito da Companhia, assim como deverão ser provenientes, conforme venha a ser sugerido pelo Comitê de Gestão e aprovado pelo Conselho de Administração: (i) da emissão de novas ações, dentro do limite do capital autorizado da Companhia; e/ou (ii) de ações mantidas em tesouraria. Durante o período de carência para exercício das Opções, é vedada ao Beneficiário a alienação, ou a constituição de quaisquer ônus que recaiam sobre essas Opções.

Em reunião da Comissão Especial, nomeada pelo Conselho de Administração para esta finalidade, realizada em 10 de agosto de 2009 (*data da outorga*), foi aprovado o primeiro regulamento do Plano de Opção de Compra de Ações, no qual a Companhia outorgou opções de compra a *beneficiários*, sobre a quantidade total de 400.000 ações Preferenciais Classe "A" de sua emissão, assim como determinou as seguintes condições para que esses *beneficiários* passem a ter direito sobre o exercício dessas opções (*condições de aquisição e não-aquisição*): i) no caso de desligamento por justa causa, ou pedido de demissão voluntária ou por aposentadoria, o beneficiário perderá automaticamente qualquer direito de exercer as opções que lhe foram outorgadas, sem indenização; ii) na hipótese de desligamento sem justa causa, será antecipado o vencimento dos prazos previstos para exercício das opções de compra de ações, conferido ao beneficiário o direito de exercer imediatamente a totalidade das opções; iii) na ausência da situação (i) acima, as *condições de aquisição* são consideradas plenamente satisfeitas, permitindo assim que o beneficiário exerça suas opções nos termos definidos pelo regulamento.

Salvo nas *condições de não-aquisição* mencionadas acima, foram definidos prazos de carência (*período de aquisição*), durante os quais os *beneficiários* poderão exercer sua opção, total ou parcialmente, sobre quantidades limitadas de ações, sendo eles:

Período de carência	Quantidade de ações preferenciais classe "A"
1ª data de exercício: de 01/06/2010 a 31/12/2012	50.000 ações ou 12,5% do total de ações sob opção
2ª data de exercício: de 01/06/2011 a 31/12/2012	50.000 ações ou 12,5% do total de ações sob opção
3ª data de exercício: de 01/06/2012 a 31/12/2012	Saldo remanescente de ações ou 75% do total de ações sob opção

O preço, correspondente a cada ação preferencial classe "A" (preço de exercício), pelo qual os *beneficiários* poderão exercer parcial ou totalmente sua opção é calculado da seguinte forma:

Pe = Pb x (1+WACC)^{t/252} – (D+JCP)x(1+WACC)^{t/252}, sendo:

Pe = Preço de exercício do lote original, o qual foi definido na data da outorga, obedecendo aos termos do Plano.

Pb = Preço base fixado em R\$ 18,20 por opção.

WAAC = custo médio ponderado de capital da Companhia, a ser calculado pela média dos WACC atribuídos à Companhia pelos analistas de mercado de quatro instituições financeiras renomadas. O primeiro reajuste será aplicado em 1º de junho de 2010, com base na média dos WACC atribuídos à Companhia no mês imediatamente anterior (maio de 2010); as variações seguintes serão calculadas a cada período de 12 meses, ou *pro rata temporis* se o exercício da Opção se der antes de completado o período de 12 meses subsequente.

D+JCP = Corresponde aos dividendos e juros sobre o capital próprio distribuídos no período em questão.

Se, (i) na data de exercício das Opções, a diferença entre o Preço de Exercício e o preço unitário das Ações Preferências Classe "A" de emissão da Companhia negociadas na Bolsa de Valores de São Paulo, na data de início de cada período de carência, for inferior a R\$ 10,00 (dez reais) ou (ii) o Beneficiário declarar que não quer exercer a Opção total ou parcialmente, a Companhia alternativamente efetuará um pagamento extraordinário em moeda corrente ("Pagamento Extraordinário") ao Beneficiário no valor correspondente à seguinte fórmula:

Pex = VR – ((PM x Q) – (Pe x Q))

Pex = Pagamento extraordinário

VR = Valor de Referência, que é calculado por (R\$10,00 x Qtde. Opções da série não exercidas pelo beneficiário).

PM = Preço de Mercado, corresponde ao preço unitário das ações de emissão da Companhia negociadas na Bolsa de Valores de São Paulo no início de cada período de carência.

Q = Quantidade de opções da série não exercidas pelo beneficiário.

Pe = Preço de exercício do lote original o qual foi definido na data da outorga, obedecendo aos termos do Plano.

Em 31 de dezembro de 2009, há 2.537 mil ações preferenciais em tesouraria que poderão servir de lastro às opções outorgadas do Plano.

O quadro abaixo demonstra o percentual máximo de diluição de participação a que eventualmente serão submetidos os atuais acionistas em caso de os *beneficiários* exercerem até 2012 todas as opções de compra de ações outorgadas e não optarem pela alternativa de liquidação e moeda corrente:

Premissas	2009
Quantidade de ações (mil)	206.661
Saldo das séries outorgadas em vigor (mil)	400
Percentual máximo de diluição de participação societária	0,19%

Resumo das informações relativas aos planos de remuneração baseados em ações

Abaixo apresentamos os quadros demonstrativos das movimentações e informações das séries em vigor e exercidas dos planos de remuneração baseados em ações:

Incentivo de Longo Prazo – Ações-fantasma

Controladora e Consolidado											Dez/2009
Programa outorgado	Data de outorga	Preço justo na data da outorga	Preço justo no fim do período	1º data exercício	2º data exercício e liquidação	Quantidade					Preço médio ponderado das ações exercidas
						Outorgada	Exercida	Exercida por demissão	Não exercida por demissão	Total em vigor em 31/12/2009	
ILP2005	Mar/06	10,03	19,87	Mar/09	Mar/12	10.965	–	–	–	10.965	–
ILP2006 (P)	Mai/07	23,38	19,87	Set/10	Set/13	24.884	–	–	–	24.884	–
ILP2006 (D)	Mai/07	16,32	19,87	Set/10	Set/13	12.626	–	–	–	12.626	–
ILP2007 (PN)	Mar/08	34,74	22,58	Mar/11	Mar/14	120.586	–	–	–	120.586	–
ILP2007 (PA)	Mar/08	43,38	20,62	Mar/11	Mar/14	5.227	–	–	–	5.227	–
ILP2007 (PE)	Ago/08	34,74	22,58	Set/14	–	7.197	–	–	–	7.197	–
ILP2008 (R2)	Mar/08	25,68	18,07	Mar/10	–	285.089	–	–	–	285.089	–
ILP2008 (R3)	Mar/08	25,68	18,07	Mar/11	–	190.936	–	–	–	190.936	–
ILP2008 (A)	Jul/08	34,74	22,58	Mar/12	Mar/15	62.416	–	–	–	62.416	–
ILP2009 (A)	Jul/08	34,74	22,58	Mar/13	Mar/16	62.416	–	–	–	62.416	–
ILP2008 (PN)	Jan/09	18,01	22,58	Mar/12	Mar/15	13.879	–	–	–	13.879	–
ILP2008 (PN)	Mar/09	15,11	22,58	Mar/12	Mar/15	218.248	–	–	–	218.248	–
ILP2009 (D)	Mar/09	15,11	22,58	Mar/12	Mar/15	100.591	–	–	–	100.591	–
ILP2009 (M)	Set/09	15,92	22,58	Mar/12	Mar/15	174.597	–	–	–	174.597	–
TOTAL						1.289.657	–	–	–	1.289.657	–

Controladora e Consolidado											Dez/2008
Programa outorgado	Data de outorga	Preço justo na data da outorga	Preço justo no fim do período	1º data exercício	2º data exercício e liquidação	Quantidade				Preço médio ponderado das ações exercidas	
						Outorgada	Exercida	Exercida por demissão	Não exercida por demissão		Total em vigor em 31/12/2008
ILP2004	Mai/05	12,68	26,01	Set/08	Set/11	33.894	(33.894)	–	–	–	26,01
ILP2005	Mar/06	10,03	15,50	Mar/09	Mar/12	10.965	–	–	–	10.965	–
ILP2006 (P)	Mai/07	23,38	15,50	Set/10	Set/13	31.818	–	(6.934)	–	24.884	16,85
ILP2006 (D)	Mai/07	16,32	15,50	Set/10	Set/13	12.626	–	–	–	12.626	–
ILP2007 (PN)	Mar/08	37,74	17,61	Mar/11	Mar/14	152.445	–	(24.231)	(3.689)	124.525	16,77
ILP2007 (PA)	Mar/08	43,38	21,04	Mar/11	Mar/14	5.634	–	–	–	5.634	–
ILP2007 (PE)	Ago/08	34,74	17,61	Set/14	–	7.197	–	–	–	7.197	–
ILP2008 (R1)	Mar/08	25,68	14,09	Mar/09	–	877	–	–	–	877	–
ILP2008 (R2)	Mar/08	25,68	14,09	Mar/10	–	285.089	–	–	–	285.089	–
ILP2008 (R3)	Mar/08	25,68	14,09	Mar/11	–	190.936	–	–	–	190.936	–
ILP2008	Jul/08	34,74	17,61	Mar/12	Mar/15	72.104	–	–	(2.375)	69.729	–
ILP2009	Jul/08	34,74	17,61	Mar/13	Mar/16	66.706	–	–	(2.375)	64.331	–
TOTAL						870.291	(33.894)	(31.165)	(8.439)	796.793	19,88

Incentivo de Longo Prazo – Opções de compra de ações preferenciais Classe “A”

Controladora e Consolidado											Dez/2009
Séries outorgadas	Data de outorga	1º data exercício	2º data exercício e expiração	Preço		Quantidade de ações				Total em vigor em 31/12/2009	
				Na data de outorga	Fim do período	Outorgadas	Exercidas	Não-exercida por demissão	Expiradas		
Série I	10/08/2009	01/06/2010	31/12/2012	11,36	10,70	50.000	–	–	–	–	50.000
Série II	10/08/2009	01/06/2011	31/12/2012	11,36	10,70	50.000	–	–	–	–	50.000
Série III	10/08/2009	01/06/2012	31/12/2012	11,36	10,70	300.000	–	–	–	–	300.000
TOTAL						400.000	–	–	–	–	400.000

Reconhecimento e mensuração do valor justo dos pagamentos baseados em ações

Para a determinação do valor justo das ações-fantasma e das opções de compra de ações preferenciais classe “A” com alternativa de liquidação em moeda corrente, a Companhia definiu, conforme modelo de cálculo do programa, a média aritmética do preço de fechamento dos últimos 90 (noventa) pregões para a ação Suzb5 de cada exercício, multiplicado pelo TRS de 125%, quando aplicável.

Para o programa ILP 2007, devido à alternativa de escolha de ações com características combinadas de ação e opção de ação, definida na política do programa vigente em dezembro de 2007, para a determinação do valor justo destas ações-fantasma e também para a

mensuração do valor justo das opções de compra de ações preferenciais Classe “A”, a Companhia utilizou o modelo matemático de aproximação para opções do tipo americano de *Bjerkstrand & Stensland*, o qual considera a taxa de distribuição de dividendos e as seguintes premissas matemáticas:

Descrição das premissas	Indicadores	
	Ações-fantasma	Opções
Preço do ativo-base (1)	R\$ 18,07/ação	R\$ 20,50/ação
Expectativa de volatilidade (2)	41,02% a.a.	46,28% a.a.
Expectativa de vida média das ações-fantasma/opções (3)	4,23 anos	3,04 anos
Expectativa de dividendos (4)	2,76% a.a.	
Taxa de juros média ponderada livre de risco (5)	média de 12,66%	média de 12,43%

- (1) O preço do ativo-base foi definido considerando-se a média aritmética do preço de fechamento dos últimos 90 pregões para a ação Suzb5;
- (2) A expectativa de volatilidade foi calculada para cada data de exercício, levando em consideração o tempo remanescente para completar o período de aquisição, bem como a volatilidade histórica dos retornos, considerando desvio-padrão de 90 observações de retornos;
- (3) A expectativa de vida média das ações fantasma e opções de ação foi definida pelo prazo remanescente até a data limite de exercício;
- (4) A expectativa de dividendos foi definida com base no lucro por ação histórico da Companhia;
- (5) A taxa de juros média ponderada livre de risco utilizada foi a curva pré de juros em reais (expectativa do DI) observada no mercado aberto, que é a melhor base para comparação com a taxa de juros livre de risco do mercado brasileiro. A taxa usada para cada data de exercício altera-se de acordo com o período de aquisição.

O valor justo das compensações concedidas a executivos na forma dos programas de incentivo de longo prazo – ações-fantasma e opções de compra de ação preferencial classe “A” com alternativa de liquidação em moeda corrente –, é apropriado durante o período de aquisição como despesa nas demonstrações contábeis e informações trimestrais da Companhia, na linha de despesas administrativas em contrapartida a um passivo financeiro de remuneração baseada em ações no passivo não circulante.

Os valores correspondentes aos serviços prestados reconhecidos nas demonstrações contábeis da controladora e consolidadas estão demonstrados no quadro abaixo:

	Passivo		Resultado	
	2009	2008	2009	2008
Plano de remuneração baseado em ações (não circulante)	12.851	3.582		
(Despesa) receita com plano de remuneração baseado em ações – Ações-fantasma (*)			(8.721)	17.497
Despesa com plano de remuneração baseado em ações – Opções de compra de ações			(548)	–
Total da (despesa) receita com plano de remuneração baseado em ações			(9.269)	17.497

(*) Refere-se à variação da mensuração do valor justo da remuneração baseada em ações.

21. Dívida com aquisição de terrenos, fazendas e reflorestamento

Em 13 de julho de 2009, foi ratificada a parceria com a Vale S.A. (“Vale”) no desenvolvimento de base florestal que assegura parte dos projetos no novo ciclo de crescimento da Companhia. Naquela data, foram firmados entre as companhias contratos no valor total de R\$ 233.367, constituídos da seguinte forma: i) aquisição de 8,2 milhões m³ de florestas de eucalipto já plantadas no valor total de R\$ 144.640, a serem pagos em 12 parcelas trimestrais; e ii) aquisição de 84,7 mil hectares de terras no valor total de R\$ 88.727, sendo: ii.a) 12,9 mil hectares de terras, no montante de R\$ 13.727, adquiridos diretamente pela controladora e a serem pagos em 12 parcelas trimestrais; e ii.b) 71,8 mil hectares, no valor de R\$ 75.000, adquiridos pela controlada Ondurman Empreendimentos Imobiliários Ltda (“Ondurman”), a serem pagos em 168 parcelas mensais, sendo que o fluxo de recebíveis decorrente desta operação foi, no mesmo ato e com a anuência da compradora, cedido pela Vale à Brazilian Securities, companhia securitizadora que, por sua vez, o utilizou como lastro para a emissão de Certificados de Recebíveis Imobiliários (C.R.I.’s).

A emissão de C.R.I.’s ocorreu em 27 de outubro de 2009 e foi estruturada nos termos da Instrução CVM nº. 476/2009, com prazo de pagamento idêntico ao do fluxo de recebíveis que lhe serviu de lastro, sendo as 168 parcelas mensais no valor de R\$ 877, com reajuste pelo índice de correção básica dos depósitos de poupança (TR) e datas de vencimento inicial e final em 27/11/2009 e 27/10/2023, respectivamente. A operação foi formalizada mediante a assinatura, por todas as partes envolvidas, de “Instrumento Particular de Venda e Compra de Bens Imóveis a Prazo, Emissão de Cédulas de Crédito Imobiliário, Cessão de Créditos e Outras Avenças”, o qual foi utilizado como lastro pela Brazilian Securities para a referida emissão, que teve ainda como agente fiduciário a Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

Em garantia ao cumprimento das obrigações principais e acessórias assumidas pela Companhia no “Instrumento Particular de Venda e Compra de Bens Imóveis a Prazo, Emissão de Cédulas de Crédito Imobiliário, Cessão de Créditos e Outras Avenças”, foi constituída a alienação fiduciária das quotas da Ondurman e prestada a fiança da controladora, ambas em favor da Brazilian Securities.

Caso ocorra a impossibilidade de alienação de qualquer dos imóveis adquiridos na operação, em decorrência de eventos que impossibilitem a transferência definitiva dos ativos durante a vigência do contrato, fica facultada à Suzano a opção de, caso for do seu interesse, indenizar a companhia securitizadora em nome da Vale, encerrando a cessão apenas do imóvel em questão, devendo a Suzano neste caso ser posteriormente ressarcida pela vendedora dos montantes indenizados, corrigidos monetariamente e acrescidos de juros de mora.

Em 31 de dezembro de 2009, os montantes de dívida com a aquisição de terrenos, fazendas e reflorestamento, registrados no passivo circulante e não circulante, montam em R\$ 58.756 e R\$ 92.381 respectivamente na controladora e R\$ 61.262 e R\$ 164.565 respectivamente no consolidado.

22. Compromissos

Vale Florestar

Em 2009, a Companhia firmou contrato com a Vale para aquisição de 31,5 milhões m³ de madeira provenientes de plantios de eucalipto do Programa Vale Florestar, em implantação no Estado do Pará desde 2007, a serem fornecidas à Companhia durante o período de 2014 a 2028. As condições de preços desses volumes serão determinadas quando das épocas de colheita dos volumes a serem entregues à Companhia.

Transporte Ferroviário

Para atender a parcela importante da estrutura logística necessária para a futura Unidade Industrial do Maranhão, a Companhia firmou contrato com a Ferrovia Norte-Sul S.A. para o transporte ferroviário de 1,3 milhão de toneladas ao ano de celulose de eucalipto a partir de 2014, pelo prazo de 360 meses contados a partir do primeiro dia do mês imediatamente subsequente ao efetivo início da operação desta nova planta industrial.

23. Instrumentos financeiros

a) Visão geral

A Administração da Companhia está voltada para a geração de resultados consistentes e sustentáveis ao longo do tempo. Fatores de risco externos relacionados a oscilações de preços de mercado podem introduzir um nível indesejado de volatilidade sobre a geração de caixa e resultados da Companhia. Para administrar esta volatilidade, de forma que não distorça ou prejudique o crescimento consistente da Companhia no longo prazo, a Suzano dispõe de políticas e procedimentos para a gestão de riscos de mercado.

Tais políticas buscam: (i) proteger o fluxo de caixa e o patrimônio da Companhia contra oscilações de preços de mercado de insumos e produtos, taxas de câmbio e de juros, índices de preços e de correção, ou ainda outros ativos ou instrumentos negociados em mercados líquidos ou não ("riscos de mercado") aos quais o valor dos ativos, passivos ou geração de caixa da Suzano estejam expostos; e (ii) otimizar a contratação de instrumentos financeiros para proteção da exposição em risco, tomando partido de *hedges* naturais e das correlações entre os preços de diferentes ativos e mercados, evitando o desperdício de recursos com a contratação de operações de modo ineficiente. As operações financeiras contratadas pela Companhia têm como objetivo a proteção das exposições existentes, sendo vedada a assunção de novos riscos que não aqueles decorrentes das atividades operacionais da Suzano.

O processo de gestão de riscos de mercado compreende as seguintes etapas sequenciais e recursivas: (i) identificação dos fatores de risco e da exposição do valor dos ativos, fluxo de caixa e resultado da Companhia aos riscos de mercado; (ii) medição e *report* dos valores em risco; (iii) avaliação e definição de estratégias para administração dos riscos de mercado; e (iv) implementação e acompanhamento da performance das estratégias. A avaliação e controle das exposições em risco são feitos com o auxílio de sistemas operacionais integrados, com devida segregação de funções nas reconciliações com as contrapartes.

A Companhia utiliza os instrumentos financeiros mais líquidos e: (i) não contrata operações alavancadas ou com outras formas de opções embutidas que alterem sua finalidade de proteção (*hedge*); (ii) não possui dívida com duplo indexador ou outras formas de opções implícitas; e (iii) não tem operações que requeiram depósito de margem ou outras formas de garantia para o risco de crédito das contrapartes.

b) Avaliação

Os instrumentos financeiros constantes nos balanços patrimoniais, tais como caixa e bancos, empréstimos e financiamentos, apresentam-se pelos seus valores contratuais. As aplicações financeiras e os contratos de derivativos, utilizados exclusivamente com finalidade de proteção, encontram-se avaliados pelo seu valor justo.

Para determinação dos valores de mercado de ativos ou instrumentos financeiros negociados em mercados públicos e líquidos, foram utilizadas as cotações de mercado de fechamento nas datas dos balanços. O valor justo dos *swaps* de taxas de juros e índices é calculado como o valor presente dos seus fluxos de caixa futuros, descontados às taxas de juros correntes disponíveis para operações com condições e prazos de vencimento remanescentes similares, enquanto o valor justo dos contratos futuros ou a termo de taxas de câmbio é determinado usando-se as taxas de câmbio *forward* prevalecentes nas datas dos balanços.

O valor justo da dívida decorrente da 1ª série da 3ª emissão de debêntures da Companhia é calculado com base nas cotações do mercado secundário publicadas pela ANDIMA nas datas dos balanços. Para determinar o valor justo de ativos ou instrumentos financeiros negociados em mercados de balcão ou sem liquidez, são utilizadas diversas premissas e métodos baseados nas condições normais de mercado (e não para liquidação ou venda forçada) em cada data de balanço, incluindo a utilização de modelos de apreamento de opções e estimativas de valores descontados de fluxos de caixa futuros. O valor justo dos contratos para fixação de preços de celulose é obtido por meio da cotação de preços para instrumentos equivalentes ou similares junto aos principais participantes deste mercado.

O resultado da negociação de instrumentos financeiros é reconhecido nas datas de fechamento ou contratação das operações, quando a Companhia se compromete a comprar ou vender estes instrumentos. As obrigações decorrentes da contratação de instrumentos financeiros são eliminadas de nossas demonstrações contábeis apenas quando estes instrumentos expiram ou quando os riscos, obrigações e direitos deles decorrentes são transferidos.

A comparação entre o valor justo e o valor contábil dos instrumentos financeiros em aberto pode ser assim demonstrada:

	Consolidado			
	2009		2008	
	Contábil	Valor Justo	Contábil	Valor Justo
ATIVO				
Caixa e equivalentes de caixa	2.533.285	2.533.285	2.176.312	2.176.312
Ganhos em operações com derivativos (circulante e não circulante)	28.050	28.050	31.388	31.388
Contas a receber de clientes	621.195	621.195	790.042	790.042
PASSIVO				
Contas a pagar a fornecedores	268.050	268.050	277.839	277.839
Financiamentos e Empréstimos (circulante e não circulante)	5.699.329	5.539.657	6.798.125	6.650.196
Debêntures (circulante e não circulante)	799.710	838.888	836.919	815.454
Perdas em operações com derivativos (circulante e não circulante)	77.381	77.381	205.420	205.420

c) Risco de crédito

As políticas de vendas e de crédito, determinadas pela Administração da Companhia e de suas subsidiárias, visam minimizar eventuais riscos decorrentes da inadimplência de seus clientes. Este objetivo é alcançado por meio da seleção criteriosa da carteira de clientes, que considera a capacidade de pagamento (análise de crédito), e da diversificação das vendas (pulverização do risco), além da obtenção de garantias ou contratação de instrumentos que mitiguem os riscos de crédito, principalmente a apólice de seguro de crédito de exportações.

d) Risco de taxa de câmbio e de juros

A captação de financiamentos e a política de *hedge* cambial da Companhia são norteadas pelo fato de que mais de 50% da receita líquida é proveniente de exportações com preços em Dólares, enquanto a maior parte dos custos de produção está atrelada ao Real. Esta exposição estrutural permite que a Companhia contrate financiamentos de exportação em Dólares a custos mais competitivos do que os das linhas locais e concilie os pagamentos dos financiamentos com o fluxo de recebimentos das vendas, proporcionando um *hedge* natural de caixa para estes compromissos. O excedente de receitas em Dólares não atreladas aos compromissos da dívida e demais obrigações é vendido no mercado de câmbio no momento da interinação dos recursos.

Como proteção adicional, são contratadas vendas de Dólares nos mercados futuros, como forma de assegurar níveis atraentes de margens operacionais para uma parcela da receita. As vendas nos mercados futuros são limitadas a um percentual minoritário do excedente de divisas no horizonte de um ano e, portanto, estão casadas à disponibilidade de câmbio pronto para venda no curto prazo.

Em 31 de dezembro de 2009, o valor de principal das operações contratadas para venda futura de Dólares era de US\$ 316,6 milhões, sendo US\$ 241,6 milhões por meio de NDF's (*Non Deliverable Forwards*) simples e US\$ 75 milhões de *zero cost collar*. Seus vencimentos estão distribuídos entre fevereiro de 2010 e janeiro de 2011, como forma de fixar as margens operacionais de uma parcela minoritária das vendas ao longo deste período. O efeito caixa dessas operações somente se dará em suas datas de vencimento, quando geram desembolso ou recebimento de caixa, conforme o caso.

Assim, no caso de uma depreciação do Real como a ocorrida em 2008, dois efeitos são observados: (i) o primeiro, negativo e pontual, está relacionado à atualização do valor da exposição cambial líquida de balanço (saldo das contas ativas e passivas denominadas em moeda estrangeira incluindo, entre outros, os saldos da dívida bruta e do caixa denominados em Dólares, os estoques, contas a receber e a pagar em moeda estrangeira e o valor das posições em *swaps* de moedas para *hedge* da exposição cambial do fluxo de caixa); e (ii) o segundo, positivo e permanente, diz respeito à maior geração operacional de caixa decorrente do aumento das receitas de exportações denominadas em Dólares.

Além das operações de *hedge* cambial, são celebrados contratos para o *swap* de taxas de juros flutuantes para taxas fixas, para diminuir os efeitos das variações nas taxas de juros sobre o valor da dívida, e contratos de *swap* entre diferentes taxas de juros e índices de correção, como forma de mitigar o descasamento entre diferentes ativos e passivos financeiros. Neste sentido, em 31 de dezembro de 2009 a Companhia tinha em aberto (i) US\$ 980,2 milhões em *swaps* para fixação da Libor em contratos de financiamento, (ii) US\$ 150 milhões em *swaps* do cupom cambial para taxa Libor de 3 meses fixada e (iii) R\$ 37,5 milhões em *swaps* de TR e Pré para % do DI.

A Companhia não adota a modalidade de contabilização *hedge accounting*. Dessa forma, todos os resultados (ganhos e perdas) apurados nas operações com derivativos (encerradas e em aberto) estão integralmente reconhecidos nas demonstrações do resultado dos exercícios da controladora e consolidadas. A Nota Explicativa 26 (Resultado financeiro líquido) demonstra os ganhos e perdas com derivativos que impactaram os resultados dos exercícios.

e) Derivativos em aberto

As posições consolidadas de derivativos em aberto em 31 de dezembro de 2009 e 2008, agrupadas por ativo ou indexador de referência, sendo todas elas negociadas no mercado de balcão, são assim demonstradas:

Descrição	Vencimentos	Valor de referência (nocial) em		Valor justo em		Saldos patrimoniais em			
		31.12.2009	31.12.2008	31.12.2009	31.12.2008	31.12.2009		31.12.2008	
						A pagar	A receber	A pagar	A receber
Swaps em Moeda Estrangeira									
Posição Ativa – US\$ Libor	04/01/2010 até	1.706.764	1.409.211	1.607.366	1.415.639	–	–	–	–
Posição Passiva – US\$ Taxa Pré	04/11/2019	1.706.764	1.409.211	1.660.993	1.483.711	–	–	–	–
Subtotal				(53.627)	(68.072)	62.927	9.300	69.291	1.219
Valor em Risco (VaR) ⁽¹⁾				3.736	6.707	–	–	–	–
Swaps de Taxas e Índices									
Posição Ativa – R\$ Taxa Pré		10.000	10.000	11.894	10.530	–	–	–	–
Posição Ativa – TR + Cupom	14/04/2010 até	27.500	67.500	33.447	76.241	–	–	–	–
Posição Ativa – Cupom US\$	10/05/2010	–	70.120	–	70.945	–	–	–	–
Posição Passiva – % DI		37.500	147.620	43.770	157.616	–	–	–	–
Subtotal				1.571	100	–	1.571	1.675	1.775
Valor em Risco (VaR) ⁽¹⁾				8	2.617	–	–	–	–
Swaps de Moedas									
Posição Vendida em R\$ x US\$	08/02/2010 até	420.695	701.100	5.732	(134.454)	–	–	–	–
	10/01/2011								
Subtotal				5.732	(134.454)	–	5.732	134.454	–
Valor em Risco (VaR) ⁽¹⁾				5.573	25.687	–	–	–	–
Opções de Moedas									
Posição lançadora em R\$ x US\$ – Compra	01/02/2010 até	130.590	–	(565)	–	–	–	–	–
Posição titular em R\$ x US\$ – Venda	01/11/2010	130.590	–	4.353	–	–	–	–	–
Subtotal				3.788	–	565	4.353	–	–
Valor em Risco (VaR) ⁽¹⁾				987	–	–	–	–	–
Swaps de Commodities									
Posição Vendida em Celulose BHKP	31/03/2010 até	226.913	90.021	(13.889)	18.449	–	–	–	–
	31/12/2010								
Subtotal				(13.889)	18.449	13.889	–	–	18.449
Valor em Risco (VaR) ⁽¹⁾				3.687	774	–	–	–	–
Outros									
Posição Ativa – Cupom Cambial	11/03/2010 até	261.180	397.290	44.700	63.978	–	–	–	–
Posição Passiva – US\$ Libor Fixada	11/09/2013	261.180	397.290	37.606	54.033	–	–	–	–
Subtotal				7.094	9.945	–	7.094	–	9.945
Valor em Risco (VaR) ⁽¹⁾				79	326	–	–	–	–
Resultado Total em Swaps				(49.331)	(174.032)	77.381	28.050	205.420	31.388

⁽¹⁾ VaR com horizonte temporal de 1 dia, com nível de confiança de 95%

As mesmas posições consolidadas de derivativos em aberto em 31 de dezembro de 2009 e 2008, agrupadas por contraparte, são demonstradas conforme abaixo:

Descrição	Valor de referência (nocial) em		Valor justo em		Saldos patrimoniais em 31.12.2009	
	31.12.2009	31.12.2008	31.12.2009	31.12.2008	A pagar	A receber
Swaps em Moeda Estrangeira						
Contrapartes						
Banco Itaú BBA S.A.	522.359	701.100	(28.586)	(43.551)		
JP Morgan	322.122	432.345	(8.254)	(11.904)		
Standard Bank	130.590	-	(1.809)	-		
Banco Santander	31.342	42.066	(95)	203		
Standard Chartered	406.212	233.700	(8.310)	(12.820)		
BTG Pactual	294.139	-	(6.573)	-		
Subtotal			(53.627)	(68.072)	62.927	9.300
Swaps de Taxas e Índices						
Contrapartes						
Banco Itaú BBA S.A.	10.000	75.520	384	1.033		
Banco Santander	27.500	52.100	1.187	(670)		
Unibanco	-	20.000	-	(263)		
Subtotal			1.571	100	-	1.571
Swaps de Moedas						
Contrapartes						
Posição Vendida em R\$ x US\$						
Standard Bank	47.500	-	386	-		
Merrill Lynch	87.060	-	1.564	-		
BTG Pactual	60.942	-	431	-		
Banco Itaú BBA S.A.	-	46.740	-	(12.228)		
Banco Santander	-	58.425	-	(1.059)		
Banco do Brasil S.A.	207.781	315.495	3.038	(68.912)		
HSBC Bank Brasil S.A.	-	210.330	-	(36.167)		
Rabobank Brasil	17.412	70.110	313	(16.088)		
Subtotal			5.732	(134.454)	-	5.732
Opções de Moedas						
Contraparte						
Posição lançadora em R\$ x US\$ – Compra						
Merrill Lynch	43.530	-	(380)	-		
Votorantim	43.530	-	(185)	-		
Standard Chartered	43.530	-	0	-		
Posição titular em R\$ x US\$ – Venda						
Merrill Lynch	43.530	-	970	-		
Votorantim	43.530	-	970	-		
Standard Chartered	43.530	-	2.413	-		
Subtotal			3.788	-	565	4.353
Swaps de Commodities						
Contraparte						
Nordea Bank Finland P/C	208.108	90.021	(11.738)	18.449		
Standard Chartered	18.805	-	(2.151)	-		
Subtotal			(13.889)	18.449	13.889	-
Outros						
Contraparte						
JP Morgan	261.180	397.290	7.094	9.945		
Subtotal			7.094	9.945	-	7.094
Resultado Total em Swaps			(49.331)	(174.032)	77.381	28.050

f) Derivativos liquidados

As posições de derivativos liquidadas acumuladas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2009 e 2008, agrupadas por ativo ou indexador de referência, sendo todas elas negociadas no mercado de balcão, são assim demonstradas:

Descrição	Vencimentos	Valor de referência acumulado (nocial) em		Valor justo (de liquidação) acumulado em	
		31.12.2009	31.12.2008	31.12.2009	31.12.2008
Swaps em Moeda Estrangeira					
Posição Ativa – US\$ Libor	2008: 14/02 até 26/11	1.646.954	607.620	–	–
Posição Passiva – US\$ Taxa Pré	2009: 05/01 até 21/12	1.646.954	607.620	–	–
Subtotal				(14.595)	(2.845)
Swaps de Taxas e Índices					
Posição Ativa – TR + Cupom	2008: 19/05 até 20/08	–	54.500	–	–
Posição Ativa – Cupom US\$	2009: 28/04 até 03/12	110.120	–	–	–
Posição Passiva – % DI		110.120	54.500	–	–
Subtotal				(22.185)	(238)
Swaps de Moedas					
Posição Comprada em R\$ x US\$	2008: 02/01 até 29/12	60.942	6.555.285	–	–
Posição Vendida em R\$ x US\$	2009: 02/01 até 01/12	824.831	7.677.045	–	–
Subtotal				(71.478)	(27.567)
Opções de Moedas					
Posição lançadora em R\$ x US\$ – Venda	2008: 02/06 até 01/09	–	350.550	–	–
Subtotal				–	255
Swaps de Commodities					
Posição Vendida em Celulose BHKP	2008: 08/01 até 07/11	73.838	95.639	–	–
Subtotal	2009: 08/01 até 07/12			10.485	(9.489)
Outros					
Posição Ativa – Cupom Cambial	2009: 11/09 até 11/12	35.193	–	–	–
Posição Passiva – US\$ Libor Fixada		35.193	–	–	–
Subtotal				499	–
Resultado Total em Swaps				(97.274)	(39.884)

g) Demonstrativo de análise de sensibilidade

A tabela abaixo demonstra a sensibilidade das posições consolidadas de derivativos em aberto em 31 de dezembro de 2009, conforme demonstradas no item (e), a variações de preços e taxas nos ativos subjacentes:

Descrição	Valor Justo	Risco	Cenários em 31/12/2010		
			Provável	Deterioração 25%	Deterioração 50%
Swaps em Moeda Estrangeira					
Ativo US\$ Libor x Passivo US\$ Pré ⁽¹⁾	(53.628)	Queda da Libor	(55.286)	(78.148)	(102.522)
Swaps de Taxas e Índices					
Ativo Pré ⁽²⁾ e TR ⁽³⁾ em R\$ x Passivo % DI	1.571	Alta da Curva Pré e Alta do Cupom de T.R.	1.500	1.237	955
Swaps de Moedas (NDF)					
Posição Vendida em R\$ x US\$ ⁽⁴⁾	5.732	Alta da Taxa de Câmbio R\$/US\$	4.407	(101.007)	(206.421)
Posição lançadora – Compra					
Moeda Estrangeira – R\$ x US\$ ⁽⁵⁾	(565)	Alta da Taxa de Câmbio R\$/US\$	(598)	(11.340)	(41.408)
Posição titular – Venda					
Moeda Estrangeira – R\$ x US\$ ⁽⁵⁾	4.353	Alta da Taxa de Câmbio R\$/US\$	4.155	30	0
Swaps de Commodities					
Cenário Celulose ⁽⁶⁾	(13.889)	Alta da Celulose	(12.900)	(47.016)	(81.132)

- ⁽¹⁾ Fonte para o cenário provável: Bloomberg – Curva de mercado de 04/01/2010. Taxa Libor de 6 meses provável em 31/12/2010: 0,43% a.a. Deterioração de 25%: Libor de 6 meses em 31/12/2010 de 0,33% a.a. Deterioração de 50%: Libor de 6 meses em 31/12/2010 de 0,21% a.a.
- ⁽²⁾ Fonte para o cenário provável: Boletim Focus do Banco Central de 31/12/2009. Taxa Selic provável em 31/12/2010: 10,85% a.a. Deterioração de 25%: Taxa Selic em 31/12/2010 de 13,56% a.a. Deterioração de 50%: Taxa Selic em 31/12/2010 de 16,28% a.a.
- ⁽³⁾ Fonte para o cenário provável: BM&F – Curva de mercado de 04/01/2009. Cupom de TR provável em 31/12/2010: 8,79% a.a. Deterioração de 25%: Cupom de TR em 31/12/2010 de 10,99% a.a. Deterioração de 50%: Cupom de TR em 31/12/2010 de 13,19% a.a.
- ⁽⁴⁾ Fonte para o cenário provável: Boletim Focus do Banco Central de 31/12/2009. Taxa de Câmbio provável em 31/12/2010: R\$ 1,75 / US\$. Deterioração de 25%: Taxa de Câmbio em 31/12/2010 de R\$ 2,19 / US\$. Deterioração de 50%: Taxa de Câmbio em 31/12/2010 de R\$ 2,63 / US\$.
- ⁽⁵⁾ Fonte para o cenário provável: Boletim Focus do Banco Central de 31/12/2009. Taxa de Câmbio provável em 31/12/2010: R\$ 1,75 / US\$. Deterioração de 25%: Taxa de Câmbio em 31/12/2010 de R\$ 2,19 / US\$. Deterioração de 50%: Taxa de Câmbio em 31/12/2010 de R\$ 2,63 / US\$.
- ⁽⁶⁾ Fonte para o cenário provável: Relatório da RISI de 31/12/2009. Preço provável da celulose BHKP em 31/12/2010: US\$ 690 / ton. Deterioração de 25%: Preço em 31/12/2010 de US\$ 862,50 / ton. Deterioração de 50%: Preço em 31/12/2010 de US\$ 1.035 / ton.

Cabe ressaltar que a administração destas posições é dinâmica e que, com o emprego dos mecanismos em vigor para limitação de perdas (sistemas de *stop loss*) e das exposições em risco, que por sua vez são impactadas pela volatilidade dos ativos, as posições são ajustadas à medida que eventuais perdas se materializam. Desta forma, caso um cenário de deterioração venha a ocorrer como ilustrado na tabela acima, as posições da Companhia sujeitas a esta deterioração já teriam sido desmontadas ao atingirem os limites estabelecidos nos sistemas de *stop loss*.

Não foram explicitados um cenário provável em 31 de dezembro de 2009 ou a análise de sensibilidade para os *swaps* listados na categoria “Outros” na tabela do item (e), uma vez que estes *swaps* se referem a operações de arbitragem entre a taxa Libor e o cupom cambial, com ambas às taxas prefixadas nas referidas operações, impedindo a possibilidade de ocorrência de qualquer resultado diferente daquele já estipulado contratualmente.

24. Patrimônio líquido

Capital social

Em 31 de dezembro de 2009 e 2008, o capital social subscrito era de R\$ 2.054.430, integralmente realizado e dividido em 314.482.496 ações, sem valor nominal, das quais: 107.821.512 eram ordinárias, nominativas; 205.120.105 eram preferenciais classe “A” e 1.540.879 eram preferenciais classe “B”, ambas escriturais. São mantidas em tesouraria 5.428.955 ações ordinárias, 1.009.583 ações preferenciais classe “A” e 1.527.759 preferenciais classe “B”.

As ações preferenciais classe “A” têm direito a dividendos por ação, pelo menos, 10% superiores aos atribuídos às ações ordinárias. As ações preferenciais classe “B” têm direito a dividendo prioritário de 6% a.a. sobre sua parte do capital social ou pelo menos 10% superiores aos atribuídos às ações ordinárias. As ações preferenciais não gozam do direito de voto, salvo quando previsto em lei.

Dividendos e juros sobre capital próprio

O estatuto social da Companhia estabelece um dividendo mínimo de 25%, calculado sobre o lucro líquido anual, ajustado na forma prevista pelo artigo 202 da Lei nº 6.404/76, alterada e revogada pela Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007, pela Medida Provisória nº 449, de 03 de dezembro de 2008, posteriormente convertida na Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009.

De acordo com a faculdade prevista na Lei nº 9.249/95 e na forma prevista no artigo 32 do Estatuto Social da Companhia, a Administração calculou juros sobre capital próprio sobre o patrimônio líquido, limitados a variação *pro rata die* da Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP, nos montantes brutos: i) R\$ 35.296, que sofreram retenção de Imposto de Renda na fonte no valor de R\$ 4.732, resultando em um valor líquido para os acionistas de R\$ 30.564, creditados e pagos em 11 de novembro de 2009; ii) R\$ 192.245, que sofreram retenção de Imposto de Renda na fonte no valor de R\$ 25.490, resultando em um valor líquido para os acionistas de R\$ 166.755, creditados em 30 de dezembro de 2009, a serem pagos em 10 de março de 2010.

Os juros sobre capital próprio, nos termos da Deliberação CVM nº 207/96, foram imputados à conta do dividendo mínimo obrigatório, por seu valor líquido de Imposto de Renda retido na fonte, contabilizados como despesas financeiras e revertidos em conta específica, devolvendo-os ao resultado e assim não afetando o lucro líquido final, a não ser pelos impactos fiscais reconhecidos na rubrica de Imposto de Renda e da Contribuição Social.

O dividendo e os juros sobre capital próprio foram calculados como segue:

	2009
Lucro líquido do exercício da controladora	853.315
Constituição de reserva de incentivos fiscais relativa à redução do imposto de renda – SUDENE	(35.715)
Constituição da reserva legal	(42.666)
Lucro líquido ajustado	774.934
Dividendo mínimo obrigatório – 25%	193.734
Imputação ao dividendo do Imposto de Renda retido na fonte (IRRF) sobre os juros sobre capital próprio conforme Deliberação CVM 207/96	34.131
Dividendo mínimo após imputação do IRRF	227.865
Juros sobre capital próprio pagos (bruto de IRRF no montante de R\$ 4.732)	35.296
Juros sobre capital próprio creditados, a pagar (bruto de IRRF no montante de R\$ 25.490)	192.247
Saldo do dividendo mínimo obrigatório	324
Complemento do dividendo mínimo obrigatório proposto pela Administração	2.945
Dividendo e juros sobre capital próprio totais	230.812

Reserva de lucros

A reserva para aumento de capital é composta por 90% do saldo remanescente dos lucros do exercício, após dividendos e reserva legal, e objetiva assegurar à Companhia adequadas condições operacionais.

A reserva estatutária especial acolhe os restantes 10% do saldo remanescente dos lucros do exercício e objetiva garantir a continuidade da distribuição de dividendos.

25. Outras receitas operacionais, líquidas

	Controladora		Consolidado	
	2009	2008	2009	2008
(Prejuízo) lucro na venda de outros produtos	(2.873)	4.880	7.526	7.493
Reversão (provisão) para contingências	–	15.784	(2.398)	32.205
(Prejuízo) lucro na venda de energia elétrica	–	–	(704)	9.518
Complemento de provisão para perdas nos estoques	(8.903)	(5.766)	(8.921)	(5.778)
Recuperação de tributos	15.191	10.839	15.191	10.839
Outras receitas (a)	3.419	24.192	5.484	31.033
Complemento de passivo atuarial	(53.264)	(58.196)	(53.264)	(58.196)
Lucro na venda de ativo imobilizado	39.632	12.001	39.626	8.792
Reversão de provisão para baixa de imóveis	–	–	–	8.145
Lucro na venda de investimentos	1.803	9.048	1.803	9.386
Ganho com precatório indenizatório (b)	10.956	–	10.956	–
Outras receitas operacionais	5.961	12.782	15.299	53.437

(a) Em 2008, refere-se substancialmente a compensações de fornecedores por itens de desempenho operacional de equipamentos, dentro de prazos estipulados, consideradas recuperáveis pela Administração junto a fornecedores.

(b) Ganho com precatório oriundo de ação indenizatória por desapropriação de imóvel (Vide Nota Explicativa nº 10).

26. Resultado financeiro líquido

	Controladora		Consolidado	
	2009	2008	2009	2008
Despesas de juros	(413.101)	(401.902)	(421.601)	(417.785)
Variações monetárias e cambiais passivas	1.097.989	(1.105.237)	1.089.013	(1.129.950)
Perdas em operações com derivativos	(48.546)	(411.001)	(38.886)	(421.645)
Outras despesas financeiras (a)	(47.030)	(122.321)	(56.504)	(126.277)
Total das despesas financeiras	589.312	(2.040.461)	572.022	(2.095.657)
Receita de juros	202.076	209.006	202.519	217.081
Juros ativos sobre precatório indenizatório (b)	44.998	–	44.998	–
Ganhos em operações com derivativos	100.222	176.555	72.818	207.729
Variações monetárias e cambiais ativas	(273.965)	239.962	(195.957)	97.150
Total das receitas financeiras	73.331	625.523	124.378	521.960
Resultado financeiro líquido	662.643	(1.414.938)	696.400	(1.573.697)

a) Do saldo apresentado em 2008, o montante de R\$ 110.860 refere-se ao acordo extrajudicial pago ao grupo de antigos controladores da Ripasa.

b) Juros ativos sobre precatório oriundo de ação indenizatória por desapropriação de imóvel (Vide Nota Explicativa nº 10).

27. Demonstração do Lajida ajustado – EBITDA ajustado (Não-auditada)

	Controladora		Consolidado	
	2009	2008	2009	2008
Lucro operacional	1.141.698	(583.927)	1.232.099	(635.783)
Despesas financeiras	(589.312)	2.040.461	(572.022)	2.095.657
Receitas financeiras	(73.331)	(625.523)	(124.378)	(521.960)
Resultado de equivalência patrimonial	10.342	122.934	–	515
Amortização de ágio	–	79.044	–	79.044
Depreciação, exaustão e amortização	475.988	375.334	485.022	451.763
Lucro antes dos juros, do resultado da equivalência patrimonial, impostos, depreciações, exaustões e amortizações – LAJIDA ajustado (EBITDA ajustado)	965.385	1.408.323	1.020.721	1.469.236
Resultado não operacional reclassificado para a rubrica de outras receitas (despesas) operacionais em conformidade com a Lei nº 11.941/09	(11.829)	(37.147)	(11.835)	(31.868)
LAJIDA ajustado (EBITDA ajustado), excluindo o resultado não operacional	977.214	1.445.470	1.032.556	1.501.104

28. Cobertura de seguros

A Companhia mantém cobertura de seguros para riscos operacionais e outros para resguardar seus ativos imobilizados e seus estoques.

O valor dos seguros contratados é considerado suficiente, segundo a opinião de assessores especialistas em seguros, para cobrir eventuais perdas.

29. Eventos subsequentes

Paradas de produção na Unidade Mucuri:

Ao longo do mês de janeiro de 2010, a Linha 2 da Unidade Mucuri sofreu interrupções na produção de celulose de mercado devido a problemas técnicos. A perda de produção total estimada, em razão dessas paradas não programadas para manutenção, é de 42 mil toneladas.

Alienação de Terras e Florestas

A Companhia e sua controlada Comercial e Agrícola Paineira Ltda. firmaram contratos com a Mata Mineira Investimentos Florestais Ltda. e a Fazenda Turmalina Holdings, LLC. para a venda de aproximadamente 50 mil hectares de terras em Minas Gerais, sendo cerca de 13 mil hectares com plantios de eucaliptos. O valor da venda destes ativos é de R\$ 311 milhões, sujeito a eventuais ajustes decorrentes de auditoria a ser realizada pelos adquirentes. A conclusão e o pagamento da transação dar-se-á ao longo do primeiro semestre de 2010.

Os ativos ora alienados não eram destinados para a produção de celulose e papel, e a sua venda não impacta as operações atuais nem os projetos futuros da Companhia.

As propriedades objeto dessa transação, em 31 de dezembro de 2009, estão registradas no balanço patrimonial no ativo não circulante como ativos disponíveis para venda.

Novos Pronunciamentos Técnicos, Orientações e Interpretações emitidos ao longo de 2009 e 2010 a serem aplicados para o exercício iniciado a partir de 1º janeiro de 2010

Durante o ano de 2009, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu, e a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) aprovou, diversos Pronunciamentos Técnicos, Interpretações e Orientações cuja vigência é mandatória apenas para os exercícios sociais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2010, com requerimento de que as Companhias efetuem reapresentação das demonstrações contábeis do exercício comparativo.

Opcionalmente, a Companhia poderia ter antecipado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2009 a adoção dos pronunciamentos cuja adoção é mandatória para os exercícios sociais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2010, desde que em sua totalidade. A Companhia decidiu-se por não exercer essa faculdade para as demonstrações contábeis de 2009 e, no seu melhor julgamento, efetuou avaliação dos pronunciamentos técnicos já emitidos e concluiu que, à exceção dos pronunciamentos técnicos mencionados abaixo, os demais pronuncia-

mentos não terão impacto relevante na posição patrimonial e financeira, individual e consolidada da Companhia, considerando as transações existentes até a data destas demonstrações contábeis.

- CPC 20 Custos de Empréstimos, aprovado pela Deliberação CVM nº 577, de 05 de junho de 2009;
- CPC 21 Demonstração Intermediária, aprovado pela Deliberação CVM nº 581, de 31 de Julho de 2009;
- CPC 22 Informações por Segmento, aprovado pela Deliberação CVM nº 582, de 31 de Julho de 2009;
- CPC 26 Apresentação das Demonstrações contábeis, aprovado pela Deliberação CVM nº 595, de 15 de setembro de 2009;
- CPC 27 Ativo Imobilizado, aprovado pela Deliberação CVM nº 583, de 31 de julho de 2009;
- CPC 29 Ativo Biológico e Produto Agrícola, aprovado pela Deliberação CVM nº 596, de 15 de setembro de 2009;
- CPC 32 Tributos sobre o Lucro, aprovado pela Deliberação CVM nº 599, de 15 de setembro de 2009;
- CPC 33 Benefícios a Empregados, aprovado pela Deliberação CVM nº 600, de 07 de outubro de 2009;
- CPC 38, 39 e 40 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração, Apresentação, Evidenciação, aprovado pela Deliberação CVM nº 604, de 19 de novembro de 2009;
- Revisão nº 1 de Pronunciamentos Técnicos e Orientação Técnica, aprovado pela Deliberação CVM nº 624, de 28 de janeiro de 2010;
- ICPC 10 Interpretação Sobre a Aplicação Inicial ao Ativo Imobilizado e à Propriedade para Investimento dos Pronunciamentos Técnicos CPCs 27, 28, 37 e 43, aprovado pela Deliberação CVM nº 619, de 22 de dezembro de 2009.

Sumário GRI

► GRI (3.12)

Perfil	Nível	Página
Estratégia e Análise		
1.1 Declaração do detentor do cargo com maior poder de decisão na organização sobre a relevância da sustentabilidade	●	14
1.2 Descrição dos principais impactos, riscos e oportunidades	●	6
Perfil Organizacional		
2.1 Nome da organização	●	17
2.2 Principais marcas, produtos e/ou serviços	●	17 e 30
2.3 Estrutura operacional	●	17 e 20
2.4 Localização da sede da organização	●	17 e 20
2.5 Número de países e nome dos relevantes para a sustentabilidade	●	17 e 20
2.6 Tipo e natureza jurídica da propriedade	●	17
2.7 Mercados atendidos	●	17
2.8 Porte da organização	●	8, 17 e 30
2.9 Principais mudanças durante o período coberto pelo relatório	●	17
2.10 Prêmios recebidos no período coberto pelo relatório	●	34
Parâmetros para o Relatório		
Perfil do Relatório		
3.1 Período coberto pelo relatório	●	11
3.2 Data do relatório anterior mais recente	●	11
3.3 Ciclo de emissão de relatórios	●	11
3.4 Dados para contato	●	11
Escopo e Limite do Relatório		
3.5 Processo para a definição do conteúdo do relatório	●	11
3.6 Limite do relatório	●	11
3.7 Limitações quanto ao escopo ou ao limite do relatório	●	11
3.8 Base para a elaboração do relatório	●	11
3.9 Técnicas de medição de dados e as bases de cálculos	●	11
3.10 Consequências de reformulações de informações	●	11
3.11 Mudanças significativas em comparação com anos anteriores	●	11
Sumário de Conteúdo da GRI		
3.12 Tabela que identifica a localização das informações	●	124
Verificação		
3.13 Política e prática atual de verificação externa para o relatório	●	11 e 128
Governança, Compromissos e Engajamento		
Governança		
4.1 Estrutura de governança da organização	●	23, 24 e 26
4.2 Indicação caso o presidente do mais alto órgão de governança também seja um diretor-executivo	●	24
4.3 Declaração do número de membros independentes ou não-executivos do mais alto órgão de governança	●	24
4.4 Mecanismos para que acionistas e empregados façam recomendações ou deem orientações ao mais alto órgão de governança	●	24
4.5 Relação entre remuneração para membros do mais alto órgão de governança, diretoria-executiva e demais executivos e o desempenho da organização	○	–
4.6 Processos em vigor no mais alto órgão de governança para assegurar que conflitos de interesse sejam evitados	○	–
4.7 Processo para determinação das qualificações e conhecimento dos membros do mais alto órgão de governança para definir a estratégia da organização para questões relacionadas a temas econômicos, ambientais e sociais	○	–
4.8 Declarações de missão e valores, códigos de conduta e princípios internos	●	18 e 51
4.9 Procedimentos do mais alto órgão de governança para supervisionar a identificação e gestão do desempenho econômico, ambiental e social	●	21
4.10 Processos para a autoavaliação do desempenho do mais alto órgão de governança	○	–

● Respondido ◐ Respondido parcial ○ Não respondido

		2002	C	C+	B	B+	A	A+
		"de acordo com"						
Obrigatório	Autodeclarado			✓				
Opcional	Examinado por terceiros			✓		Com Verificação Externa		Com Verificação Externa
	Examinado pela GRI							

Perfil	Nível	Página
--------	-------	--------

Compromissos com iniciativas externas

4.11 Explicação de se e como a organização aplica o princípio da precaução	●	28
4.12 Cartas, princípios ou outras iniciativas que a organização subscreve	●	69
4.13 Participação em associações e/ou organismos nacionais/internacionais de defesa	●	69

Engajamento dos Stakeholders

4.14 Engajamento dos stakeholders	●	11
4.15 Base para a identificação e seleção de stakeholders	●	11
4.16 Abordagens para o engajamento dos stakeholders	●	11
4.17 Principais temas e preocupações levantados por stakeholders	●	11

Indicadores de desempenho

	Nível	Página
--	-------	--------

Desempenho Econômico

EC1 Valor econômico direto gerado e distribuído	●	9 e 45
EC2 Implicações financeiras, riscos e oportunidades em razão de mudanças climáticas	●	72
EC3 Cobertura das obrigações do plano de pensão de benefício	●	50
EC4 Ajuda financeira significativa recebida do governo	●	99 e 100
EC5 Variação da proporção do salário mais baixo comparado ao salário mínimo local em unidades operacionais importantes	●	50
EC6 Políticas, práticas e gastos com fornecedores locais	●	57
EC7 Procedimentos para contratação local e proporção de membros de alta gerência recrutados na comunidade local	●	48
EC8 Investimentos em infraestrutura e serviços	●	63
EC9 Descrição de impactos econômicos indiretos	○	–

Desempenho Ambiental

EN1 Materiais usados	●	81
EN2 Percentual dos materiais usados provenientes de reciclagem	●	81
EN3 Consumo de energia direta	●	77
EN4 Consumo de energia indireta	○	–
EN5 Energia economizada em razão de melhorias em conservação	●	76 e 77
EN6 Iniciativas para fornecer produtos e serviços com baixo consumo de energia, ou que usem energia gerada por recursos renováveis, e a redução na necessidade de energia resultante dessas iniciativas	●	76
EN7 Iniciativas para reduzir o consumo de energia indireta e as reduções obtidas	○	–
EN8 Total de retirada de água	●	76
EN9 Fontes hídricas afetadas por retirada de água	●	76
EN10 Percentual e volume total de água reciclada e reutilizada	○	–
EN11 Área dentro de áreas protegidas, ou adjacente a elas, e áreas de alto índice de biodiversidade fora das áreas protegidas	●	74
EN12 Descrição de impactos significativos na biodiversidade de atividades, produtos e serviços em áreas protegidas e em áreas de alto índice de biodiversidade fora das áreas protegidas	●	74
EN13 Habitats protegidos ou restaurados	●	74
EN14 Estratégias, medidas em vigor e planos futuros para gestão de impactos na biodiversidade	●	74
EN15 Espécies em risco de extinção	○	–
EN16 Total de emissões diretas e indiretas de gases causadores do efeito estufa	●	72
EN17 Outras emissões indiretas relevantes de gases causadores do efeito estufa	●	72
EN18 Iniciativas para reduzir as emissões de gases de efeito estufa e as reduções obtidas	●	72
EN19 Emissões de substâncias destruidoras da camada de ozônio	○	–
EN20 NOx, SOx e outras emissões atmosféricas significativas	●	74
EN21 Descarte total de água, por qualidade e destinação	●	78 e 79
EN22 Peso total de resíduos, por tipo e método de disposição	●	78 e 79
EN23 Número e volume total de derramamentos significativos	●	78
EN24 Peso de resíduos transportados considerados perigosos	●	78 e 79
EN25 Corpos d'água e habitats afetados por descartes de água	●	78 e 79
EN26 Iniciativas para mitigar os impactos ambientais de produtos e serviços	●	80

Indicadores de desempenho	Nível	Página
EN27 Percentual de produtos e suas embalagens recuperados	○	–
EN28 Multas significativas e número total de sanções não monetárias resultantes da não-conformidade com leis e regulamentos ambientais	●	81
EN29 Impactos ambientais significativos do transporte de produtos e outros bens e materiais	●	80
EN30 Investimentos e gastos em proteção ambiental	●	72

Desempenho Social – Práticas Trabalhistas e Trabalho Decente

LA1 Total de trabalhadores por tipo de emprego, contrato de trabalho e região	●	48 e 50
LA2 Número total e taxa de rotatividade de empregados	●	51
LA3 Benefícios tempo integral x temporários	○	–
LA4 Percentual de empregados abrangidos por acordos de negociação coletiva	●	48
LA5 Prazo mínimo para notificação de mudanças operacionais	●	51
LA6 Empregados representados em comitês de saúde e segurança	●	53
LA7 Taxas de lesões, doenças ocupacionais, dias perdidos, absenteísmo e óbitos	●	53 e 54
LA8 Programas de educação, treinamento, aconselhamento, prevenção e controle de risco para empregados, seus familiares ou membros da comunidade com relação a doenças graves	●	54
LA9 Temas de saúde e segurança cobertos em acordos sindicais	●	53
LA10 Média de horas de treinamento	●	52
LA11 Programas para empregabilidade	●	48
LA12 Análise de desempenho e desenvolvimento de carreira	●	48
LA13 Composição dos grupos responsáveis pela governança corporativa e dos demais empregados	●	50 e 55
LA14 Proporção de salário-base entre homens e mulheres	●	55

Desempenho Social – Direitos Humanos

HR1 Contratos de investimentos significativos com cláusulas referentes a direitos humanos	●	57
HR2 Empresas contratadas e fornecedores críticos submetidos a avaliações referentes a direitos humanos	●	56
HR3 Treinamento em direitos humanos	●	51
HR4 Número total de casos de discriminação	●	55
HR5 Operações em que o direito de exercer a liberdade de associação e a negociação coletiva pode estar em risco	○	–
HR6 Operações de risco de ocorrência de trabalho infantil	●	51
HR7 Operações de risco de ocorrência de trabalho forçado ou análogo ao escravo	●	51
HR8 Pessoal de segurança submetido a treinamento em direitos humanos	●	69
HR9 Casos de violação de direitos indígenas	●	51

Desempenho Social – Sociedade

SO1 Programas e práticas para avaliar e gerir os impactos das operações nas comunidades	●	61, 64 e 65
SO2 Percentual e número total de Unidades de Negócio submetidas a avaliações de riscos relacionados à corrupção	●	69
SO3 Empregados treinados nas políticas e procedimentos anticorrupção	●	69
SO4 Medidas tomadas em resposta a casos de corrupção	●	69
SO5 Participação na elaboração de políticas públicas e lobbies	●	69
SO6 Valor total das contribuições financeiras e em espécie para partidos políticos	●	69
SO7 Número total de ações judiciais por concorrência desleal, práticas de truste e monopólio e seus resultados	●	69
SO8 Valor monetário de multas significativas e número de sanções não monetárias de não-conformidade com leis e regulamentos	●	69

Desempenho Social – Responsabilidade pelo produto

PR1 Avaliação dos impactos na saúde e segurança no ciclo de vida de produtos e serviços	●	59
PR2 Casos de não-conformidade a regulamentos de saúde e segurança	●	59
PR3 Procedimentos de rotulagem	●	59
PR4 Número de casos de não-conformidade com regulamentos e códigos voluntários relacionados com informações e rotulagem	●	59
PR5 Práticas relacionadas com a satisfação do cliente	●	58
PR6 Adesão às leis, normas e códigos voluntários de marketing, incluindo publicidade, promoção e patrocínio	●	59
PR7 Casos de não-conformidade a regulamentos	●	59
PR8 Reclamações comprovadas sobre violação de privacidade	●	59
PR9 Multas por não-conformidade com leis e regulamentos relativos ao fornecimento e uso de produtos e serviços	●	59

Global Compact

O Pacto Global da Organização das Nações Unidas conta com o engajamento do setor privado para construir o avanço da prática de responsabilidade social, visando a uma economia global mais sustentável e inclusiva. Os princípios estipulados pelo Pacto estão em sintonia com os Princípios Éticos Suzano e nosso Código de Conduta. Dentre eles, estão os compromissos relacionados com a proteção dos direitos humanos, direito do trabalho, proteção ambiental e contra a corrupção.

Abaixo, apresentamos o índice de nosso desempenho em relação aos dez princípios do Pacto Global que se relacionam com os principais indicadores do GRI, princípios que asseguram a qualidade do Relatório, de acordo com o GRI.

PRINCÍPIOS DO PACTO GLOBAL	RELAÇÃO COM O GRI	PÁGINAS
1 Respeitar e proteger os direitos humanos	HR1, HR2, HR3	51,56 e 57
2 Impedir a violação dos direitos humanos	HR2, HR3	51 e 56
3 Apoiar a liberdade de associação no trabalho	LA4	48
4 Abolir o trabalho forçado	HR7	51
5 Abolir o trabalho infantil	HR6	51
6 Eliminar a discriminação no ambiente de trabalho	LA10, LA11, LA13 e LA14	48, 50, 52 e 55
7 Apoiar uma abordagem preventiva aos desafios ambientais	EN (todos)	72 a 81
8 Promover a responsabilidade ambiental	EN1 a EN30	72 a 81
9 Encorajar tecnologias que não agridam o meio ambiente	EN16 a EN25	72, 74, 78 e 79
10 Combater a corrupção em todas as suas formas, inclusive extorsão e propina	SO2, SO3 e SO4	69

SA 8000

A SA 8000 é uma norma de responsabilidade social cujo objetivo é aprimorar as condições de trabalho, assegurar o cumprimento dos direitos dos trabalhadores e a dignidade nas relações de trabalho, tanto dentro da Empresa quanto na cadeia produtiva (fornecedores e subfornecedores). Em 2009, todas as nossas unidades, com exceção dos novos escritórios do Piauí e do Maranhão, foram recomendadas para certificação. A seguir, apresentamos um índice que remete a partes do Relatório de Sustentabilidade relativas à nossa conformidade diante dos requisitos da SA 8000, alinhado ao item 9.13 da norma. Outras informações podem ser encontradas no site www.suzano.com.br em Suzano Papel e Celulose > Sustentabilidade > Certificações > SA 8000.

REQUISITOS	RELAÇÃO COM O GRI	PÁGINAS
IV.1 – Trabalho infantil	HR6	51
IV.2 – Trabalho forçado e compulsório	HR7	51
IV.3 – Saúde e segurança	LA6, LA7, LA8, LA9,	53, 54
IV.4 – Liberdade de associação e direito à negociação coletiva	LA4, LA5, LA9	48, 51, 53
IV.5 – Discriminação	LA13, LA14, HR4, HR8	50, 51,55, 69
IV.6 – Práticas disciplinares	HR4	55
IV.7 – Horário de trabalho	LA1	48 e 50
IV.8 – Remuneração	EC3, EC5,	50 e 51
IV.9 – Sistema de Gestão – Controle de Fornecedores e Subfornecedores	EC6	56 e 57



**BUREAU
VERITAS**

Declaração de avaliação independente

Bureau Veritas Certification

INTRODUÇÃO

O Bureau Veritas Certification Brasil (Bureau Veritas) foi contratado pelo quarto ano consecutivo pela Suzano Papel e Celulose S.A. (Suzano S.A.), para conduzir uma avaliação independente do seu Relatório Anual de Sustentabilidade (doravante denominado o Relatório), abrangendo avaliação de conteúdo, qualidade e limite do mesmo, referente ao ano de 2009. As informações publicadas no relatório são de inteira responsabilidade da administração da Suzano S.A. Nossa responsabilidade se limitou à avaliação independente de acordo com o escopo abaixo definido.

ESCOPO DO TRABALHO

A Suzano S.A. solicitou ao Bureau Veritas Certification que incluísse em seu escopo de avaliação o seguinte:

- Dados e informações incluídas no Relatório sobre o ano de 2009;
- Adequação e robustez dos sistemas e processos subjacentes utilizados para coletar, revisar e compilar as informações reportadas;
- Avaliação do Relatório em comparação com os seguintes princípios essenciais da Norma de Avaliação AA1000 (2003)¹:
 - Abrangência
 - Materialidade
 - Grau de responsabilidade
- Avaliação do Relatório seguindo os princípios de Inclusão dos Stakeholders, Contexto da Sustentabilidade, Equilíbrio, Comparabilidade, Exatidão, Periodicidade, Clareza e Confiabilidade, como definido nas Diretrizes de Relatórios de Sustentabilidade GRI G3 (2006).

Foi excluída do escopo deste trabalho qualquer avaliação de informações relacionadas à:

- Atividades fora do período de avaliação definido;
- Declarações de posicionamento (expressões de opinião, crença, objetivos ou futuras intenções) por parte da Suzano S.A., assim como declarações de futuros compromissos.

METODOLOGIA

Nosso trabalho foi conduzido de acordo com um protocolo do Bureau Veritas para Avaliação Independente de Relatórios de Sustentabilidade, baseados nas melhores práticas atuais², abrangendo as seguintes atividades:

1. Entrevistas com o pessoal envolvido (responsáveis pelo processo) na elaboração do Relatório;
2. Análise da evidência documental produzida pela Suzano S.A. para o período reportado (2009);
3. Avaliação das informações e dados de desempenho em relação aos princípios que asseguram a qualidade do Relatório, de acordo com a GRI G3³;
4. Avaliação do processo de elaboração do Relatório, de acordo com os Princípios relevantes da norma de avaliação contábil AA 1000 (2003);
5. Visitas locais nas unidades de Mucuri, Suzano e escritório central de São Paulo;
6. Análise das atividades de engajamento com partes interessadas (*stakeholders*) desenvolvidas pela Suzano S.A.;
7. Avaliação da sistemática utilizada para determinação das questões materiais incluídas no Relatório, considerando o contexto da sustentabilidade e o equilíbrio das informações publicadas.

As atividades foram planejadas e executadas para fornecer avaliação razoável, ao invés de avaliação absoluta, oferecendo uma base aceitável para nossas conclusões.

PARECER TÉCNICO

- As informações e dados apresentados no Relatório foram avaliados como exatos e livres de erros significativos ou declarações falsas, considerando nosso escopo de avaliação;
- Parte significativa das informações incluídas no Relatório foi obtida e gerenciada pelo Sistema de Gestão Integrado da Suzano S.A, certificado pelas internacionalmente reconhecidas normas ISO 9001/2008, ISO 14001/2004 e OHSAS 18001/2007;
- Os mecanismos internos de coleta, análise e compilação de informações publicadas, assim como o controle de documentos relevantes e sua rastreabilidade, podem ser considerados confiáveis;
- Os limites do Relatório foram ampliados nesta publicação de 2009, incluindo plantações nos estados do Maranhão, Piauí e Tocantins, de acordo com o que havia sido publicado no Relatório de 2008. As informações das atividades realizadas nestas regiões foram gerenciadas e obtidas através do Sistema de Gestão Integrado da Suzano S.A.
- Houve alteração significativa na metodologia utilizada para determinação dos temas materiais para este Relatório. Foi evidenciada a utilização de questionários individuais e re-

sultados de um amplo diagnóstico socioambiental, possibilitando a identificação de temas materiais específicos, como impactos sociais e ambientais do novo ciclo de crescimento e investimentos realizados nos estados do Maranhão e Piauí.

- O Relatório apresenta informações de forma equilibrada sobre o período de 2009, incluindo temas e ações que não tiveram o desempenho esperado. Isto permite ao leitor formar uma opinião racional a respeito do desempenho em termos de sustentabilidade das atividades da Suzano S.A.
- O Relatório fornece informações claras e transparentes, podendo ser considerado acessível e compreensível para os diversos grupos de stakeholders.
- O conteúdo do Relatório de Sustentabilidade 2009 avançou no que tange à maturidade no processo de coleta e consolidação de informações relevantes, permitindo ao leitor a comparação do desempenho de sustentabilidade da Suzano ao longo do tempo.
- A auto-avaliação realizada pela Suzano S.A., demonstrada através do Índice Remissivo incluído no Relatório, foi confirmada por nós, o que confere a esta empresa a classificação C+, conforme os critérios da Diretriz GRI G3.

Com base no trabalho conduzido, nós recomendamos que a Suzano S.A. considere o seguinte para o próximo Relatório:

- Priorizar a capacitação dos responsáveis pelas informações relacionadas aos indicadores de desempenho da GRI. A geração de dados aderentes ao “Conjunto de Protocolos de Indicadores” da Diretriz para Relatórios de Sustentabilidade – GRI G3, é de grande relevância para a publicação do Relatório;
- Aprofundar os temas materiais para os novos projetos no Maranhão e Piauí, permitindo ao leitor um melhor entendimento das análises econômica, social e ambiental realizadas;
- Estabelecer um procedimento formal que contemple o engajamento com todos os grupos de partes interessadas relevantes, de forma a consolidar uma estratégia de médio/ longo prazo para definição da materialidade. Buscar maior interação com os grupos Analistas de Mercado, Fomentados e ONG’s;
- Objetivos e metas poderiam ser apresentados de forma sistematizada e objetiva. Ao longo do relatório são citados muitos temas demonstrando melhorias de forma dispersa, dificultando uma análise clara de desempenho da organização por parte do leitor;

- Demonstrar de forma consolidada as expectativas das partes interessadas, quando da realização de audiências públicas nos processos de licenciamento ambiental das novas atividades no Maranhão e Piauí.
- Considerar a apresentação de mais informações sobre uso e disponibilidade de recursos hídricos da Unidade de Negócios Florestal, tema que é internacionalmente reconhecido como relevante para o setor.
- Considerando o recente ciclo de crescimento nos estados do Maranhão e Piauí, a Suzano deve fortalecer o processo de identificação e avaliação de temas materiais para publicação no próximo relatório.

DECLARAÇÃO DE INDEPENDÊNCIA E IMPARCIALIDADE

O Bureau Veritas Certification é uma empresa independente de serviços profissionais especializado na gestão de Qualidade, Saúde, Segurança, Social e de Meio Ambiente com quase 180 anos de experiência em serviços de avaliação independente.

Nenhum membro da equipe de avaliação possui vínculo comercial com a Suzano S.A. Nós conduzimos esta avaliação de forma independente, entendendo que não houve conflito de interesses.

O Bureau Veritas Certification implantou um Código de Ética em todo o negócio para manter altos padrões éticos entre o seu pessoal nas atividades empresariais.

CONTATO

O Bureau Veritas Certification encontra-se à disposição para mais esclarecimentos através do site:

www.bureauveritascertification.com.br/faleconosco.asp
ou telefone (11)5070-9800.

¹ Publicado por *AccountAbility: The Institute of Social and Ethical Accountability* <http://www.accountability.org.uk>

² O protocolo de avaliação independente do Bureau Veritas é baseado na Norma Internacional de Asseguração de Garantia – ISAE 3000 (Assurance Engagements), Diretrizes para Relatório de Sustentabilidade GRI G3 e a Norma de Avaliação Contábil AA1000 (2003).

³ Abrange os Princípios de Equilíbrio, Comparabilidade, Exatidão, Periodicidade, Clareza, Confiabilidade e Temporalidade.

Relatório Anual de Sustentabilidade **Suzano Papel e Celulose**

Coordenação Geral

André Dorf
Andrea Fernandes
Cristiane Malfatti

Edição

Vinicius Precioso

Grupo de Trabalho dos Indicadores GRI

Adriana Aparecida Fernandes, Alessandra Avanzo, Alexandre Di Ciero, Ana Paula Braz da Costa, André Luiz Bueno de Marco, Benedito Cesar Ribeiro, Camila Pavão Chabar, Camilla Didier dos Santos Silva, Daniel Wenceslau de Carvalho M. Pereira, Elisabete Flores Pagliusi, Eraldo Cordeiro Almeida Junior, Henrique Araújo Torreira de Mattos, João Carlos Tavernard dos Santos, Leandro Salles Santos, Leonardo Toto Caltayud Coronel, Luciana Batista Pereira, Luiz Francisco Cegato Bertomeu, Marcio Augusto Silva Gonçalves, Marcos Antonio Cordeiro, Maria Cristina de Oliveira Wendling, Marina Stefani Carlini, Natasha Ferreira Pires, Rebeca Barbosa Knijnik, Rodrigo Alberto Traverso Sienra, Rosely D'Alessandro Onizuca, Rudson de Souza Lima e Sara Juarez Sales

Texto e edição

Editora Contadino

Revisão gramatical

Eliete Soares

Projeto Gráfico

Originalle Arte + Disegno

Fotografias

Ricardo Teles

Impressão

D'Lippi Print – Gráfica Certificada FSC

Agradecimentos

Agradecemos a todos os colaboradores e parceiros de negócios que participaram desta edição e, em especial, às pessoas que cederam suas imagens para utilização nesta publicação.

Agradecemos aos nossos *stakeholders* que responderam ao questionário de avaliação do Relatório de Sustentabilidade 2008:

Colaboradores: Ana Paula Braz da Costa, Cecília Korber Gonçalves, Heverton Fabio de Faria Dias, Jailza do Nascimento Tomaz, Leonardo Toto Caltayud Coronel, Marcio Ribeiro Soares Saad e Renato M. Lipener

Clientes: Andréa Cristina Mollinari (MD Papéis), Claudio Zomignan (Melhoramentos), Roberto Foroni (Froni) e Sergio Matos (Damapel)

Fornecedores: Edson Hernandez Garcia (Renner Marítima e Manutenção), Israel Marcos de Oliveira (Cobep), José Carlos de Almeida (JFI Silvicultura Ltda.), José Leomar (Binotto) e Maíra Leite Silveira (Analista Comércio de Produtos Químicos Ltda.)

Comunidade: Lúcia Maria Lopes Viana (Povoado Barra do Onça), Maria Stela Mendes de Carvalho (Conselho Municipal de Defesa da Criança e do Adolescente de Teresina-PI), Simone Alves Fernandes (Secretaria Municipal de Educação de Pinheiros-ES) e Sonia Maria de Sales Domingues (Conselho Municipal de Defesa da Criança e do Adolescente de Pilar do Sul-SP)

Este relatório foi impresso em:

Capa – Papelcartão Duodesign 250 g/m²

Miolo – Papel Couché Matte 150 g/m²

Papéis da Suzano Papel e Celulose produzidos a partir de florestas renováveis de eucalipto. Cada árvore utilizada foi plantada para este fim.

Abril de 2010

Para esclarecimentos e sugestões sobre o conteúdo desta publicação, colocamos à disposição os seguintes canais de comunicação:

Suzano Responde: 0800 774 7440 ou suzanoresponde@suzano.com.br

Relações com Investidores: ri@suzano.com.br



Fontes Mistas

Grupo de produto proveniente de florestas bem manejadas e outras fontes controladas

www.fsc.org Cert no. SW-COC-002186
© 1996 Forest Stewardship Council

O selo FSC garante que este relatório foi impresso em papel feito com madeira de reflorestamentos certificados de acordo com rigorosos critérios sociais, ambientais e econômicos estabelecidos pela organização internacional FSC (Conselho de Manejo Florestal) e outras fontes controladas.



As emissões de carbono, resultado do processo de impressão desse relatório, foram compensadas através de plantio de árvores nativas de Mata Atlântica.



Produto de soja reconhecido pela
American Soybean Association



SUZANO
PAPEL E CELULOSE

